



Manual da Assembleia

Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

28 de Abril de 2026

2026

Itaú Unibanco Holding S.A.

Índice

01 	Mensagem da Administração	03
02 	Introdução	04
03 	Comentários dos Diretores	04
04 	Informações sobre as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária	04
05 	Editais de Convocação	07
06 	Pautas das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária	09

Anexo I -	Destinação do Lucro Líquido (Anexo A da Resolução CVM nº 81/22)	14
Anexo II -	Comentários dos Diretores (Item 2 do Anexo C da Resolução CVM nº 80/22)	19
Anexo III -	CVs dos Administradores (Item 7.3 e 7.6 do Anexo C da Resolução CVM nº 80/22)	57
Anexo IV -	Remuneração dos Administradores (Item 8 do Anexo C da Resolução CVM nº 80/22)	82
Anexo V -	Anexo I da Resolução CVM nº 81/22	128
Anexo VI -	Anexo L da Resolução CVM nº 81/22	166
Anexo VII -	Estatuto Social (Artigo 12 da Resolução CVM nº 81/22)	171
Anexo VIII -	Procurações	
	A - Modelo de Procuração para Acionistas Detentores de Ações Ordinárias	186
	B - Modelo de Procuração para Acionistas Detentores de Ações Preferenciais	191
	C - Modelo de Procuração para Procuradores Disponibilizados pela Companhia (Acionistas detentores de ações ordinárias)	192
	D - Modelo de Procuração para Procuradores Disponibilizados pela Companhia (Acionistas detentores de ações preferenciais)	197
	E - Informações do Anexo Q da Resolução CVM nº 81/22	198

1. Mensagem da Administração

São Paulo, 27 de março de 2026.

Prezado(a) acionista,

Convidamos vocês a lerem este manual, que detalha as matérias propostas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do Itaú Unibanco Holding, agendada para o próximo dia 28 de abril às 11h.

Na Assembleia Geral Ordinária, serão deliberadas as Contas dos Administradores, as Demonstrações Financeiras relativas ao ano de 2025, a destinação do lucro líquido do exercício, a eleição dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, a remuneração global dos integrantes da Diretoria e do Conselho de Administração e a remuneração dos membros do Conselho Fiscal.

Na Assembleia Geral Extraordinária, será deliberada a proposta de reorganização societária interna que resultará na incorporação do Banco Itaucard S.A pelo Itaú Unibanco Holding S.A., bem como as alterações do Estatuto Social propostas pela Administração.

Os documentos a serem analisados na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas no site de relações com investidores da Companhia (www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores), bem como no site da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

A Assembleia ocorrerá em formato digital e o acionista poderá novamente registrar seu voto à distância - os procedimentos estão detalhados neste documento.

Desejamos a todos uma boa leitura!

Abraços,

Cordialmente,

**Administração
Itaú Unibanco Holding S.A.**

2. Introdução

A Assembleia Geral é um importante instrumento de participação dos acionistas nas decisões que determinam, dentre outras, a administração do Itaú Unibanco Holding S.A. ("Itaú Unibanco", "Companhia", "Emissor", "Sociedade" ou "Organização") e, portanto, como o negócio da Companhia e de suas controladas é gerenciado.

Em 28.04.2026, os acionistas poderão votar em questões fundamentais para a Organização. Os detentores da ação ITUB3 (ação ordinária) poderão votar, dentre outros assuntos, sobre a eleição dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal da Companhia e a destinação do lucro líquido obtido em 2025. Os acionistas detentores da ação ITUB4 (ação preferencial) poderão votar na eleição dos membros do Conselho Fiscal indicados pelos acionistas preferencialistas. O edital de convocação contido no item 5 deste documento descreve as matérias que serão deliberadas nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária a serem realizadas, sequencialmente, em 28.04.2026 ("Assembleias").

O item 4 deste manual apresenta as informações detalhadas sobre a participação e votação dos acionistas nas Assembleias.

Para informações adicionais sobre a Companhia e suas controladas, visitem o site de Relações com Investidores (www.itaunet.com.br/relacoes-com-investidores).

3. Comentários dos Diretores

Os Comentários dos Diretores, na forma especificada no Item 2 do Anexo C da Resolução CVM nº 80/22, constam como Anexo II a este documento.

4. Informações sobre a Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Extraordinária

Data

Neste ano, a Assembleia Geral Ordinária do Itaú Unibanco será realizada no dia 28.04.2026, às 11h e, na sequência, às 11h10, haverá a Assembleia Geral Extraordinária.

Quórum de Instalação

A Assembleia Geral Ordinária instala-se, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto (ações ordinárias), de acordo com o artigo 125, caput, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

Já a Assembleia Geral Extraordinária, instala-se, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social com direito a voto (ações ordinárias), de acordo com o artigo 135, caput, da Lei das Sociedades por Ações.

Esclarecemos que caso não haja quórum suficiente para instalação em primeira convocação da Assembleia Geral Ordinária e da Extraordinária, ocorrerá nova convocação por meio de edital que será divulgado oportunamente, sendo que o prazo para realização não será inferior a 8 (oito) dias, de acordo com o artigo 124, parágrafo 1º, II, da Lei das Sociedades por Ações. Em segunda convocação, referidas Assembleias instalar-se-ão com qualquer número de acionistas detentores de ações ordinárias.

Local

A Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Extraordinária serão realizadas exclusivamente em ambiente digital e remoto, com o objetivo de facilitar a participação dos acionistas, onde quer que estejam.

O link e as instruções de acesso serão disponibilizados pela Companhia aos acionistas que enviarem para o e-mail ri@itaunet.com.br, até o dia 24.04.2026, os seguintes documentos:

a) Pessoas Jurídicas: cópia autenticada do contrato/ estatuto social e comprovante de eleição dos administradores, devidamente registrado na junta comercial competente.

b) Pessoas Físicas: cópia digitalizada de documento de identidade válido com foto do acionista.

Edital de Convocação

O Edital de Convocação constante do item 5 deste informativo será publicado em 28, 30.03.2026 e 31.03.2026, no Jornal O Estado de S. Paulo, sendo que também será disponibilizado no site de Relações com Investidores da Companhia (www.itaunet.com.br/relacoes-com-investidores).

Documentos disponibilizados aos Acionistas

O Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício, a cópia das demonstrações financeiras, o relatório dos Auditores Independentes, o parecer do Conselho Fiscal e a cópia do resumo do relatório do Comitê de Auditoria foram publicados em 19 de fevereiro de 2026 no Jornal O Estado de S. Paulo (versão impressa: páginas B13 a B15 e versão digital: páginas 1 a 5 da Seção RI) e também foram disponibilizadas pela Companhia em 04.02.2026 no site da CVM e no seu site de Relações com Investidores (www.itaú.com.br/relacoes-com-investidores).

Com o objetivo de instruir as matérias a serem deliberadas, as informações elencadas no artigo 10 da Resolução CVM nº 81/22 também são disponibilizadas pela Companhia no site da CVM e no seu site de Relações com Investidores (www.itaú.com.br/relacoes-com-investidores) em “Governança Corporativa” > “Assembleias Gerais”.

Procurações

Para auxiliar os acionistas que decidirem participar das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária por meio de procuradores, apresentamos os Anexos: VIII - A “Modelo de procuração para acionistas detentores de ações ordinárias”; e VIII – B “Modelo de procuração para acionistas detentores de ações preferenciais”.

Alternativamente, a Companhia disponibilizará 3 (três) procuradores aptos para representar o acionista nas Assembleias, os quais votarão em estrita consonância com a orientação de voto apresentada pelo acionista, nos moldes do Anexo VIII - C “Modelo de procuração para procuradores disponibilizados pela Companhia (acionistas detentores de ações ordinárias)” e do Anexo VIII – D “Modelo de procuração para procuradores disponibilizados pela Companhia (acionistas detentores de ações preferenciais)”. As informações sobre pedido de procuração, nos termos do Anexo Q da Resolução CVM nº 81/22, encontram-se no Anexo VIII – E deste documento.

De modo a facilitar os trabalhos nas Assembleias, a Companhia sugere que os acionistas representados por procuradores enviem, até o dia 24.04.2026, cópia da procuração e dos demais documentos elencados no Edital de Convocação para o e-mail: ri@itau-unibanco.com.br.

Boletim de voto a distância

Os acionistas que desejarem realizar a votação por meio do boletim de voto a distância, em linha com o disposto na Resolução CVM nº 81/22, poderão encaminhar suas instruções de voto em relação às matérias das Assembleias:

- por boletim de voto a distância enviado diretamente à Companhia; ou
- por transmissão de instruções de preenchimento do boletim de voto a distância a prestadores de serviço, a saber:

a) ao custodiante do acionista, caso as ações estejam depositadas em depositário central; ou

b) à Itáú Corretora de Valores S.A., na qualidade de instituição financeira contratada pela Companhia para prestação dos serviços de escrituração de valores mobiliários.

Envio do boletim pelo acionista diretamente à Companhia

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância poderá fazê-lo diretamente à Companhia, devendo, para tanto, encaminhar até o dia 24.04.2026 os seguintes documentos para o e-mail ri@itau-unibanco.com.br:

(i) boletim devidamente preenchido, rubricado e assinado (não há necessidade de reconhecimento de firma, consularização ou tradução juramentada para documento em língua estrangeira); e

(ii) documento de identificação - **para Pessoas Jurídicas:** cópia autenticada do contrato/estatuto social, comprovante de eleição dos administradores e cópia autenticada da procuração contendo poderes específicos para assinar o boletim de voto a distância em nome da Pessoa Jurídica, quando aplicável, e do documento de identidade destes representantes; e **para Pessoas Físicas:** cópia autenticada do documento de identidade com foto do acionista. Solicitamos que documentos produzidos no exterior sejam consularizados ou apostilados e acompanhados da respectiva tradução juramentada.

Uma vez recebidos os documentos referidos em (i) e (ii) acima, a Companhia avisará o acionista acerca de seu recebimento e de sua aceitação. Tal informação será enviada ao Acionista por meio do endereço eletrônico indicado no boletim de voto.

Envio do boletim pelo acionista aos prestadores de serviço

Alternativamente, o acionista poderá optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio de prestadores de serviços, transmitindo as suas instruções de voto aos seus agentes de custódia ou ao agente escriturador, observadas as regras por esses determinadas. O acionista deverá entrar em contato com o agente de custódia ou com o agente escriturador para verificar os procedimentos por eles estabelecidos, bem como os documentos solicitados.

A Itaú Corretora de Valores S.A., agente escriturador das ações da Companhia, criou o site Assembleia Digital, uma solução segura na qual é possível realizar o voto a distância. Para votar pelo site é necessário realizar cadastro e possuir certificado digital. Informações sobre o cadastro e o passo a passo para emissão do certificado digital estão descritas no site: <https://assembleiadigital.certificadodigital.com/itausecuritieservices/artigo/home/assembleia-digital>

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

3003-9285 (capitais e regiões metropolitanas)

0800 7209285 (demais localidades)

O horário de atendimento é em dias úteis das 9h às 18h.

Email: atendimentooescrituracao@itau-unibanco.com.br

O acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do boletim aos prestadores de serviço até 24.04.2026, salvo se prazo diverso e mais benéfico for por eles estabelecido.

Informações sobre eleição de membros para o Conselho de Administração

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a eleição de membros do Conselho de Administração pode ser realizada por votação majoritária, processo de voto múltiplo ou de voto em separado. Como os diversos procedimentos de votação podem impactar na fixação do número de membros do Conselho de Administração, para melhor compreensão da dinâmica dessa eleição, os processos de votação são detalhados a seguir:

i) Voto Múltiplo

Tendo em vista as determinações da Resolução CVM nº 70/22, para que possa ser requerida a adoção de voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, os acionistas requerentes deverão representar, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital votante.

Segundo o artigo 141, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, a faculdade de solicitar a adoção de voto múltiplo deverá ser exercida pelos acionistas requerentes com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da Assembleia Geral, cabendo à mesa que dirigir os trabalhos da Assembleia Geral informar previamente aos acionistas, à vista do “Livro de Presença”, o número de votos necessários para a eleição de cada membro do Conselho de Administração. De qualquer forma, destaca-se a importância de que os pedidos de voto múltiplo sejam feitos com a máxima antecedência possível, de modo a facilitar seu processamento pela Companhia e a participação dos acionistas.

Uma vez adotado o processo de voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração, os votos proferidos por acionistas que, via boletim de voto a distância, tenham optado por “ABSTER-SE” no item de distribuição prévia de votos nos candidatos informados no boletim, serão considerados como abstenção na respectiva deliberação da Assembleia, de modo que os votos de tais acionistas não serão computados no quórum de deliberação e, portanto, esses acionistas não participam da eleição dos membros do Conselho de Administração.

ii) Voto em Separado

O artigo 141, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações garante o direito de eleger, em votação em separado, 1 (um) membro do Conselho de Administração aos seguintes grupos de acionistas (excluídos os acionistas controladores): (a) titulares de pelo menos 15% do total das ações com direito a voto, conforme o artigo 141, parágrafo 4º, I; (b) titulares de ações preferenciais, sem direito a voto, que representem, no mínimo, 10% do capital social, conforme o artigo 141, parágrafo 4º, II; ou (c) se não obtidos os quóruns anteriores, os acionistas minoritários, ordinaristas e preferencialistas, que somando suas participações, tiverem, no mínimo, 10% do capital social, conforme o artigo 141, parágrafo 5º, da Lei das Sociedades por Ações.

Somente poderão exercer o direito da votação em separado os acionistas que tiverem titularidade ininterrupta da participação acionária exigida durante o período de, no mínimo, 3 (três) meses imediatamente anteriores à data da realização da Assembleia Geral, nos termos do artigo 141, parágrafo 6º, da Lei das Sociedades por Ações.

Informações sobre eleição de membros para o Conselho Fiscal

O artigo 161, parágrafo 4º, a) garante aos titulares de ações preferenciais sem direito a voto, ou com voto restrito, o direito de eleger, em votação em separado, 1 (um) membro e respectivo suplente para o Conselho Fiscal; igual direito terão os acionistas minoritários, desde que representem, em conjunto, 10% (dez por cento) ou mais das ações com direito a voto.

Ressalvado o direito dos acionistas preferencialistas e dos acionistas minoritários elegerem, em separado, membros para compor o Conselho Fiscal, conforme acima descrito, os demais acionistas com direito a voto poderão eleger novos membros efetivos e suplentes que, em qualquer caso, serão em número igual aos dos eleitos nos termos acima, mais um.

Requisitos de elegibilidade para Candidatos Indicados

Os acionistas que pretendam indicar candidatos para compor o Conselho de Administração ou o Conselho Fiscal deverão apresentar, na Assembleia Geral Ordinária, os comprovantes necessários de atendimento dos requisitos mínimos de elegibilidade aplicáveis ao cargo, previstos na Lei das Sociedades por Ações, na Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.970/21 e na Resolução CVM nº 80/22.

Para melhor organização dos trabalhos da Assembleia Geral e para permitir a prévia análise dos requisitos de elegibilidade desses candidatos, sugerimos a apresentação dos documentos à Companhia até o dia 21.04.2026.

Conflito de Interesses

Durante a realização das Assembleias Gerais, assim como ocorre nas reuniões dos órgãos de administração e fiscalização da Companhia, os acionistas presentes deverão manifestar-se em razão da existência de eventual situação de conflito de interesses em quaisquer matérias em discussão ou deliberação, nas quais sua independência venha a ser comprometida. Também deverá manifestar-se qualquer acionista presente que tenha conhecimento de situação conflituosa em relação a outro acionista e a matéria objeto da deliberação.

Quando manifestado o conflito de interesse, o acionista conflitado deverá abster-se na deliberação em relação àquele assunto. Caso o acionista conflitado se recuse de abster-se das deliberações, o Presidente da Assembleia Geral deverá determinar a

anulação dos votos conflitados proferidos, ainda que posteriormente ao conclave.

Canal de Comunicação com o Conselho de Administração

Por fim, ressaltamos que os acionistas podem enviar sugestões, críticas ou dúvidas diretamente ao Conselho de Administração por meio do link <https://www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores/servicos-ao-investidor/fale-com-o-ri/> selecionando a opção "Enviar e-mail" e na sequência, no campo Assunto, selecionar Recomendações para o Conselho de Administração para Assembleia.

5. Edital de Convocação

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Os (As) senhores(as) acionistas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. ("Companhia") são convidados(as) pelo Conselho de Administração a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária, que se realizarão no dia 28.04.2026, respectivamente às 11h e às 11h10. As Assembleias ocorrerão em formato exclusivamente remoto e digital com o objetivo de facilitar a participação dos acionistas de onde quer que estejam e abordarão as matérias elencadas abaixo.

Assembleia Geral Ordinária – 11h

1. Tomar conhecimento dos Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e examinar, para deliberação, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2025;
2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício;
3. Fixar o número de membros que comporão o Conselho de Administração e eleger seus integrantes para o próximo mandato anual, incluindo os copresidentes, o vice-presidente e os membros independentes. Tendo em vista as determinações da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 70/22, fica consignado que, para requerer a adoção de voto múltiplo na eleição de membros do Conselho de Administração, os requerentes deverão representar, no mínimo, 5% do capital votante;
4. Eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal para o próximo mandato anual; e

5. Deliberar sobre o montante da verba destinada à remuneração global dos integrantes da Diretoria e do Conselho de Administração, bem como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal.

Assembleia Geral Extraordinária – 11h10

1. Deliberar sobre o “Protocolo e Justificação” no qual estão estabelecidos os termos e condições da incorporação do Banco Itaucard S.A. pela Companhia, com data-base de 31 de dezembro de 2025;

2. Ratificar a nomeação e a contratação da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. - PwC como empresa especializada responsável pela elaboração do Laudo de Avaliação do patrimônio líquido contábil do Banco Itaucard S.A. a ser incorporado pela Companhia;

3. Deliberar sobre o Laudo de Avaliação, com base no balanço contábil do Banco Itaucard S.A., levantado em 31 de dezembro de 2025;

4. Deliberar sobre a incorporação, pela Companhia, do Banco Itaucard S.A., sem aumento no capital social da Companhia, nos termos do “Protocolo e Justificação”;

5. Autorizar os administradores da Companhia, na forma prevista em seu Estatuto Social, a praticarem todos os atos e a firmarem todos os documentos necessários à implementação e formalização das deliberações aprovadas;

6. Alterar a redação do artigo 3º, caput, do Estatuto Social, para refletir a nova composição do capital social subscrito e integralizado, após deliberações do Conselho de Administração de 27 de novembro de 2025 e 18 de dezembro de 2025 referentes ao cancelamento de ações e aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado;

7. Alterar a redação do item 9.1. do artigo 9º do Estatuto Social para modificar o número máximo de membros da Diretoria, passando esta a ser composta por 05 (cinco) a 60 (sessenta) membros; e

8. Consolidar o Estatuto Social, com as alterações mencionadas acima.

A descrição consolidada das matérias propostas bem como sua justificativa constam do Manual da Assembleia.

Os documentos a serem analisados na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas no site de relações com investidores da Companhia (www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores), bem como no site da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 –

Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). Os acionistas também podem solicitar cópia de referidos documentos pelo e-mail ri@itau-unibanco.com.br. As Assembleias serão realizadas através de sistema eletrônico com link e instruções de acesso a serem disponibilizados pela Companhia aos acionistas que enviarem para o e-mail ri@itau-unibanco.com.br, até o dia 24.04.2026, os seguintes documentos:

a) Pessoas Jurídicas: cópia autenticada do contrato/ estatuto social e comprovante de eleição dos administradores, devidamente registrado na junta comercial competente.

b) Pessoas Físicas: cópia digitalizada de documento de identidade válido com foto do acionista.

Os acionistas podem ser representados nas Assembleias por procurador, nos termos do artigo 126 da Lei nº 6.404/76, desde que o procurador envie seu documento de identidade e os documentos listados abaixo comprovando a validade de sua procuração (solicitamos que documentos produzidos no exterior sejam consularizados ou apostilados e acompanhados da respectiva tradução juramentada). Esclarecemos que o representante do acionista pessoa jurídica não precisará ser acionista, administrador da Companhia ou advogado.

a) Pessoas Jurídicas: cópia autenticada do contrato/ estatuto social da pessoa jurídica representada, comprovante de eleição dos administradores e a correspondente procuração, com firma reconhecida em cartório.

b) Pessoas Físicas: procuração com firma reconhecida em cartório.

Objetivando facilitar os trabalhos nas Assembleias, a Companhia sugere que os acionistas representados por procuradores enviem, até o dia 24.04.2026, cópia dos documentos acima elencados para o e-mail ri@itau-unibanco.com.br.

A Companhia implementou o sistema de votação a distância, nos termos da Resolução CVM nº 81/22, conforme alterada, possibilitando que seus acionistas enviem boletins de voto a distância (i) diretamente à Companhia, (ii) aos seus respectivos agentes de custódia, caso as ações estejam depositadas em depositário central, ou (iii) à Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira contratada pela Companhia para prestação dos serviços de escrituração, conforme procedimentos descritos no Manual da Assembleia.

São Paulo (SP), 27 de março de 2026.

Gustavo Lopes Rodrigues
Diretor de Relações com Investidores

6. Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária

Em Assembleia Geral Ordinária

I. Contas dos Administradores, Balanços Patrimoniais, demais Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2025.

O Relatório da Administração foi disponibilizado junto com as Demonstrações Financeiras, tendo sido aprovado pelo Conselho de Administração em reunião de 04.02.2026 e disponibilizado naquela data no site da CVM e no site de Relações com Investidores da Companhia (www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores). Além disso, referido documento foi publicado em 19 de fevereiro de 2026 no Jornal O Estado de S. Paulo (versão impressa: páginas B13 a B15 e versão digital: páginas 1 a 5 da Seção RI).

A administração da Companhia propõe à Assembleia a aprovação das Contas dos Administradores, Balanços Patrimoniais, demais Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2025.

II. Destinação do Lucro Líquido do exercício de 2025.

A Companhia apurou Lucro Líquido no exercício de 2025 no valor de R\$ 45.659.367.624,70, conforme demonstrativo de resultado disponibilizado em 04.02.2026 no site da CVM e no site de Relações com Investidores da Companhia (www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores), publicado juntamente com as Demonstrações Financeiras em 19 de fevereiro de 2026 no Jornal O Estado de S. Paulo (versão impressa: páginas B13 a B15 e versão digital: páginas 1 a 5 da Seção RI).

Tendo em vista a apuração de referido Lucro Líquido, conforme consubstanciado nas Demonstrações Financeiras, propõe-se destiná-lo da seguinte forma:

(a) R\$ 2.282.968.381,24 para a conta de Reserva Legal; e

(b) R\$ 33.703.674.403,32 bruto para o pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, conforme faculdade prevista no artigo 9º da Lei nº 9.249/95, sendo ressaltado que o pagamento de tal valor já foi integralmente realizado.

Propõe-se, ainda, a destinação de R\$ 9.672.724.840,14 e R\$ 38.378.481,19 às Reservas Estatutárias de Lucros, referentes ao lucro líquido do exercício e aos dividendos e juros sobre capital prescritos durante o exercício, respectivamente.

A Destinação do Lucro Líquido, na forma especificada no Anexo A da Resolução CVM nº 81/22, consta como Anexo I deste documento.

III. Fixação do número de membros para compor o Conselho de Administração e eleição dos integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal para o próximo mandato anual.

O acionista majoritário propõe o provimento de 13 (treze) cargos para o Conselho de Administração da Companhia para o próximo mandato anual, sendo que poderá ser provido até 1 (um) cargo adicional, em votação em separado, nos termos do artigo 141, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações.

Diante da avaliação do órgão colegiado e de seus membros individualmente, do bom desempenho durante o período e da assiduidade de seus integrantes nas reuniões e, ainda, da aderência aos requisitos de elegibilidade da Companhia e de sua Política de Indicação de Administradores, propõe-se a reeleição dos seguintes membros de forma individual: Pedro Moreira Salles e Roberto Egydio Setubal como Copresidentes; Ricardo Villela Marino como Vice-presidente; Alfredo Egydio Setubal, Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela e João Moreira Salles, como membros; e Candido Botelho Bracher, Cesar Nivaldo Gon, Fabricio Bloisi Rocha, Marcos Marinho Lutz, Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana, Paulo Antunes Veras, Pedro Luiz Bodin de Moraes, como membros independentes.

Nos termos do artigo 140, parágrafo 2º da Lei das Sociedades por Ações, bem como do artigo 5º e seguintes do Anexo K, da Resolução CVM Nº 80/22, conforme autodeclaração e avaliação pelo Conselho de Administração, são considerados membros independentes: Candido Botelho Bracher, Cesar Nivaldo Gon, Fabricio Bloisi Rocha, Marcos Marinho Lutz, Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana, Paulo Antunes Veras e Pedro Luiz Bodin de Moraes.

A tabela abaixo indica, pormenorizadamente, o cumprimento dos requisitos de independência de cada um dos membros do conselho de administração considerados independentes:

Requisitos de independência	Candido Botelho Bracher	Cesar Nivaldo Gon	Fabício Bloisi Rocha	Marcos Marinho Lutz	Maria Helena Santana	Paulo Antunes Veras	Pedro Bodin
Não é acionista controlador da Companhia.	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Não tem seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia.	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até segundo grau do acionista controlador, de administrador da Companhia ou de administrador do acionista controlador.	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Não é ou foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia ou do seu acionista controlador.	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓

Em relação ao Conselho Fiscal, o acionista majoritário propõe que seja eleito Cláudio José Coutinho Arromatte, como membro efetivo, e reeleitos Eduardo Hiroyuki Miyaki, como membro efetivo, e João Costa e Leni Bernadete Torres da Silva Sansiviero, como membros suplentes, sendo que todos preencherão, na data da eleição, as condições de elegibilidade previstas no artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações¹.

A acionista Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI, na qualidade de detentora de ações preferenciais, comunicou a indicação de mais dois candidatos ao Conselho Fiscal da Companhia para eleição: Marcelo Maia Tavares de Araújo como membro efetivo e Haroldo do Rosario Vieira como suplente, os quais também preenchem as condições de elegibilidade do artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações. Os currículos detalhados, bem como as demais informações exigidas pelos itens 7.3 a 7.6 do Anexo C da Resolução CVM nº 80/22, constam do Anexo III deste documento.

IV. Fixação da verba destinada à remuneração global dos integrantes da Diretoria e do Conselho de Administração, bem como a remuneração dos integrantes do Conselho Fiscal da Companhia.

Com relação ao exercício social de 2026, independentemente do ano em que os valores forem efetivamente atribuídos, pagos ou reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia, propõe-se que a Assembleia Geral aprove o montante global de R\$ 938 milhões para a remuneração dos administradores (membros da Diretoria e do Conselho de Administração) da Companhia.

O montante de remuneração global proposto decorre, principalmente, da expansão das atividades da Companhia (com evolução positiva dos resultados) e do consequente aumento da complexidade operacional, o que demandou a ampliação do número de membros da Diretoria desde a última proposta de remuneração global divulgada ao mercado e aprovada na Assembleia Geral Ordinária de 17 de abril de 2025.

¹ O candidato Cláudio José Coutinho Arromatte, atualmente, é diretor de sociedades do Conglomerado Itaú Unibanco. No entanto, ele apresentará renúncia a esses cargos no dia 31/03/2026, motivo pelo qual, no momento de sua eleição ao Conselho Fiscal, terá atendido a todas as condições de elegibilidade previstas em lei.

Para os membros do Conselho Fiscal, propõe-se que a Assembleia Geral aprove a remuneração mensal individual de R\$ 22 mil para os membros efetivos e de R\$ 9 mil para os membros suplentes. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será válida até a Assembleia Geral Ordinária de 2027.

Os valores para remuneração poderão ser pagos em moeda corrente nacional e em ações da Companhia.

Nossa política de remuneração tem como objetivos atrair, reter e recompensar de forma meritocrática os administradores, além de incentivá-los a manter níveis prudentes de exposição ao risco nas estratégias de curto, médio e longo prazo na condução de seus negócios, em consonância com os interesses dos acionistas e a cultura da organização, possibilitando que a Sociedade alcance resultados sustentáveis.

Para a composição da remuneração global a ser aprovada em Assembleia, são considerados os seguintes instrumentos:

Conselho Fiscal

Remuneração fixa mensal: honorário em dinheiro. Conforme legislação aplicável, a remuneração de cada membro em exercício não pode ser inferior a 10% da remuneração fixa atribuída a cada diretor (i.e., não computados os benefícios, as verbas de representação e a participação nos lucros).

Conselho de Administração

Remuneração fixa mensal: honorário em dinheiro, alinhado às práticas de mercado e revisado com frequência necessária para atrair os profissionais qualificados.

Remuneração fixa anual em ações: honorário em ações preferenciais do Emissor. Até 2024, a quantidade de ações era apurada e outorgada a cada três anos, sendo que a entrega das ações era realizada proporcionalmente à quantidade de mandatos cumpridos no período. A partir de 2025, a outorga tem sido realizada anualmente, com pagamentos de um terço a cada ano.

Remuneração variável anual em ações: honorário em ações aprovado somente em caso de deliberação do Comitê de Remuneração, sujeito às diretrizes da Resolução CMN nº 5.177/24, com outorgas anuais e diferidas em, no mínimo, 3 (três) anos, sendo efetuada em parcelas anuais proporcionais ao período de diferimento.

Diretoria

Remuneração fixa mensal: honorário fixo em dinheiro, estabelecido de acordo com a função exercida e tem como fundamento a equidade interna, possibilitando também a sua mobilidade em nossos diversos negócios. A definição dos valores leva em consideração a competitividade frente ao mercado.

Benefícios: composto por plano médico, odontológico, check-up, previdência complementar, estacionamento e seguro de vida.

Remuneração variável anual: participação estatutária nos lucros e honorários (em dinheiro e em ações ou instrumentos baseados em ações) aprovada pelo Comitê de Remuneração.

Em linha com o disposto na Resolução CMN nº 5.177/24 ("Resolução sobre Remuneração"), a remuneração variável é compatível com as políticas de gestão de risco da Companhia e de suas controladas, sendo que, no mínimo, 70% dessa remuneração variável é convertida em ações preferenciais do Emissor ou instrumentos baseados em tais ações, cuja transferência aos administradores é diferida em, no mínimo, 3 (três) anos, sendo efetuada em parcelas anuais proporcionais ao período de diferimento.

Adicionalmente, o Emissor possui um programa institucional denominado Programa de Sócios, que tem como objetivo alinhar a gestão do risco no curto, médio e longo prazo, assim como alinhar os interesses dos participantes do programa aos de nossos acionistas, beneficiando-os proporcionalmente aos ganhos obtidos pelo Emissor e por seus acionistas, no qual os administradores com histórico de contribuição relevante e desempenho diferenciado devem vincular uma parcela ou a totalidade de sua remuneração variável anual para aquisição de ações preferenciais do Emissor ("Ações Próprias"). Mediante a manutenção da propriedade das Ações Próprias sem quaisquer ônus ou gravames e do cumprimento das demais condições suspensivas previstas no Regulamento do Programa pelos prazos de 3 (três) e 5 (cinco) anos a contar do investimento inicial, haverá um retorno ao investimento por meio do recebimento de contrapartida em ações preferenciais do Emissor ("Ações de Sócios") também nos prazos de 3 (três) e 5 (cinco) anos. As Ações de Sócios recebidas como contrapartida ficam indisponíveis para venda até o 5º ano a contar da data de cada investimento realizado.

Para fins do cálculo do montante global da remuneração paga em ações, considerar-se-á como critério para cálculo o valor das ações preferenciais da Companhia na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão em 2026, ano em que a remuneração é efetivamente atribuída,

independentemente do ano em que ela for efetivamente paga ou reconhecida nas demonstrações financeiras da Companhia.

Levando em conta a estrutura de diferimento das formas de remuneração variável da Companhia, os valores para remuneração variável convertidos em ações ou instrumentos baseados em ações referentes ao exercício social de 2025, a serem efetivamente atribuídos em 2026, serão transferidos em período do diferimento total de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) anos.

Os valores diferidos poderão ser reduzidos ou não pagos em razão da eventual redução do lucro líquido recorrente realizado da Companhia ou da área de negócios aplicável no período do diferimento, salvo quando a redução ou resultado negativo decorrerem de eventos extraordinários, imprevisíveis e externos ao Conglomerado Itaú Unibanco, que afetem também outras instituições financeiras e não sejam relacionados a ações ou omissões dos administradores. O Comitê de Remuneração pode decidir pela aplicação do malus mesmo nesses casos.

Ainda, temos a política de Clawback, que consiste na recuperação de valores de remuneração outorgados

ou pagos em excesso aos Diretores público-alvo no anexo I da Política de Remuneração de Administradores, em caso de reapresentação das Demonstrações Contábeis da Companhia.

Além dos valores estabelecidos pela Assembleia Geral, os administradores poderão receber participação nos lucros da Companhia, que, nos termos do artigo 152, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, estará limitada à remuneração anual dos administradores ou a 10% (dez por cento) do lucro da Companhia, prevalecendo o que for menor.

A proposta de Remuneração dos Administradores, na forma especificada no Item 8 do Anexo C da Resolução CVM nº 80/22, consta como Anexo IV deste documento.

Por fim, em atendimento à Lei nº 15.177/25, que alterou a Lei das Sociedades por Ações e, em continuidade à informação publicada no Relatório da Administração, divulgado em 19 de fevereiro de 2026, informamos, abaixo, o número total de colaboradores, bem como a relação entre a remuneração de homens e mulheres, ao final do exercício, segregados por nível hierárquico.

Nível de cargo	Total		Conselho Adm.		Diretores		Superintendentes		Gerentes e Coordenadores		Analistas	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Nº de mulheres contratadas (admitidas no ano)	4.043	5.775	0	0	2	0	12	6	166	206	3.863	5.563
Nº de mulheres em cargos de administração (em dezembro de cada ano)	32	23	2	2	30	21	-	-	-	-	-	-
Nº mulheres (em dezembro de cada ano)	42.783	44.761	2	2	30	21	208	194	6.396	6.341	36.147	38.203
Representatividade % das mulheres por agrupamento	53,6%	53,7%	15,4%	15,4%	21,3%	16,2%	28,5%	27,9%	47,2%	47,5%	55,3%	55,2%
% da remuneração das mulheres em relação à remuneração dos homens	99,35%	99,33%	100%	100%	93,19%	95,73%	97,95%	106,14%	98,66%	99,59%	99,36%	99,33%

Notas:

- Mulheres: Considerado o sexo biológico.
- Os valores apresentados no reporte consideram apenas grupos comparáveis, ou seja, para cada mulher, são comparados homens com as seguintes características: mesmo CNPJ empregador, mesmo nome de cargo, diferença de tempo de empresa menor ou igual a 48 meses e diferença de tempo na função menor ou igual a 24 meses.
- Remuneração: Considera remuneração fixa, variável e eventual.

Em Assembleia Geral Extraordinária

I. Reorganização societária no Conglomerado Itaú Unibanco

O Conglomerado Itaú Unibanco tem buscado, de forma constante, a racionalização do uso de seus recursos e a otimização de suas estruturas e negócios, com vistas a propiciar maior eficiência e retorno dos valores investidos.

Nessa linha, o Conselho de Administração aprovou proposta de reorganização societária contemplando incorporação, pela Companhia, do Banco Itaucard S.A. ("Itaucard"), sociedade 100% detida pela Companhia ("Operação" ou "Incorporação").

Atualmente, o Itaucard não possui atividades operacionais, sendo certo que as atividades anteriormente exercidas por este veículo já foram transferidas para a Companhia e outras empresas do grupo em reorganizações societárias anteriores. Sendo assim, o objetivo da Operação será extinguir o Itaucard. As bases e condições da Incorporação estão detalhadas no "Protocolo e Justificação" e no "Laudo de Avaliação".

Este Manual contém todos os documentos necessários para que os acionistas possam deliberar sobre a Proposta da Administração. O "Protocolo e Justificação" estabelece os termos e as condições da Incorporação. O Laudo de Avaliação, com base nos balanços levantados em 31 de dezembro de 2025 do Itaucard e da Companhia foi preparado pela empresa especializada PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. – PwC. Esses documentos constam do Anexo V, correspondente ao conteúdo do Anexo I da Resolução CVM 81/22. O Anexo VI contém as Informações sobre Avaliadores, conforme requerido pelo Anexo L da Resolução CVM 81/22.

II. Alteração do Estatuto Social da Companhia

Considerando que (i) em 27 de novembro de 2025, o Conselho de Administração da Companhia deliberou o cancelamento de 78.850.638 ações escriturais preferenciais mantidas em tesouraria, as quais foram adquiridas pela Companhia por meio do programa de recompra de ações autorizado pelo Conselho de Administração em reunião de 05.02.2025, consoante Resolução CVM 77/22; e (ii) em 18 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento do capital social subscrito e integralizado da Companhia, dentro do limite do capital autorizado previsto no Estatuto Social, no valor de R\$ 12.846.837.880,00 (doze bilhões, oitocentos e quarenta e seis milhões, oitocentos e trinta e sete mil, oitocentos e oitenta reais) passando este de R\$ 124.063.060.190,00 (cento e vinte e quatro bilhões, sessenta e três milhões, sessenta mil e cento

e noventa reais) para R\$ 136.909.898.070,00 (cento e trinta e seis bilhões, novecentos e nove milhões, oitocentos e noventa e oito mil e setenta reais) mediante a capitalização de valores registrados nas Reservas de Lucros da Companhia e emissão de 321.170.947 (trezentas e vinte e um milhões, cento e setenta mil, novecentas e quarenta e sete) novas ações escriturais, sem valor nominal, sendo 163.623.582 (cento e sessenta e três milhões, seiscentas e vinte e três mil, quinhentas e oitenta e duas) ordinárias e 157.547.365 (cento e cinquenta e sete milhões, quinhentas e quarenta e sete mil, trezentas e sessenta e cinco) preferenciais, a administração da Companhia propõe à Assembleia Geral Extraordinária a alteração do Estatuto Social para:

a) refletir a nova composição do capital social, em decorrência do cancelamento de ações preferenciais e do aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado, conforme deliberações do Conselho de Administração tomadas em reuniões realizadas em 27 de novembro de 2025 e em 18 de dezembro de 2025, respectivamente. Deste modo, propõe-se que o artigo 3º, caput, do Estatuto Social da Companhia seja alterado; e

b) alterar o item 9.1. do artigo 9º do Estatuto Social para modificar o número máximo de membros da Diretoria, passando esta a ser composta por 05 (cinco) a 60 (sessenta) membros.

III. Consolidação do Estatuto Social, com as alterações mencionadas no item "II", acima.

O Anexo VII possui a cópia consolidada do Estatuto Social contendo, em destaque, as alterações ora propostas, bem como relatório que detalha a origem e justificativa de tais alterações e analisa seus efeitos jurídicos e econômicos, nos termos do artigo 12 da Resolução CVM nº 81/22.

ANEXO I

ANEXO "A" DA RESOLUÇÃO CVM Nº 81/22

Destinação do Lucro Líquido

Propõe-se que o lucro líquido do exercício constante das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, no montante de R\$ 45.659.367.624,70, seja destinado conforme segue: **(a)** R\$ 2.282.968.381,24 à Reserva Legal; **(b)** R\$ 33.703.674.403,32 ao pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, conforme faculdade prevista no artigo 9º da Lei n.º 9.249/95; e **(c)** R\$ 9.672.724.840,14 à Reserva Estatutária de Lucros. Propõe-se, ainda, a destinação de R\$ 38.378.481,19 às Reservas Estatutárias de Lucros, referente aos dividendos e juros sobre capital prescritos durante o exercício.

Informamos que todos os dados apresentados, exceto quando informados de outra forma, referem-se aos dados individuais do Itaú Unibanco Holding.

Efetuamos pagamento mensal de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base na posição acionária do último dia útil do mês anterior com pagamento no primeiro dia útil do mês subsequente, e, eventualmente, a critério do Conselho de Administração, pagamentos complementares (semestrais), para os quais o Conselho de Administração determina a data-base para a posição acionária e a data do pagamento. Em referidos pagamentos semestrais, a administração verifica o lucro existente, determina o montante de dividendos que deveria ser distribuído como obrigatório, calcula o montante mensal que já foi declarado e, ao fim, determina quanto faltaria para que se completasse o pagamento do dividendo mínimo obrigatório. Por deliberação do Conselho de Administração podem ser pagos juros sobre o capital próprio, imputando-se o valor dos juros pagos ou creditados ao valor do dividendo obrigatório, com base no artigo 9º, § 7º, da Lei nº 9.249/95.

Para mais informações, veja os itens a seguir, os quais foram elaborados em consonância com os requisitos do Anexo A da Resolução CVM nº 81/22.

1. Informar o Lucro Líquido do exercício

R\$ 45.659.367.624,70.

2. Informar o montante global e valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

O valor global distribuído a título de dividendos e juros sobre capital próprio foi de R\$ 33.703.674.403,32 (bruto), sendo R\$ 31.771.022.418,40 líquido de tributos. O montante global corresponde ao percentual do lucro líquido indicado no item 3 abaixo. Desse modo, será proposta à Assembleia Geral a ratificação das declarações e distribuições já realizadas e não serão propostas novas declarações.

Valor líquido por ação: R\$ 2,9553855.

O pagamento, crédito, emprego ou entrega de lucros e dividendos a pessoas físicas residentes no Brasil, por uma mesma pessoa jurídica, que superar 50 mil reais mensais, está sujeito à retenção na fonte do imposto de renda das pessoas físicas à alíquota de 10% sobre o valor total dos lucros ou dividendos. Os lucros ou dividendos pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos a beneficiário no exterior estão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de 10%, independentemente do valor, exceto quando o beneficiário seja **(i)** um governo estrangeiro e haja reciprocidade de tratamento com o governo brasileiro, ou **(ii)** um fundo soberano, nos termos do art. 3º, § 5º, da Lei 11.312/2006, ou **(iii)** uma entidade de previdência no exterior, observada a regulamentação da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil. Os lucros ou dividendos relativos aos resultados apurados até o ano-calendário de 2025, cuja distribuição tenha sido aprovada até 31 de dezembro de 2025, não se sujeitam à incidência do imposto de renda, desde que seu pagamento, crédito, emprego ou entrega ocorra nos termos originalmente previstos no ato de aprovação. O pagamento de juros sobre o capital próprio a acionistas, inclusive a detentores de ADRs, residentes brasileiros ou não, está sujeito à retenção de imposto de renda no Brasil à alíquota de 17,5% ou de 25% para acionistas residentes ou domiciliados em jurisdição de paraíso fiscal ou regime tributário privilegiado. Excetuam-se dessa retenção os acionistas comprovadamente imunes ou isentos.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

O valor líquido distribuído a título de dividendos e juros sobre capital próprio corresponde a 73% do lucro líquido do exercício ajustado pelo valor destinado à reserva legal.

4. Informar o montante global e valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não houve.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não há.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não há.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não houve.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não há.

6. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre o capital próprio já declarados e data dos respectivos pagamentos

Montante dos dividendos e juros sobre capital próprios pagos – Exercício social 2025/2026							
Ano	Competência do Exercício	Posição acionária	Data do Pagamento	Tipo de Evento	Pagamento (R\$ por ação)		Total Líquido por Ação
					Bruto	Líquido	
2025	Janeiro	30.12.2024	03.02.2025	JCP	0,017650	0,015000	2,955386
	Fevereiro	31.01.2025	06.03.2025	JCP	0,017650	0,015000	
	Março	28.02.2025	01.04.2025	JCP	0,017650	0,015000	
	Abril	31.03.2025	02.05.2025	JCP	0,017650	0,015000	
	Maio	30.04.2025	02.06.2025	JCP	0,017650	0,015000	
	Junho	30.05.2025	01.07.2025	JCP	0,017650	0,015000	
	Junho	09.06.2025	29.08.2025	JCP	0,334100	0,283985	
	Julho	30.06.2025	01.08.2025	JCP	0,017650	0,015000	
	Agosto	31.07.2025	01.09.2025	JCP	0,017650	0,015000	
	Agosto	18.08.2025	29.08.2025	JCP	0,363400	0,308890	
	Setembro	29.08.2025	01.10.2025	JCP	0,017650	0,015000	
	Outubro	30.09.2025	03.11.2025	JCP	0,017650	0,015000	
	Novembro	31.10.2025	01.12.2025	JCP	0,017650	0,015000	
	Dezembro	28.11.2025	02.01.2026	JCP	0,017650	0,015000	
	Dezembro	09.12.2025	19.12.2025	Dividendos	1,868223	1,868223	
	Dezembro	09.12.2025	06.03.2026	JCP	0,3697500	0,3142875	
2026	Janeiro	30.12.2025	02.02.2026	JCP	0,018182	0,015000	
	Fevereiro	30.01.2026	02.03.2026	JCP	0,018182	0,015000	

Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprios previstos para 2026						
Ano	Competência do Exercício	Posição Acionária	Data do Pagamento	Tipo de Evento	Pagamento (R\$ por ação)	
					Nominal	Líquido
2026	Março	27.02.2026	01.04.2026	JCP	0,018182	0,015000
	Março	19.03.2026	até 31.08.2026	JCP	0,348880	0,287826
	Abril	31.03.2026	04.05.2026	JCP	0,018182	0,015000
	Maió	30.04.2026	01.06.2026	JCP	0,018182	0,015000
	Junho	29.05.2026	01.07.2026	JCP	0,018182	0,015000
	Julho	30.06.2026	03.08.2026	JCP	0,018182	0,015000
	Agosto	31.07.2026	01.09.2026	JCP	0,018182	0,015000
	Setembro	31.08.2026	01.10.2026	JCP	0,018182	0,015000
	Outubro	30.09.2026	03.11.2026	JCP	0,018182	0,015000
	Novembro	30.10.2026	01.12.2026	JCP	0,018182	0,015000
	Dezembro	30.11.2026	04.01.2027	JCP	0,018182	0,015000

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

R\$	2025	2024	2023
Lucro líquido	45.659.367.624,70	37.317.701.999,57	33.388.878.797,32
Lucro líquido por ação	4,12	3,81	3,41

Para cálculo do lucro líquido por ação, divide-se o lucro líquido pela média ponderada da quantidade de ações em circulação do exercício.

b. Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

R\$	2025	2024	2023
Ordinária	2,9554	2,6292	2,1932
Preferencial	2,9554	2,6292	2,1932

Para cálculo do dividendo/juros sobre o capital próprio por ação, divide-se o dividendo/juros sobre o capital próprio pela quantidade de ações em circulação na posição acionária determinada para cada pagamento.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

R\$ 2.282.968.381,24.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações e do item 13.1 de nosso Estatuto Social, 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício deve ser destinado à Reserva Legal, desde que não exceda 20% (vinte por cento) do capital social.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculo dos dividendos fixos ou mínimos

Dividendo mínimo anual de R\$ 0,022 por ação.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

O lucro do exercício foi suficiente para o pagamento integral dos dividendos mínimos.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

O dividendo mínimo não é cumulativo.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos pagos a cada classe de ações preferenciais

Não contamos com classes distintas de ações preferenciais. O valor global dos dividendos mínimos estabelecidos estatutariamente para as nossas ações preferenciais foi de R\$ 120.118.385,86.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos pagos por ação preferencial de cada classe

Não contamos com classes distintas de ações preferenciais.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado no mesmo exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nas letras "a" e "b" do inciso I do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e observados os incisos II e III do mesmo dispositivo legal.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

O dividendo obrigatório foi pago integralmente, nos termos do item 6 acima.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não houve retenção de montantes.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

Não houve retenção de dividendo obrigatório.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

Não houve destinação de resultado para a reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

Não houve destinação de resultado para a reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Por proposta do Conselho de Administração, a Assembleia Geral poderá deliberar a formação de Reserva Estatutária de Lucros, que será limitada a 100% do valor do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, podendo seu saldo também ser utilizado: **(i)** nas operações de resgate, reembolso ou aquisição das próprias ações, nos termos da legislação em vigor; e **(ii)** na incorporação ao capital social, inclusive mediante bonificações em novas ações.

A Reserva será formada com recursos: **a)** equivalentes a até 100% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, sempre respeitado o direito dos acionistas ao recebimento de dividendos obrigatórios; **b)** equivalentes a até 100% da parcela realizada de Reservas de Reavaliação, lançada a lucros acumulados; **c)** equivalentes a até 100% do montante de ajustes de exercícios anteriores, lançado a lucros acumulados; e **d)** decorrentes do crédito correspondente às antecipações de dividendos.

O saldo dessa reserva, somado ao da Reserva Legal, não poderá ultrapassar o capital social, nos termos do art. 199 da Lei nº 6.404/76.

b. Montante destinado às reservas estatutárias

Destinação às Reservas Estatutárias de Lucros, sendo: **(i)** referentes ao lucro líquido do exercício, no valor de R\$ 9.672.724.840,14 e **(ii)** referentes aos dividendos e juros sobre capital próprio prescritos durante o exercício, no valor de R\$ 38.378.481,19.

c. Forma de cálculo do montante destinado a reserva

A forma de cálculo obedece à determinação do Estatuto Social, utilizando até 100% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, sempre respeitado o direito dos acionistas ao recebimento de dividendos obrigatórios.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

Não houve retenção de lucros.

16. Havendo destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais

Não houve destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

ANEXO II

ITEM 2 DO ANEXO "C" DA RESOLUÇÃO CVM Nº 80/22

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras contidas neste item 2 (Comentários dos Diretores) foram elaboradas de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS – International Financial Reporting Standards), conforme emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), aplicáveis às nossas operações e negócios.

Destaques Patrimoniais

Apresentamos abaixo um resumo do nosso Balanço Patrimonial para 31 de dezembro de 2025 e 2024. Consulte nossas demonstrações contábeis consolidadas para obter mais informações sobre nosso Balanço Patrimonial Consolidado.

Balanço Patrimonial Resumido - Ativo	Em 31 de dezembro		Variação	
	2025	2024	R\$ milhões	%
	(Em milhões de R\$)			
Disponibilidades	37.144	36.127	1.017	2,8
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	2.042.788	1.912.804	129.984	6,8
Depósitos no Banco Central do Brasil	167.275	160.698	6.577	4,1
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros, Aplicações no Mercado Aberto e Títulos e Valores Mobiliários	676.755	637.658	39.097	6,1
Operações de Crédito e Arrendamento Financeiro	1.083.798	1.025.493	58.305	5,7
Outros Ativos Financeiros	164.029	136.713	27.316	20,0
(-) Provisão para Perda Esperada	(49.069)	(47.758)	(1.311)	2,7
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	132.473	106.303	26.170	24,6
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	705.250	654.194	51.056	7,8
Contratos de Seguros, Investimentos em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto, Imobilizado, Ágio e Ativos Intangíveis e Outros Ativos	69.411	72.394	(2.983)	(4,1)
Ativos Fiscais	79.103	72.653	6.450	8,9
Total do Ativo	3.066.169	2.854.475	211.694	7,4

31 de dezembro de 2025 em comparação com 31 de dezembro de 2024

Ativo total aumentou R\$ 211.694 milhões em 31 de dezembro de 2025 em comparação com 31 de dezembro de 2024, principalmente devido ao aumento em ativos financeiros ao custo amortizado, ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Essa evolução está descrita com mais detalhes abaixo:

Ativos financeiros ao custo amortizado aumentaram R\$ 129.984 milhões, ou 6,8%, em 31 de dezembro de 2025, em comparação com 31 de dezembro de 2024, principalmente pelo aumento em (i) operações de crédito e arrendamento financeiro; (ii) aplicações em depósitos interfinanceiros, aplicações no mercado aberto e títulos e valores mobiliários; e (iii) outros ativos financeiros.

Aplicações em depósitos interfinanceiros, aplicações no mercado aberto e títulos e valores mobiliários aumentaram R\$ 39.097 milhões, ou 6,1%, em 31 de dezembro de 2025 em

comparação com 31 de dezembro de 2024, devido principalmente ao aumento de R\$ 37.375 milhões em aplicações no mercado aberto.

Consulte a “Nota 4 – Aplicação em Depósitos Interfinanceiros e no Mercado Aberto” e “Nota 9 – Títulos e Valores Mobiliários ao Custo Amortizado (CA)” de nossas demonstrações contábeis consolidadas em IFRS, para mais informações.

Operações de crédito e arrendamento financeiro aumentaram R\$ 58.305 milhões, ou 5,7%, em 31 de dezembro de 2025 em comparação com 31 de dezembro de 2024, devido principalmente aos aumentos de **(i)** R\$ 27.652 milhões em nossa carteira de crédito pessoa física, relacionado principalmente aos aumentos de **(a)** R\$ 16.319 milhões em crédito imobiliário; e **(b)** R\$ 10.478 milhões em cartão de crédito; **(ii)** R\$ 16.329 milhões em micro/pequenas e médias empresas, principalmente no agronegócio e na carteira de programas governamentais; **(iii)** R\$ 7.998 milhões em unidades externas – América Latina, principalmente devido ao impacto da variação cambial; e **(iv)** R\$ 6.326 milhões em grandes empresas.

Operações de Crédito e Arrendamento Financeiro, por tipo	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2025	2024	2025 x 2024
	(Em milhões de R\$)		%
Pessoas Físicas	473.226	445.574	6,2
Cartão de crédito	153.526	143.048	7,3
Crédito pessoal	66.498	66.104	0,6
Crédito consignado	75.319	74.524	1,1
Veículos	36.303	36.637	(0,9)
Crédito Imobiliário	141.580	125.261	13,0
Grandes Empresas	158.738	152.412	4,2
Micro / Pequenas e Médias Empresas	221.550	205.221	8,0
Unidades Externas América Latina	230.284	222.286	3,6
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	1.083.798	1.025.493	5,7

Consulte a “Nota 10 – Operações de Crédito e Arrendamento Financeiro” de nossas demonstrações contábeis consolidadas em IFRS, para mais informações.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes aumentaram R\$ 26.170 milhões, ou 24,6%, em 31 de dezembro de 2025, em comparação com 31 de dezembro de 2024, principalmente pelo aumento em títulos e valores mobiliários, sendo a maior parte composta por títulos públicos.

Consulte a “Nota 8 – Títulos e Valores Mobiliários ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)” de nossas demonstrações contábeis consolidadas em IFRS, para mais informações.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado aumentaram R\$ 51.056 milhões, ou 7,8%, em 31 de dezembro de 2025, em comparação com 31 de dezembro de 2024, principalmente pelo aumento em títulos e valores mobiliários, sendo a maior parte composta por títulos públicos no Brasil e títulos privados, especialmente debêntures.

Consulte a “Nota 5 – Títulos e Valores Mobiliários ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR)” de nossas demonstrações contábeis consolidadas em IFRS, para mais informações.

Apresentamos abaixo um resumo do nosso Balanço Patrimonial – Passivo e Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024. Consulte nossas demonstrações contábeis consolidadas em IFRS, para obter mais informações sobre nosso Balanço Patrimonial Consolidado.

Balço Patrimonial Resumido - Passivo e Patrimônio Líquido	Em 31 de dezembro de		Variação	
	2025	2024	R\$ milhões	%
	<i>(Em milhões de R\$)</i>			
Passivos Financeiros	2.424.121	2.239.979	184.142	8,2
Ao Custo Amortizado	2.350.901	2.148.776	202.125	9,4
Depósitos	1.114.482	1.054.741	59.741	5,7
Captações no Mercado Aberto	434.607	388.787	45.820	11,8
Recursos de Mercado Interbancário, Institucionais e Outros Passivos Financeiros	801.812	705.248	96.564	13,7
Ao Valor Justo por meio do Resultado	71.427	86.275	(14.848)	(17,2)
Provisões para Garantias Financeiras, Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar	1.793	4.928	(3.135)	(63,6)
Contratos de Seguro e Previdência Privada	353.253	306.899	46.354	15,1
Provisões	17.791	19.209	(1.418)	(7,4)
Obrigações Fiscais	11.582	11.345	237	2,1
Outros Passivos	44.346	55.759	(11.413)	(20,5)
Total do Passivo	2.851.093	2.633.191	217.902	8,3
Total do Patrimônio Líquido atribuível aos Acionistas Controladores	204.501	211.090	(6.589)	(3,1)
Participações de Acionistas não Controladores	10.575	10.194	381	3,7
Total do Patrimônio Líquido	215.076	221.284	(6.208)	(2,8)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	3.066.169	2.854.475	211.694	7,4

Total do passivo e patrimônio líquido aumentou R\$ 211.694 milhões em 31 de dezembro de 2025 em comparação com 31 de dezembro de 2024, principalmente em função do aumento em passivos financeiros ao custo amortizado. A seguir, detalhamos as principais variações:

Passivos financeiros ao custo amortizado aumentaram em R\$ 202.125 milhões, ou 9,4%, em 31 de dezembro de 2025, em comparação com 31 de dezembro de 2024, principalmente em função dos aumentos em (i) recursos de mercado interbancários, recursos de mercados institucionais e outros passivos financeiros; (ii) depósitos; e (iii) captações no mercado aberto.

Depósitos aumentaram R\$ 59.741 milhões, ou 5,7%, em 31 de dezembro de 2025 em comparação com 31 de dezembro de 2024, principalmente devido ao aumento de R\$ 54.267 milhões em depósitos a prazo, em função da maior demanda por produtos de renda fixa e outros produtos.

Consulte a “Nota 15 – Depósitos” de nossas demonstrações contábeis consolidadas em IFRS, para mais informações.

Captações no mercado aberto aumentaram R\$ 45.820 milhões, ou 11,8%, em 31 de dezembro de 2025 em comparação com 31 de dezembro de 2024, principalmente em função do aumento de (i) R\$ 45.580 milhões na carteira de terceiros; e (ii) R\$ 22.783 milhões na carteira própria, especialmente com títulos no exterior e títulos privados. Esses aumentos foram parcialmente compensados pela redução de R\$ 22.543 milhões na carteira de livre movimentação.

Consulte a “Nota 17 – Captações no Mercado Aberto e Recursos de Mercados Interbancários e Institucionais” de nossas demonstrações contábeis consolidadas em IFRS, para mais informações.

Recursos de mercados interbancários, recursos de mercados institucionais e outros passivos financeiros aumentaram R\$ 96.564 milhões, ou 13,7%, em 31 de dezembro de 2025

em comparação com 31 de dezembro de 2024, principalmente pelos aumentos de (i) R\$ 49.041 milhões em outros passivos financeiros ao custo amortizado, especialmente em operações com cartões de crédito e em negociação e intermediação de valores; (ii) R\$ 33.876 milhões em recursos de mercados interbancários, com destaque para letras imobiliárias e do agronegócio, bem como repasses no país; e (iii) R\$ 13.647 milhões em recursos de mercados institucionais, especialmente provenientes de captação por certificados de operações estruturadas, debêntures e dívida subordinada.

Consulte a “Nota 17 – Captações no Mercado Aberto e Recursos de Mercados Interbancários e Institucionais” e “Nota 18 – Outros Ativos e Passivos” de nossas demonstrações contábeis consolidadas em IFRS, para mais informações.

Contratos de seguro e previdência privada aumentaram R\$ 46.354 milhões, ou 15,1%, em 31 de dezembro de 2025 em comparação com 31 de dezembro de 2024, principalmente pela atualização dos contratos de previdência privada conhecidos como Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) e Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL), devido à performance dos fundos em função do aumento do índice de contratos de previdência privada e do maior volume de portabilidade.

Consulte a “Nota 27 – Contratos de Seguro e Previdência Privada” de nossas demonstrações contábeis consolidadas em IFRS, para mais informações.

b. Estrutura de capital

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social está representado por 11.026.869.192 ações escriturais sem valor nominal, sendo 5.617.742.977 ações ordinárias e 5.409.126.215 ações preferenciais sem direito a voto, mas com direito de serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, em eventual alienação de controle, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias. O capital social totaliza R\$ 136.910 milhões em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 90.729 milhões em 31/12/2024).

Nos últimos 2 exercícios sociais, o Itaú Unibanco vem mantendo a representatividade do capital de terceiros nos níveis que considera adequado conforme abaixo:

Em R\$ Milhões	31/12/2025	% em relação ao passivo total	31/12/2024	% em relação ao passivo total
Patrimônio líquido ⁽¹⁾	215.076	7,0%	221.284	7,8%
Capital de Terceiros ⁽²⁾	2.851.093	93,0%	2.633.191	92,2%
Passivo Total	3.066.169	100,0%	2.854.475	100,0%

(1) Inclui Participações de Acionistas não Controladores

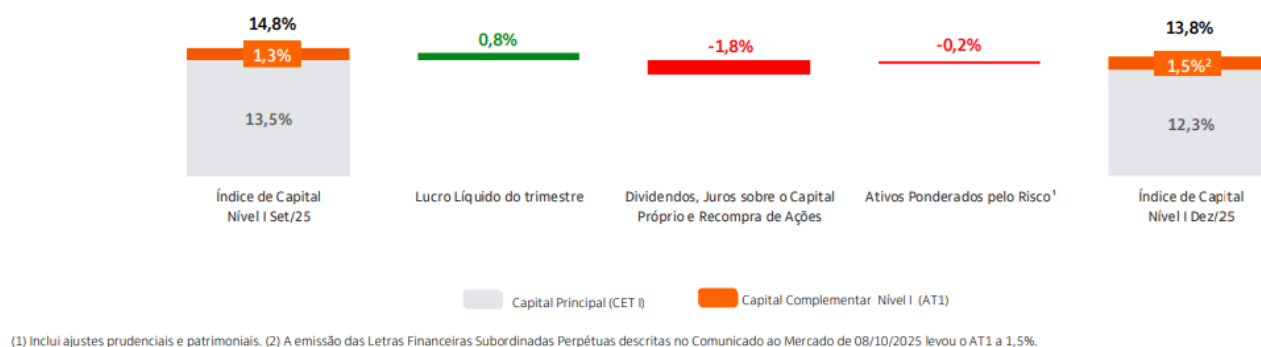
(2) Passivo Total excluindo-se o Patrimônio Líquido

Índice de capital total e ativos ponderados pelo risco

Nosso Capital Total¹ alcançou R\$ 228.589 milhões em 31 de dezembro de 2025, um aumento de R\$ 987 milhões em relação a 31 de dezembro de 2024. Nosso Índice de Basileia (calculado como a relação entre nosso Capital Total e o valor total dos ativos ponderados pelo risco) alcançou 15,2% em 31 de dezembro de 2025 comparado a 16,5% em 31 de dezembro de 2024, apresentando redução de 1,3 ponto percentual. A variação reflete os efeitos do pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos adicionais, recompra de ações e crescimento de ativos ponderados pelo risco, atenuados pelo impacto positivo do resultado do período.

Adicionalmente, o índice de imobilização indica o nível de capital total comprometido com o ativo permanente ajustado. O Itaú Unibanco Holding encontra-se dentro do limite máximo de 50% do

capital total ajustado, conforme estabelecido pelo Bacen. Em 31 de dezembro de 2025, o índice de imobilização atingiu 19,4%, com uma reserva no montante de R\$ 69.887 milhões.



Em 31 de dezembro de 2025, o nosso Índice de Capital Nível I atingiu 13,8%, composto por 12,3% de Capital Principal e 1,5% de Capital Complementar Nível I. Nosso Índice de Capital Nível I reduziu 1,2 ponto percentual em relação a 30 de setembro de 2025, principalmente em função do pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, da recompra de ações e do crescimento dos ativos ponderados pelo risco (RWA), atenuados pelo impacto positivo do resultado do período.

Consulte a “Nota 32 – Gerenciamento de Riscos e Capital” de nossas demonstrações contábeis consolidadas em IFRS, para mais detalhes sobre capital regulatório.

¹ O Capital Total consiste no somatório de três itens, denominados: (i) Capital Principal: soma de capital social, reservas e lucros acumulados, menos deduções e ajustes prudenciais; (ii) Capital Complementar: composto por instrumentos de caráter perpétuo que atendam a requisitos de elegibilidade. Somado ao Capital Principal, compõe o Nível I; e (iii) Nível II: composto por instrumentos de dívida subordinada de vencimento definido que atendam a requisitos de elegibilidade. Somado ao Capital Principal e ao Capital Complementar, compõe o Capital Total.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Asseguramos plena capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos e gerenciamos nossas reservas de liquidez mediante estimativas dos recursos que estarão disponíveis para aplicação, considerando a continuidade dos negócios em condições de normalidade.

O controle de risco de liquidez é realizado por área independente das áreas de negócio e responsável por definir a composição da reserva, estimar o fluxo de caixa e a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo e monitorar limites mínimos para absorver perdas em cenários de estresse para cada país onde o Itaú Unibanco Holding opera. Todas as atividades são sujeitas à verificação pelas áreas independentes de validação, controles internos e auditoria.

As políticas de gestão de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos e nas definições da alta administração. Estes cenários são revistos periodicamente, por meio da análise das necessidades de caixa, em virtude de situações atípicas de mercado ou decorrentes de decisões estratégicas do Itaú Unibanco Holding.

O Itaú Unibanco Holding efetua diariamente a gestão e o controle do risco de liquidez através de governança aprovada em comitês superiores, que prevê, entre outras atividades, a adoção de limites mínimos de liquidez, suficientes para absorver possíveis perdas de caixa em cenários de estresse, mensurados através de metodologias internas e também por metodologia regulatória. Os principais indicadores regulatórios de liquidez, estão detalhados a seguir, no item “e” abaixo.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A tabela a seguir apresenta nossa média de depósitos e empréstimos nos períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Depósitos e empréstimos médios	Exercício findo em 31 de dezembro de			
	2025		2024	
	Saldo médio	Rendimento médio/taxa	Saldo médio	Rendimento médio/taxa
(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)				
Passivos remunerados	2.398.104	10,9%	2.218.722	8,6%
Depósitos remunerados	918.264	10,8%	876.696	7,8%
Depósitos de poupança	173.716	6,4%	176.347	6,9%
Depósitos interfinanceiros e depósitos a prazo	744.548	11,8%	700.349	8,1%
Captações no mercado aberto	410.757	13,9%	394.346	9,2%
Recursos do mercado interbancário e do mercado institucional	524.235	11,7%	475.118	13,1%
Recursos de mercados interbancários	376.123	12,8%	342.643	15,1%
Recursos de mercados institucionais	148.112	8,9%	132.475	8,0%
Provisão de seguros e previdência e passivos de planos de capitalização	335.378	12,6%	293.343	8,1%
Outros passivos remunerados	209.470	0,7%	179.219	0,2%
Passivos não remunerados	299.611	-	282.320	
Depósitos não remunerados	125.246		121.400	
Outros passivos não remunerados	174.365		160.920	
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	208.626		196.171	
Participação de acionistas não controladores	9.434		9.181	
Total	2.915.775		2.706.394	

Nossas principais fontes de financiamento são: depósitos remunerados, depósitos recebidos sob acordos de recompra, repasses de instituições financeiras governamentais, linhas de crédito junto a bancos estrangeiros e emissão de títulos e valores mobiliários no exterior. Consulte a "Nota 15 – Depósitos", "Nota 17 - Captações no Mercado Aberto e Recursos de Mercados Interbancários e Institucionais de nossas demonstrações contábeis consolidadas auditadas em IFRS" e "Nota 18 - Outros Ativos e Passivos", para mais informações sobre fontes de financiamento.

Podemos ocasionalmente tentar liquidar ou comprar nossa dívida pendente, inclusive notas subordinadas (sujeito à aprovação do Banco Central) e títulos de dívida (*sênior notes*), por meio de recompras no mercado aberto, operações negociadas de forma privada ou de outra forma. Eventuais recompras dependerão das condições predominantes de mercado, dos nossos requisitos de liquidez, das restrições contratuais e de outros fatores. As notas recompradas podem ser mantidas, canceladas ou revendidas e qualquer revenda deverá estar em conformidade com requisitos ou isenções aplicáveis nos termos das respectivas leis de títulos e valores mobiliários.

Parte da nossa dívida de longo prazo prevê a antecipação do saldo do principal em aberto na ocorrência de determinados eventos, como é de praxe em contratos de financiamento de longo prazo. Até 31 de dezembro de 2025, não havia ocorrido nenhum desses eventos, inclusive eventos de inadimplência ou descumprimento de cláusula financeira.

Segundo a legislação brasileira, os dividendos em espécie somente podem ser pagos se a subsidiária que os distribui tiver contabilizado lucro nas demonstrações contábeis. Além disso, as subsidiárias consideradas instituições financeiras estão proibidas de realizar empréstimos ao Itaú Unibanco Holding, mas podem fazer depósitos no Itaú Unibanco Holding, os quais representam certificados de depósitos interbancários (CDI). Essas restrições não tiveram, nem se espera que tenham, impacto relevante em nossa capacidade de cumprir nossas obrigações de caixa.

A tabela a seguir apresenta o detalhamento de nossas fontes de recursos do consolidado em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Composição das principais fontes de recursos	% do total de recursos		% do total de recursos	
	2025		2024	
(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)				
Depósitos	1.114.482	52,8%	1.054.741	53,9%
Depósitos à vista	135.383	6,4%	124.920	6,4%
Depósitos de poupança	177.305	8,4%	180.730	9,2%
Depósitos a prazo	789.643	37,4%	735.376	37,6%
Depósitos interfinanceiros	11.530	0,5%	7.224	0,4%
Outros depósitos	621	—%	6.491	0,3%
Captações no mercado aberto	434.607	20,6%	388.787	19,9%
Recursos de mercados interbancários	406.170	19,3%	372.294	19,0%
Letras de crédito imobiliário	71.121	3,4%	52.112	2,7%
Letras de crédito do agronegócio	64.644	3,1%	49.744	2,5%
Letras financeiras	61.161	2,9%	70.083	3,6%
Letras imobiliárias garantidas	64.438	3,1%	64.491	3,3%
Financiamento à importação e à exportação	114.138	5,4%	117.921	6,0%
Repasse no país	30.668	1,5%	17.943	0,9%
Recursos de mercados institucionais	154.194	7,3%	140.547	7,2%
Dívida subordinada	48.147	2,3%	45.224	2,3%
Debentures	4.122	0,2%	0	—%
Obrigações por TVM no exterior	76.348	3,6%	75.912	3,9%
Captação por certificados de operações estruturadas	25.577	1,2%	19.411	1,0%
Total	2.109.453	100,0%	1.956.369	100,0%

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Nosso Conselho de Administração define nossa política de gestão de risco de liquidez e estabelece amplos limites quantitativos para a gestão do risco de liquidez, em linha com nosso apetite ao risco. O CSRML, composto por membros da alta administração, é responsável pela gestão estratégica do risco de liquidez, em conformidade com a estrutura de risco de liquidez e o apetite ao risco aprovados pelo Conselho. Ao estabelecer nossas diretrizes, o CSRML considera as implicações de liquidez de cada segmento de mercado e produto. Nossa unidade de tesouraria institucional é responsável pela gestão diária do perfil de liquidez do Grupo Itaú Unibanco, dentro dos parâmetros definidos por nosso órgão de administração e pelo CSRML. Isso inclui a responsabilidade de supervisão em relação a todas as unidades de negócios que operam fora do Brasil.

Mantemos pools de liquidez separados em nossas operações brasileiras e em cada uma de nossas subsidiárias fora do Brasil. Nossas operações brasileiras incluem instituições financeiras no Brasil e as entidades utilizadas pelas operações brasileiras para financiamento e atendimento a seus clientes no exterior. Cada uma de nossas subsidiárias possui sua própria função de tesouraria com autonomia adequada para gerenciar a liquidez de acordo com as necessidades e regulamentações locais, mantendo-se em conformidade com os limites de liquidez estabelecidos por nossa alta administração. Em geral, raramente ocorrem transferências de liquidez entre subsidiárias ou entre a matriz e uma subsidiária, exceto em circunstâncias muito específicas (por exemplo, aumentos de capital direcionados).

As normas da CMN estabelecem reservas de capital e contracíclicas para instituições financeiras brasileiras como a nossa, e determinam seus percentuais mínimos, bem como as sanções e limitações que serão aplicadas em caso de descumprimento desses requisitos adicionais.

Definimos nossa reserva de liquidez operacional consolidada como o montante total de ativos que podem ser rapidamente convertidos em caixa, com base nas práticas do mercado local e nas restrições legais. A reserva de liquidez operacional geralmente inclui caixa e depósitos à vista, posições financiadas de títulos adquiridos por meio de contratos de revenda e títulos públicos livres de ônus.

A tabela a seguir apresenta nossa reserva de liquidez operacional em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Reserva de liquidez operacional	Em 31 de dezembro de		2025 Saldo Médio ⁽¹⁾
	2025	2024	
	(Em milhões de R\$)		
Disponibilidades	37.144	36.127	35.742
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada ⁽²⁾	80.339	50.461	104.580
Títulos e Valores Mobiliários - Títulos Públicos - Livres ⁽³⁾	263.915	154.526	212.220
Reserva Operacional	381.398	241.114	352.542

(1) Saldo médio calculado baseado nos saldos trimestrais das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

(2) Subtraído o valor de R\$ 19.306 em 31/12/2025 (R\$ 7.038 em 31/12/2024), cujos títulos estão vinculados à garantia de operações na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e no Banco Central.

(3) Consideram-se os valores presentes, devido à alteração do reporte de fluxo futuro de ativos que passaram a ser reportados em valor futuro desde setembro de 2016.

Nossa administração controla nossas reservas de liquidez mediante a projeção dos recursos que estarão disponíveis para aplicação por nossa tesouraria. A técnica que empregamos envolve a projeção estatística de cenários para nossos ativos e passivos, considerando os perfis de liquidez de nossas contrapartes.

Os limites mínimos de liquidez de curto prazo são definidos de acordo com as orientações estabelecidas pela CSRML. Esses limites visam garantir que o Grupo Itaú Unibanco sempre tenha liquidez suficiente para cobrir casos de imprevistos no mercado. Esses limites são revisados periodicamente, com base em projeções de necessidades de caixa em situações atípicas de mercado (por exemplo, cenários de estresse).

O gerenciamento da liquidez nos possibilita, simultaneamente, cumprir as exigências operacionais estabelecidas, proteger nosso capital e explorar as oportunidades de mercado. Nossa estratégia é manter a liquidez em níveis adequados para cumprir nossas obrigações financeiras atuais e futuras e capitalizar as oportunidades de negócios.

Estamos expostos aos efeitos de turbulências e volatilidade nos mercados financeiros globais e na economia dos países nos quais temos negócios, especialmente no Brasil. No entanto, devido às nossas fontes estáveis de financiamento, incluindo uma ampla base de depósitos e um grande número de bancos correspondentes com os quais temos relações duradouras, bem como linhas de crédito disponíveis que possibilitam acesso a recursos adicionais quando necessário, não temos historicamente problemas de liquidez, mesmo em períodos de instabilidade nos mercados financeiros internacionais.

Indicadores de liquidez

A Estrutura de Basileia III introduziu normas globais de liquidez, estabelecendo exigências mínimas de liquidez e visa assegurar que os bancos possam depender de suas próprias fontes de liquidez, deixando o financiamento dos bancos centrais como último recurso. A Basileia III estabelece dois indicadores de liquidez para garantir que as instituições financeiras tenham

liquidez suficiente para cumprir suas obrigações de curto e longo prazos: (i) o índice de liquidez de curto prazo (LCR) e (ii) o índice de liquidez de longo prazo (NSFR). Acreditamos que os indicadores LCR e NSFR fornecem informações mais relevantes do que uma análise resumida do fluxo de caixa.

Apresentamos a seguir uma análise de nosso indicador de curto prazo dos trimestres findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e o indicador de longo prazo do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Índice de liquidez de curto prazo (LCR)

O LCR mede a resistência de curto prazo do perfil do risco de liquidez do banco. Trata-se do índice entre o estoque de ativos de alta liquidez e as saídas de caixa líquidas esperadas durante os próximos 30 dias, assumindo um cenário de estresse de liquidez sistêmico ou idiossincrático.

Calculamos nosso LCR de acordo com a metodologia estabelecida pela Circular nº 3.749/2015 do Banco Central. Mensuramos os ativos de alta liquidez no final de cada período em relação às saídas e entradas de caixa como o valor médio diário para cada período. De acordo com as regulamentações do Banco Central, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, o limite mínimo do LCR é de 100%.

Índice de Liquidez de Curto Prazo (LCR)	Período de 3 meses encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024
	Valor Ponderado Total (média)	
	(Em milhões de R\$)	
Total de ativos de alta liquidez ¹	389.723	362.609
Saídas de caixa ²	440.453	409.051
Entradas de caixa ³	259.163	245.188
Total de saídas líquidas de caixa	181.290	163.863
LCR %	215,0%	221,3%

(1) Ativos de alta liquidez correspondem ao saldo em estoque, em alguns casos ponderado por um fator de desconto, de ativos que se mantêm líquidos no mercado mesmo durante períodos de estresse, que podem ser facilmente convertidos em espécie e classificados como de baixo risco.

(2) Saídas de Caixa — total das potenciais saídas de caixa previstas para um horizonte de 30 dias, calculadas em cenário de estresse padronizado, determinado pela Circular BACEN nº. 3.749.

(3) Entradas de Caixa — total das potenciais entradas de caixa previstas para um horizonte de 30 dias, calculadas em cenário de estresse padronizado, determinado pela Circular BACEN nº. 3.749.

Nosso LCR médio para o período de três meses findo em 31 de dezembro de 2025 foi de 215,0%, acima, portanto, das exigências do Banco Central.

Índice de liquidez de longo prazo (NSFR)

O NSFR mede o risco de liquidez de longo prazo. Consiste no índice de recursos estáveis disponíveis em relação às fontes de captação estáveis exigidas durante um período de um ano, assumindo um cenário de estresse.

Calculamos nosso NSFR de acordo com a metodologia estabelecida pela Circular nº 3.869/2017 do Banco Central. O NSFR corresponde ao índice de nossos recursos estáveis disponíveis (ASF) no final de cada período em relação aos recursos estáveis requeridos (RSF) no final de cada período.

De acordo com as regulamentações do Banco Central, em vigor a partir de 1º de outubro de 2018, o limite mínimo do NSFR é de 100%.

Índice de Liquidez de Longo Prazo (NSFR)	Em 31 de dezembro de	
	2025	2024
	Valor Ajustado Total	
	(Em milhões de R\$)	
Total dos Recursos Estáveis Disponíveis (ASF) ¹	1.499.680	1.375.854
Total dos Recursos Estáveis Requeridos (RSF) ²	1.202.060	1.127.870
NSFR %	124,8%	122,0%

(1) ASF – Recursos Estáveis Disponíveis – corresponde aos elementos registrados no passivo e no patrimônio líquido ponderados por um fator de desconto de acordo com sua estabilidade, determinado pela Circular BACEN nº. 3.869/2017.

(2) RSF – Recursos Estáveis Requeridos – corresponde aos elementos registrados no ativo e às exposições não contabilizadas no balanço patrimonial ponderadas por um fator de desconto em relação à sua necessidade, determinado pela Circular BACEN nº. 3.869/2017.

Em 31 de dezembro de 2025, nosso ASF totalizou R\$ 1.499,7 bilhões, principalmente em decorrência do capital e da captação de recursos nos Negócios de Varejo e Atacado, e nosso RSF totalizou R\$ 1.202,1 bilhões, principalmente em decorrência de operações de crédito e financiamentos com clientes dos Negócios de Atacado e de Varejo, governos centrais e transações com bancos centrais.

Nosso NSFR em 31 de dezembro de 2025 foi de 124,8%, acima, portanto, das exigências do Banco Central.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

I - Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Não há contratos de empréstimo ou outros instrumentos de dívida que nossa administração julgue ser relevante para nós, com exceção dos valores mobiliários representativos de dívida de nossa emissão descritos no item 12.7.

II - Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

O Emissor tem como uma das principais fontes de financiamentos as captações de recursos e obrigações por empréstimos e repasses, com parcela significativa advinda do segmento de varejo. O total dos recursos de clientes atingiu R\$ 1.674,8 bilhões (R\$ 1.567,6 bilhões em 31/12/2024), com destaque para as captações de depósitos a prazo. Do total dos recursos de clientes 77,4%, ou R\$ 1.297,0 bilhões - tem disponibilidade imediata para o cliente. No entanto, o comportamento histórico do saldo acumulado dos dois maiores itens - depósito à prazo e recursos de mercados interbancários - é relativamente consistente: a soma dos seus saldos cresce ao longo do tempo e há excesso de entradas de caixa sobre as saídas na comparação das médias mensais dos fluxos.

Abaixo, apresentamos tabela com abertura das captações de recursos com vencimento até 30 dias e o total de recursos de clientes.

R\$ milhões

Recursos de Clientes	31/12/2025			31/12/2024		
	0-30 dias	Total	%	0-30 dias	Total	%
Depósitos	1.011.751	1.114.482		894.482	1.054.741	
Recursos à Vista	135.383	135.383	8,1%	124.920	124.920	8,0%
Recursos de Poupança	177.305	177.305	10,6%	180.730	180.730	11,5%
Recursos a Prazo ⁽¹⁾	698.034	789.643	47,1%	580.855	735.376	46,9%
Outros Recursos	1.029	12.151	0,7%	7.977	13.715	0,9%
Recursos de Mercados Interbancários ⁽¹⁾	284.186	406.170	24,3%	189.700	372.294	23,7%
Recursos de Emissão Própria ⁽²⁾	-	2	-	-	2	-
Recursos de Mercados Institucionais	1.048	154.194	9,2%	5.163	140.547	9,0%
Total	1.296.985	1.674.848	100,0%	1.089.345	1.567.584	100,0%

1) Considerado como data de liquidação o período mais próximo no qual o cliente tem a possibilidade de saque dos recursos.

2) Referem-se a Captações no Mercado Aberto com títulos de emissão própria.

III - Grau de subordinação entre as dívidas

Em caso de liquidação judicial ou extrajudicial do Emissor, há ordem de preferência quanto ao pagamento dos diversos credores da massa. Especificamente com relação às dívidas que compõem o endividamento do Emissor, deve ser observada a seguinte ordem de pagamento: dívidas com garantia real, dívidas quirografárias, dívidas subordinadas elegíveis a compor o Nível II do Patrimônio de Referência do Emissor e dívidas subordinadas elegíveis a compor o Nível I do Patrimônio de Referência do Emissor. Vale dizer que, em relação às dívidas com garantia real, os credores preferem aos demais até o limite do ativo dado em garantia, sendo considerados credores quirografários em relação ao montante que exceder este limite. Não há grau de subordinação entre os diversos credores quirografários, assim como não há grau de subordinação entre os credores da mesma classe de dívida subordinada, preferindo, entretanto, os credores de dívidas subordinadas elegíveis a compor o Nível II do Patrimônio de Referência do Emissor aos credores de dívidas subordinadas elegíveis a compor o Nível I do Patrimônio de Referência do Emissor.

As captações efetuadas mediante emissão de títulos de dívida subordinada são apresentadas a seguir:

Nome do Papel / Moeda	Valor Principal (Moeda Original)	Emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	31/12/2025	31/12/2024
Letra Financeira Subordinada - BRL						
	2.146	2019	Perpétua	114% da SELIC	1.320	1.294
	935	2019	Perpétua	SELIC + 1,17% a 1,19%	1.064	1.033
	450	2020	2029	CDI + 1,85%	-	715
	106	2020	2030	IPCA + 4,64%	181	166
	1.556	2020	2030	CDI + 2%	-	2.486
	5.488	2021	2031	CDI + 2%	9.843	8.443
	1.005	2022	Perpétua	CDI + 2,4%	1.035	1.027
	1.161	2023	2034	102% do CDI	1.223	1.198
	108	2023	2034	CDI + 0,2%	115	112
	122	2023	2034	10,63%	127	126
	700	2023	Perpétua	CDI + 1,9%	715	712
	107	2023	2034	IPCA + 5,48%	119	114
	530	2024	2034	100% do CDI	550	541
	3.100	2024	2034	CDI + 0,65%	3.711	3.226
	1.000	2024	Perpétua	CDI + 0,9%	1.018	1.033
	2.830	2024	Perpétua	CDI + 1,1%	2.832	2.834
	470	2024	2039	102% do CDI	488	481
	4.984	2025	Perpétua	CDI + 1,25%	5.449	-
	3.000	2025	Perpétua	CDI + 1,15%	3.108	-
	4.415	2025	Perpétua	CDI + 1,35%	5.002	-
				Total	37.900	25.541
Euronotes Subordinado - USD						
	750	2018	Perpétua	7,86%	-	4.746
	700	2020	Perpétua	7,56%	-	4.404
	501	2021	2031	3,88%	2.755	3.080
				Total	2.755	12.230
Bonds Subordinado - CLP						
	180.351	2008	2033	3,50% a 4,92%	1.573	1.578
	97.962	2009	2035	4,75%	1.256	1.248
	1.060.250	2010	2032	4,35%	125	124
	1.060.250	2010	2035	3,90% a 3,96%	289	286
	1.060.250	2010	2036	4,48%	1.380	1.363
	1.060.250	2010	2038	3,93%	1.005	993
	1.060.250	2010	2040	4,15% a 4,29%	775	765
	1.060.250	2010	2042	4,45%	378	373
	57.168	2014	2034	3,80%	495	488
				Total	7.276	7.218
Bonds Subordinado - COP						
	146.000	2013	2028	IPC + 2%	216	208
				Total	216	208
Bonds Subordinado - USD						
	172	2025	2025	8,90%	-	22
	878	2024	2024	7,18%	-	5
				Total	-	27
Total					48.147	45.224

IV – Eventuais restrições aplicáveis ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

O Itaú Unibanco Holding S.A. ("Emissor") instituiu, em março de 2010, um programa para emissão e distribuição de notas, com determinados intermediários financeiros ("Programa"). O Programa, nos termos atualmente vigentes, prevê que poderão ser emitidas, pelo Itaú Unibanco Holding S.A. ou por meio de sua agência das Ilhas Cayman, notas seniores ou subordinadas, estas últimas elegíveis, conforme os seus termos, a compor o Nível I ou o Nível II do Patrimônio de Referência

do Emissor ("Notas"), até o valor limite de US\$100.000.000.000,00 (cem bilhões de dólares norte-americanos).

O Programa prevê a antecipação do vencimento do saldo em aberto das Notas quando da ocorrência de determinados fatos definidos nas cláusulas financeiras do Programa, denominadas também como "Eventos de Inadimplemento", como é de praxe em contratos de financiamento de longo prazo. Os Eventos de Inadimplemento aplicáveis às Notas Seniores emitidas sob o Programa são: **(i)** não pagamento de obrigações financeiras (principal e juros) devidas sob a respectiva Nota (*Non-payment*); **(ii)** descumprimento de outros tipos de obrigações materiais assumidas sob a respectiva Nota que não sejam as obrigações de pagamento de valores devidos sob as Notas (*Breach of other Obligations*); **(iii)** inadimplemento de outras dívidas assumidas pelo Itaú Unibanco Holding S.A. ou aceleração de outras dívidas assumidas pelo Itaú Unibanco Holding S.A. ou por suas subsidiárias relevantes (assim entendidas aquelas que representem 10% ou mais dos ativos totais consolidados divulgados no último balanço anual), em valor igual ou superior a 0,8% do capital regulatório do Itaú Unibanco Holding S.A. (*Cross Default*); **(iv)** dissolução (desde que não seja relacionada com uma operação societária em que todas as obrigações do Itaú Unibanco Holding S.A. sob as Notas seniores sejam assumidas pela entidade sucessora), insolvência ou falência do Itaú Unibanco Holding S.A. (*Dissolution and Insolvency*); e **(v)** eventos que, pela lei brasileira, tenham efeitos análogos aos descritos no item **(iv)**.

Em 4 de agosto de 2016, os termos do Programa foram alterados para conformá-los às disposições da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.192, de 1º de março de 2013 (revogada e substituída, a partir de 2 de janeiro de 2022, pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.955, de 21 de outubro de 2021, porém sem impactos para os termos do Programa descritos a seguir). As Notas Subordinadas emitidas após esta data estão sujeitas à extinção permanente nas hipóteses de **(i)** divulgação pelo Emissor de que seu Capital Principal está em patamar inferior a 5,125% (no caso das Notas Subordinadas elegíveis a compor o Nível I do Patrimônio de Referência do Emissor) ou 4,5% (no caso das Notas Subordinadas elegíveis a compor o Nível II do Patrimônio de Referência de Emissor) dos seus ativos ponderados pelo risco (RWA); **(ii)** assinatura de compromisso de aporte para o Emissor, caso se configure a exceção prevista no caput do art. 28 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; **(iii)** decretação, pelo Banco Central do Brasil, de regime de administração especial temporária ou de intervenção no Emissor; ou **(iv)** determinação, pelo Banco Central do Brasil, de extinção das Notas Subordinadas, segundo critérios estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional. Adicionalmente, as Notas Subordinadas elegíveis a compor o Nível I do Patrimônio de Referência do Emissor preveem: **(i)** o pagamento da sua remuneração apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período de apuração; e **(ii)** a suspensão do pagamento da remuneração: **(a)** que exceder os recursos disponíveis para essa finalidade; **(b)** na mesma proporção da restrição imposta pelo Banco Central do Brasil à distribuição de dividendos ou de outros resultados relativos às ações elegíveis ao Capital Principal do Emissor; **(c)** nos mesmos percentuais de retenção do valor a ser pago ou distribuído a título de (x) remuneração variável a administradores; e (y) dividendos e juros sobre capital próprio, em razão da insuficiência do Adicional de Capital Principal. A remuneração que tiver o seu pagamento suspenso, nas hipóteses anteriormente mencionadas, será considerada extinta. A ocorrência de qualquer das situações ora descritas não será considerada como Evento de Inadimplemento ou outro fator que gere a antecipação do vencimento da dívida em qualquer negócio jurídico de que participe o Emissor.

Os Eventos de Inadimplemento aplicáveis às Notas Subordinadas elegíveis a compor o Patrimônio de Referência do Emissor emitidas após de 4 de agosto de 2016 são: **(i)** não pagamento de obrigações financeiras (*Non-payment*), embora a sua ocorrência não ocasione a antecipação do vencimento do saldo em aberto destas Notas; **(ii)** dissolução (desde que não seja relacionada com uma operação societária em que todas as obrigações do Itaú Unibanco Holding S.A. sob as Notas Subordinadas sejam assumidas pela entidade sucessora), insolvência ou falência do Itaú

Unibanco Holding S.A. (*Dissolution and Insolvency*); e (iii) eventos que, pela lei brasileira, tenham efeitos análogos ao do item (ii).

Até 31 de dezembro de 2025, não havia ocorrido nenhum descumprimento das cláusulas financeiras descritas acima nem de qualquer obrigação financeira assumida no Programa.

O Programa e as emissões realizadas sob o âmbito do Programa impõem determinadas condições e limitações à Emissora, conforme discriminadas a seguir:

Fusão, Incorporação ou Alienação de Ativos. É permitido ao Emissor a alienação de todos, ou parte substancial de seus ativos, inclusive por meio de reorganizações societárias (tais como processos de incorporação, fusão e cisão) sem consentimento dos titulares das Notas, desde que:

(i) a entidade que receba os ativos ou que suceda o Emissor, se comprometa a cumprir todas as obrigações de pagamento de principal e juros de todas as Notas emitidas sob o Programa, bem como se comprometa a assumir todas as demais obrigações do Programa impostas ao Emissor;

(ii) não ocorra, em razão da realização de tais operações, um Evento de Inadimplemento; e

(iii) a partir de qualquer anúncio público a respeito da operação e antes de sua conclusão, o Emissor deverá entregar ao agente fiduciário do Programa (*Trustee*) uma declaração firmada por representantes legais de que a operação de alienação dos ativos em questão está em conformidade com as condições e restrições acima, juntamente com uma opinião legal emitida por consultor jurídico independente, declarando a legalidade, validade e exequibilidade da assunção das obrigações oriundas do Programa por parte da nova entidade que assumir os ativos ou suceder o Emissor.

Conforme descrito acima, as Notas Seniores podem ter seu vencimento antecipado decretado em caso de inadimplemento de outras dívidas assumidas pelo Itaú Unibanco Holding S.A. (*cross default*) ou aceleração de outras dívidas assumidas pelo Itaú Unibanco Holding S.A. ou por suas subsidiárias relevantes (*cross acceleration*), em valor igual ou superior a 0,8% do capital regulador do Itaú Unibanco Holding S.A. Considerando as emissões de Notas Seniores emitidas e não liquidadas, o percentual de seu endividamento financeiro que está sujeito ao vencimento antecipado cruzado é de 0,3%¹.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

O Itaú Unibanco Holding está sujeito aos parâmetros exigidos pelas autoridades monetárias, de acordo com os princípios de Basileia.

A Administração julga adequado o atual nível do índice de Basileia (15,2% com base no Consolidado Prudencial, sendo 13,8% de Nível I e 1,4% de Nível II). Além disso, o Itaú Unibanco Holding possui folga em relação ao Patrimônio de Referência mínimo requerido no montante de R\$ 108.151 milhões (R\$ 117.278 milhões em 31/12/2024), superior ao Adicional de Capital Principal (ACP) de R\$ 53.686 milhões (R\$ 49.049 milhões em 31/12/2024), amplamente coberto pelo capital disponível.

h. Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

A análise das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa estão nos itens 2.2 a) e 2.1 e), respectivamente, deste formulário.

¹ O índice de endividamento foi calculado considerando as notas Seniores emitidas e não liquidadas referentes à Vigésima Emissão abaixo do Programa, no montante de US\$ 1.000.000.000,00, correspondente a R\$ 5.501.800.000,00, dividido pelo total de Captação de Recursos e Obrigações por Empréstimos e Repasse no montante de R\$ 2.133.434.000.000,00 (Nota explicativa 16 da Demonstração Contábil em BRGAAP), totalizando em 0,3%. Foi considerada a taxa de câmbio em 30/12/2025 de R\$ 5,5018.

2.2. Os diretores devem comentar:

a. Resultados das operações, em especial:

I - Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

II - Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Resultados das Operações dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Destaques

A tabela a seguir apresenta nossa demonstração consolidada do resultado resumida dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Consulte nossas demonstrações contábeis consolidadas em IFRS para mais informações sobre a Demonstração Consolidada do Resultado.

Demonstração Consolidada do Resultado Resumida	Exercício findo em 31 de dezembro		Variação	
	2025	2024	R\$ milhões	%
	(Em milhões de R\$)			
Produto Bancário	167.780	168.050	(270)	(0,2)
Receita Financeira Líquida ⁽¹⁾	112.724	103.848	8.876	8,5
Receitas não Decorrentes de Juros ⁽²⁾	55.056	64.202	(9.146)	(14,2)
Perdas de Crédito Esperadas de Ativos Financeiros	(28.833)	(32.311)	3.478	(10,8)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	(88.697)	(88.183)	(514)	0,6
Lucro antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	50.250	47.556	2.694	5,7
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos	(4.401)	(5.428)	1.027	(18,9)
Lucro Líquido	45.849	42.128	3.721	8,8
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	44.857	41.085	3.772	9,2

1) Inclui:

(i) receita de juros e similares (R\$ 254.790 milhões e R\$ 242.258 milhões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente);

(ii) despesas de juros e similares (R\$ (219.338) milhões e R\$ (167.278) milhões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente);

(iii) resultado de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (R\$ 58.054 milhões e R\$ 32.011 milhões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente); e

(iv) resultado de operações de câmbio e variação cambial de transações no exterior (R\$ 19.218 milhões e R\$ (3.143) milhões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente).

2) Inclui receita de prestação de serviços e tarifas bancárias (R\$ 46.997 milhões e R\$ 47.071 milhões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente), resultado de contratos de seguro e previdência privada (R\$ 8.731 milhões e R\$ 6.982 milhões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente) e outras receitas (R\$ (672) milhões e R\$ 10.149 milhões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente).

2025 em comparação com 2024

O **lucro líquido atribuível aos acionistas controladores** aumentou 9,2%, chegando a R\$ 44.857 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 em comparação com R\$ 41.085 milhões no mesmo período de 2024. Esse resultado foi devido principalmente ao aumento de 8,5%, ou R\$ 8.876 milhões, na receita financeira líquida, redução de 10,8%, ou R\$ 3.478 milhões, em perdas de crédito esperadas de ativos financeiros e redução de 18,9%, ou R\$ 1.027 milhões em imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos, parcialmente compensados pela redução de 14,2%, ou R\$ 9.146 milhões em receitas não decorrentes de juros. Essas rubricas estão descritas com mais detalhes abaixo:

- **Receita financeira líquida** aumentou R\$ 8.876 milhões, ou 8,5%, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 em comparação com o mesmo período de 2024, como resultado, principalmente, de aumentos nas seguintes rubricas: (i) R\$ 26.043 milhões resultado de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; (ii) R\$ 22.361 milhões no resultado de operações de câmbio e variação cambial de transações no exterior; e (iii) R\$ 12.532 milhões na receita de juros e similares. Esses aumentos foram parcialmente compensados pelo aumento de R\$ 52.060 milhões em despesas de juros e similares.

- **Receita de juros e similares** aumentou 5,2% no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 em comparação com o mesmo período de 2024, em decorrência principalmente dos

crescimentos de **(i)** R\$ 15.845 milhões na receita com operações de crédito, devido ao aumento no volume da carteira de crédito; e **(ii)** R\$ 13.982 milhões na receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado. Esses aumentos foram parcialmente compensados por reduções de: **(i)** R\$ 21.295 milhões em receitas de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, principalmente devido à redução do saldo médio da carteira no período; e **(ii)** R\$ 2.555 milhões nas aplicações em depósitos interfinanceiros.

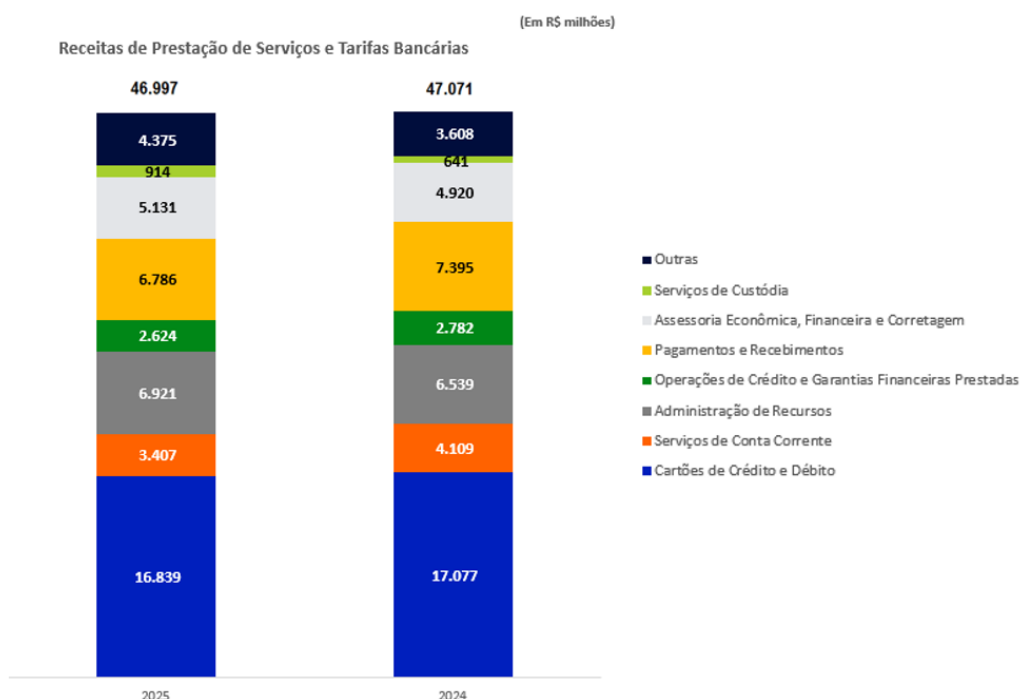
- **Despesas de juros e similares** aumentaram 31,1% no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 em relação a 2024, devido ao aumento de R\$ 30.833 milhões em despesas com depósitos e R\$ 20.865 milhões em despesas com captações no mercado aberto, ambos em função principalmente do aumento do volume das nossas operações.

Consulte a “Nota 21 – Receitas e Despesas de Juros e Similares e Resultado dos Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado” de nossas demonstrações contábeis consolidadas em IFRS, para mais informações sobre receitas e despesas de juros e similares.

Os ajustes gerenciais dos efeitos fiscais representaram R\$ 7.316 milhões da nossa receita financeira líquida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, comparado a R\$ 6.694 milhões no mesmo período de 2024. Considerando esse ajuste gerencial, a receita financeira líquida foi de R\$ 120.040 milhões, um aumento de R\$ 9.498 milhões, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, em comparação com o mesmo período de 2024.

- **Receitas não decorrentes de juros** reduziram 14,2%, ou R\$ 9.146 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 comparado com o mesmo período de 2024. A redução é devido principalmente a uma queda de 106,6%, ou R\$ 10.821 milhões, em outras receitas e despesas, decorrente principalmente da adesão a uma nova iniciativa de transação tributária instituída pelo Ministério da Fazenda, o Programa de Transação Integral. Nossos resultados de contratos de seguros e previdência privada cresceram 25,1%, ou R\$ 1.749 milhões, em função do maior resultado financeiro do período e maiores vendas de seguros, relacionadas principalmente aos produtos de vida e prestamista.

O gráfico a seguir apresenta os principais componentes da receita de prestação de serviços e tarifas bancárias relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:



Consulte a “Nota 22 – Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias” de nossas demonstrações contábeis consolidadas em IFRS, para mais informações sobre as receitas de prestação de serviços.

- **Perdas de crédito esperadas de ativos financeiros:** Nossas perdas esperadas de ativos financeiros apresentaram redução de R\$ 3.478 milhões, ou 10,8%, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 comparado com o mesmo período de 2024, explicado principalmente pela queda de R\$ 6.627 milhões em perda de crédito esperada com demais ativos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 comparado com o mesmo período de 2024, parcialmente compensado pelo aumento de R\$ 3.149 milhões na perda esperada com operações de crédito e arrendamento financeiro, em função do aumento de 5,7% no volume das operações de crédito.

Consulte a “Nota 10 – Operações de Crédito e Arrendamento Financeiro” de nossas demonstrações contábeis consolidadas em IFRS, para mais informações sobre nossas operações de crédito e arrendamento financeiro.

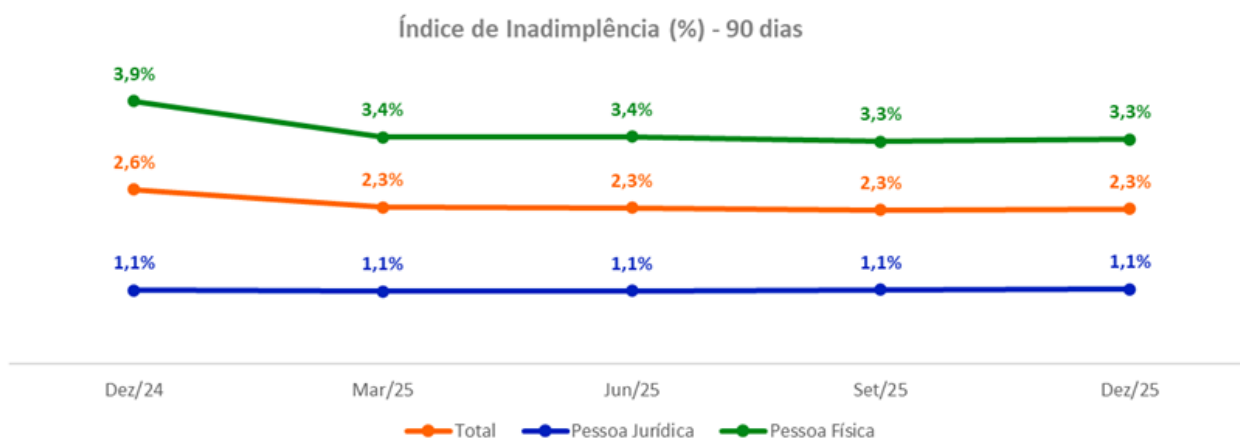
- **Índices de inadimplência:** calculamos nosso índice de inadimplência acima de 90 dias como a relação entre o valor de nossa carteira de crédito com atraso superior a 90 dias e nossa carteira de crédito total.

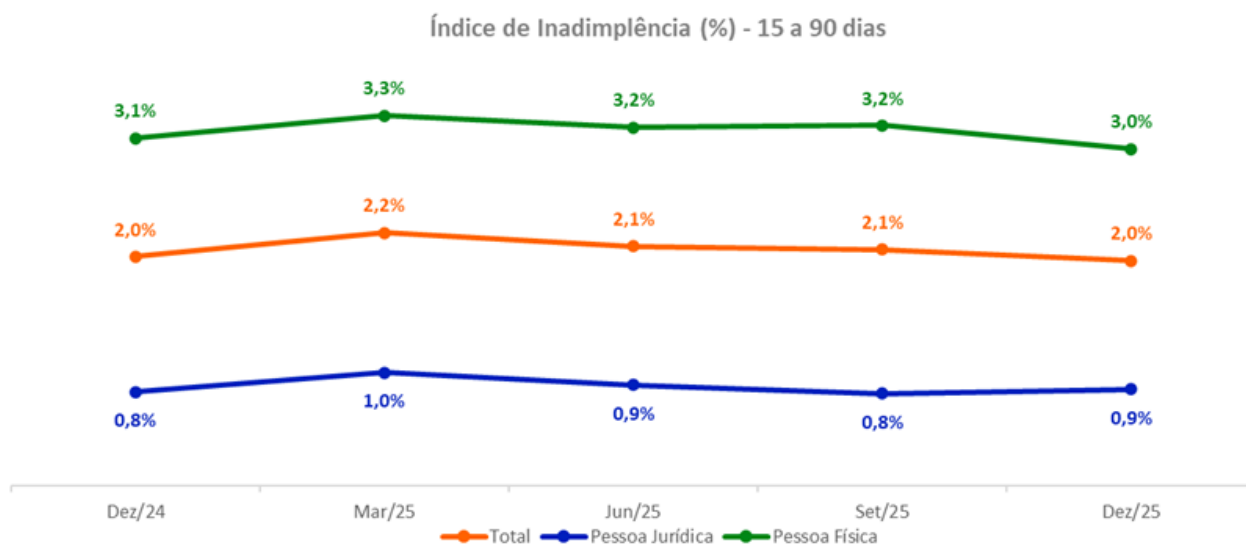
Em 31 de dezembro de 2025, nosso índice de inadimplência acima de 90 dias foi 2,3%, redução de 0,3 ponto percentual em comparação com 31 de dezembro de 2024. Essa queda deveu-se a redução de 0,6 ponto percentual no índice de inadimplência acima de 90 dias relacionado com nossa carteira de crédito para pessoas físicas, principalmente em crédito pessoal e veículos. O inadimplência acima de 90 dias relacionado com nossa carteira de crédito de pessoa jurídica permaneceu estável em 1,1%, em relação a 31 de dezembro de 2024.

Calculamos nosso índice de inadimplência de 15 a 90 dias como a relação entre o valor da nossa carteira com atraso entre 15 e 90 dias e nossa carteira de crédito total. O índice de inadimplência de 15 a 90 dias é um indicador de inadimplência precoce.

Em 31 de dezembro de 2025, nosso índice de inadimplência de 15 a 90 dias foi 2,0%, permanecendo estável em comparação com 31 de dezembro de 2024. Durante esse período nosso índice de inadimplência de 15 a 90 dias relacionado com nossa carteira de crédito para pessoa física reduziu 0,1 ponto percentual. Adicionalmente, o índice de inadimplência da carteira de pessoa jurídica aumentou 0,1 ponto percentual em 31 de dezembro de 2025 em comparação com 31 de dezembro de 2024.

O gráfico abaixo apresenta uma comparação de ambos os índices de inadimplência entre os trimestres de 31 de dezembro de 2024 até 31 de dezembro de 2025:





- **Outras receitas e despesas operacionais** aumentaram 0,6%, atingindo uma despesa de R\$ 88.697 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 em comparação com uma despesa de R\$ 88.183 milhões em 2024. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência do crescimento de R\$ 1.124 milhões, ou 11,5%, nas despesas tributárias (PIS, COFINS e ISS), principalmente em função de uma base tributável maior, decorrente do aumento da receita financeira líquida, das receitas de serviços e tarifas bancárias e das receitas provenientes de contratos de seguros e previdência privada. Nossas despesas gerais e administrativas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 reduziram 0,3%, devido a menores despesas com provisões fiscais e previdenciárias e outros riscos, parcialmente compensadas pelo aumento com despesas de pessoal, relacionada aos efeitos da negociação do acordo coletivo de trabalho, que inclui reajuste de 5,68% sobre salários e benefícios a partir de setembro de 2025 (e de 4,64% sobre salários e benefícios a partir de setembro de 2024).

Consulte a “Nota 23 – Despesas Gerais e Administrativas” de nossas demonstrações financeiras consolidadas em IFRS, para mais informações.

- **Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos** totalizaram uma despesa de R\$ 4.401 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 comparada a uma despesa de R\$ 5.428 milhões no mesmo período de 2024, principalmente pela adesão ao Programa de Transação Integral.

Os ajustes gerenciais dos efeitos fiscais, conforme mencionado em “receita financeira líquida”, totalizaram R\$ 7.080 milhões no imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, comparado a R\$ 5.781 milhões no mesmo período de 2024. Considerando esse efeito fiscal, o imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos foi R\$ 11.481 milhões, um aumento de R\$ 272 milhões nesse período.

Consulte a “Nota 24 – Tributos” de nossas demonstrações contábeis consolidadas em IFRS, para mais informações.

b. Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Nossas operações dependem do desempenho das economias dos países nos quais realizamos negócios, principalmente a brasileira. A demanda por crédito, serviços financeiros e a capacidade de pagamento por parte de nossos clientes são impactadas diretamente por variáveis macroeconômicas, tais como atividade econômica, renda, desemprego, inflação, flutuações nas taxas de juros e de câmbio. Mudanças nas taxas de juros podem afetar de forma material nossas margens líquidas, já que influenciam nossos custos de captação e concessão de crédito.

Destacamos que as principais variações das receitas foram explicadas no item 2.2a deste documento.

c. Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Realizamos análise de sensibilidade por fatores de risco de mercado considerados relevantes. As maiores perdas resultantes, por fator de risco, em cada um dos cenários, são apresentadas com impacto no resultado, líquidas de efeitos fiscais, fornecendo uma visão da nossa exposição em cenários excepcionais.

A estrutura de risco de mercado segrega suas operações em Carteira de Negociação e Carteira Bancária, de acordo com os critérios gerais estabelecidos pela Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do CMN e Resolução nº 111, de 6 de julho de 2021, do Banco Central.

As análises de sensibilidade das Carteiras de Negociação e Bancária aqui apresentadas são uma avaliação estática da exposição da carteira e, portanto, não consideram a capacidade dinâmica de reação da gestão (tesouraria e áreas de controle) que aciona medidas mitigadoras do risco, sempre que uma situação de perda ou risco elevado é identificada, minimizando a possibilidade de perdas significativas. Adicionalmente, ressalta-se que os resultados apresentados não se traduzem necessariamente em resultados contábeis, pois o estudo tem fins exclusivos de divulgação da exposição a riscos e as respectivas ações de proteção considerando o valor justo dos instrumentos financeiros, dissociado de quaisquer práticas contábeis adotadas pela Companhia.

A carteira de negociação é composta por todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, realizadas com a intenção de negociação.

Fatores de Risco	Exposições	Carteira de Negociação (*) 31/12/2025			Carteira de Negociação (*) 31/12/2024			Carteira de Negociação (*) 31/12/2023		
		Cenários			Cenários			Cenários		
		I	II	III	I	II	III	I	II	III
Prefixado	Taxas de juros prefixadas em reais	(0,9)	(238,0)	(433,8)	(0,3)	(26,8)	(129,3)	(0,4)	(103,1)	(209,8)
Cupons Cambiais	Taxas de cupons de moedas estrangeiras	(0,2)	(62,5)	(123,7)	0,2	(200,9)	(381,1)	—	(40,0)	(81,7)
Moedas Estrangeiras	Taxas de câmbio	(6,0)	(243,4)	(367,2)	(2,5)	33,2	22,6	—	(77,0)	(33,2)
Índices de Preços	Taxas de cupons de inflação	(0,2)	(32,1)	(71,6)	—	(8,3)	(21,6)	—	1,5	1,2
TR	Taxas de cupom de TR	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Ações	Preços de ações	0,3	187,1	284,4	2,3	174,3	332,4	0,9	196,3	250,2
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	0,3	(9,6)	18,3	—	(40,1)	(85,3)	0,2	(24,2)	(70,4)
Total		(6,7)	(398,5)	(693,6)	(0,30)	(68,60)	(262,30)	0,70	(46,50)	(143,70)

(*) Valores líquidos dos efeitos fiscais.

Carteira de Negociação e Bancária (*)	Exposições	Carteira de Negociação e Bancária (*)			Carteira de Negociação e Bancária (*)			Carteira de Negociação e Bancária (*)		
		31/12/2025			31/12/2024			31/12/2023		
Fatores de Risco	Risco de Variação em:	Cenários			Cenários			Cenários		
		I	II	III	I	II	III	I	II	III
Prefixado	Taxas de juros prefixadas em reais	(16,6)	(5.103,1)	(9.717,4)	(12,9)	(4.673,9)	(8.996,3)	(13,4)	(3.253,4)	(6.285,7)
Cupons Cambiais	Taxas de cupons de moedas estrangeiras	(2,7)	(498,1)	(969,5)	(1,4)	(435,5)	(831,1)	(0,9)	(267,0)	(499,3)
Moedas Estrangeiras	Taxas de câmbio	0,3	(326,0)	(648,7)	4,2	(29,2)	(0,9)	0,9	(78,5)	(30,0)
Índices de Preços	Taxas de cupons de inflação	(3,9)	(536,5)	(1.030,4)	0,7	(71,9)	(183,4)	(0,8)	(92,0)	(226,5)
TR	Taxas de cupom de TR	(0,3)	(103,0)	(220,5)	(1,1)	(353,9)	(671,6)	0,2	(61,0)	(174,9)
Ações	Preços de ações	3,8	95,1	89,5	5,1	104,1	192,0	5,6	90,5	41,8
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	0,2	(12,0)	15,1	—	(40,1)	(85,3)	0,1	(26,0)	(73,9)
Total		(19,2)	(6.483,6)	(12.481,9)	(5,4)	(5.500,4)	(10.576,6)	(8,3)	(3.687,4)	(7.248,5)

(*) Valores líquidos dos efeitos fiscais.

Para mensurar estas sensibilidades, são utilizados os seguintes cenários e o impacto é estimado para cada fator de risco isoladamente sem considerar eventuais efeitos de compensação ou de acentuação dos efeitos entre os diversos fatores:

Cenário I: Acréscimo de 1 ponto-base nas taxas de juros pré-fixado, cupom de moedas, inflação e índice de taxas de juros, e 1 ponto percentual nos preços de moedas e ações;

Cenário II: Aplicação de choques de 25% nas taxas das curvas de juros pré-fixado, cupom de moedas, inflação, índices de taxas de juros e nos preços de moedas e ações, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco;

Cenário III: Aplicação de choques de 50% nas taxas das curvas de juros pré-fixado, cupom de moedas, inflação e índices de taxas de juros e nos preços de moedas e ações, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco.

Nosso Value at Risk (VaR) Consolidado é calculado através da metodologia por Simulação Histórica. Esta metodologia efetua o reapreçamento integral de todas as posições, usando a real distribuição histórica dos ativos. De 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2025, o VaR Total Médio em simulação histórica foi de R\$ 1.085 milhões ou 0,5% do patrimônio líquido total (em todo o ano de 2024 foi de R\$ 939 milhões ou 0,5% do patrimônio líquido total).

O gap estrutural, composto por operações comerciais e os respectivos instrumentos financeiros associados, tem se mantido, historicamente, estável e com pequenas oscilações por ser composto principalmente pelos ativos e passivos de nossas atividades de varejo e derivativos usados como hedge contra o risco de mercado dessas operações.

A maior parte de nossas operações é expressa em reais ou indexada a essa moeda. Também temos ativos e passivos expressos em moedas estrangeiras, principalmente em dólares dos EUA, assim como ativos e passivos que, embora expressos em reais, são indexados ao dólar e nos expõem, portanto, ao risco cambial. O Banco Central regula nossas posições em moeda estrangeira. Consulte a seção “Risco de Moeda” nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas em IFRS, Nota 32 – Gerenciamento de Riscos e Capital para outras informações.

A política de administração de gap adotada pela CSRML leva em consideração os efeitos fiscais referentes às nossas posições de câmbio. Como os rendimentos da variação cambial de investimentos no exterior tem tratamento específico, constituímos um hedge (um passivo em instrumentos derivativos em moeda estrangeira) em montante suficiente para que nossa exposição total em moeda estrangeira, líquida de efeitos fiscais, seja compatível com a nossa estratégia de baixa exposição ao risco.

Nossa posição de câmbio é composta, do lado do passivo, por diversos elementos como a emissão de títulos e valores mobiliários nos mercados de capitais internacionais; o crédito de bancos estrangeiros para financiar importações e exportações; os repasses vinculados ao dólar de instituições financeiras governamentais e os depósitos em moedas de países da América Latina. Os resultados dessas operações financeiras são geralmente aplicados em operações de crédito e em compras de títulos e valores mobiliários vinculadas ao dólar.

As informações a seguir foram preparadas de forma consolidada, eliminando as transações entre partes relacionadas. Nossos investimentos no exterior, eliminados no processo de consolidação, somavam R\$ 107,9 bilhões em 31 de dezembro de 2025, sob a política de administração de gap adotada, conforme mencionado acima. Ressaltamos que o banco aplica tanto hedge econômico quanto hedge contábil para os investimentos líquidos no exterior.

R\$ milhões

Sensibilidade à taxa de câmbio	31 dezembro 2025			
	Moeda brasileira	Denominado em moeda estrangeira ⁽¹⁾	Total	% dos valores denominados e indexados em moeda estrangeira sobre o total
<i>(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)</i>				
Ativos	2.493.597	572.572	3.066.169	18,7
Disponibilidades	7.694	29.450	37.144	79,3
Ao Custo Amortizado	1.621.857	420.931	2.042.788	20,6
Depósitos no Banco Central do Brasil	167.275	-	167.275	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	26.399	39.796	66.195	60,1
Aplicações no Mercado Aberto	277.939	2.656	280.595	0,9
Títulos e Valores Mobiliários	309.311	20.654	329.965	6,3
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	743.262	340.536	1.083.798	31,4
Outros Ativos Financeiros	139.618	24.411	164.029	14,9
(-) Provisão para Perda Esperada	(41.947)	(7.122)	(49.069)	14,5
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	61.368	71.105	132.473	53,7
Títulos e Valores Mobiliários	61.368	71.105	132.473	53,7
Ao Valor Justo por meio do Resultado	665.864	39.386	705.250	5,6
Títulos e Valores Mobiliários	603.439	25.335	628.774	4,0
Derivativos	59.333	14.051	73.384	19,1
Outros Ativos Financeiros	3.092	-	3.092	-
Contratos de seguros	212	-	212	-
Investimentos em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto	10.834	6	10.840	0,1
Imobilizado, Líquido	12.033	602	12.635	4,8
Ágio e Ativos Intangíveis, Líquidos	22.493	1.606	24.099	6,7
Ativos Fiscais	74.536	4.567	79.103	5,8
Outros Ativos	16.708	4.917	21.625	22,7
Porcentagem do total do ativo	81,3	18,7	-	
Passivo e Patrimônio Líquido	2.504.937	561.232	3.066.169	18,3
Ao Custo Amortizado	1.818.614	532.287	2.350.901	22,6
Depósitos	801.146	313.336	1.114.482	28,1
Captações no Mercado Aberto	401.623	32.984	434.607	7,6
Recursos de Mercados Interbancários	314.271	91.899	406.170	22,6
Recursos de Mercados Institucionais	76.909	77.285	154.194	50,1
Outros Passivos Financeiros	224.665	16.783	241.448	7,0
Ao Valor Justo por meio do Resultado	55.423	16.004	71.427	22,4
Derivativos	53.794	15.947	69.741	22,9
Notas Estruturadas	-	57	57	100,0
Outros Passivos Financeiros	1.629	-	1.629	-
Provisão para Perda Esperada, compromissos de empréstimos e garantias financeiras	1.607	186	1.793	10,4
Contratos de Seguros e Previdência Privada	353.123	130	353.253	-

Provisões	17.691	100	17.791	0,6
Obrigações Fiscais	9.501	2.081	11.582	18,0
Outros Passivos	33.901	10.445	44.346	23,6
Participações de Acionistas não Controladores	10.575	-	10.575	-
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores	204.501	-	204.501	-
Porcentagem do total do passivo e patrimônio líquido	81,7	18,3	100,0	

(1) Predominantemente em dólares dos EUA.

2.3. Os diretores devem comentar:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Em 2025 e 2024 não houve alterações significativas nas políticas contábeis.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve ressalvas e nem ênfases nos relatórios do auditor para os anos de 2025 e 2024.

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Divulgação dos Resultados por segmento

Os atuais segmentos de negócios do Itaú Unibanco são descritos abaixo:

Negócios de Varejo: Os Negócios de Varejo oferecem produtos e serviços a clientes correntistas e não correntistas que incluem: crédito pessoal, crédito imobiliário, empréstimos consignados, cartões de crédito, serviços de aquisição, financiamento de veículos, investimentos, seguros, previdência e capitalização, entre outros. Os clientes correntistas são segmentados em: **(i)** Varejo; **(ii)** Uniclass; **(iii)** Personalité; e **(iv)** Micro e pequenas empresas.

Negócios de Atacado: Os Negócios de Atacado abrangem: **(i)** as atividades do Itaú BBA, unidade responsável pelas operações comerciais com grandes empresas e pela atuação como banco de investimento; **(ii)** nossas atividades no exterior; **(iii)** os produtos e serviços oferecidos aos clientes com elevado patrimônio financeiro (Private Banking), além das médias empresas e clientes institucionais.

Atividades com Mercado + Corporação: Inclui: **(i)** resultados do excesso de capital, do excesso de dívida subordinada e do carregamento dos créditos e passivos tributários; **(ii)** margem financeira com o mercado; **(iii)** custo da Tesouraria e **(iv)** resultado de equivalência patrimonial das empresas que não estão no Varejo ou Atacado.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Avenue

Em 8 de julho de 2022, anunciamos a celebração de um contrato de compra e venda de ações com a Avenue Controle Cayman Ltd. e outros acionistas vendedores, para a aquisição do controle acionário da Avenue Holding Cayman Ltd. ("Avenue").

A transação foi concluída em duas fases. Na primeira fase, concluída em 30 de novembro de 2023, adquirimos 35% do capital social total e com direito a voto da Avenue, por meio de uma contribuição primária de capital e uma aquisição secundária de ações, totalizando aproximadamente R\$ 540 milhões. Na segunda fase, concluída em 30 de janeiro de 2026, também por meio de uma contribuição primária de capital e uma aquisição secundária de ações, totalizando aproximadamente R\$ 735 milhões, adquirimos o controle da Avenue e, na data deste relatório anual, detemos 50,1% do seu capital social total e com direito a voto.

Cinco anos após a data de conclusão da primeira fase, teremos o direito de exercer uma opção de compra para adquirir a participação remanescente detida pelos atuais acionistas da Avenue.

Ideal

Em 13 de janeiro de 2022, anunciamos a celebração de um contrato de investimento, compra e venda de ações e outros pactos com José Carlos Benfati, Vinicius Gonçalves Dalessandro, Gregorio Lara dos Santos Matai, Leandro Bolsoni, Lucas Namo Cury, entre outros (os "Vendedores"), para a aquisição do controle acionário da Ideal Holding Financeira S.A. e, indiretamente, de sua subsidiária, Ideal Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Ideal").

Esta transação será realizada em duas fases, ao longo de cinco anos. Na primeira fase, concluída em 31 de março de 2023, adquirimos 50,1% do capital votante total da Ideal, por meio de uma contribuição primária de capital e uma aquisição secundária de ações, totalizando aproximadamente R\$ 650 milhões (ajustados pelo CDI da assinatura até a data de fechamento), tornando-nos, assim, o acionista controlador da Ideal. Na segunda fase, prevista para ocorrer

cinco anos após a conclusão da primeira fase, teremos o direito de exercer o direito de compra da participação restante (49,9%) do capital social da Ideal.

FIC e Investcred

Em 5 de dezembro de 2025, firmamos um acordo com a Companhia Brasileira de Distribuição (“GPA”), a Lake Niassa Empreendimentos e Participações Ltda. (“GCB”) e a Sendas Distribuidora S.A. (“Assaí”), entre outras, por meio do qual esperamos adquirir, por R\$ 786 milhões, sujeito aos ajustes contratuais usuais de preço: **(i)** as participações societárias atualmente detidas, direta ou indiretamente, pela GPA e pela GCB na Financeira Itaú CBD S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“FIC”); **(ii)** as participações societárias atualmente detidas, direta ou indiretamente, pela GCB no Banco Investcred Unibanco S.A. (“Investcred”); e **(iii)** a participação societária indiretamente detida pela Assaí na FIC, no segundo aniversário da data de fechamento da transação. A transação foi aprovada pelo CADE em 5 de janeiro de 2026, e o fechamento da transação ainda está sujeito à aprovação do Banco Central e a outras condições precedentes usuais. Após a conclusão de todas as etapas da transação, pretendemos deter 100% do capital social total da FIC e da Investcred.

Venda de Ativos e Passivos na Colômbia

Em 12 de dezembro de 2025, firmamos um acordo com o Banco de Bogotá S.A. e o Banco de Bogotá (Panamá) S.A., por meio do qual cederemos e transferiremos determinados ativos e passivos relacionados às nossas operações de varejo na Colômbia e no Panamá. O preço de compra será determinado no fechamento com base no valor contábil de tais ativos e passivos, sujeito aos ajustes contratuais de preço usuais. O fechamento da transação está sujeito às condições precedentes usuais, incluindo o recebimento de todas as aprovações regulatórias aplicáveis.

c. eventos ou operações não usuais

Além dos itens destacados no item 2.4 b deste documento, destacamos como eventos não usuais:

Em linha com o critério contábil IFRS não ocorreram eventos não usuais em 2025.

Em linha com o critério contábil BRGAAP, os efeitos não recorrentes regulatórios líquidos dos efeitos fiscais foram:

Em 2025:

(i) impairment de softwares desenvolvidos internamente de R\$ (317) milhões; **(ii)** provisão para reestruturação de R\$ (676) milhões; e **(iii)** transações tributárias de R\$ 550 milhões.

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis

Não houve divulgação de medições não contábeis no último exercício social em nossas Demonstrações Contábeis em IFRS.

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Não há.

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

As medições não contábeis apresentadas na letra “a” deste item são apropriadas para tomada de decisão da alta administração e gestão da companhia.

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Em 30 de janeiro de 2026, por meio de nossa controlada ITB Holding Brasil Participações Ltda., adquirimos 17,2% de participação adicional na Avenue Holding Cayman Ltd. e passamos a deter o controle, com 50,1% de participação no capital social total.

A aquisição decorre da segunda etapa do contrato de compra e venda de ações celebrado em julho de 2022.

As efetivas aquisições e liquidações financeiras ocorreram após as aprovações regulatórias necessárias.

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

O Conselho de Administração apresenta à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com as demonstrações financeiras, proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, sendo que as principais destinações são:

(i) reserva legal: 5% para a reserva legal, que não excederá 20% do valor do capital social;

(ii) distribuição de dividendos aos acionistas (veja itens “b” e “c” abaixo); e

(iii) constituição da Reserva Estatutária, que tem por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, podendo seu saldo também ser utilizado:

(i) nas operações de resgate, reembolso ou aquisição das próprias ações, nos termos da legislação em vigor; e

(ii) na incorporação ao capital social, inclusive mediante bonificações em novas ações.

A Reserva Estatutária será formada com recursos:

a) equivalentes a até 100% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, sempre respeitado o direito dos acionistas ao recebimento de dividendos obrigatórios, nos termos deste estatuto e da lei;

b) equivalentes a até 100% da parcela realizada de Reservas de Reavaliação, lançada a lucros acumulados;

c) equivalentes a até 100% do montante de ajustes de exercícios anteriores, lançado a lucros acumulados; e

d) decorrentes do crédito correspondente às antecipações de dividendos. O saldo dessa reserva, somado ao da Reserva Legal, não poderá ultrapassar o capital social, nos termos do art. 199 da Lei nº 6.404/76.

	Ano 2025
a. Regras sobre retenção de lucros	Não houve alterações nas regras
a.i. Valores das Retenções de Lucros	Não houve retenção de lucros
a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Não há
b. Regras sobre distribuição de dividendos	Importância não inferior a 25% do lucro líquido apurado no exercício. Os acionistas têm direito a receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% do lucro líquido apurado no mesmo exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nas letras "a" e "b" do inciso I do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e observados os incisos II e III do mesmo dispositivo legal.
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	Mensal – obrigatório Semestral – complementar

d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Não há.
e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	Política de Remuneração aos Acionistas (Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio), que foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião de 26.01.2026 e que pode ser consultada no site da CVM (http://www.cvm.gov.br/ > Companhias > Informações Periódicas e Eventuais de Companhias > Itaú Unibanco > Política de Dividendos) e no site de Relações com Investidores (www.itaunet.com.br/relacoes-com-investidores > Itaú Unibanco > Governança Corporativa > Políticas)

a. regras sobre retenção de lucros

Não houve alterações nas regras sobre retenção de lucros no último exercício social. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, os acionistas podem deliberar, em Assembleia Geral e por proposta da administração, reter parte do lucro líquido do exercício que estiver em orçamento de capital previamente aprovado. Ademais, o dividendo obrigatório pode deixar de ser pago no exercício social em que a administração informar à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira do Emissor.

a.i.) Valores das Retenções de Lucros

Em 2025 não houve retenção de lucros, tendo sido pago pelo Emissor valor de dividendo superior ao dividendo mínimo obrigatório.

b. regras sobre distribuição de dividendos

Os acionistas têm direito a receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% do lucro líquido apurado no mesmo exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nas letras "a" e "b" do inciso I do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e observados os incisos II e III do mesmo dispositivo legal.

Por deliberação do Conselho de Administração, podem ser pagos juros sobre o capital próprio, imputando-se o valor dos juros pagos ou creditados ao valor do dividendo obrigatório, com base no artigo 9º, § 7º, da Lei nº 9.249/95. As ações preferenciais conferem aos seus titulares, prioritariamente, o pagamento de dividendo mínimo anual de R\$ 0,022 por ação, não cumulativo e ajustado em casos de desdobramento ou grupamento. Após o pagamento do dividendo prioritário devido às ações preferenciais, será pago às ações ordinárias dividendo de R\$ 0,022 por ação, não cumulativo e ajustado em casos de desdobramento ou grupamento.

Gestão de Capital e Distribuição de Resultados

Visando garantir a nossa solidez e disponibilidade de capital para suportar o crescimento dos nossos negócios, os níveis de capital regulatório foram mantidos acima do exigido pelo BACEN, conforme evidenciado pelos Índices de Capital Principal, de Nível I e de Basileia.

O valor total a ser distribuído a cada ano será fixado pelo Conselho de Administração, considerando-se, entre outros:

1. o nível de capitalização da Companhia, conforme regras definidas pelo Banco Central do Brasil;

2. o nível mínimo estabelecido pelo Conselho de Administração de 12% de Capital Nível 1;
3. a lucratividade no ano;
4. as perspectivas de utilização de capital em função do crescimento esperado dos negócios, programas de recompra de ações, fusões e aquisições, e alterações regulatórias que possam alterar a exigência de capital; e
5. mudanças fiscais.

Assim, o percentual a ser distribuído poderá flutuar ano a ano em função da lucratividade e demandas de capital da Companhia, sempre considerando o mínimo previsto no Estatuto Social.

No âmbito da implementação dos requerimentos mínimos de capital estabelecidos pelas normas de Basileia III, a Resolução CMN nº 4.958 dispõe que, caso a instituição financeira não cumpra os requisitos dos buffers de capital principal, exigidos em sua totalidade a partir de 2019, os dividendos poderão não ser pagos.

Essa restrição ao pagamento de dividendos será aplicada progressivamente, de acordo com a extensão da não conformidade com os requisitos dos buffers de capital principal.

- Caso os buffers de capital principal de uma instituição financeira sejam inferiores a 25% ao estabelecido pelo CMN para o ano, não haverá distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio.
- Se os buffers de capital principal se encontrarem entre 25% e 50% do exigido, 80% dos dividendos e juros sobre o capital próprio pretendidos não serão distribuídos.
- Se os buffers de capital principal se encontrarem entre 50% e 75% do exigido, 60% dos dividendos e juros sobre o capital próprio pretendidos não serão distribuídos.
- Se os buffers de capital principal se encontrarem entre 75% e 100% do exigido, 40% dos dividendos e juros sobre o capital próprio pretendidos não serão distribuídos.

Ao final de dezembro de 2025, o Índice de Basileia atingiu 15,2%, sendo:

- (i) 13,8% referente ao Capital de Nível I, que consiste no somatório do Capital Principal e do Capital Complementar; e
- (ii) os montantes de Capital de Nível I e Capital de Nível II foram R\$ 208,2 bilhões e R\$ 20,4 bilhões, respectivamente, em 31 de dezembro de 2025.

Esses indicadores demonstram a nossa capacidade efetiva de absorver perdas inesperadas.

Para mais informações, consulte o relatório “Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3” no nosso site de Relações com Investidores www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores > Resultados e Relatórios > Documentos Regulatórios > Pilar 3 > Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

Desde julho de 1980, o Emissor vem remunerando seus acionistas por meio de pagamentos mensais e complementares (dividendos e/ou juros sobre o capital próprio), e são igualmente distribuídos para os acionistas ordinaristas e preferencialistas.

Com relação aos três últimos exercícios sociais, foi efetuado pagamento mensal de JCPs, conforme estabelecido na nossa Política de Remuneração aos Acionistas, aprovada pelo Conselho de Administração. Tal política estabelece o valor líquido de R\$ 0,015 por ação, a título de antecipação.

Nos últimos três exercícios sociais houve o pagamento de dividendos/JCP além dos mensais, para os quais o Conselho de Administração determina a data-base para a posição acionária e a

data do pagamento. Em referidos pagamentos, a administração verifica o lucro existente, identifica o montante de dividendos/JCP que deve ser distribuído como mínimo obrigatório (veja item “a” acima). Deste montante mínimo obrigatório, é descontado o valor mensal que já foi pago e, a diferença, determina o complemento de dividendo/JCP que deve ser realizado para cumprir o mínimo obrigatório do exercício.

A Política de Remuneração aos Acionistas está disponível no nosso site de Relações com Investidores www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores > Itaú Unibanco > Governança Corporativa > Políticas.

Para consultar o histórico de proventos do Emissor, consulte o site de Relações com Investidores <http://www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores>> Itaú Unibanco > Informações ao mercado > Dividendos e JCP.

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não há, além do que já foi divulgado nas Demonstrações Financeiras Consolidadas auditadas em IFRS.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há, além do que já foi divulgado nas Demonstrações Financeiras Consolidadas auditadas em IFRS.

iii. contratos de construção não terminada

Não há, além do que já foi divulgado nas Demonstrações Financeiras em Consolidadas auditadas IFRS.

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há, além do que já foi divulgado nas Demonstrações Financeiras em IFRS.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Divulgamos na Nota Explicativa 32 (Gerenciamento de Riscos e Capital) das nossas Demonstrações Contábeis Consolidadas auditadas em IFRS os compromissos off balance, conforme abaixo:

R\$ milhões

Compromissos Off Balance	31/12/2025				
	0 - 30	31 - 365	366 - 720	Acima de 720 dias	Total
Garantias Financeiras	4.170	49.367	25.903	54.665	134.105
Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar	274.961	60.573	17.518	228.712	581.764
Compromissos Contratuais - Imobilizado e Intangível	0	0	0	1	1
Total	279.131	109.940	43.421	283.378	715.870

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não há.

b. natureza e o propósito da operação

Não há.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não há.

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

ii. fontes de financiamento dos investimentos

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Os investimentos e desinvestimentos no ano 2025 e os previstos estão descritos no item 2.4b.

Houve uma aumento de 84% de aumento no volume de iniciativas de inteligência artificial generativa e 34% de aumento no volume de modelos de machine learning tradicional. Além disso, houve a migração de 15,0 milhões de clientes em 2025 para o Super App, uma plataforma única de produtos e serviços para os nossos clientes.

A otimização de nossa rede de agências ocorre em função do comportamento e das necessidades de nossos clientes, levando sempre em consideração a disponibilização de pontos físicos e canais digitais, de acordo com a demanda e seguindo a nossa estratégia phygital.

Avaliamos de maneira muito próxima o desempenho de nossas agências, verificando o fluxo de clientes e a geração de novos negócios, bem como a capacidade de reter e manter nossos clientes ativos satisfeitos e se relacionando com o banco. Neste contexto, tivemos redução anual de 14,0% das agências físicas no Brasil, totalizando em 1.953 em 2025.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não se aplica, pois não houve aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica, pois não houve aquisições de novos produtos ou serviços.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Queremos ser líderes em performance sustentável e em satisfação dos clientes, por meio da geração de valor compartilhado entre todos os públicos de interesse, atuação clara para garantir a perenidade dos negócios e o cumprimento de leis e normas regulatórias. Consideramos questões ESG na integração de riscos e oportunidades nos diversos departamentos da instituição, com diretrizes incorporadas na Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC).

A estratégia de oportunidades relacionada a questões ESG inclui os seguintes tópicos:

I. Descrição de objetivos de sustentabilidade e transparência com dados quantitativos ou qualitativos da ambição estratégica;

II. Descrição da relação de produtos e serviços oferecidos pela instituição que contribuam positivamente em aspectos de natureza social, de natureza ambiental ou de natureza climática;

III. Volume de capital mobilizado para finanças sustentáveis.

IV. Alinhamento à estratégia climática, contribuindo com a transição de clientes para uma economia de baixo carbono alinhada a estratégia NetZero 2050.

V. Atualização da Estratégia ESG e divulgação ao mercado.

Promovemos a integração de temas ESG nas estratégias dos negócios por meio de estudos, advocacy, desenvolvimento de produtos e serviços sustentáveis e engajamento de clientes, com foco em novas oportunidades para a economia sustentável, que podem ser observados no site <https://www.itaubr.com.br/sustentabilidade/> e no Relatório ESG.

Assumimos o compromisso de mobilizar R\$ 1 trilhão até o final de 2030 em finanças sustentáveis, por meio de operações ESG e do financiamento de projetos verdes alinhados à Taxonomia Verde da Febraban.

Em 2025, fomos selecionados para o Programa Eco Invest Brasil, uma iniciativa voltada ao financiamento de projetos com benefícios socioambientais e à atração de capital estrangeiro para o país. Participamos dos leilões do programa, viabilizando recursos e realizando desembolsos em projetos nas áreas de bioeconomia, sistemas agroalimentares, infraestrutura verde, economia circular e transição energética. Também nos destacamos por apoiar iniciativas de recuperação de áreas degradadas, reafirmando nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável.

Em nossa estratégia de transição climática, temos a ambição de atingir o net zero até 2050 em nossos negócios e estabelecemos objetivos de descarbonização alinhados aos cenários científicos, considerando o estágio de desenvolvimento da economia brasileira e a maturidade dos nossos clientes nos diferentes setores e segmentos. Estabelecemos objetivos para os setores carbono intensivos presentes em nosso portfólio de crédito como Geração de Eletricidade, Produção de Aço, Alumínio e Cimento, Agropecuária e Transportes. Além disso firmamos o compromisso de saída gradativa do setor de Carvão até 2030 e publicamos posicionamentos institucionais e fundamentados nos cenários econômicos da nossa região para os setores de Óleo e Gás e imobiliário.

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

As demonstrações financeiras consolidadas auditadas em IFRS, referentes ao período de 2025, estão disponíveis em nossa página na internet: www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores > Resultados e Relatórios > Central de Resultados > Demonstrações Contábeis Completas em IFRS - 4T25.

Outros fatores com influência no desempenho operacional (não mencionados em outros itens desta seção)

A área de marketing é responsável pela definição e gestão da estratégia de marketing do Itaú Unibanco, dentro e fora do país, voltada para o mercado, clientes, parceiros, fornecedores e colaboradores. Anualmente são definidas as prioridades comerciais e institucionais, assim como a verba total de marketing para o ano. Os patrocínios financeiros são realizados de acordo com a política interna do Itaú Unibanco, que estabelece as regras, procedimentos e responsabilidades das áreas internas do banco na realização dos patrocínios.

Conforme divulgado em nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas em IFRS (Nota Explicativa 23 – Despesas Gerais e Administrativas) as despesas com Propaganda, Promoções e Publicações somaram R\$ 1.740 milhões em 2025, R\$ 1.976 milhões em 2024.

ANEXO III

ITENS 7.3 A 7.6 DO ANEXO "C" DA RESOLUÇÃO CVM 80/22

Em relação a cada um dos membros do Conselho de Administração do emissor, cuja reeleição será proposta pelo acionista controlador, seguem as informações:

7.3 e 7.4 (com exceção do item 7.3 "I")				
Nome		PEDRO MOREIRA SALLES	ROBERTO EGYDIO SETUBAL	RICARDO VILLELA MARINO
Data de nascimento		20.10.1959	13.10.1954	28.01.1974
Profissão		Banqueiro	Engenheiro	Engenheiro
CPF		551.222.567-72	007.738.228-52	252.398.288-90
Eleito pelo controlador		sim	sim	sim
Membro independente ⁽¹⁾		não	não	não
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal; ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas; iii. condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.		nada consta	nada consta	nada consta
Outros cargos ou funções exercidos no emissor		Copresidente do Conselho de Administração (conselheiro não executivo)	Copresidente do Conselho de Administração (conselheiro não executivo)	Vice-Presidente do Conselho de Administração (conselheiro não executivo)
			Presidente do Comitê de Remuneração	Membro do Comitê de Estratégia
			Membro do Comitê de Gestão de Risco e de Capital	
			Presidente do Comitê de Estratégia	
			Membro do Comitê de Customer Experience	
Conselho de Administração	Cargo eletivo ocupado	Membro	Membro	Membro
	Data de eleição	28.04.2026	28.04.2026	28.04.2026
	Data da posse			
	Prazo do mandato	Anual	Anual	Anual
	Data de início do primeiro mandato	28.11.2008	28.11.2008	28.11.2008
Comitê de Remuneração ⁽³⁾	Cargo eletivo ocupado		Presidente	
	Data de eleição		30.04.2025	
	Data da posse		30.04.2025	
	Prazo do mandato		Anual	
	Data de início do primeiro mandato		25.05.2017	
Comitê de Estratégia	Cargo eletivo ocupado		Presidente	Membro
	Data de eleição		30.04.2025	30.04.2025
	Data da posse		30.04.2025	30.04.2025
	Prazo do mandato		Anual	Anual
	Data de início do primeiro mandato		24.06.2009	03.05.2010
Comitê de Gestão de Risco e de Capital	Cargo eletivo ocupado		Membro	
	Data de eleição		30.04.2025	
	Data da posse		30.04.2025	
	Prazo do mandato		Anual	
	Data de início do primeiro mandato		24.06.2009	
Comitê de Customer Experience ⁽²⁾	Cargo eletivo ocupado		Membro	
	Data de eleição		30.04.2025	
	Data da posse		30.04.2025	
	Prazo do mandato		Anual	
	Data de início do primeiro mandato		27.06.2024	

(1) caracteriza-se como independente o Conselheiro que não tem relação comercial nem de qualquer outra natureza com a Companhia, com empresa sob o mesmo controle, com o acionista controlador ou com membro de órgão de administração que possa (i) originar conflito de interesses; ou (ii) prejudicar sua capacidade e isenção de análise e apreciação;

(2) o Comitê conta, ainda, com Milton Maluhy Filho, como membro;

(3) o Comitê conta, ainda, com Geraldo Carbone, como membro não administrador.

7.3 e 7.4 (com exceção do item 7.3 "I")				
Nome		ALFREDO EGYDIO SETUBAL	ANA LÚCIA DE MATTOS BARRETTO VILLELA	CANDIDO BOTELHO BRACHER
Data de nascimento		01.09.1958	25.10.1973	05.12.1958
Profissão		Administrador	Pedagoga	Administrador
CPF		014.414.218-07	066.530.828-06	039.690.188-38
Eleito pelo controlador		sim	sim	sim
Membro independente ⁽¹⁾		não	não	sim
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal; ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas; iii. condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.		nada consta	nada consta	nada consta
Outros cargos ou funções exercidos no emissor		Membro do Conselho de Administração (conselheiro não executivo)	Membro do Conselho de Administração (conselheira não executiva)	Membro do Conselho de Administração (conselheiro não executivo)
		Membro do Comitê de Divulgação e de Negociação	Membro do Comitê de Nomeação e Governança Corporativa	Membro do Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática
		Membro do Comitê de Nomeação e Governança Corporativa	Membro do Comitê de Pessoas	Membro do Comitê de Gestão de Risco e de Capital
		Membro do Comitê de Pessoas	Membro do Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática	Membro do Comitê de Remuneração
		Presidente do Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática		Presidente do Comitê de Nomeação e Governança Corporativa
Conselho de Administração				Membro do Comitê de Pessoas
				Membro do Comitê de Partes Relacionadas
Comitê de Nomeação e Governança Corporativa		Cargo eletivo ocupado	Membro	Membro
		Data de eleição	28.04.2026	28.04.2026
		Data da posse		
		Prazo do mandato	Anual	Anual
		Data de início do primeiro mandato	28.11.2008	15.06.2021
Comitê de Nomeação e Governança Corporativa		Cargo eletivo ocupado	Membro	Membro
		Data de eleição	30.04.2025	30.04.2025
		Data da posse	30.04.2025	30.04.2025
		Prazo do mandato	Anual	Anual
		Data de início do primeiro mandato	24.06.2009	26.04.2018
Comitê de Pessoas		Cargo eletivo ocupado	Membro	Membro
		Data de eleição	30.04.2025	30.04.2025
		Data da posse	30.04.2025	30.04.2025
		Prazo do mandato	Anual	Anual
		Data de início do primeiro mandato	29.04.2015	26.04.2018
Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática		Cargo eletivo ocupado	Presidente	Membro
		Data de eleição	30.04.2025	30.04.2025
		Data da posse	30.04.2025	30.04.2025
		Prazo do mandato	Anual	Anual
		Data de início do primeiro mandato	31.01.2019	31.01.2019
Comitê de Gestão de Risco e de Capital		Cargo eletivo ocupado		Membro
		Data de eleição		30.04.2025
		Data da posse		30.04.2025
		Prazo do mandato		Anual
		Data de início do primeiro mandato		29.04.2021
Comitê de Remuneração ⁽³⁾		Cargo eletivo ocupado		Membro
		Data de eleição		30.04.2025
		Data da posse		30.04.2025
		Prazo do mandato		Anual
		Data de início do primeiro mandato		29.04.2021
Comitê de Partes Relacionadas		Cargo eletivo ocupado		Membro
		Data de eleição		30.04.2025
		Data da posse		30.04.2025
		Prazo do mandato		Anual
		Data de início do primeiro mandato		30.04.2025

(1) caracteriza-se como independente o Conselheiro que não tem relação comercial nem de qualquer outra natureza com a Companhia, com empresa sob o mesmo controle, com o acionista controlador ou com membro de órgão de administração que possa (i) originar conflito de interesses; ou (ii) prejudicar sua capacidade e isenção de análise e apreciação;

(3) o Comitê conta, ainda, com Geraldo Carbone, como membro não administrador.

7.3 e 7.4 (com exceção do item 7.3 "I")				
Nome		CESAR NIVALDO GON	FABRICIO BLOISI ROCHA	JOÃO MOREIRA SALLES
Data de nascimento		09.07.1971	09.05.1977	11.04.1981
Profissão		Empresário	Empresário	Economista
CPF		154.974.508-57	263.679.838-21	295.520.008-58
Eleito pelo controlador		sim	sim	sim
Membro independente ⁽¹⁾		sim	sim	não
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal; ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas; iii. condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.		nada consta	nada consta	nada consta
Outros cargos ou funções exercidos no emissor		Membro do Conselho de Administração (conselheiro independente)	Membro do Conselho de Administração (conselheiro independente)	Membro do Conselho de Administração (conselheiro não executivo)
		Membro do Comitê de Pessoas	Membro do Comitê de Customer Experience	Membro do Comitê de Estratégia
		Presidente do Comitê de Customer Experience		Membro do Comitê de Remuneração
				Membro do Comitê de Nomeação e Governança Corporativa
Conselho de Administração	Cargo eletivo ocupado	Membro	Membro	Membro
	Data de eleição	28.04.2026	28.04.2026	28.04.2026
	Data da posse			
	Prazo do mandato	Anual	Anual	Anual
	Data de início do primeiro mandato	01.07.2022	17.05.2024	01.06.2017
Comitê de Customer Experience ⁽²⁾	Cargo eletivo ocupado	Presidente	Membro	
	Data de eleição	30.04.2025	30.04.2025	
	Data da posse	30.04.2025	30.04.2025	
	Prazo do mandato	Anual	Anual	
	Data de início do primeiro mandato	27.06.2024	27.06.2024	
Comitê de Estratégia	Cargo eletivo ocupado			Membro
	Data de eleição			30.04.2025
	Data da posse			30.04.2025
	Prazo do mandato			Anual
	Data de início do primeiro mandato			25.05.2017
Comitê de Remuneração ⁽³⁾	Cargo eletivo ocupado			Membro
	Data de eleição			30.04.2025
	Data da posse			30.04.2025
	Prazo do mandato			Anual
	Data de início do primeiro mandato			29.04.2021
Comitê de Pessoas	Cargo eletivo ocupado	Membro		
	Data de eleição	30.04.2025		
	Data da posse	30.04.2025		
	Prazo do mandato	Anual		
	Data de início do primeiro mandato	30.04.2025		
Comitê de Nomeação e Governança Corporativa	Cargo eletivo ocupado			Membro
	Data de eleição			29.01.2026
	Data da posse			29.01.2026
	Prazo do mandato			Anual
	Data de início do primeiro mandato			29.01.2026

(1) caracteriza-se como independente o Conselheiro que não tem relação comercial nem de qualquer outra natureza com a Companhia, com empresa sob o mesmo controle, com o acionista controlador ou com membro de órgão de administração que possa (i) originar conflito de interesses; ou (ii) prejudicar sua capacidade e isenção de análise e apreciação;

(2) o Comitê conta, ainda, com Milton Maluhy Filho, como membro;

(3) o Comitê conta, ainda, com Geraldo Carbone, como membro não administrador.

7.3 e 7.4 (com exceção do item 7.3 "I")				
Nome		MARCOS MARINHO LUTZ	MARIA HELENA DOS SANTOS FERNANDES DE SANTANA	PAULO ANTUNES VERAS
Data de nascimento		30.12.1969	23.06.1959	01.09.1972
Profissão		Engenheiro Naval	Economista	Engenheiro
CPF		147.274.178-12	036.221.618-50	179.984.168-58
Eleito pelo controlador		sim	sim	sim
Membro independente ⁽¹⁾		sim	sim	sim
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal; ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas; iii. condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.		nada consta	nada consta	nada consta
Outros cargos ou funções exercidos no emissor		Membro do Conselho de Administração (conselheiro independente)	Membro do Conselho de Administração (conselheira independente)	Membro do Conselho de Administração (conselheiro independente)
		Membro do Comitê de Estratégia	Presidente do Comitê de Auditoria	Membro do Comitê de Customer Experience
			Presidente do Comitê de Partes Relacionadas	Presidente do Comitê de Pessoas
				Membro do Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática
Conselho de Administração	Cargo eletivo ocupado	Membro	Membro	Membro
	Data de eleição	28.04.2026	28.04.2026	28.04.2026
	Data da posse			
	Prazo do mandato	Anual	Anual	Anual
	Data de início do primeiro mandato	10.06.2025	15.06.2021	17.05.2024
Comitê de Estratégia	Cargo eletivo ocupado	Membro		
	Data de eleição	30.04.2025		
	Data da posse	30.04.2025		
	Prazo do mandato	Anual		
	Data de início do primeiro mandato	30.04.2025		
Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática	Cargo eletivo ocupado			Membro
	Data de eleição			30.04.2025
	Data da posse			30.04.2025
	Prazo do mandato			Anual
	Data de início do primeiro mandato			30.04.2025
Comitê de Partes Relacionadas	Cargo eletivo ocupado		Presidente	
	Data de eleição		30.04.2025	
	Data da posse		30.04.2025	
	Prazo do mandato		Anual	
	Data de início do primeiro mandato		29.04.2021	
Comitê de Pessoas	Cargo eletivo ocupado			Presidente
	Data de eleição			30.04.2025
	Data da posse			30.04.2025
	Prazo do mandato			Anual
	Data de início do primeiro mandato			25.04.2024
Comitê de Customer Experience ⁽²⁾	Cargo eletivo ocupado			Membro
	Data de eleição			30.04.2025
	Data da posse			30.04.2025
	Prazo do mandato			Anual
	Data de início do primeiro mandato			27.06.2024

(1) caracteriza-se como independente o Conselheiro que não tem relação comercial nem de qualquer outra natureza com a Companhia, com empresa sob o mesmo controle, com o acionista controlador ou com membro de órgão de administração que possa (i) originar conflito de interesses; ou (ii) prejudicar sua capacidade e isenção de análise e apreciação;

(2) o Comitê conta, ainda, com Milton Maluhy Filho, como membro.

7.3 e 7.4 (com exceção do item 7.3 "I")				
Nome		PEDRO LUIZ BODIN DE MORAES		
Data de nascimento		13.07.1956		
Profissão		Economista		
CPF		548.346.867-87		
Eleito pelo controlador		sim		
Membro independente ⁽¹⁾		sim		
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal; ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas; iii. condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.		nada consta		
Outros cargos ou funções exercidos no emissor		Membro do Conselho de Administração (conselheiro independente)		
		Presidente do Comitê de Gestão de Risco e de Capital		
		Membro do Comitê de Nomeação e Governança Corporativa		
		Membro do Comitê de Partes Relacionadas		
Conselho de Administração	Cargo eletivo ocupado	Membro		
	Data de eleição	28.04.2026		
	Data da posse			
	Prazo do mandato	Anual		
	Data de início do primeiro mandato	28.11.2008		
Comitê de Gestão de Risco e de Capital	Cargo eletivo ocupado	Presidente		
	Data de eleição	30.04.2025		
	Data da posse	30.04.2025		
	Prazo do mandato	Anual		
	Data de início do primeiro mandato	24.06.2009		
Comitê de Nomeação e Governança Corporativa	Cargo eletivo ocupado	Membro		
	Data de eleição	30.04.2025		
	Data da posse	30.04.2025		
	Prazo do mandato	Anual		
	Data de início do primeiro mandato	30.04.2025		
Comitê de Partes Relacionadas	Cargo eletivo ocupado	Membro		
	Data de eleição	30.04.2025		
	Data da posse	30.04.2025		
	Prazo do mandato	Anual		
	Data de início do primeiro mandato	25.04.2013		

(1) caracteriza-se como independente o Conselheiro que não tem relação comercial nem de qualquer outra natureza com a Companhia, com empresa sob o mesmo controle, com o acionista controlador ou com membro de órgão de administração que possa (i) originar conflito de interesses; ou (ii) prejudicar sua capacidade e isenção de análise e apreciação.

Em relação a cada um dos membros do Conselho Fiscal do emissor, cuja eleição e reeleição serão propostas pelo acionista controlador e pelo preferencialista (Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI), seguem as informações:

7.3 e 7.4 (com exceção do item 7.3 "I")				
Nome		CLÁUDIO JOSÉ COUTINHO ARROMATTE	EDUARDO HIROYUKI MIYAKI	MARCELO MAIA TAVARES DE ARAÚJO
Data de nascimento		15.02.1966	11.06.1972	27.04.1973
Profissão		Engenheiro Eletricista	Engenheiro Civil	Engenheiro
CPF		991.173.127-87	159.822.728-92	605.979.411-49
Eleito pelo controlador		sim	sim	não (indicado pela acionista Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI, detentora de ações preferenciais).
Membro independente ⁽¹⁾		n/a	n/a	n/a
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal; ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas; iii. condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.		nada consta	nada consta	nada consta
Outros cargos ou funções exercidos no emissor		Membro Efetivo do Conselho Fiscal	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	Membro Efetivo do Conselho Fiscal
Conselho Fiscal	Cargo eletivo ocupado	Membro	Membro	Membro
	Data de eleição	28.04.2026	28.04.2026	28.04.2026
	Data da posse			
	Prazo do mandato	Anual	Anual	Anual
	Data de início do primeiro mandato	(6)	01.07.2022	10.06.2025

Nome		LENI BERNADETE TORRES DA SILVA SANSIVIERO	JOÃO COSTA	HAROLDO DO ROSÁRIO VIEIRA
Data de nascimento		11.08.1963	10.08.1950	15.06.1956
Profissão		Administradora	Economista	Engenheiro Civil
CPF		048.504.508-73	476.511.728-68	055.748.382-49
Eleito pelo controlador		sim	sim	não (indicado pela acionista Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI, detentora de ações preferenciais).
Membro independente ⁽¹⁾		n/a	n/a	n/a
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal; ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas; iii. condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.		nada consta	nada consta	nada consta
Outros cargos ou funções exercidos no emissor		Membro Suplente do Conselho Fiscal	Membro Suplente do Conselho Fiscal	Membro Suplente do Conselho Fiscal
Conselho Fiscal	Cargo eletivo ocupado	Membro	Membro	Membro
	Data de eleição	28.04.2026	28.04.2026	28.04.2026
	Data da posse			
	Prazo do mandato	Anual	Anual	Anual
	Data de início do primeiro mandato	10.06.2025	10.07.2009	(6)

(1) caracteriza-se como independente o Conselheiro que não tem relação comercial nem de qualquer outra natureza com a Companhia, com empresa sob o mesmo controle, com o acionista controlador ou com membro de órgão de administração que possa (i) originar conflito de interesses; ou (ii) prejudicar sua capacidade e isenção de análise e apreciação;

(6) não aplicável por tratar-se de eleição de membro do Conselho Fiscal.

Em relação à composição do Comitê de Auditoria (*), seguem as informações:

7.3 e 7.4 (com exceção do item 7.3 "I")				
Nome		MARIA HELENA DOS SANTOS FERNANDES DE SANTANA	ALEXANDRE DE BARROS	FERNANDO BARÇANTE TOSTES MALTA
Data de nascimento		23.06.1959	06.09.1956	14.04.1968
Profissão		Economista	Engenheiro	Analista de Sistemas
CPF		036.221.618-50	040.036.688-63	992.648.037-34
Eleito pelo controlador		n/a	n/a	n/a
Membro independente ⁽⁴⁾		sim	sim	sim
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal; ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas; iii. condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.		nada consta	nada consta	nada consta
Outros cargos ou funções exercidos no emissor		Membro do Conselho de Administração (conselheira independente)	Membro Efetivo do Comitê de Auditoria	Membro Efetivo do Comitê de Auditoria
		Presidente do Comitê de Auditoria		
		Presidente do Comitê de Partes Relacionadas		
Comitê de Auditoria	Cargo eletivo ocupado	Presidente	Membro	Membro
	Data de eleição	30.04.2025	30.04.2025	30.04.2025
	Data da posse	18.06.2025	18.06.2025	18.06.2025
	Prazo do mandato	Anual	Anual	Anual
	Data de início do primeiro mandato	02.01.2023	16.06.2021	01.06.2023

Nome		MARIA ELENA CARDOSO FIGUEIRA	LUCIANA PIRES DIAS	ROGÉRIO CARVALHO BRAGA
Data de nascimento		29.11.1965	13.01.1976	30.01.1956
Profissão		Economista	Advogada	Advogado
CPF		013.908.247-64	251.151.348-02	625.816.948-15
Eleito pelo controlador		n/a	n/a	n/a
Membro independente ⁽⁴⁾		sim	sim	sim
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal; ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas; iii. condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.		nada consta	nada consta	nada consta
Outros cargos ou funções exercidos no emissor		Membro Efetivo do Comitê de Auditoria	Membro Efetivo do Comitê de Auditoria	Membro Efetivo do Comitê de Auditoria
Comitê de Auditoria	Cargo eletivo ocupado	Membro	Membro	Membro
	Data de eleição	28.08.2025	30.04.2025	30.04.2025
	Data da posse	09.10.2025	18.06.2025	18.06.2025
	Prazo do mandato	Anual	Anual	Anual
	Data de início do primeiro mandato	09.10.2025	07.08.2020	16.06.2021

(4) todos os membros do Comitê de Auditoria são considerados independentes, conforme regulamentação aplicável e nos termos das condições previstas no Regulamento do Comitê de Auditoria, não podendo ser, ou ter sido, nos últimos doze meses, (i) diretor do Itaú Unibanco ou de suas ligadas; (ii) funcionário do Itaú Unibanco ou de suas ligadas; (iii) responsável técnico, diretor, gerente, supervisor ou qualquer outro integrante, com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria externa no Itaú Unibanco ou nas suas ligadas; (iv) membro do Conselho Fiscal do Itaú Unibanco ou de suas ligadas; (v) controlador do Itaú Unibanco ou de suas ligadas; ou (vi) pessoa física detentora de participação direta ou indireta superior a dez por cento do capital social votante do Itaú Unibanco ou de suas ligadas.

(*) o banco adota/obedece estritamente as regras estabelecidas pela Resolução CMN 3.198/2004 para contagem do prazo e renovação de mandato dos membros do Comitê de Auditoria.

Em relação à composição do Comitê de Divulgação e Negociação do emissor, seguem as informações:

7.3 e 7.4 (com exceção do item 7.3 "I")				
Nome		GUSTAVO LOPES RODRIGUES	ALFREDO EGYDIO SETUBAL	ÁLVARO FELIPE RIZZI RODRIGUES
Data de nascimento		18.11.1980	01.09.1958	28.03.1977
Profissão		Administrador	Administrador	Advogado
CPF		219.738.878-94	014.414.218-07	166.644.028-07
Eleito pelo controlador		n/a	n/a	n/a
Membro independente ⁽¹⁾		n/a	n/a	n/a
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal; ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas; iii. condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.		nada consta	nada consta	nada consta
Outros cargos ou funções exercidos no emissor		Presidente do Comitê de Divulgação e de Negociação	Membro do Conselho de Administração (conselheiro não executivo)	Membro do Comitê de Divulgação e de Negociação
		Diretor de Relações com Investidores	Membro do Comitê de Divulgação e de Negociação	Diretor
			Membro do Comitê de Nomeação e Governança Corporativa	
			Membro do Comitê de Pessoas	
			Presidente do Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática	
Comitê de Divulgação e Negociação	Cargo eletivo ocupado	Presidente	Membro	Membro
	Data de eleição ⁽⁵⁾	30.04.2025	30.04.2025	30.04.2025
	Data da posse ⁽⁵⁾	30.04.2025	30.04.2025	30.04.2025
	Prazo do mandato	Anual	Anual	Anual
	Data de início do primeiro mandato	16.08.2024	24.04.2009	28.04.2022

Nome		ANDRE BALESTRIN CESTARE	GABRIEL AMADO DE MOURA	JOSÉ VIRGÍLIO VITA NETO
Data de nascimento		08.06.1978	18.08.1975	13.09.1978
Profissão		Engenheiro	Administrador	Advogado
CPF		213.634.648-25	247.648.348-63	223.403.628-30
Eleito pelo controlador		n/a	n/a	n/a
Membro independente ⁽¹⁾		n/a	n/a	n/a
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal; ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas; iii. condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.		nada consta	nada consta	nada consta
Outros cargos ou funções exercidos no emissor		Membro do Comitê de Divulgação e de Negociação	Membro do Comitê de Divulgação e de Negociação	Membro do Comitê de Divulgação e de Negociação
		Diretor	Diretor (membro do Comitê Executivo)	Diretor (membro do Comitê Executivo)
Comitê de Divulgação e Negociação	Cargo eletivo ocupado	Membro	Membro	Membro
	Data de eleição ⁽⁵⁾	23.01.2026	30.04.2025	30.04.2025
	Data da posse ⁽⁵⁾	23.01.2026	30.04.2025	30.04.2025
	Prazo do mandato	Anual	Anual	Anual
	Data de início do primeiro mandato	23.01.2026	22.10.2024	18.01.2021

(1) caracteriza-se como independente o Conselheiro que não tem relação comercial nem de qualquer outra natureza com a Companhia, com empresa sob o mesmo controle, com o acionista controlador ou com membro de órgão de administração que possa (i) originar conflito de interesses; ou (ii) prejudicar sua capacidade e isenção de análise e apreciação;

(5) não existem eleição e posse formalmente estabelecidas para este Comitê (não estatutário).

Em relação à composição do Comitê de Divulgação e Negociação do emissor, seguem as informações:

7.3 e 7.4 (com exceção do item 7.3 "I")				
Nome		RENATO LULIA JACOB		
Data de nascimento		10.05.1974		
Profissão		Bancário		
CPF		118.058.578-00		
Eleito pelo controlador		n/a		
Membro independente ⁽¹⁾		n/a		
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal; ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas; iii. condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.		nada consta		
Outros cargos ou funções exercidos no emissor		Membro do Comitê de Divulgação e de Negociação		
		Diretor		
Comitê de Divulgação e Negociação	Cargo eletivo ocupado	Membro		
	Data de eleição ⁽⁵⁾	30.04.2025		
	Data da posse ⁽⁵⁾	30.04.2025		
	Prazo do mandato	Anual		
	Data de início do primeiro mandato	25.04.2019		

(1) caracteriza-se como independente o Conselheiro que não tem relação comercial nem de qualquer outra natureza com a Companhia, com empresa sob o mesmo controle, com o acionista controlador ou com membro de órgão de administração que possa (i) originar conflito de interesses; ou (ii) prejudicar sua capacidade e isenção de análise e apreciação;

(5) não existem eleição e posse formalmente estabelecidas para este Comitê (não estatutário).

Em relação à composição dos Comitês de Remuneração e Customer Experience do emissor, seguem as informações:

7.3 e 7.4 (com exceção do item 7.3 "I")			
Nome		GERALDO JOSÉ CARBONE	MILTON MALUHY FILHO
Data de nascimento		02.08.1956	08.06.1976
Profissão		Economista	Administrador
CPF		952.589.818-00	252.026.488-80
Eleito pelo controlador		n/a	n/a
Membro independente ⁽¹⁾		sim	não
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal; ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas; iii. condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.		nada consta	nada consta
Outros cargos ou funções exercidos no emissor		Membro do Comitê de Remuneração	Diretor Presidente
			Membro do Comitê de Customer Experience
Comitê de Remuneração ⁽³⁾	Cargo eletivo ocupado	Membro	
	Data de eleição	30.04.2025	
	Data da posse	30.04.2025	
	Prazo do mandato	Anual	
	Data de início do primeiro mandato	31.01.2019	
Comitê de Customer Experience ⁽²⁾	Cargo eletivo ocupado		Membro
	Data de eleição		30.04.2025
	Data da posse		30.04.2025
	Prazo do mandato		Anual
	Data de início do primeiro mandato		27.06.2024

(1) caracteriza-se como independente o Conselheiro que não tem relação comercial nem de qualquer outra natureza com a Companhia, com empresa sob o mesmo controle, com o acionista controlador ou com membro de órgão de administração que possa (i) originar conflito de interesses; ou (ii) prejudicar sua capacidade e isenção de análise e apreciação;

(2) o Comitê conta, ainda, com Milton Maluhy Filho, como membro;

(3) o Comitê conta, ainda, com Geraldo Carbone, como membro não administrador.

Com relação a cada membro, veja abaixo as informações sobre o item 7.3 "I":

7.3 "I" - Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos: (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Pedro Moreira Salles (Copresidente não executivo)

Cargo e mandato

Copresidente Não Executivo do Conselho de Administração desde 2017.

Experiências, competências e habilidades

Setor financeiro, mercado de capitais e outros setores

É Copresidente de nosso Conselho de Administração desde 2017, tendo sido também Presidente do Conselho de 2009 a 2017. Foi membro do Conselho de Administração do Unibanco em 1989 e seu Presidente de 1997 a 2004. Em 2004, tornou-se Diretor-Presidente do Unibanco e permaneceu nesse cargo até 2008, ano da associação com o Banco Itaú. É Presidente dos Conselhos de Administração da Companhia E. Johnston de Participações e da IUPAR – Itaú Unibanco Participações S.A. É Vice-Presidente do conselho de administração da Brasil Warrant e sócio e Co-CEO da Cambuhy Investimentos. Foi membro do Conselho de Administração da TOTVS e entre 2017 e 2022, foi presidente do Conselho de Administração da Federação Brasileira de Bancos ("FEBRABAN").

ESG

É também Presidente do Conselho de Administração do Instituto Unibanco, instituição que atua para melhorar a educação pública no Brasil por meio da gestão educacional. É membro do Conselho Deliberativo e da Assembleia de Associados do Instituto de Ensino e Pesquisa ("INSPER"), instituição sem fins lucrativos dedicada ao ensino e à pesquisa, e membro do Conselho Orientador da Fundação Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo ("OSESF"). É ainda membro do Conselho de Administração do Instituto Todos pela Saúde, que combate emergências sanitárias no Brasil, e membro do Conselho de Administração do Instituto Moreira Salles, que se dedica a promover e preservar a herança cultural.

Formação acadêmica

É bacharel, magna cum laude, em Economia e História pela Universidade da Califórnia, Los Angeles ("UCLA"), EUA. Kursou também o Programa de Administração de Sócio Presidente na Universidade de Harvard nos Estados Unidos.

Roberto Egydio Setubal (Copresidente não executivo)

Cargo e mandato

Copresidente do Conselho de Administração desde 2017.

Experiências, competências e habilidades

Setor financeiro, mercado de capitais e outros setores

Iniciou sua carreira no Banco Itaú em 1980, tendo ocupado diversos cargos até ser nomeado em 1994 para presidir a instituição, ocupando esse cargo até abril de 2008. Naquele ano, após a associação entre os bancos Itaú e Unibanco, tornou-se Diretor-Presidente do Itaú Unibanco Holding S.A., permanecendo nesse cargo até 2017. É membro do Conselho de Administração da Itaúsa S.A. desde 2021 e seu atual Vice-Presidente. É ainda membro do Conselho de Administração da CCR S.A. Foi membro do Conselho de Administração da Petrobras entre 2000 e 2002 e da Shell Plc entre 2017 e 2020. Foi membro da International Monetary Conference ("IMC") entre 1994 e 2020, tendo presidido essa instituição em 2015. De 1997 a 2000 foi Presidente da Federação Brasileira de Bancos ("FEBRABAN") e presidiu o conselho dessa instituição entre 2011 e 2017. Foi membro do Conselho de Administração do Institute of International Finance ("IIF"), tendo ocupado o cargo de Vice-Presidente entre 2003 e 2014. Entre 2002 e 2008 foi membro do Comitê Consultivo Internacional do Federal Reserve Bank de Nova York. Em 2011 foi escolhido como Banqueiro do Ano pela publicação Euromoney e em 2015 foi eleito, pela segunda vez, como o melhor executivo do Brasil.

Gerenciamento de riscos

Durante sua gestão como Diretor-Presidente do Itaú Unibanco Holding S.A., até 2017, supervisionou o gerenciamento de riscos no nível executivo, presidindo sete conselhos superiores de risco, como o

Conselho Superior de Auditoria e Gestão de Risco Operacional, o Conselho Superior de Crédito e o Conselho Superior de Política de Riscos, onde abordou as políticas de risco corporativo, gerenciamento de riscos, apetite ao risco e a cultura de risco da empresa. Atualmente é membro do Comitê de Gerenciamento de Riscos e Capital, prestando suporte na definição, revisão e aprovação do apetite de risco, estratégias e políticas institucionais de risco.

ESG

Também é membro do Conselho de Administração do Centro de Liderança Pública (“CLP”), organização multipartidária com o objetivo de engajar a sociedade e desenvolver lideranças públicas no enfrentamento a problemas urgentes no Brasil. Em 2003, foi nomeado membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (“CDES”), ocupando esse cargo até o momento.

Formação acadêmica

É bacharel em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (“USP”), São Paulo, Brasil. Também possui mestrado em Ciência da Engenharia pela Universidade de Stanford, Califórnia, EUA.

Ricardo Villela Marino (Vice-Presidente não executivo)

Cargo e mandato

Vice-presidente do Conselho de Administração desde 2020.

Experiências, competências e habilidades

Setor financeiro e mercado de capitais

É Presidente do Conselho Estratégico para a América Latina desde 2018, onde lidera a área de inovação e exploração de oportunidades de crescimento em toda a região. É ainda presidente do Conselho de Administração do Banco Itaú Chile. Ocupa diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco desde 2002, incluindo Vice-Presidente entre 2010 e 2018 e CEO das operações Itaú Latam (Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai). Iniciou sua carreira no Banque Credit Commercial de France (“CCF”), atuou na área de renda fixa e mercado de ações no Banco de Investimentos Garantia - CSFB e na Goldman Sachs Asset Management em Nova York e Londres, onde foi gestor de carteira de mercados emergentes. Atuou como Presidente da Federação de Bancos Latino-Americanos (“FELABAN”) e foi nomeado Jovem Líder Global pelo Fórum Econômico Mundial – WEF. membro suplente de nosso Conselho de Administração desde 2011.

Inclusão financeira e empreendedorismo

Atualmente atua como vice-presidente da Humanitas 360, organização sem fins lucrativos focada em catalisar o empreendedorismo social e cívico entre os jovens. É Presidente do Instituto PDR, organização que visa investir e preparar novos empreendedores com foco na transformação social acadêmica.

Formação acadêmica

É bacharel em Engenharia Mecânica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (“USP”), São Paulo, Brasil, e mestre em Administração de Empresas pela MIT Sloan School of Management, Massachusetts, EUA.

Alfredo Egydio Setubal (membro não executivo)

Cargo e mandato

Membro não executivo do Conselho de Administração desde 2007.

Experiências, competências e habilidades

Setor financeiro e mercado de capitais

Na Itaúsa S.A., é Diretor-Presidente e Diretor de Relações com Investidores desde 2015 e membro do Conselho de Administração desde 2008. Também é Presidente do Conselho de Administração da Dexas S.A. desde 2021 e membro de seu Conselho desde 2015; membro do Conselho de Administração da Alpargatas S.A. desde 2017 e da Copa Energia desde 2020; foi presidente da Associação Nacional dos Bancos de Investimento (“ANBID”) entre 2003 e 2008 e é membro do Comitê Superior de Orientação, Nomeação e Ética do Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (“IBRI”) desde 2010, tendo sido presidente de seu Conselho de Administração entre 2000 e 2003. Foi ainda membro do Conselho de Administração da Associação Brasileira de Companhias Abertas (“ABRASCA”) entre 1999 e 2017. Atualmente é Presidente do Comitê de Responsabilidade Ambiental, Social e Climática e membro do Comitê de Divulgação e de Negociação, Comitê de Nomeação e Governança Corporativa e Comitê de Pessoas do Itaú Unibanco.

ESG

Presidente do Conselho Curador da Fundação Itaú, instituição responsável por iniciativas sociais voltadas à educação (em parceria com a UNICEF e outras ONGs) e à democratização e valorização da cultura brasileira e Presidente do Conselho Deliberativo do Museu de Arte de São Paulo - MASP desde 2015. É membro do Conselho de Administração da Fundação Bienal de São Paulo desde 2009 e do Museu de Arte Moderna de São Paulo - MAM e do Instituto de Arte Contemporânea ("IAC"). Formação acadêmica É bacharel e pós-graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getulio Vargas ("FGV"), São Paulo, Brasil.
Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela (membro não executivo) Cargo e mandato Membro não executivo do Conselho de Administração desde 2018. Experiências, competências e habilidades Setor financeiro, mercado de capitais e outros setores Ocupa diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco, incluindo o de membro do Conselho de Administração de 1996 a 2001. Também ocupa os cargos de: Cofundadora da MFF&CO, um estúdio de entretenimento de impacto com alcance global, operando em São Paulo (Brasil), Los Angeles (EUA) e Londres (Reino Unido) desde maio de 2024; cofundadora do Alana Down Syndrome Center at MIT desde 2019; membro suplente do Conselho de Administração da IUPAR – Itaú Unibanco Participações S.A. desde 2018; membro do Comitê de Pessoas do Itaú desde 2018; membro do Comitê de Nomeação e Governança Corporativa do Itaú desde 2018; Vice-Presidente do Conselho de Administração (membro não executivo) da Itaúsa S.A. desde 2017; membro do Conselho Orientador do Itaú Social desde 2017; cofundadora da AlanaLab desde 2014; cofundadora da Maria Farinha Filmes desde 2009; presidente fundadora da Instituto Alana desde 2012; Diretora Presidente do Instituto Alana desde 2002 e Fellow Ashoka desde 2010. ESG Membro do Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática desde 2019 (anteriormente denominado Comitê de Responsabilidade Social); membro do Comitê de Sustentabilidade e Riscos da Itaúsa desde 2021. Também é membro do Stanford Down Syndrome Research Center Advisory Board desde janeiro de 2022. Foi board member da Participant, uma organização de mídia e entretenimento fundada pelo empreendedor social Jeff Skoll, de março de 2022 a julho de 2024; membro da UCLA Lab School of Advisors de maio de 2022 a julho de 2024; membro do Conselho Consultivo do Instituto Akatu de 2013 a 2017; membro do Conselho Consultivo da Fairplay Organization de 2015 a 2017; membro do Conselho Consultivo da Conectas de 2003 a 2018; membro do Comitê de Sustentabilidade da Dexco de 2015 a 2018 e membro suplente do Conselho de Administração da Dexco de 2018 a 2020. Tecnologia e segurança da informação Desde 2018 é a primeira representante da América Latina no Conselho de Inovação da XPRIZE, organização sem fins lucrativos criada por Peter Diamandis, que idealiza e gerencia competições globais para incentivar o desenvolvimento de novas tecnologias que possam contribuir para a solução de alguns dos principais desafios da humanidade. De 2019 a 2024 a Alana Foundation, de onde é co-fundadora, financiou a competição XPrize Rainforest para acelerar a criação de novas tecnologias capazes de mapear a biodiversidade de florestas tropicais. Formação acadêmica É bacharel em Pedagogia com habilitação em Administração Escolar e mestre em Psicologia da Educação, ambos pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo ("PUC-SP"), São Paulo, Brasil. Graduação em Administração de Empresas pela Fundação Armando Álvares Penteado ("FAAP"), São Paulo, Brasil (incompleto) e pós-graduação em Administração do Terceiro Setor na Fundação Getulio Vargas ("FGV"), São Paulo, Brasil (incompleto).
Candido Botelho Bracher (membro independente) Cargo e mandato Membro independente do Conselho de Administração desde abril de 2024, tendo sido membro não executivo do Conselho de Administração desde 2021. Experiências, competências e habilidades Setor financeiro e mercado de capitais

Ocupou diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco, inclusive o de CEO entre 2017 e 2021, Diretor Geral do Banco de Atacado entre 2015 e 2017 e Vice-Presidente entre 2004 e 2015. É membro do Conselho de Administração da Mastercard Incorporated desde 2021 e foi membro do Conselho de Administração do Banco Itaú BBA S.A. entre 2003 e 2017, da B3 S.A. entre 2009 e 2014 e do Grupo Pão de Açúcar entre 1999 e 2013. Foi sócio fundador do banco corporativo BBA Creditanstalt, joint venture criada em 1988. Gerenciamento de riscos Foi CEO do Itaú Unibanco Holding S.A., sendo responsável, nesse período, pelo gerenciamento de riscos no nível executivo, presidindo sete conselhos superiores de risco, como o Conselho Superior de Gerenciamento de Riscos de Mercado e Liquidez, Comissão Superior de Risco Operacional e a Comissão Superior de Crédito. Nesses fóruns, deliberou sobre políticas de riscos corporativos, gerenciamento de riscos, apetite de risco e a cultura de riscos da Organização. Atualmente é membro do Comitê de Gerenciamento de Riscos e Capital, prestando suporte na definição, revisão e aprovação do apetite de risco, estratégias e políticas institucionais de risco. ESG Membro do Conselho Superior de Bioeconomia da Fundação Getulio Vargas (“FGV”) e fortemente engajado em iniciativas de proteção ambiental do bioma Pantanal brasileiro. É membro do Conselho de Administração do Instituto Acaia, que desenvolve ações educativas voltadas à preservação do bioma Pantanal. Também concluiu sua capacitação em Mudanças Climáticas oferecida pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (“IBGC”) em 2021, por meio da iniciativa Capítulo Zero, rede global de engajamento de Conselhos nos desafios climáticos. É também colunista do jornal brasileiro Folha de São Paulo. Formação acadêmica É bacharel em Administração de Empresas pela Fundação Getulio Vargas (“FGV”), São Paulo, Brasil.
--

Cesar Nivaldo Gon (membro independente)

Cargo e mandato

Membro independente do Conselho de Administração desde 2022.

Experiências, competências e habilidades

Setor financeiro e mercado de capitais

É membro do Conselho de Administração do Lean Enterprise Institute – LEI e foi membro do Conselho de Administração da Raia Drogasil S.A. de 2021 a 2023. Investidor ativo em venture capital e fundos startup, liderou o processo de IPO da CI&T Inc. na Bolsa de Valores de Nova York (“NYSE”) e é membro do Conselho de Administração do Fundo Patrimonial Lumina Unicamp desde 2020. Foi reconhecido como Empreendedor do Ano no Brasil pela Ernst & Young (EY Entrepreneur of The Year™) em 2019.

Tecnologia e segurança da informação

Fundador e Diretor-Presidente da CI&T (NYSE: CINT), empresa global especializada em soluções de engenharia de software, como IA e Hyper Digital, modernização, serviços em nuvem, data analytics, segurança cibernética e design de produtos digitais, desde 1995. É presidente do Conselho de Administração da Sensedia, líder de mercado em API Management. Possui longa trajetória no mercado como importante porta-voz de desenvolvimento de liderança, transformação digital e IA. Atuou ainda como consultor de tecnologia no Conselho do Grupo Boticário de 2020 a 2023.

Formação acadêmica

É bacharel em Engenharia da Computação com mestrado em Ciência da Computação, ambos pela Universidade Estadual de Campinas (“UNICAMP”), Campinas, São Paulo, Brasil. É coautor do livro “Faster, Faster: The Dawn of Lean Digital” (2020) e colunista da publicação MIT Sloan Management Review.

Fabricio Bloisi Rocha (membro independente)

Cargo e mandato

Membro independente do Conselho de Administração desde 2024.

Experiências, competências e habilidades

Setor financeiro, mercado de capitais e outros setores

É CEO da Prosus, Presidente do Conselho de Administração da iFood, CEO da Naspers e fundador do Grupo Movile. É também membro do Conselho de Inovação da XPrize.

ESG

Promove projetos educacionais através de sua Fundação 1Bi, instituição cujo objetivo é o apoio à educação por meio da tecnologia. Também promove apoio a projetos como Meu Diploma do Ensino Médio e

Movimento Tech, que fomentam o ensino médio e tecnológico no Brasil por meio da iFood. Em 2023, foi nomeado porta-voz da ONU para a educação sobre o ODS 4 para o Brasil e integrou o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Sustentável da Presidência da República. Formação acadêmica É bacharel em Engenharia da Computação pela Universidade Estadual de Campinas (“UNICAMP”), Campinas, São Paulo, Brasil e mestre em Administração de Empresas pela FGV, São Paulo, Brasil. Em 2013 cursou o Programa Executivo para Empresas em Crescimento, Estratégia, Finanças, Liderança para empresas em fase de crescimento na Stanford Graduate School of Business, Califórnia, EUA. Em 2022, concluiu o Programa de Administração de Sócio Presidente na Universidade de Harvard, Massachusetts, EUA.
João Moreira Salles (membro não executivo) Cargo e mandato Membro não executivo de nosso Conselho de Administração desde 2017. Experiências, competências e habilidades Setor financeiro, mercado de capitais e outros setores. Atualmente ocupa os seguintes cargos: (i) Diretor Presidente da IUPAR – Itaú Unibanco Participações S.A. (“IUPAR”) desde 2026, tendo atuado como Diretor desde 2023; (ii) Membro do Conselho de Administração da IUPAR desde 2015; (iii) Membro do Conselho de Administração e Diretor-Presidente da Companhia E. Johnston Participações desde 2024; (iv) Diretor da Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas S.A. (“BWSA”) desde 2017; (v) Diretor-Presidente da BW Gestão de Investimentos Ltda. (“BWGI”) desde 2022; (vi) Conselheiro, desde 2019, da Verallia, empresa de embalagens de vidro com Ações na Bolsa da França; (vii) Presidente do Conselho de Administração da Alpargatas desde 2026, e Membro do Conselho de Administração desde 2022; (viii) Membro dos Comitês de Estratégia e de Gente da Alpargatas desde 2022. Além disso, antes de ingressar na BWSA, atuou como banqueiro de investimentos no J. P. Morgan Chase, Nova York, EUA. Formação acadêmica Bacharel em Economia pelo Instituto de Ensino e Pesquisa (“INSPER”), São Paulo, Brasil; Mestre em Economia pela Universidade de Columbia GSAS, Nova York, EUA; Mestre em Finanças pela Universidade de Columbia GSB, Nova York, EUA, e Doutor em Teoria Econômica pela Universidade de São Paulo (“USP”), São Paulo, Brasil.
Marcos Marinho Lutz (membro independente) Cargo e mandato Membro independente do Conselho de Administração desde 2025. Experiências, competências e habilidades Setor financeiro, mercado de capitais e outros setores Presidente do Conselho de Administração da Ultracargo Logística S.A., Ultrapar Participações S.A., Companhia Ultragaz S.A. e da Ultrapar Mobilidade S.A. desde 2025 e da Hidrovias do Brasil S.A. desde 2024. Membro do Conselho de Administração da Corteva Agrisciense desde 2019. É diretor-presidente da Ultrapar Participações S.A. desde 2022 e membro do Comitê de Pessoas e Sustentabilidade e diretor da Ultra S.A. Participações desde 2021. Foi presidente do Conselho de Infraestrutura da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (“FIESP”) de 2015 a 2021; membro do Conselho de Administração de 2008 a 2020, tendo sido presidente de julho a dezembro de 2020 da Rumo Logística S.A.; diretor-presidente da Cosan S.A – Indústria e Comércio de 2009 a 2020; conselheiro da Raizen S.A. de 2013 a 2020, Comgás S.A. de 2008 a 2020 e da Moove S.A. de 2008 a 2020 e membro do Conselho de Administração da Monsanto S.A. de 2014 a 2018. Formação acadêmica É bacharel em Engenharia Naval pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (“USP”), São Paulo, Brasil e mestre em Administração de Empresas pela Kellogg School of Management da Northwestern University, Illinois, EUA.
Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana (membro independente) Cargo e mandato

Membro independente do Conselho de Administração desde 2021 e presidente do Comitê de Auditoria desde 2023. Experiências, competências e habilidades Setor financeiro, mercado de capitais e outros setores É membro independente de nosso Conselho de Administração desde 2021 e membro independente do Comitê de Auditoria desde 2022, atuando como presidente desde abril de 2023. Também atuou como membro do Comitê de Auditoria do Itaú Unibanco Holding de 2014 a 2020. É membro do Conselho de Administração e presidente do Comitê de Auditoria da CI&T Inc. e membro do Conselho de Administração da Fortbras S.A. Atuou como membro do Conselho de Administração e presidente do Comitê de Auditoria da XP Inc. entre 2019 e 2021; presidente do Comitê de Auditoria da XP Investimentos S.A. entre 2018 e 2019; membro do Conselho de Administração da Bolsas y Mercados Españoles (“BME”) entre 2016 e 2020 e membro do Conselho Curador da IFRS Foundation entre 2014 e 2019; membro do Conselho de Administração e coordenadora do Comitê de Auditoria da Totvs S.A. entre 2013 e 2017; membro do Conselho de Administração da CPFL Energia S.A. entre 2013 e 2015. Foi também presidente, entre 2007 e 2012, e diretora, entre 2006 e 2007, da CVM, representando essa instituição no Financial Stability Board (“FSB”) entre 2009 e 2012. Foi presidente do comitê executivo da Organização Internacional das Comissões de Valores (“IOSCO”) entre 2011 e 2012. ESG Entre 2011 e 2012 foi membro do International Integrated Reporting Council (“IIRC”), onde posteriormente também atuou como membro do Comitê de Governança e Nomeação até a constituição da Value Reporting Foundation. Atuou na Bolsa de Valores de São Paulo (atual B3 S.A.) entre 1994 e 2006, onde esteve envolvida na criação e foi responsável pela implantação do Novo Mercado e demais segmentos de governança corporativa. Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (“IBGC”) entre 2004 e 2006, tendo sido membro de seu Conselho de Administração entre 2001 e 2006. Também é membro da Mesa-Redonda de Governança Corporativa da América Latina (“OCDE”) desde 2000. Foi membro do Conselho de Administração e Coordenadora do Comitê de Gente, Nomeações e Governança da Oi S.A. entre 2018 e 2023. Atuou como membro do Conselho de Administração e Presidente do Comitê de Governança Corporativa da Companhia Brasileira de Distribuição S.A. entre 2013 e 2017. Foi reconhecida com o prêmio Excelência em Governança Corporativa pela International Corporate Governance Network (“ICGN”) em 2012. Formação acadêmica É bacharel em Economia pela Universidade de São Paulo (“USP”), São Paulo, Brasil.
Paulo Antunes Veras (membro independente) Cargo e mandato Membro independente do Conselho de Administração desde 2024 e Presidente do Comitê de Pessoas desde 2026, tendo sido membro do Comitê de Pessoas de 2024 a 2026. Experiências, competências e habilidades Setor financeiro, mercado de capitais e outros setores Investidor em startups, membro independente do Conselho de Administração da Localiza e membro do Conselho Consultivo do Boticário. Foi fundador e CEO da 99, o primeiro unicórnio brasileiro, antes da venda da companhia em 2018. Foi Diretor-Geral e conselheiro da Endeavor, ONG de empreendedorismo de alto impacto. Formação acadêmica É bacharel em Engenharia Mecatrônica pela Universidade de São Paulo (“USP”), São Paulo, Brasil e possui MBA pela INSEAD.
Pedro Luiz Bodin de Moraes (membro independente) Cargo e mandato Membro independente do Conselho de Administração desde 2008. Experiências, competências e habilidades Setor financeiro e mercado de capitais Membro do Conselho de Administração do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. entre 2003 e 2008. É sócio da Cambuhy Investimentos Ltda. desde 2011 e da Ventor Investimentos Ltda. desde 2009. Foi sócio da Icatu Holding S.A. entre 2005 e 2014. Também foi sócio e diretor do Banco Icatu S.A. entre 1993 e 2002. Foi Vice-Presidente da Associação Nacional dos Bancos de Investimento (“ANBID”) entre 1994 e

2001 e professor no Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro ("PUC-RJ") entre 1985 e 1990.

Gerenciamento de riscos

Atualmente é Presidente do Comitê de Gestão de Riscos e Capital do Itaú Unibanco, sendo que suas experiências prévias em gerenciamento de riscos o gabaritaram a ocupar a presidência de tal Comitê. Dentre suas atribuições está o apoio ao Conselho de Administração na definição do apetite de risco da instituição e a supervisão do gerenciamento e controle de risco e capital, visando a assegurar sua suficiência aos níveis de riscos assumidos e à complexidade das operações. Atuou como Diretor de Política Monetária do Banco Central do Brasil entre 1991 e 1992. Entre as atribuições dessa função estavam a administração e a execução das políticas monetária e cambial, o estabelecimento de orientações técnicas para administração das reservas internacionais do país e a definição de políticas de arranjos de pagamento, câmaras de compensação e de liquidação e demais infraestruturas do mercado financeiro.

ESG

Entre 1990 e 1991 foi Diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), o principal instrumento de execução da política de investimentos do Governo Federal e cuja missão é promover o desenvolvimento sustentável e competitivo da economia brasileira através da geração de emprego e redução das desigualdades sociais e regionais.

Formação acadêmica

É bacharel em Ciências Econômicas e pós-graduado em Economia, ambos pela PUC-RJ, Rio de Janeiro, Brasil; doutor em Economia pelo Massachusetts Institute of Technology ("MIT"), Massachusetts, EUA.

CONSELHO FISCAL

Cláudio José Coutinho Arromatte (membro efetivo), sócio do Programa de Sócios, é diretor no Grupo Itaú Unibanco desde 2004. Ocupou diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco, incluindo o de Diretor Geral da IGA Itaú Gestão de Ativos, controlada do Itaú Unibanco que atua prestando serviços de eficiência em Strategic Sourcing e redução custos indiretos para o banco e clientes (2023 a 2025); Diretor de Compras e Patrimônio (2016 a 2022); Diretor de Risco Operacional, Controles Internos e Compliance (2010 a 2016) e Diretor de Operações e Atendimento Varejo, Compras e Patrimônio (2004 a 2008).

Atuou como Diretor Executivo do Instituto Unibanco nos últimos 10 anos, bem como atuou como Suplente da Presidência da Fundação Itaú Unibanco de Previdência nos últimos 5 anos.

Iniciou sua carreira em 1986, atuando em empresas como White Martins Gases Industriais S.A., Ambev, Rio de Janeiro Refrescos Ltda. e Casas Sendas Comércio e Indústria.

É bacharel em Engenharia Elétrica e mestre em Controle e Otimização de Sistemas, ambos pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), Rio de Janeiro, Brasil.

Eduardo Hiroyuki Miyaki (membro efetivo) é membro do Conselho Fiscal no Grupo Itaú Unibanco desde 2022. Ocupou diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco, incluindo o de Diretor de Risco Operacional e Controles Internos de 2017 a 2021 e de Diretor de Auditoria Interna de 2010 a 2017. Atuou anteriormente como Superintendente de Auditoria Interna de 2005 a 2010 nas áreas de Gestão de Riscos, Mercado de Capitais, Seguros, Previdência e Títulos e Valores Mobiliários. Ainda, atuou na cobertura das áreas comerciais e de varejo, desenvolvimento de produtos e sobre processos do Banco de Atacado. Foi o gestor responsável pelo Departamento de Auditoria Interna das áreas de Gestão de Ativos e Tesouraria de 2003 a 2004 e Gestor do Programa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Fraudes de 1996 a 2003.

É bacharel em Engenharia Civil pela Universidade de São Paulo ("USP"), São Paulo, Brasil; obteve especialização em Engenharia Sanitária e tratamento de resíduos pela Universidade Federal de Gunma, Japão; Especialização em Administração de Empresas pelo CEAG da Fundação Getúlio Vargas ("FGV"), São Paulo, Brasil e MBA em Finanças e Negócios Internacionais pela Leonard Stern School of Business pela Universidade de Nova York, Nova York, EUA. Participou do programa para membros de Comitê de Auditoria, Fiscalização e Controles do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (2022, IBGC). E em maio de 2024, completou o programa de certificação de Corporate Governance da Universidade de Columbia, Nova Iorque – EUA.

Marcelo Maia Tavares de Araújo (membro efetivo) é membro efetivo do Conselho Fiscal do Itaú Unibanco Holding S.A., desde abril de 2025. Atua como membro do Conselho de Administração e membro do Comitê de Pessoas e Remuneração desde 2021 no DIA Group – Supermercados DIA (Madrid/Espanha); Presidente Executivo em 2020 e Country Advisor em 2019 no DIA Brasil S.A.; membro

do Conselho de Administração e membro Comitê de Auditoria desde 2020 na Pacaembu Construtora S.A.; membro do Conselho de Administração desde 2023; Diretor Institucional de 2021 a 2022; Diretor Administrativo Financeiro em 2020; CEO Diretor Executivo em 2019 na ABF – Associação Brasileira de Franchising; membro do Conselho de Administração e membro do Comitê de Expansão e M&A de 2020 a 2023 no Mundo Pet S.A.; Secretário Nacional de Comércio e Serviços de 2015 a 2017 no MDIC – Ministério da Indústria Comércio Exterior e Serviços; membro do Conselho de Administração de 2015 a 2016, atuando como representante do Governo Federal junto ao BNDESPar no BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; Fundador e CEO de 2013 a 2015 na L.M. Maia Participações e Administração Ltda., companhia de investimentos com foco em Real Estate voltado para o Setor de Varejo na Região Nordeste; Diretor Regional de 2010 a 2012 na Magazine Luiza S.A. sendo responsável pela integração das operações da Lojas Maia; Diretor e Chairman do Conselho de Administração de 2005 a 2010 na Móveis Aiam Indústria Ltda.; Diretor Geral e membro do Conselho de Administração de 2002 a 2010 na F.S. Vasconcelos e Cia. Ltda. (Lojas Maia); Gerente Financeiro e de Planejamento de 2000 a 2002 na Brasil Telecom S.A.; Trainee em 1999 no Bank Bear Stearns, San Francisco/California; Assistente de Planejamento de 1996 a 1998 no Grupo Paranapanema S.A.; Trainee de 1992 a 1995 na Construtora Tratex S.A.

É bacharel em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, Brasil; MBA pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (“IBMEC”); Certificação em Finanças e BA pela Universidade da Califórnia em Berkeley; Sloan Master MSc Leadership and Strategy e Certificação Innovating in Digital World pela London Business School LBS e Certificação Transformação Digital pela Massachusetts Institute of Technology MIT. Possui certificação pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (“IBGC”) para atuar como Conselheiro de Administração.

João Costa (membro suplente) é membro suplente do Conselho Fiscal do Grupo Itaú Unibanco desde 2009 e membro efetivo do Conselho Fiscal da Itaúsa S.A. no ano 2023 e suplente de 2009 a 2022. Foi membro do Conselho Fiscal da Alpargatas S.A. de 2017 a 2018; da Dexco S.A. de 2018 a 2019; da Federação Brasileira de Bancos (“FEBRABAN”), ICB e Sindicato dos Bancos no Estado de São Paulo de 1997 a 2008. Implantou e presidiu o Comitê de Auditoria da Liberty Seguros S.A. e Indiana Seguros S.A., de 2014 a 2015. No Conglomerado Itaú Unibanco, foi membro efetivo do Conselho de Administração da Itauleasing de Arrendamento Mercantil e Itaú Rent Administração e Participação S.A. Atuou também no Itaú Unibanco como Gerente Geral de Auditoria, criando e gerindo as funções de Auditoria de Sistemas, Auditoria Fiscal, Auditoria de Coligadas, Auditoria da Administração Central, Auditoria das Agências no Exterior e planejamento para as inspeções nas agências no território nacional, tendo desenvolvido software para automação das inspeções, qualificado como “best practice” pela consultoria Arthur Andersen. Posteriormente em 1997 no cargo de Diretor Gerente, estruturou a área de Coordenação de Cobrança, definindo procedimentos operacionais e fiscais para cobrança e renegociação de inadimplidos. Estruturou call center de cobrança próprio e terceirizado e a gestão de escritórios de cobrança terceirizados e o controle dos advogados externos encarregados da cobrança judicial no território nacional. Promoveu a primeira venda, no Brasil, de Distressed Assets para empresa estrangeira de recuperação. Teve forte atuação na área de governança, criando a Diretoria de Controles Internos e Compliance, e em especial implantando procedimentos requeridos pela lei americana Sarbanes Oxley, (SOX). Iniciou os trabalhos para atendimento das disposições do Banco Central relativas a Risco Operacional e Resolução 3380.

É bacharel em Economia pela Faculdade São Luiz, São Paulo, Brasil; Extensão em Administração de Empresas pela Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo (“FEA-USP”), São Paulo, Brasil e Management Program for Executives pela Universidade de Pittsburgh, Pensilvânia, EUA.

Leni Bernadete Torres da Silva Sansiviero (membro suplente) é membro suplente do Conselho Fiscal do Itaú Unibanco Holding S.A., desde abril de 2025. Atuou como membro suplente do Conselho Fiscal da LWSA S.A. de 2021 a 2022 e como membro da Comissão de Fechamento de Balanço na Itaúsa S.A. de 2017 a 2018. Ocupou o cargo de Superintendente de Controladoria no Itaú Unibanco S.A. de 2008 a 2013, atuando em Controladoria, Planejamento, M&A e Relação com Investidores e foi Gerente Executiva de Controladoria na Itaúsa S.A. de 2013 a 2018, atuando na estruturação, implantação e gestão de toda área de controladoria.

É bacharel em Administração Financeira e pós-graduada em Análise de Sistemas pela Fundação Armando Álvares Penteado (“FAAP”) São Paulo, Brasil e possui Curso de Especialização Financeira (CEFIN) pela Universidade de São Paulo (“USP”), São Paulo, Brasil.

Haroldo do Rosário Vieira (membro suplente), possui experiência em órgãos colegiados atuando como Conselheiro Fiscal do COSERN, mandatos 2020/2021, 2021/2022 e 2025/2026; Conselheiro de Administração da Cooperforte, mandatos 2017/2021, 2021/2025; e recondução em 2025 (vigente); Conselheiro Fiscal da CELPE, mandatos 2022/2023 e 2023/2024; Conselheiro Fiscal Suplente da Previ, mandato 2018/2022; Conselheiro Fiscal da Paranapanema de Abril a Julho/2019; Conselheiro Deliberativo da ANABB, gestão 2021/2024; Conselheiro de Administração da Tupy S.A., gestão 2013/2017; Conselheiro Deliberativo da PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil e Coordenador do Comitê de Investimentos 2012/2016; Conselheiro Fiscal da Marisol S.A., de 2009 a 2011; Conselheiro Fiscal da Votorantim Celulose e Papel (FÍBRIA), de 2007 a 2009; Conselheiro Deliberativo da FENABB – Federação Nacional das AAB, gestão 2017/2020; Conselheiro Fiscal Cooperforte, período 2014/2017. Atuou como Gerente de Planejamento e Orçamento de 1983 a 2003 no Banco do Brasil; Presidente dos Conselhos de Administração de 2008 a 2014 e Deliberativo 2014/2020 e 2024/2028 na FENABB – Federação Nacional das AAB; Tutor Educacional do Curso de Administração a Distância de 2004 a 2009 na AIEC – Associação Internacional de Educação Continuada; Vice-presidente, gestão 2016/2021 e Conselheiro Deliberativo 2021/2025 na ANABB Associação Nacional de Funcionários do Banco do Brasil Possui Certificação no Programa de Identificação e Desenvolvimento de Gestores do Banco do Brasil – Escola de Negócios da PUC – setembro/2000; Programa de Desenvolvimento de Conselheiros – Governança Corporativa – Banco do Brasil – Fundação Dom Cabral – agosto/2004; Certificação em Administração pelo ICSS – Instituto de Certificação Institucional e dos Profissionais de Seguridade Social – 2024/2027; Certifica em Investimentos pelo ICSS – Instituto de Certificação Institucional e dos Profissionais de Seguridade Social – 2024/2027; Certificação CEA – Especialista em Investimentos ANBIMA – Junho 2025; Certificação CPA 20 – Certificação Profissional ANBIMA – Outubro/2024; Curso para Conselheiro de Administração – IBGC – Novembro/2015; Curso Conselheiro Fiscal na Prática – IBGC – 2009. É bacharel em Engenharia Civil pela UFPA; MBA em Formação Geral para Altos Executivos – FIA/USP; Pós-graduado em Gestão Financeira e Controladoria – FGV e MBA Banking em Cooperativa de Crédito – INEPAD.

COMITÊ DE AUDITORIA

O currículo de Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana (membro do Conselho de Administração) está detalhado acima no item Conselho de Administração.

Alexandre de Barros (membro independente) é membro do Comitê de Auditoria no Grupo Itaú Unibanco desde 2021. Ocupou diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco, incluindo o de Diretor Vice-Presidente da Área de Tecnologia de 2011 a 2015; Diretor Executivo de 2005 a 2010; Diretor Gerente Sênior de 2004 a 2005 e Diretor Gerente de 1994 a 2004.

Atuou como membro do Conselho de Administração da Serasa S.A. de 2003 a 2007, tendo sido seu Presidente entre 2006 e 2007 e membro do Conselho de Administração da Diagnósticos da América S.A. (“DASA”) de 2015 a 2023. Foi ainda membro do Conselho de Administração da Dexco de 2020 a 2024 e do Comitê de TI e Inovação Digital de 2017 a 2024.

É bacharel em Engenharia de Infraestrutura Aeronáutica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (“ITA”), São Paulo, Brasil; especialização em Gerenciamento de Riscos pelo INSEAD, Fontainebleau, França, e MBA pela Universidade de Nova York (NYU), Nova York, EUA.

Fernando Barçante Tostes Malta (membro independente) é membro do Comitê de Auditoria no Grupo Itaú Unibanco e do Itaú Chile desde 2023. Ocupou diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco, incluindo o de Diretor Executivo de 2015 a 2021. Atuou também na Diretoria de Controles Internos e Compliance de 2016 a 2021, responsável pela supervisão dos riscos não financeiros do Grupo, respondendo também pela área de Riscos Socioambientais, englobando riscos operacionais e compliance, de 2017 a 2021 pela segurança da informação, PLD e prevenção a fraudes e coordenação do controle de riscos operacionais das unidades internacionais.

Atuou como Diretor das Operações de Cartões, Rede, Redecard, Crédito Imobiliário, Financiamento de Veículos, Consórcios, Cobrança, Operações Jurídicas, e de todos os serviços de atendimento a clientes ativos de 2015 a 2016. Foi também Diretor nas áreas de Atendimento ao Cliente, Operações e Serviços de Cartões, Crédito Imobiliário, Financiamento de Veículos, Consórcio e Operações de Seguros e Capitalização de 2013 a 2015. Ocupou o cargo de Diretor de Atendimento ao Cliente, Operações e Serviços

da área de Crédito ao Consumidor (empresas de cartões e financeiras) de 2011 a 2013; Diretor de Atendimento ao Cliente da área de Crédito ao Consumidor (empresas de cartões e financeiras) de 2009 a 2011 e Diretor de Canais e CRM (Unibanco, antes da fusão) de 2004 a 2009. Iniciou sua carreira em 1988, passando por diversos cargos. Atuou na gestão das áreas de Canais, Agências e Carteira Institucional e participou de vários projetos e iniciativas de 1995 a 2008. Ocupou também os cargos de membro suplente do Conselho de Administração da Tecnologia Bancária S.A.; membro adjunto do Conselho de Administração da Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento e membro suplente do Conselho de Administração da Financeira Itaú CBD Crédito, Financiamento e Investimento e do Banco Carrefour S.A.; membro do Conselho de Administração do Itaú BBA International PLC e do Itaú BBA USA Securities Inc.

Foi Diretor da comissão de Prevenção e Lavagem de Dinheiro da Federação Brasileira de Bancos ("FEBRABAN") em 2021.

É bacharel em Tecnologia da Informação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro ("PUC-RJ"), Rio de Janeiro, Brasil; MBA pela Fundação Dom Cabral, São Paulo, Brasil; curso de extensão em Estratégia pela Kellogg School of Management na Northwestern University, Illinois, EUA, e curso de extensão em Gestão de Bancos pelo Swiss Finance Institute (ISF), Zurique, Suíça.

Luciana Pires Dias (membro independente) é membro do Comitê de Auditoria no Grupo Itaú Unibanco desde 2020. É sócia da L. Dias Advogados desde 2016, onde atua como Consultora, Árbitra e Parecerista em temas relacionados aos mercados financeiro e de capitais. Professora na Fundação Getúlio Vargas ("FGV") desde 2008, atua como membro do Conselho de Administração da AMBEV S.A. desde 2023.

Foi Diretora de 2011 a 2015 e Superintendente de Desenvolvimento do Mercado da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") de 2007 a 2010. Foi representante da CVM no Comitê de Governança Corporativa da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico ("OCDE") de 2011 a 2015 e na Mesa Redonda de Governança Corporativa da América Latina organizada pela OCDE de 2009 a 2015. Atuou em escritórios de advocacia em São Paulo e no Rio de Janeiro, Brasil, e em Nova York, EUA, de 1998 a 2006. É bacharel, mestre e doutora em Direito Comercial pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo ("USP"), São Paulo, Brasil, e Mestre em Direito pela Stanford Law School da Universidade de Stanford, Califórnia, EUA.

Maria Elena Cardoso Figueira (membro independente e especialista financeiro) é membro do Comitê de Auditoria no Grupo Itaú Unibanco desde outubro 2025.

Atua como sócia e proprietária na Figueira Consultoria Econômica Eireli – EPP, desde dezembro/2014. É Conselheira Fiscal desde maio/2020, tendo sido Presidente de maio/2022 a julho/2025 na Camil Alimentos S.A.; Membro do Comitê de Auditoria e Riscos desde julho/2021 e Coordenadora desde abril de 2024 no Hospital Sírio Libanês; Conselheira Fiscal desde junho/2023 no Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável – CEBDS; Membro Independente do Comitê de Auditoria desde agosto/2024 no HOB Eventos, Treinamento e Publicações Ltda.; Membro Suplente do Conselho Fiscal desde maio/2025 na Enercan – Campos Novos Energia S.A. (Grupo Votorantim).

Atuou também como Membro Independente do Comitê de Auditoria de 2018 a 2025 e Especialista Financeira de 2021 a 2025 no Banco Santander (Brasil) S.A.; Membro Independente do Comitê de Auditoria de 2022 a 2023 na BR Properties S.A.; Conselheira Fiscal de 2022 a 2023 e Conselheira Fiscal Suplente de 2021 a 2022 na B3 S.A.; Membro Independente do Comitê de Auditoria de 2020 a 2021 na Lojas Americanas S.A.; Conselho Fiscal Suplente de 2019 a 2020 na CCR S.A.; Membro Independente e Presidente do Comitê Consultivo de 2017 a 2018 no HSBC Brasil S.A. – Banco de Investimento; Presidente e Membro Independente do Conselho Consultivo e do Comitê de Auditoria e Riscos de 2014 a 2016 no HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo; Diretora de Projetos de 2012 a 2014 no Banco Santander, S.A. – Espanha; Coordenadora e Membro Independente do Comitê de Auditoria de 2004 a 2012 e Especialista Financeira de 2011 a 2012 no Banco Santander (Brasil) S.A.; Diretora de Consultoria Tributária para instituições financeiras e tributação internacional de 2003 a 2004 na KPMG Corporate Finance; Diretora de Contabilidade e Controle Financeiro de 2001 a 2002 no Banco Bilbao Vizcaya Argentaria Brasil S.A.; Diretora Adjunta de Planejamento Tributário de 1999 a 2001 no Banco Santander Brasil S.A. e Gerente de Impostos de 1991 a 1999 na Arthur Andersen Consultoria Fiscal-Financeira S/C Ltda.

É bacharel em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro ("PUC-RJ"), Rio de Janeiro, Brasil. Concluiu o programa Senior Executive Management Program, SEMP – IESE/Universidade de Navarra, Espanha e MBA de Gestão do Luxo da Fundação Armando Alvares Penteado ("FAAP").

Rogério Carvalho Braga (membro independente) é membro do Comitê de Auditoria no Grupo Itaú Unibanco desde 2021 e membro do Conselho de Administração do Banco Itaú Chile (anteriormente denominado Itaú CorpBanca). Ocupou diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco, incluindo o de Diretor em 2020 e Gerente Corporativo de Marketing, Franquia e Produtos no Itaú CorpBanca de 2016 a 2018. Ingressou no Grupo Itaú Unibanco em 1999, tendo sido eleito Diretor em 2000. É bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo ("PUC-SP"), São Paulo, Brasil, e possui MBA pela Pepperdine University, Califórnia, EUA.

COMITÊ DE DIVULGAÇÃO E NEGOCIAÇÃO

O currículo de Alfredo Egydio Setubal (membro do Conselho de Administração) está detalhado acima no item Conselho de Administração.

Gustavo Lopes Rodrigues (Presidente)

Cargo e mandato

Gustavo Lopes Rodrigues é membro do Programa de Sócios desde 2021, Diretor de Relações com Investidores e Presidente do Comitê de Divulgação e de Negociação do Itaú Unibanco Holding S.A. desde agosto de 2024, bem como Diretor de Relações com Investidores da Investimentos Bemge S.A. e da Dibens Leasing S.A. desde junho de 2024 e agosto de 2024, respectivamente.

Experiências, competências e habilidades

Setor financeiro, mercado de capitais e outros setores

Possui 25 anos de experiência no setor financeiro, tendo construído sua carreira em diversas áreas em Finanças e atuou como Superintendente de Relações com Investidores entre 2017 e 2024.

Formação acadêmica

É bacharel em Administração de Empresas.

Álvaro Felipe Rizzi Rodrigues (membro), membro do Programa de Sócios, é Diretor no Grupo Itaú Unibanco desde 2014, sendo atualmente responsável pelos seguintes departamentos da área Jurídica: Negócios de Atacado e Banking de Empresas (responsável por questões jurídicas relacionadas a banco de investimentos, serviços de corretora, tesouraria, wealth management services - gestão e administração de recursos de terceiros, private banking, produtos bancários para grandes, médias e pequenas empresas, recursos direcionados e repasses, empréstimos internacionais e câmbio), Contencioso Cível, M&A Proprietário, Assuntos Corporativos Nacionais e Internacionais, Governança Corporativa, Jurídico Concorrencial, bem como pelas áreas de Ouvidoria e Relações Governamentais do Itaú Unibanco. Anteriormente foi responsável pelo Jurídico de Negócios de Varejo (responsável pelas questões jurídicas atinentes aos produtos e serviços do segmento de clientes pessoas físicas - conta corrente, conta de pagamento, cartões, serviços de aquisição, crédito consignado, crédito imobiliário, financiamento de veículos, consórcio, seguros, planos de previdência privada e operações de capitalização, entre outros). Atua ainda como Diretor da Fundação Itaú desde 2019. Iniciou sua carreira no Grupo Itaú Unibanco em 2005, atuando como Gerente Jurídico e posteriormente como Superintendente Jurídico de 2005 a 2014. Atuou também nas áreas de Direito Societário e Direito Contratual de 1998 a 2005 no Tozzini Freire Advogados.

É bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo ("USP"), São Paulo, Brasil, e concluiu ainda curso de especialização em Direito Societário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo ("PUC-SP"), Brasil. É mestre (Master of Laws - LL.M.) pela Columbia Law School, Nova York, EUA.

Andre Balestrin Cestare (membro), membro do Programa de Sócios, é diretor desde 2017. Atualmente é responsável pelas áreas de Planejamento Financeiro do Banco de Varejo e de Tecnologia e Operações. Ocupou diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco, incluindo o de Diretor de Planejamento Financeiro do Banco de Atacado de 2019 a 2022, Diretor de Planejamento Financeiro do Banco de Varejo de 2017 a 2019 e Superintendente de Finanças de 2010 a 2017.

É bacharel em Engenharia Mecânica pela Universidade de São Paulo ("USP"), São Paulo, Brasil; pós-graduado em Administração de Empresas e mestre em Finanças e Economia, ambos pela Fundação Getúlio Vargas ("FGV"), São Paulo, Brasil. Participou do Programa de Formação Executiva da Fundação Dom Cabral, São Paulo, Brasil.

Gabriel Amado Moura (membro)**Cargo e mandato**

Sócio e diretor membro do Comitê Executivo e Diretor Financeiro (“CFO”) no Grupo Itaú Unibanco desde outubro de 2024.

Experiências, competências e habilidades

Setor financeiro, mercado de capitais e outros setores

Foi nomeado CEO do Banco Itaú Chile em janeiro de 2020, após ter atuado como CFO do banco desde 2016. Ingressou no Itaú Unibanco em 2000 e tornou-se sócio em 2011. Possui mais de 25 anos de experiência em gestão de investimentos, gerenciamento de finanças e riscos e fusões e aquisições. Atuou anteriormente como Diretor de riscos e finanças da divisão de Wealth Management & Services e foi responsável pela gestão de investimentos dos negócios de Seguros e Previdência e Fundações e Endowments do Itaú Unibanco. Além disso atuou na área de fusões e aquisições proprietária e é membro do Conselho de Administração de diversas empresas do Conglomerado Itaú Unibanco no Brasil e no exterior.

Formação acadêmica

MBA pela Wharton School, University of Pennsylvania, Pensilvânia, EUA.

José Virgílio Vita Neto (membro)**Cargo e mandato**

Membro do Programa de Sócios, é diretor membro do Comitê Executivo do Grupo Itaú Unibanco desde 2023, liderando as áreas do Jurídico, Ouvidoria, Relações Governamentais e Sustentabilidade.

Experiências, competências e habilidades

Setor financeiro, mercado de capitais e outros setores

Ingressou no Grupo Itaú Unibanco em 2000 como advogado e foi eleito diretor em 2011. Também atuou como diretor executivo na Federação Brasileira de Bancos (“FEBRABAN”).

Formação acadêmica

É bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo (“USP”), São Paulo, Brasil; mestre em Direito Contratual pela Universidade de Salamanca, Salamanca, Espanha; doutor em Direito Contratual pela Universidade de São Paulo (“USP”), São Paulo, Brasil e cursou o Programa Authentic Leadership Development pela Harvard Business School, Massachusetts, EUA.

Renato Lulia Jacob (membro), membro do Programa de Sócios, é diretor no Grupo Itaú Unibanco e responsável pelas áreas de Estratégia Corporativa, Relações com Investidores e M&A Proprietário desde abril de 2024. É ainda membro do Comitê de Divulgação e Negociação desde 2019. Atuou como Diretor de Relações com Investidores e Inteligência de Mercado e foi Presidente do Comitê de Divulgação e Negociação de 2020 a 2024. Está no Grupo Itaú Unibanco há 24 anos, onde ocupou diversos cargos, incluindo o de Diretor-Presidente e membro do Conselho de Administração no Itaú BBA International plc, no Reino Unido, membro dos conselhos de administração do Itaú International, EUA, e Itaú Suisse, Suíça, de 2016 a 2020, Diretor Gerente no Banco Itaú Argentina S.A. de 2006 a 2010 e Diretor Gerente e Head do CIB Europa de 2011 a 2015.

É membro independente do conselho da Royal Institution of Great Britain, Reino Unido, e atuou como membro independente do conselho do Fight for Peace International de 2017 a 2022. Foi Fellow do Institute of Directors de 2015 a 2017.

Cursou Engenharia Civil na Universidade de São Paulo (“USP”), São Paulo, Brasil, além do Programa de Gestão Avançada e CEO Academy, ambos pela The Wharton School da Universidade da Pensilvânia, Pensilvânia, EUA.

COMITÊ DE REMUNERAÇÃO

Os currículos de Candido Botelho Bracher, João Moreira Salles e Roberto Egydio Setubal (membros do Conselho de Administração) estão detalhados acima no item Conselho de Administração.

Geraldo José Carbone (membro não administrador), membro do Comitê de Remuneração no Grupo Itaú Unibanco desde 2019. Ocupou diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco, incluindo o de Diretor Vice-Presidente (2008 a 2011) e de membro do Conselho de Administração (2006 a 2008) e (2017 a 2018). Atua como Sócio Diretor da G/xtrat Consultoria Econômica Ltda. e da GC/Capital Empreendimentos e Participações Ltda. desde 2011.

Foi Presidente (1997 a 2006); Vice-Presidente da Divisão de Asset Management (1994 a 1997) e Diretor do Departamento de Economia e da Unidade de Pesquisa de Investimento no Brasil (1991 a 1994) no Bank Boston e atuou como Economista-Chefe na Bunge y Born (1982 a 1987).

É bacharel em Economia pela Universidade de São Paulo ("USP"), São Paulo, Brasil.

COMITÊ DE CUSTOMER EXPERIENCE

Os currículos de Cesar Nivaldo Gon, Fabricio Bloisi Rocha, Paulo Antunes Veras e Roberto Egidio Setubal (membros do Conselho de Administração) estão detalhados acima no item Conselho de Administração.

Milton Maluhy Filho (membro)

Cargo e mandato

Membro do Programa de Sócios, é Diretor-Presidente desde 2021.

Experiências, competências e habilidades

Setor financeiro, mercado de capitais e outros setores

Atuou como Vice-Presidente Executivo de Finanças e Riscos. Ocupou diversos cargos no Itaú Unibanco, incluindo o de Vice-Presidente de 2019 a 2020 e Diretor Presidente do Itaú CorpBanca (Chile) de 2016 a 2018, responsável pela fusão de dois bancos, CorpBanca e Banco Itaú Chile. Iniciou sua carreira no Itaú Unibanco em 2002 e foi eleito Diretor em 2007.

Formação acadêmica

É bacharel em Administração de Empresas.

7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a) Administradores do emissor:

- Alfredo Egydio Setubal (membro do Conselho de Administração - "CA") é irmão de Roberto Egydio Setubal (Copresidente do CA);
- João Moreira Salles (membro do CA) é filho de Pedro Moreira Salles (Copresidente do CA); e
- Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela (membro do CA) é prima de Ricardo Villela Marino (Vice-Presidente do CA).

b) (i) Administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor:

Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela (membro do CA) é prima de Ricardo Villela Marino (Vice-Presidente do CA), que participa da administração de sociedades controladas.

c) (i) Administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor:

- Pedro Moreira Salles (Copresidente do CA) em conjunto com seu filho, João Moreira Salles (membro do CA), e seu irmão Fernando Roberto Moreira Salles, participam do grupo controlador do emissor;
- Os irmãos Roberto Egydio Setubal (Copresidente do CA) e Alfredo Egydio Setubal (membro do CA), em conjunto com seus irmãos José Luiz Egydio Setubal, Olavo Egydio Setubal Júnior, Paulo Setubal Neto e Ricardo Egydio Setubal, participam do grupo controlador do emissor;
- Ricardo Villela Marino (Vice-Presidente do CA) em conjunto com seu irmão Rodolfo Villela Marino participam do grupo controlador do emissor; e
- Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela (membro do CA), em conjunto com seu irmão Alfredo Egydio Arruda Villela Filho, bem como seus primos Ricardo Villela Marino (Vice-Presidente do CA) e Rodolfo Villela Marino participam do grupo controlador do emissor.

d) (i) Administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor:

- Pedro Moreira Salles (Copresidente do CA) em conjunto com seu filho, João Moreira Salles, e seu irmão Fernando Roberto Moreira Salles, participam da administração das sociedades controladoras IUPAR – Itaú Unibanco Participações S.A. e Cia. E. Johnston de Participações;
- Os irmãos Roberto Egydio Setubal (Copresidente do CA) e Alfredo Egydio Setubal (membro do CA) em conjunto com seu irmão Ricardo Egydio Setubal, participam da administração das sociedades controladoras IUPAR – Itaú Unibanco Participações S.A. e Itaúsa S.A.;
- Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela (membro do CA) em conjunto com seu irmão Alfredo Egydio Arruda Villela Filho, e seu primo Ricardo Villela Marino (Vice-Presidente do CA) participam da administração da sociedade controladora IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A. e, em conjunto com Rodolfo Villela Marino participam da administração da sociedade controladora Itaúsa S.A.;
- Ricardo Villela Marino (Vice-Presidente do CA) em conjunto com sua mãe, Maria de Lourdes Egydio Villela, e com seu irmão, Rodolfo Villela Marino, participam da administração da sociedade controladora Rudric Ith Participações Ltda., sendo que Rodolfo Villela Marino em conjunto com seu

primo Alfredo Egydio Arruda Villela Filho, participam da administração da sociedade controladora Companhia ESA; e

- Alfredo Egydio Setubal (membro do CA) em conjunto com seu irmão Ricardo Egydio Setubal, participam da administração da sociedade controladora Companhia ESA.

7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos últimos três exercícios sociais, entre administradores do emissor:

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social:

O administrador Ricardo Villela Marino exerce cargo de administração em sociedades controladas.

b) Controlador direto ou indireto do emissor:

Os administradores Alfredo Egydio Setubal, Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela, João Moreira Salles, Pedro Moreira Salles, Ricardo Villela Marino e Roberto Egydio Setubal integram o grupo de controle do Itaú Unibanco.

c) Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:

Não há.

ANEXO IV

ITEM 8 DO ANEXO "C" DA INSTRUÇÃO CVM Nº 80/22

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Governança de remuneração

A nossa estratégia de remuneração adota processos claros e transparentes, que visam atender à regulamentação aplicável e às melhores práticas nacionais e internacionais, bem como assegurar a compatibilidade com nossa política de gestão de riscos.

Nossa política de remuneração, formalmente aprovada em 27.11.2025 pelo Conselho de Administração, tem o objetivo de consolidar nossos princípios e práticas de remuneração, de forma a atrair, recompensar, reter e incentivar os administradores e colaboradores na condução dos negócios de forma sustentável no curto, médio e longo prazo, considerando os limites de risco adequados e estando sempre alinhada aos interesses dos acionistas. Como parte do compromisso com a responsabilidade corporativa e a gestão prudente de riscos, a Política de Remuneração incorpora mecanismos de ajuste como malus e clawback, que permitem reavaliar ou reverter remunerações variáveis em situações específicas, assegurando o alinhamento entre desempenho conduta e sustentabilidade dos resultados.

As diretrizes da Política de Remuneração e Clawback ("Política de Remuneração") também serão aplicáveis às sociedades do Conglomerado Itaú Unibanco no exterior, adaptadas às legislações e mercados específicos, a critério da área de pessoas. A Política de Remuneração de Administradores está disponível em www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores > Itaú Unibanco > Governança Corporativa > Políticas > Política de Remuneração de Administradores e Clawback.

Em 31.10.2024, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a atualização do Plano de Outorga de Ações ("Plano de Outorga de Ações"), a fim de consolidar regras gerais relativas a programas de incentivo de longo prazo que envolvem a outorga de ações a administradores e empregados da Companhia e de suas controladas diretas ou indiretas, nos termos da Resolução CVM nº 81/22. Dentre os programas mencionados no Plano de Outorga de Ações, administrado pelo Comitê de Remuneração, estão: a Remuneração Variável em Ações (item 5.1.1 do documento), a Remuneração Fixa em Ações (item 5.1.2 do documento, apenas para conselheiros) e o Programa de Sócios (item 5.1.4 do documento), presentes também nas informações prestadas ao longo deste item 8. O Plano de Outorga de Ações está disponível em: <http://www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores/> > Itaú Unibanco > Governança Corporativa > Políticas > Plano de Outorga.

Adicionalmente, desde 2019, o Comitê de Remuneração determinou que os membros do Comitê Executivo mantenham em sua titularidade a quantidade mínima de ações do Emissor, equivalente a 10 vezes da remuneração fixa anual para o CEO e a 5 vezes da remuneração fixa anual para os demais membros, com prazo de cumprimento de até 5 anos após assumirem suas funções. Essa diretriz, conhecida como *Stock Ownership Requirement*, reforça o alinhamento de interesses entre executivos e acionistas, promovendo o compromisso de longo prazo com a geração de valor. Em 31 de dezembro de 2025, todos os membros do Comitê Executivo cumpriam a exigência mínima de titularidade.

O Emissor mantém, ainda, o Plano para Outorga de Opções de Ações ("Plano para Outorga de Opções") para seus administradores e colaboradores, bem como para os administradores e colaboradores das empresas por ele controladas. Tal plano permite o alinhamento dos interesses dos administradores aos dos acionistas, na medida em que se compartilham os mesmos riscos e ganhos proporcionados pela valorização de suas ações. Desde 2012, nenhuma opção foi outorgada no âmbito desse Plano.

Para mais detalhes em relação ao Plano para Outorga de Opções, veja os subitens 8.4, 8.5, 8.6, 8.7 e 8.8. O Comitê de Pessoas é responsável pelas decisões institucionais, supervisão da implementação e operacionalização do Plano para Outorga de Opções.

Para mais informações sobre as atribuições e funções do Comitê de Pessoas e do Comitê de Remuneração, acesse o item 7.1 do Formulário de Referência que está disponível no site <http://www.itaú.com.br/relacoes-com-investidores/> > Resultados e Relatórios > Documentos Regulatórios > Formulário de Referência. Para fins demonstrativos, será considerado o ano do exercício social ao qual a remuneração se refere, independentemente do ano em que ela for efetivamente atribuída, paga ou reconhecida nas demonstrações financeiras.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Temos um Comitê de Remuneração estatutário subordinado ao Conselho de Administração, cujas funções incluem:

- Elaborar a política de remuneração de administradores, propondo ao Conselho de Administração as formas de remuneração fixa e variável, benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento;
- Discutir, analisar e supervisionar a implementação e operacionalização dos modelos de remuneração existentes, avaliando os princípios gerais da política de remuneração dos colaboradores e recomendando ao Conselho de Administração o seu aprimoramento à luz dos princípios da política;
- Propor o montante da remuneração global dos administradores a ser submetidos à Assembleia Geral Ordinária;
- Elaborar anualmente o Relatório do Comitê de Remuneração.

Outro órgão envolvido na governança de remuneração dos administradores é o **Comitê de Pessoas**, o qual também é subordinado ao Conselho de Administração e tem por principais atribuições:

i.i. Relativas ao Plano para Outorga de Opções:

- a. ser responsável pelas decisões institucionais e supervisionar a sua implementação e operacionalização; e
- b. aprovar as outorgas de Opções Simples.

i.ii. Relativa ao Programa de Sócios:

- a. ser responsável pelas regras relativas à nomeação e destituição dos beneficiários.

Com base na proposta dos Comitês de Assessoramento (Remuneração e Pessoas), o Conselho de Administração analisa e aprova a remuneração global anual dos administradores e do Conselho Fiscal, submetendo-a à deliberação da Assembleia Geral da Companhia.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Adotamos estratégias de remuneração e benefícios que variam de acordo com a área de atuação e com parâmetros de mercado. Periodicamente, verificamos esses parâmetros por meio de:

- Contratação de pesquisas salariais, realizadas por consultores especializados, que deverão se obrigar a observar plenamente a Lei de Defesa da Concorrência;

- Participação em pesquisas realizadas por outros bancos de forma anônima sempre e somente por meio de empresas especializadas, que deverão se obrigar a observar plenamente a Lei de Defesa da Concorrência; e
- Participação em fóruns especializados ainda que com empresas concorrentes, visando apenas a troca de experiências administrativas e operacionais sobre as melhores práticas de mercado no que tange a remuneração e benefícios, e desde que não sejam reveladas nesses fóruns, por nenhum participante, sob qualquer forma ou meio, qualquer tipo de informação concorrencialmente sensível (ex. montantes, valores, faixas, percentuais, periodicidades de pagamento, vantagens etc.).

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Comitê de Remuneração realiza análise criteriosa da Política de Remuneração, propondo ajustes quando necessário. Essa avaliação é submetida ao Conselho de Administração, que delibera sobre sua adequação ao menos uma vez por ano.

c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

Composição da remuneração anual dos membros do Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria



- 1 Caso o membro do Conselho de Administração também faça parte da Diretoria do Itaú Unibanco ou de suas controladas, a sua remuneração seguirá o modelo de Diretores. Atualmente, não temos membros nessa situação. Os membros do Conselho de Administração que também sejam membros dos nossos comitês estatutários e não estatutários, incluindo nossas controladas e coligadas, em regra, não recebem remuneração pelo fato de participarem de referidos comitês. O membro não administrador do Comitê de Remuneração recebe remuneração pelo exercício de suas funções no referido Comitê.
- 2 Os valores máximos de remuneração são determinados pelos limites impostos pelo artigo 152 da lei das Sociedades por Ações.
- 3 Membros do Conselho de Administração possuem benefícios se anteriormente foram diretores da companhia e membros do Comitê de Auditoria podem possuir benefícios.
- 4 Por política os executivos que participam em comitês externos e/ou eleitos nos conselhos do conglomerado não são remunerados.
- 5 Na hipótese de membros do Comitê de Auditoria também integrarem o Conselho de Administração é adotada a política de remuneração prevista para apenas um dos órgãos.

- seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

Remuneração Fixa: composta por salários ou honorários, reflete a responsabilidade do cargo e assegura competitividade no curto prazo.

Remuneração Variável: visa reforçar o alinhamento dos executivos com os interesses dos acionistas e a geração de valor sustentável, incentivando a condução dos negócios com foco em sustentabilidade e gestão de riscos no médio e longo prazo. Visando os objetivos de longo prazo, são concedidos valores por meio de Programas de Remuneração em Ações, Programa de Sócios e Outorga de Opções. Os detalhes sobre os Planos de Incentivo de Longo Prazo podem ser encontrados no item 8.4 deste formulário.

Benefícios: oferecidos conforme práticas de mercado, detalhados ao longo deste item.

- sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais

Órgão	Ano	Rem. Fixa Mensal	Rem. Fixa Anual	Rem. Variável Anual	Benefícios	Cessação de Cargo
Conselho de Administração	2025 ⁽¹⁾	49%	48%	1%	2%	0%
	2024	31%	24%	43%	2%	0%
	2023	22%	16%	60%	1%	0%
Diretoria	2025	9%	0%	89%	2%	0,2%
	2024	9%	0%	89%	1%	0%
	2023	9%	0%	89%	1%	0%
Conselho Fiscal	2025	100%	0%	0%	0%	0%
	2024	100%	0%	0%	0%	0%
	2023	100%	0%	0%	0%	0%
Comitê de Auditoria	2025	83%	14%	0%	0%	3%
	2024	85%	15%	0%	0%	0%
	2023	100%	0%	0%	0%	0%

(1) A partir de 2025, conforme aprovado pelo Comitê de Remuneração em 28 de outubro de 2024 e pelo Conselho de Administração em 31 de outubro de 2024, a Remuneração Fixa Anual dos membros do Conselho de Administração será outorgada anualmente, com pagamentos de um terço a cada ano. O pagamento das parcelas continua com a condicionante de que os membros tenham exercido seus mandatos anuais por completo.

- sua metodologia de cálculo e de reajuste

A remuneração fixa do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como o plano de benefícios concedidos aos diretores, não são impactados por indicadores de desempenho.

A remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria está alinhada às práticas de mercado e leva em consideração o currículo, histórico no Emissor e as atividades desempenhadas. Nesse contexto, podem existir remunerações diferenciadas entre os membros. Tal prática está alinhada ao propósito do Emissor de atrair profissionais destacados, de diferentes segmentos e com expertise e experiências profissionais diversas.

Conselho de Administração:

a. Remuneração fixa mensal: a remuneração fixa mensal é alinhada às práticas de mercado e revisada com frequência necessária para atrair os profissionais qualificados.

b. Remuneração fixa anual em ações: a remuneração fixa anual devida aos conselheiros é paga em ações preferenciais do Emissor.

c. Remuneração variável anual em ações: nos casos de pagamento de remuneração variável em ações a membros do Conselho de Administração, a remuneração respeita os mesmos prazos de diferimento, condições e cálculo do valor das ações apresentados no item “b) ii” a seguir, que descreve a entrega das ações preferenciais da remuneração variável anual. Visando sua compatibilidade com a criação de valor, esta remuneração leva em conta o resultado do Itaú Unibanco Holding, podendo ser ajustada pelo Comitê de Remuneração.

Diretoria:

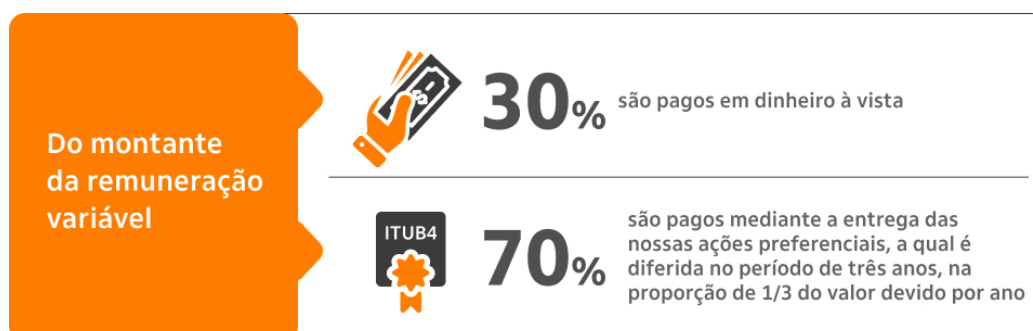
a. Remuneração fixa mensal: a remuneração fixa mensal é estabelecida de acordo com a função exercida e tem como fundamento a equidade interna, possibilitando também a sua mobilidade em nossos diversos negócios. A definição de valores da remuneração fixa leva em consideração a competitividade frente ao mercado.

b. Remuneração variável anual (1):



(1) Dentro dos limites estabelecidos pela legislação, a remuneração dos Diretores responsáveis pelas áreas de controles internos, gestão de riscos, conformidade e auditoria interna independe do desempenho das áreas de negócios por eles controladas e avaliadas, de forma a não gerar conflitos de interesse. Contudo, ainda que a remuneração não sofra com o resultado da área de negócios, está sujeita ao impacto decorrente do resultado da companhia.

b. i. Distribuição da remuneração variável anual (2):



(2) Conforme a Resolução CMN nº 5.177, uma parcela da remuneração variável deve ser diferida.

b. ii. Entrega das ações preferenciais da remuneração variável anual da Diretoria:

Do montante total concedido, um terço é entregue a cada ano, por um período de três anos, a partir do ano seguinte ao ano da outorga. Essas parcelas estão sujeitas ao Malus, e poderão ser reduzidas ou não pagas em razão de eventual redução significativa do nosso lucro líquido recorrente ou resultado negativo na área de negócios no período de diferimento, salvo quando a redução ou resultado negativo decorrerem de eventos extraordinários, imprevisíveis e externos ao Conglomerado Itaú Unibanco, que afetem também outras instituições financeiras e não sejam relacionadas a ações ou omissões dos administradores.

Conselho Fiscal:

Os membros do Conselho Fiscal recebem apenas remuneração fixa mensal e não fazem jus ao plano de benefícios. Conforme legislação aplicável, a remuneração de cada membro em exercício não pode ser inferior a 10% da remuneração fixa atribuída a cada diretor (i.e., não computados os benefícios, as verbas de representação e a participação nos lucros).

Comitê de Auditoria:

Os membros do Comitê de Auditoria recebem apenas remuneração fixa mensal e podem receber benefícios e remuneração fixa anual. Na hipótese de membros do Comitê de Auditoria também integrarem o Conselho de Administração é adotada a política de remuneração prevista para apenas um dos órgãos.

- principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG:

i. Conselho da Administração

A remuneração fixa do Conselho de Administração não é impactada por indicadores de desempenho.

Nos casos de pagamento de remuneração variável em ações a membros do Conselho de Administração, visando compatibilidade com a criação de valor a longo prazo, esta remuneração leva em conta o resultado do Itaú Unibanco Holding, podendo ser ajustada pelo Comitê de Remuneração.

ii. Diretores

Em relação aos diretores, a remuneração fixa não é impactada por indicadores de desempenho. A remuneração variável, por sua vez, fica sujeita à avaliação de performance, a qual é definida pelo gestor com base nas prioridades do ano discutidas em conjunto com o avaliado.

A avaliação de performance considera metas corporativas, metas funcionais e metas individuais/comportamentais, com pesos predefinidos. Questões ambientais, sociais e de governança afetam a remuneração variável de administradores envolvidos em atividades, negócios e compromissos relacionados à agenda ASG, por meio de indicadores de desempenho, projetos e iniciativas presentes no critério de desempenho individual. Os contratos de metas são definidos de acordo com o escopo de cada área.

A estratégia ASG do Conglomerado Itaú Unibanco é sustentada por uma base sólida de governança e conduta, e reflete o compromisso com práticas responsáveis que orientam a atuação da organização em busca de uma performance mais sustentável.

A avaliação dos nossos executivos é realizada em discussões colegiadas (Comitês de Avaliação) que consideram as entregas (metas) dos executivos, a sua aderência aos comportamentos baseados em nossa cultura (Avaliação Comportamental), e, também, os insumos encontrados no processo de relatoria:

Mensuração de desempenho



c. ii - razões que justificam a composição da remuneração

Com base em boas práticas de governança corporativa, a composição da remuneração é competitiva em relação ao mercado e reflete o impacto das decisões dos administradores no desempenho sustentável da organização, com responsabilidade e transparência.

- Remuneração fixa: garantir competitividade e contribuir para atração e retenção de executivos qualificados, alinhados aos nossos desafios estratégicos.

- Remuneração variável de curto prazo: reconhecer o desempenho no exercício e promover o engajamento com os resultados operacionais e financeiros.
- Remuneração variável de longo prazo: alinhar os interesses dos administradores aos dos acionistas e à sustentabilidade da companhia.

A composição da remuneração equilibra o foco no curto, médio e longo prazos, refletindo o compromisso da Companhia com a geração de valor sustentável e com a atração e retenção de talentos estratégicos. A remuneração fixa é estruturada com base em práticas de mercado, buscando garantir competitividade e estabilidade na relação com os executivos. Os incentivos de curto prazo reconhecem o desempenho anual, promovendo o engajamento com metas operacionais e financeiras alinhadas ao planejamento estratégico.

A remuneração variável de longo prazo, por sua vez, representa o componente mais agressivo da estrutura remuneratória, tanto em potencial de ganho quanto em impacto estratégico. Ela é desenhada para alinhar de forma robusta os interesses dos administradores aos dos acionistas, estimulando decisões que promovam a valorização da Companhia e a sustentabilidade do negócio no médio e longo prazo. Esse componente é estruturado com critérios rigorosos de elegibilidade, performance e retenção, e seu valor reflete o grau de responsabilidade e influência dos participantes na geração de valor. Ao atrelar boa parte dos ganhos à valorização da Companhia e à entrega de resultados sustentáveis, a estrutura reforça o alinhamento com os princípios de governança corporativa, transparência e responsabilidade, ao mesmo tempo em que posiciona a organização de forma competitiva na disputa por profissionais altamente qualificados

c. iii - a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não há membros não remunerados.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indireto

A remuneração de diversos membros da Diretoria é suportada por controladas (vide subitem 8.19), sendo que os montantes indicados no decorrer deste item 8 já contemplam a remuneração total suportada pelo Emissor e por suas controladas.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de evento societário, muito embora seja possível, a critério do Emissor.

8.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2026 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	13,00	49,25	6,00	68,25
Nº de membros remunerados	13,00	49,25	6,00	68,25
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	27.511.619,00	91.664.094,00	1.200.000,00	120.375.713,00
Benefícios direto e indireto	444.244,00	4.594.092,00		5.038.336,00
Participações em comitês	0,00			
Outros	27.511.619,00	0,00	0,00	27.511.619,00
Descrição de outras remunerações fixas	Refere-se a honorários fixos em ações e/ou INSS para o Conselho de Administração	-	-	-
Remuneração variável				
Bônus	(1)	(1)	(1)	(1)
Participação de resultados	(2)	(2)	(2)	(2)
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	866.816,00	10.199.930,00	0,00	11.066.746,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	665.702,00	774.541.884,00	0,00	775.207.586,00
Total da remuneração	57.000.000,00	881.000.000,00	1.200.000,00	939.200.000,00
Observação	Informações Adicionais: Propõe-se que seja aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 2026 o montante global da remuneração de R\$ 938 milhões para os membros dos órgãos da administração, independentemente do ano em que os montantes forem efetivamente atribuídos ou pagos. Para o Conselho Fiscal, a Assembleia Geral Ordinária aprovará a remuneração mensal individual de R\$ 22 mil aos membros efetivos e R \$ 9 mil aos membros suplentes. Os valores para remuneração aprovados poderão ser pagos em moeda corrente nacional, em ações do Emissor ou em outra forma que a administração considerar conveniente, sendo estimado que os valores serão pagos nas proporções descritas na tabela acima. Além dos valores aprovados pela Assembleia Geral Ordinária, os membros dos órgãos da administração receberão participação estatutária nos lucros, nos termos do artigo 152, § 1º da Lei das Sociedades por Ações, limitada à remuneração anual dos administradores aprovada em Assembleia Geral Ordinária ou a 10% do lucro do Emissor, prevalecendo o que for menor. Notas: 1. Conforme mencionado no item 8.1 e demonstrado na tabela acima, o modelo de remuneração variável anual deve ser refletido nos campos "Participação de resultados" (pago em dinheiro) e "Baseada em ações" (pago em ações). Sendo assim, o item bônus está zerado. 2. Os valores relativos a "Participação de resultados" (pago em dinheiro) não estão incluídos na tabela acima, a qual reflete somente a estimativa de divisão dos valores que compõem o montante do valor global da remuneração aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária. 3. Esclarecemos que, conforme orientação do OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2026-CVM/SEP, os valores dispostos na tabela acima não incluem valores correspondentes a INSS, conforme notas específicas.			

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2025 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	13,00	45,50	6,00	64,50
Nº de membros remunerados	13,00	45,50	6,00	64,50
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	24.367.500,00	75.942.489,00	1.116.000,00	101.425.989,00
Benefícios direto e indireto	370.354,00	3.740.938,00	0,00	4.111.292,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	24.100.000,00	0,00	0,00	24.100.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	Referem-se a honorários fixos em ações e/ou INSS para o Conselho de Administração.	-	-	-
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	113.542.548,00	0,00	113.542.548,00
Participação em reuniões	0	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	760.925,00	8.783.052,00	0,00	9.543.977,00
Cessação do cargo	0,00	1.647.000,00	0,00	1.647.000,00
Baseada em ações (incluindo opções)	584.379,00	609.278.997,00	0,00	609.863.376,00
Total da remuneração	50.183.158,00	812.935.024,00	1.116.000,00	864.234.182,00
Observação	Informações Adicionais: Foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 2025 o montante global da remuneração de R\$ 812 milhões para os membros dos órgãos da administração, independentemente do ano em que os montantes forem efetivamente atribuídos ou pagos. Para o Conselho Fiscal, a Assembleia Geral Ordinária aprovou a remuneração mensal individual de R\$ 22 mil aos membros efetivos e R \$ 9 mil aos membros suplentes. Os valores para remuneração aprovados poderão ser pagos em moeda corrente nacional, em ações do Emissor ou em outra forma que a administração considerar conveniente, sendo estimado que os valores serão pagos nas proporções descritas na tabela acima. Além dos valores aprovados pela Assembleia Geral Ordinária, os membros dos órgãos da administração receberão participação estatutária nos lucros, nos termos do artigo 152, § 1º da Lei das Sociedades por Ações, limitada à remuneração anual dos administradores aprovada em Assembleia Geral Ordinária ou a 10% do lucro do Emissor, prevalecendo o que for menor. Notas: 1. Conforme mencionado no item 8.1 e demonstrado na tabela acima, o modelo de remuneração variável anual deve ser refletido nos campos "Participação de resultados" (pago em dinheiro) e "Baseada em ações" (pago em ações). Sendo assim, o item bônus está zerado. 2. Os valores relativos a "Participação de resultados" (pago em dinheiro) não estão incluídos na tabela acima, a qual reflete somente a estimativa de divisão dos valores que compõem o montante do valor global da remuneração aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária. 3. Esclarecemos que, conforme orientação do OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2026-CVM/SEP, os valores dispostos na tabela acima não incluem valores correspondentes a INSS, conforme notas específicas. 4. Os membros que compõem o Conselho de Administração e que desempenham também funções executivas no Emissor e/ou suas controladas tem sua remuneração definida em conformidade com o disposto na política de remuneração aplicável à Diretoria. Dessa forma, os valores referentes à remuneração de referidos membros estão integralmente incluídos apenas na tabela relativa à remuneração da Diretoria. Esta nota é aplicável para os itens 8.3, 8.5, 8.6, 8.7, 8.10, 8.13 e 8.15. 5. A remuneração de diversos membros da Diretoria é suportada por controladas (vide subitem 8.17), sendo que os montantes indicados no subitem 8.2 já contemplam a remuneração total suportada pelo Emissor e por suas controladas. 6. O valor médio da remuneração por membro foi de: R\$ 3.860.243 para o Conselho da Administração e R\$ 17.866.704 para Diretoria. Para mais informações sobre o Programa de Sócios, veja o item 8.1. 7. O número de membros de cada órgão é calculado com base nas premissas definidas pelo OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2026-CVM/SEP			

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	12,75	35,92	6,00	54,67
Nº de membros remunerados	12,75	35,92	6,00	54,67
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	14.809.333,00	60.603.448,00	1.116.000,00	76.528.781,00
Benefícios direto e indireto	434.206,00	2.730.389,00	0,00	3.164.595,00
Participações em comitês	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	11.400.000,00	0,00	0,00	11.400.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	Referem-se a honorários fixos em ações e/ou INSS para o Conselho de Administração.	-	-	-
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	91.174.963,00	0,00	91.174.963,00
Participação em reuniões	n/a	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Descrição de outras remunerações variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	681.800,00	6.611.843,00	0,00	7.293.643,00
Cessação do cargo	n/a	n/a	n/a	n/a
Baseada em ações (incluindo opções)	20.265.000,00	489.084.909,00	0,00	509.349.909,00
Total da remuneração	47.590.339,00	650.205.552,00	1.116.000,00	698.911.891,00
Observação	Foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 2024 o montante global da remuneração de R\$ 680 milhões para os membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária, independentemente do ano em que os montantes forem efetivamente atribuídos ou pagos. Para o Conselho Fiscal, a Assembleia Geral Ordinária aprovou a remuneração mensal individual de R\$ 22 mil aos membros efetivos e R\$ 9 mil aos membros suplentes. Os valores para remuneração aprovados poderão ser pagos em moeda corrente nacional, em ações do Emissor ou em outra forma que a administração considerar conveniente, sendo estimado que os valores serão pagos nas proporções descritas na tabela acima. Além dos valores aprovados pela Assembleia Geral Ordinária, os membros dos órgãos da administração receberão participação estatutária nos lucros, nos termos do artigo 152, § 1º da Lei das Sociedades por Ações, limitada à remuneração anual dos administradores aprovada em Assembleia Geral Ordinária ou a 10% do lucro do Emissor, prevalecendo o que for menor. Notas: 1. Conforme mencionado no item 8.1 e demonstrado na tabela acima, o modelo de remuneração variável anual deve ser refletido nos campos "Participação de resultados" (pago em dinheiro) e "Baseada em ações" (pago em ações). Sendo assim, o item bônus está zerado. 2. As parcelas em ações ou instrumentos baseados em ações foram refletidas na linha "Baseada em ações", não sendo replicadas na linha "Remuneração Variável". Para fins demonstrativos, será considerado o ano do exercício social a que tal remuneração se refere, independentemente do ano em que ela for efetivamente atribuída, paga ou reconhecida nas demonstrações financeiras. 3. Esclarecemos que, conforme orientação do OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2026-CVM/SEP, os valores dispostos na tabela acima não incluem valores correspondentes a INSS, conforme notas específicas. 4. Os membros que compõem o Conselho de Administração e que desempenham também funções executivas no Emissor e/ou suas controladas tem sua remuneração definida em conformidade com o disposto na política de remuneração aplicável à Diretoria. Dessa forma, os valores referentes à remuneração de referidos membros estão integralmente incluídos apenas na tabela relativa à remuneração da Diretoria. Esta nota é aplicável para os itens 8.3, 8.5, 8.6, 8.7, 8.10, 8.13 e 8.15. 5. A remuneração de diversos membros da Diretoria é suportada por controladas (vide subitem 8.15), sendo que os montantes indicados no subitem 8.2 já contemplam a remuneração total suportada pelo Emissor e por suas controladas. 6. O valor médio da remuneração por membro foi de: R\$ 3.732.576 para o Conselho da Administração e R\$ 18.103.171 para Diretoria. Para mais informações sobre o Programa de Sócios, veja o item 8.1. 7. O número de membros de cada órgão é calculado com base nas premissas definidas pelo OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2026-CVM/SEP.			

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	12,00	30,50	6,00	48,50
Nº de membros remunerados	12,00	30,50	6,00	48,50
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	15.572.500,00	51.888.881,00	1.116.733,00	68.578.114,00
Benefícios direto e indireto	382.757,00	2.088.919,00	0,00	2.471.676,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	11.400.000,00	0,00	0,00	11.400.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	Referem-se a honorários fixos em ações e/ou INSS para o Conselho de Administração.	-	-	-
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	9.276.641,00	119.658.399,00	0,00	128.935.040,00
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	605.362,00	5.539.971,00	0,00	6.145.333,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	32.248.889,00	374.753.288,00	0,00	407.002.177,00
Total da remuneração	69.486.149,00	553.929.458,00	1.116.733,00	624.532.340,00
Observação	Informações Adicionais: Foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 2023 o montante global da remuneração de R\$ 570 milhões para os membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária, independentemente do ano em que os montantes forem efetivamente atribuídos ou pagos. Para o Conselho Fiscal, a Assembleia Geral Ordinária aprovou a remuneração mensal individual de R\$ 22 mil aos membros efetivos e R\$ 9 mil aos membros suplentes. Os valores para remuneração aprovados poderão ser pagos em moeda corrente nacional, em ações do Emissor ou em outra forma que a administração considerar conveniente, sendo estimado que os valores serão pagos nas proporções descritas na tabela acima. Além dos valores aprovados pela Assembleia Geral Ordinária, os membros dos órgãos da administração receberão participação estatutária nos lucros, nos termos do artigo 152, § 1º da Lei das Sociedades por Ações, limitada à remuneração anual dos administradores aprovada em Assembleia Geral Ordinária ou a 10% do lucro do Emissor, prevalecendo o que for menor. Notas: 1. Conforme mencionado no item 8.1 e demonstrado na tabela acima, o modelo de remuneração variável anual deve ser refletido nos campos "Participação de resultados" (pago em dinheiro) e "Baseada em ações" (pago em ações). Sendo assim, o item bônus está zerado. 2. As parcelas em ações ou instrumentos baseados em ações foram refletidas na linha "Baseada em ações", não sendo replicadas na linha "Remuneração Variável". Para fins demonstrativos, será considerado o ano do exercício social a que tal remuneração se refere, independentemente do ano em que ela for efetivamente atribuída, paga ou reconhecida nas demonstrações financeiras. 3. Esclarecemos que, conforme orientação do OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2026-CVM/SEP, os valores dispostos na tabela acima não incluem valores correspondentes a INSS, conforme notas específicas. 4. Os membros que compõem o Conselho de Administração e que desempenham também funções executivas no Emissor e/ou suas controladas tem sua remuneração definida em conformidade com o disposto na política de remuneração aplicável à Diretoria. Dessa forma, os valores referentes à remuneração de referidos membros estão integralmente incluídos apenas na tabela relativa à remuneração da Diretoria. Esta nota é aplicável para os itens 8.3, 8.5, 8.6, 8.7, 8.10, 8.13 e 8.15. 5. A remuneração de diversos membros da Diretoria é suportada por controladas (vide subitem 8.15), sendo que os montantes indicados no subitem 8.2 já contemplam a remuneração total suportada pelo Emissor e por suas controladas. 6. O valor médio da remuneração por membro foi de: R\$ 5.790.512 para o Conselho da Administração e R\$ 18.161.622 para Diretoria. Para mais informações sobre o Programa de Sócios, veja o item 8.1. 7. O número de membros de cada órgão é calculado com base nas premissas definidas pelo OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2026-CVM/SEP.			

8.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

R\$, exceto onde indicado

Previstas para o exercício de 2026				
a) órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b) número total de membros (pessoas)	13,00	49,25	6,00	68,25
c) número de membros remunerados	13,00	49,25	6,00	68,25
d) Em relação ao bônus:				
i) valor mínimo previsto no plano de remuneração	532.562,00	563.303.189,00	n/a	563.835.751,00
ii) valor máximo previsto no plano de remuneração	665.702,00	774.541.884,00	n/a	775.207.586,00
iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	665.702,00	774.541.884,00	n/a	775.207.586,00
iv) valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	n/a	n/a	n/a	n/a
e) Em relação à participação no resultado:				
i) valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
ii) valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	n/a	n/a	n/a
iv) valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	n/a	n/a	n/a	n/a

Nota:1. Os valores relativos à "Participação de Resultados" (pago em dinheiro) não estão incluídos na tabela acima, a qual reflete somente a estimativa de divisão dos valores que compõem o montante global da remuneração aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária. A remuneração variável do exercício social considera: (i) 30% efetivamente pago em dinheiro no ano seguinte ao exercício social em questão (refletido no campo "e"); e (ii) 70% a ser pago em ações nos três anos seguintes, a contar da data em que foi paga a parte em dinheiro. Adicionalmente, considera as ações de sócios serão entregues para Sócios Holding: 30% após três anos e 70% após cinco anos e para Sócios: 50% após três anos e 50% após cinco anos, a contar da data em que foi paga a parte em dinheiro referente ao exercício social em questão.

R\$, exceto onde indicado

Exercício 31/12/2025				
a) órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b) número total de membros (pessoas)	13,00	45,50	6,00	64,50
c) número de membros remunerados	13,00	45,50	6,00	64,50
d) Em relação ao bônus:				
i) valor mínimo previsto no plano de remuneração	749.173,00	537.637.076,00	n/a	538.386.249,00
ii) valor máximo previsto no plano de remuneração	936.466,00	672.046.345,00	n/a	672.982.811,00
iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	936.466,00	672.046.345,00	n/a	672.982.811,00
iv) valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	584.379,00	609.278.997,00	n/a	609.863.376,00
e) Em relação à participação no resultado:				
i) valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	90.834.039,00	n/a	90.834.039,00
ii) valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	136.251.058,00	n/a	136.251.058,00
iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	113.542.548,00	n/a	113.542.548,00
iv) valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	113.542.548,00	n/a	113.542.548,00

Nota:1. Os valores relativos à "Participação de Resultados" (pago em dinheiro) não estão incluídos na tabela acima, a qual reflete somente a estimativa de divisão dos valores que compõem o montante global da remuneração aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária. A remuneração variável do exercício social considera: (i) 30% efetivamente pago em dinheiro no ano seguinte ao exercício social em questão (refletido no campo "e"); e (ii) 70% a ser pago em ações nos três anos seguintes, a contar da data em que foi paga a parte em dinheiro. Adicionalmente, considera as ações de sócios serão entregues para Sócios Holding: 30% após três anos e 70% após cinco anos e para Sócios: 50% após três anos e 50% após cinco anos, a contar da data em que foi paga a parte em dinheiro referente ao exercício social em questão.

R\$, exceto onde indicado

Exercício 31/12/2024				
a) órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b) número total de membros (pessoas)	12,75	35,92	6	54,67
c) número de membros remunerados	12,75	35,92	6	54,67
d) Em relação ao bônus:				
i) valor mínimo previsto no plano de remuneração	38.306.763,00	413.469.418,00	n/a	451.776.181,00
ii) valor máximo previsto no plano de remuneração	47.883.453,00	516.836.773,00	n/a	564.720.226,00
iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	47.883.453,00	516.836.773,00	n/a	564.720.226,00
iv) valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	20.265.000,00	489.084.909,00	n/a	509.349.909,00
e) Em relação à participação no resultado:				
i) valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	72.939.970,00	n/a	72.939.970,00
ii) valor máximo previsto no plano de remuneração	-	109.409.955,00	n/a	109.409.955,00
iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	91.174.963,00	n/a	91.174.963,00
iv) valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	91.174.963,00	n/a	91.174.963,00

R\$, exceto onde indicado

Exercício 31/12/2023				
a) órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b) número total de membros (pessoas)	12	30,5	6	48,5
c) número de membros remunerados	12	30,5	6	48,5
d) Em relação ao bônus:				
i) valor mínimo previsto no plano de remuneração	33.203.360,00	343.863.532,00	n/a	377.066.892,00
ii) valor máximo previsto no plano de remuneração	41.504.200,00	429.829.415,00	n/a	471.333.615,00
iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	41.504.200,00	429.829.415,00	n/a	471.333.615,00
iv) valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	32.248.889,00	374.753.288,00	n/a	407.002.177,00
e) Em relação à participação no resultado:				
i) valor mínimo previsto no plano de remuneração	7.421.313,00	95.726.719,00	n/a	103.148.032,00
ii) valor máximo previsto no plano de remuneração	11.131.969,00	143.590.079,00	n/a	154.722.048,00
iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	9.276.641,00	119.658.399,00	n/a	128.935.040,00
iv) valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	9.276.641,00	119.658.399,00	n/a	128.935.040,00

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. termos e condições gerais

Esclarecimentos – forma de divulgação das informações

Para fins demonstrativos, reunimos neste item as informações relativas a todos os modelos de pagamento baseados em ações. São eles: **(1)** ações ou instrumentos baseados em ações entregues no âmbito da Política de Remuneração, **(2)** ações ou instrumentos baseados em ações entregues no âmbito do Programa de Sócios e **(3)** as opções outorgadas no âmbito do Plano para Outorga de Opções de Ações (“Plano para Outorga de Opções”), descritos abaixo:

(1) Política de Remuneração – valores pagos em ações

Remuneração Fixa anual em ações:

A remuneração fixa anual é paga aos membros do Conselho de Administração desde que tenham exercido seus mandatos anuais por completo. O objetivo é recompensar a contribuição de cada membro para o Conglomerado Itaú Unibanco. A remuneração fixa anual leva em consideração o histórico e currículo dos membros, além de condições de mercado e outros fatores que podem ser objeto de acordo entre o membro do Conselho de Administração e o Conglomerado Itaú Unibanco.

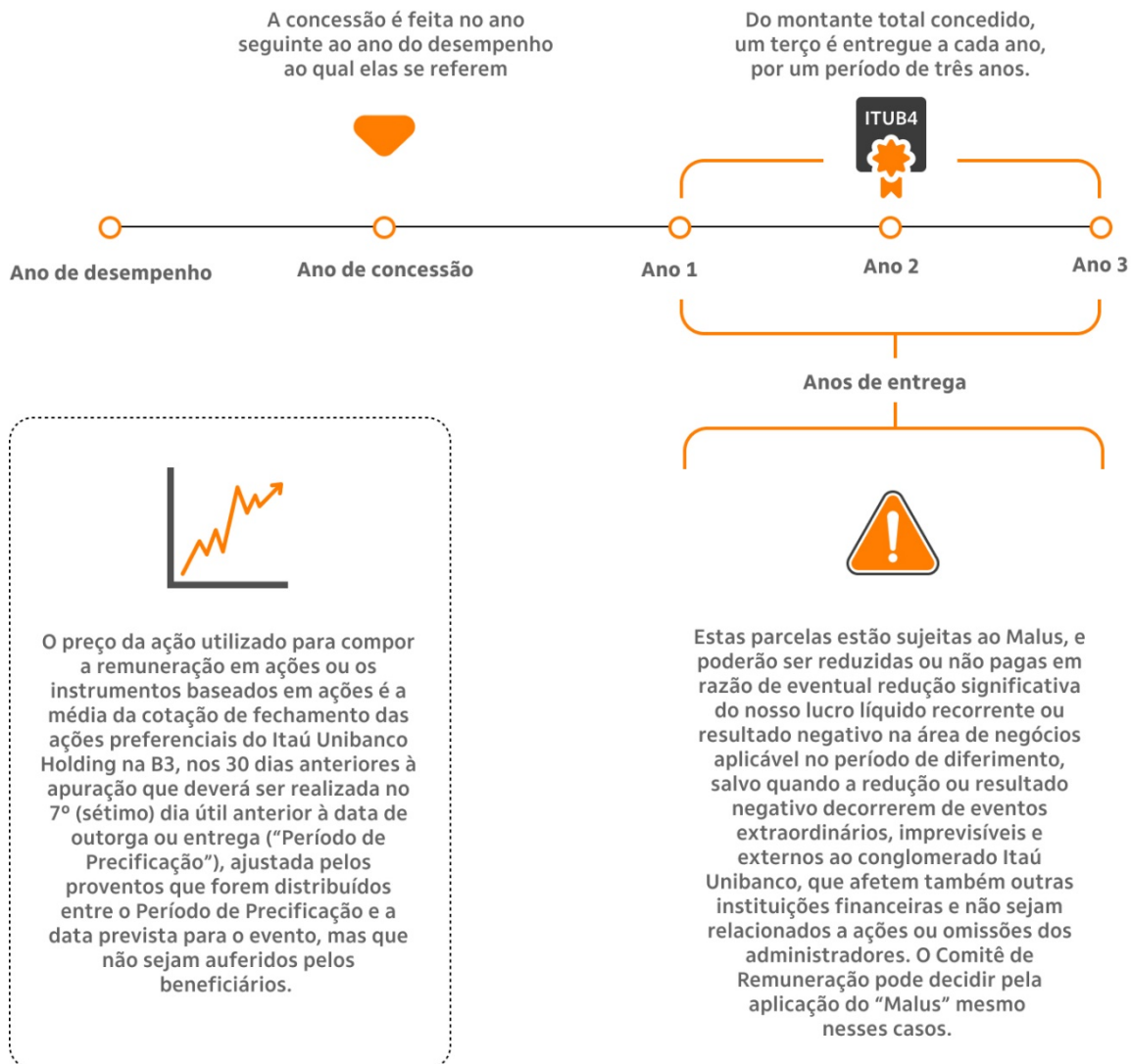
Para fins do cálculo do valor das ações que são utilizadas para compor a remuneração em ações ou os instrumentos baseados em ações é utilizada a média da cotação de fechamento das ações preferenciais do Itaú Unibanco Holding na B3 - Bolsa, Brasil, Balcão (“B3”), nos 30 (trinta) dias anteriores à apuração, que deverá ser realizada no 7º (sétimo) dia útil anterior à data da outorga da remuneração (“Período de Precificação”), ajustada pelos proventos que forem distribuídos entre o Período de Precificação e a data prevista para a outorga, mas que não sejam auferidos pelos beneficiários.

Até 2024, a quantidade de ações era apurada e outorgada a cada três anos, sendo que a entrega das ações é realizada proporcionalmente à quantidade de mandatos cumpridos nesse período.

A partir de 2025, conforme aprovado pelo Comitê de Remuneração em 28 de outubro de 2024 e pelo Conselho de Administração em 31 de outubro de 2024, a Remuneração Fixa Anual dos membros do Conselho de Administração será outorgada anualmente, com pagamentos de um terço a cada ano. O pagamento das parcelas continua com a condicionante de que os membros tenham exercido seus mandatos anuais por completo.

Remuneração Variável anual em ações:

Entrega das ações preferenciais

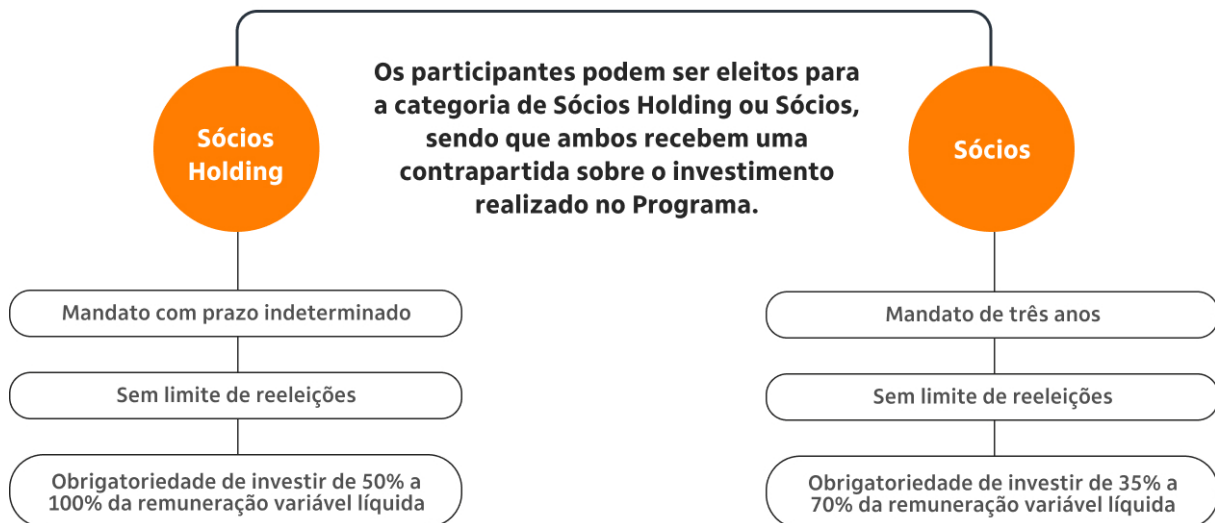


(2) Programa de Sócios

Com o objetivo de alinharmos os interesses de nossos diretores e colaboradores aos de nossos acionistas, o programa concede aos seus participantes a oportunidade de investir em nossas ações preferenciais (ITUB4), compartilhando os riscos de curto, médio e longo prazo.

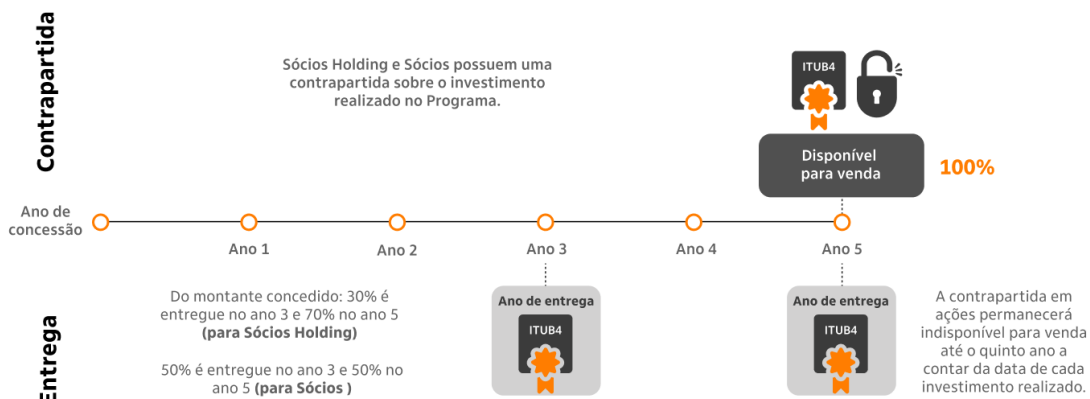
O programa é destinado a diretores e colaboradores com histórico de contribuição e atuação relevantes, além de desempenho diferenciado. O programa possui dois tipos de nomeações: sócios holding e sócios. Destacamos abaixo as principais diferenças:

Mensuração de desempenho



Programa de Sócios

Os participantes do Programa de Sócios devem utilizar parte da remuneração variável anual para comprar ações preferenciais (ITUB4).



O Programa de Sócios poderá considerar outros instrumentos derivados das ações além das ações.



Ao cumprir com os prazos de investimento mencionados acima o beneficiário terá, nas mesmas datas, a titularidade sobre a contrapartida paga pela empresa, a qual é entregue em ações preferenciais (ITUB4).

O preço da ação utilizado para a aquisição de Ações Próprias e da contrapartida em Ações de Sócios é a média da cotação de fechamento das ações preferenciais do Itaú Unibanco Holding na B3, nos 30 dias anteriores à apuração que deverá ser realizada no 7º (sétimo) dia útil anterior à data de investimento, outorga ou entrega ("Período de Precificação"), ajustada pelos proventos que forem distribuídos entre o Período de Precificação e a data prevista para o evento, mas que não sejam auferidos pelos beneficiários.



As ações de sócios ainda não recebidas estão sujeitas ao Malus, e poderão ser reduzidas ou não pagas em razão de eventual redução significativa do nosso lucro líquido recorrente ou resultado negativo na área de negócios aplicável no período de diferimento, salvo quando a redução ou resultado negativo decorrerem de eventos extraordinários, imprevisíveis e externos ao conglomerado Itaú Unibanco, que afetem também outras instituições financeiras e não sejam relacionados a ações ou omissões dos administradores. O Comitê de Remuneração pode decidir pela aplicação do "Malus" mesmo nesses casos.

(3) Plano para Outorga de Opções de Ações

Possuímos um Plano para Outorga de Opções de Ações por meio do qual nossos diretores e colaboradores com desempenho diferenciado podem receber opções de ações. Essas opções permitem que eles compartilhem o risco da flutuação do preço das nossas ações preferenciais (ITUB4) com outros acionistas e são destinadas a integrar os participantes deste programa no processo de desenvolvimento do Conglomerado a médio e longo prazo.

Nosso Comitê de Pessoas administra o Plano de Opções de Ações, inclusive aspectos como preços de exercício, prazos de carência e de vigência das opções, de acordo com as regras previstas no Plano.

As opções somente poderão ser concedidas aos participantes se houver lucro suficiente para a distribuição dos dividendos obrigatórios.

Desde 2012, nenhuma opção foi outorgada no âmbito de nosso Plano para Outorga de Opções de Ações.

Para mais informações sobre o Plano para Outorga de Opções de Ações, consulte o site de Relações com Investidores: <http://www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores/> > Itaú Unibanco > Governança Corporativa > Políticas > Plano de Outorga de Opções de Ações.

b. data de aprovação e órgão responsável

O Plano de Outorga de Ações da companhia é administrado pelo Comitê de Remuneração e foi revisado e atualizado pela Assembleia Geral Extraordinária do Itaú Unibanco Holding S.A. em 31 de outubro de 2024.

c. número máximo de ações abrangidas

A fim de limitar a diluição máxima a que os acionistas poderão estar sujeitos: a soma das (i) ações a serem utilizadas para remuneração, nos termos da Resolução CMN nº 5.177, inclusive aquelas ações relativas ao Programa de Sócios e de outros programas de remuneração em ações do Emissor e de suas controladas; e (ii) das opções a serem outorgadas em cada exercício não poderá ultrapassar o limite de 0,5% da totalidade das ações do Emissor que os acionistas possuem na data do balanço de encerramento do mesmo exercício.

Na hipótese de, em um determinado exercício, a quantidade de ações entregues e de opções outorgadas ter ficado abaixo do limite de 0,5% da totalidade das ações previsto no parágrafo anterior, a diferença poderá ser acrescida para fins de remuneração ou para fins de outorga de opções em qualquer um dos 7 exercícios subsequentes.

d. número máximo de opções a serem outorgadas

Idem ao item c) acima.

e. condições de aquisição de ações

Remuneração em ações: a condição para aquisição das ações concretiza-se no longo prazo, pois do montante da remuneração variável anual, 30% são pagos em dinheiro à vista e 70% são pagos mediante a entrega de ações, diferida no período de 3 anos, na proporção de 1/3 do valor devido por ano. O direito às ações está condicionado ao cumprimento do período de carência do programa, bem como à observância do Código de Ética e Conduta da companhia. Em situações de desligamento, a manutenção das ações poderá ocorrer conforme o tipo de saída, estando sempre condicionada ao cumprimento das regras do programa.

Programa de Sócios: mediante a manutenção da propriedade das Ações Próprias sem quaisquer ônus ou gravames e do cumprimento das demais condições suspensivas previstas no Regulamento do Programa pelos prazos de 3 e 5 anos a contar do investimento inicial, haverá um retorno ao investimento por meio do recebimento de contrapartidas em Ações de Sócios também nos prazos de 3 e 5 anos. O direito às ações está condicionado ao cumprimento do período de carência do programa, bem como à observância do Código de Ética e Conduta da companhia. Em situações de desligamento, a manutenção das ações poderá ocorrer conforme o tipo de saída, estando sempre condicionada ao cumprimento das regras do programa.

Plano para Outorga de Opções: as ações são adquiridas em decorrência do exercício de uma opção outorgada de acordo com as regras do Plano para Outorga de Opções, desde que decorrido o prazo de carência (ver subitem “g” abaixo), mediante o pagamento do preço de exercício (ver subitem “f” abaixo). Ademais, as opções poderão ser extintas em determinadas situações, tais como o término do vínculo (estatutário ou contratual) entre o Beneficiário e as empresas do Conglomerado Itaú Unibanco antes do prazo de carência (ver subitem “k” abaixo).

f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Remuneração em ações: para fins de cálculo do valor das ações que são utilizadas para compor a remuneração em ações ou os instrumentos baseados em ações é utilizada a média da cotação de fechamento das ações preferenciais do Itaú Unibanco Holding na B3 - Bolsa, Brasil, Balcão (“B3”), nos 30 (trinta) dias anteriores à apuração, que deverá ser realizada no 7º (sétimo) dia útil anterior à data da outorga da remuneração (“Período de Precificação”), ajustada pelos proventos que forem distribuídos entre o Período de Precificação e a data prevista para a outorga, mas que não sejam auferidos pelos beneficiários.

Programa de Sócios: para fins de cálculo do valor de aquisição das Ações Próprias e da contrapartida em Ações de Sócios, é utilizada a média da cotação de fechamento das ações preferenciais do Itaú Unibanco Holding na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), nos 30 (trinta) dias anteriores à apuração, que deverá ser realizada no 7º (sétimo) dia útil anterior à data prevista para a aquisição das Ações Próprias (“Período de Precificação”), ajustada pelos proventos que forem distribuídos entre o Período de Precificação e a data prevista para o investimento, mas que não sejam auferidos pelos beneficiários.

Plano para Outorga de Opções: os preços de aquisição e de exercício serão fixados pelo Comitê de Pessoas na outorga da opção e serão determinados da seguinte forma:

A fixação do preço de exercício das opções considerará a média dos preços das ações preferenciais do Emissor nos pregões da B3 nos 3 últimos meses do ano antecedente ao da outorga. Os preços estabelecidos serão reajustados até o último dia útil do mês anterior ao do exercício da opção pelo IGPM ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê de Pessoas designar, devendo ser pagos em prazo igual ao vigente para liquidação de operações na B3.

g. critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Remuneração em Ações: não se aplica, pois não há exercício e sim entrega das ações.

Programa de Sócios: não se aplica, pois não há exercício e sim entrega das ações.

Plano para Outorga de Opções: as opções somente poderão ser exercidas após o período de carência e fora dos períodos de suspensão estabelecidos pelo Comitê de Pessoas. O período de carência de cada série será fixado pelo Comitê no momento da emissão, e sua duração poderá variar entre os prazos de 1 ano e 7 anos, contados a partir do ano de sua emissão. Em regra, o período de carência fixado pelo Comitê é de 5 anos.

h. forma de liquidação

Remuneração em ações: a liquidação ocorre por meio da entrega das ações após os períodos de diferimento.

Programa de Sócios: a liquidação ocorre por meio da entrega das Ações de Sócios após os prazos de diferimento previstos pelo Programa.

Plano para Outorga de Opções: o Beneficiário deve pagar o preço de exercício ao Emissor, em dinheiro, obedecidas as regras e condições estabelecidas pelo Comitê de Pessoas.

i. restrições à transferência das ações

Remuneração em ações: após o recebimento das ações nos prazos de 1, 2 e 3 anos, não há restrição à transferência das ações. Caso o executivo opte por investir estas ações no Programa de Sócios como Ações Próprias, tais ações ficarão indisponíveis por 3 e 5 anos a contar da data do investimento. A transferência das ações deverá observar os períodos de vedação e demais condições estabelecidas na Política de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia.

Programa de Sócios: após o recebimento das Ações de Sócios nos prazos de 3 e 5 anos a contar do investimento inicial, tais ações ficam indisponíveis pelo prazo de 5 anos a contar do investimento inicial. A transferência das ações deverá observar os períodos de vedação e demais condições estabelecidas na Política de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia.

Plano para Outorga de Opções: a disponibilidade das ações que os Beneficiários tiverem subscrito mediante o exercício da opção poderá estar sujeita a restrições adicionais, conforme venha a ser deliberado na outorga pelo Comitê de Pessoas. Assim, o percentual das ações que deve permanecer indisponível, bem como o prazo de indisponibilidade, serão definidos pelo referido Comitê. Em regra, o período de indisponibilidade fixado pelo Comitê é de 2 anos após o exercício da opção.

j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Remuneração em ações: as ações diferidas poderão não ser entregues em caso de eventual redução significativa do lucro líquido recorrente realizado do Emissor ou resultado negativo da área de negócios aplicável, salvo quando a redução ou resultado negativo decorrerem de eventos extraordinários, imprevisíveis e externos ao Conglomerado Itaú Unibanco, que afetem também outras instituições financeiras e não sejam relacionados a ações ou omissões dos administradores. O Comitê de Remuneração pode decidir pela aplicação do *malus* mesmo nesses casos. Ademais, o modelo de remuneração poderá ser alterado mediante aprovação do Comitê de Remuneração e do Conselho de Administração.

Programa de Sócios: as Ações de Sócios ainda não recebidas poderão não ser entregues em caso de eventual redução significativa do lucro líquido recorrente realizado do Emissor ou resultado negativo da área de negócios aplicável, salvo quando a redução ou resultado negativo decorrerem de eventos extraordinários, imprevisíveis e externos ao Conglomerado Itaú Unibanco, que afetem também outras instituições financeiras e não sejam relacionados a ações ou omissões dos administradores. O Comitê de Remuneração pode decidir pela aplicação do *malus* mesmo nesses casos. Ademais, o Programa de Sócios poderá ser alterado mediante aprovação do Comitê de Remuneração ou do Comitê de Pessoas.

Plano para Outorga de Opções: o Comitê de Pessoas poderá suspender o exercício das opções em circunstâncias justificáveis, tais como grandes oscilações de mercado ou restrições legais ou regulamentares. Ademais, o Plano para Outorga de Opções somente poderá ser alterado ou extinto mediante proposta do Comitê de Pessoas ao Conselho de Administração, com posterior aprovação em Assembleia Geral Extraordinária.

Além disso, em dezembro de 2023 a Companhia adotou a política de Clawback (como um anexo da Política de Remuneração de Administradores), que consiste na recuperação de valores de remuneração outorgados ou pagos em excesso aos Diretores apontados como público-alvo da política em caso de reapresentação dos resultados financeiros. A política de Clawback é aplicada em todos os programas de Incentivo de Longo Prazo. A política está disponível no site de Relações com Investidores (www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores) > Itaú Unibanco > Governança Corporativa > Políticas > Política de Remuneração de Administradores e Clawback.

k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Remuneração em ações: na hipótese de desligamento será observada as regras aplicáveis para as ações outorgadas que ainda não foram entregues. No caso de extinção das ações outorgadas não entregues, ela ocorrerá na data em que se afastarem de forma permanente do exercício do cargo. Caberá ao Comitê responsável, observados os critérios estabelecidos na política de remuneração, garantir o cumprimento das regras do programa.

Programa de Sócios: na hipótese de desligamento será observada as regras aplicáveis para as Ações de Sócios ainda não entregues. No caso de extinção das Ações de Sócios ainda não entregues, ela ocorrerá na data em que se afastarem de forma permanente do exercício do cargo. Caberá ao Comitê responsável, observados os critérios estabelecidos na política de remuneração, garantir o cumprimento das regras do programa.

Plano para Outorga de Opções: a regra geral de saída prevê que os Beneficiários do Conglomerado Itaú Unibanco que renunciarem ou forem destituídos do cargo terão suas opções extintas de forma automática. As opções de administradores se extinguirão na data em que se afastarem de forma permanente do exercício do cargo. Contudo, não ocorrerá a extinção automática mencionada caso, por exemplo, o

desligamento ocorra simultaneamente à eleição do funcionário para o cargo de administrador do Conglomerado Itaú Unibanco ou caso o administrador passe a ocupar outro cargo estatutário no Conglomerado Itaú Unibanco.

Ademais, o Comitê de Pessoas poderá, observados os critérios estabelecidos em regimento interno, determinar a não extinção das opções.

8.5. Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão**
- b. número total de membros**
- c. número de membros remunerados**
- d. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:**
 - i. em aberto no início do exercício social**
 - ii. perdidas e expiradas durante o exercício social**
 - iii. exercidas durante o exercício social**
- e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto**

Não há previsão de outorga de opções de compra de ações e tampouco houve outorgas de opções de compra de ações no exercício social corrente ou nos 3 últimos exercícios sociais. A última outorga de opções de compra de ações foi em 2012, com último exercício em 2019, sendo assim, não havia saldo em aberto, não houve opções perdidas e/ou expiradas ou exercidas nos 3 últimos exercícios sociais.

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão**
- b. número total de membros**
- c. número de membros remunerados**
- d. data de outorga**
- e. quantidade de opções outorgadas**
- f. prazo para que as opções se tornem exercíveis**
- g. prazo máximo para exercício das opções**
- h. prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções**
- i. valor justo das opções na data da outorga**
- j. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga**

Não houve outorga de opções de compra de ações nos 3 últimos exercícios sociais e não há previsão para novas outorgas no exercício social corrente. A última outorga de opções ocorreu em 2012.

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão**
- b. número total de membros**
- c. número de membros remunerados**
- d. em relação às opções ainda não exercíveis**
 - i. quantidade**
 - ii. data em que se tornarão exercíveis**
 - iii. prazo máximo para exercício das opções**
 - iv. prazo de restrição à transferência das ações**
 - v. preço médio ponderado de exercício**
 - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social**
- e. em relação às opções exercíveis**
 - i. quantidade**
 - ii. prazo máximo para exercício das opções**
 - iii. prazo de restrição à transferência das ações**
 - iv. preço médio ponderado de exercício**
 - v. valor justo das opções no último dia do exercício social**
- f. valor justo do total das opções no último dia do exercício social**

Não havia saldo de opções em aberto nos 3 últimos exercícios sociais, dado que a última outorga de opções ocorreu em 2012, com último exercício e vencimento em 2019.

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão**
- b. número total de membros**
- c. número de membros remunerados**
- d. número de ações**
- e. preço médio ponderado de exercício**
- f. preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas**
- g. multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas**

Não houve exercício de opções nos 3 últimos exercícios sociais, dado que a última outorga de opções ocorreu em 2012, com último exercício em 2019.

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não houve emissão de novas ações para entrega aos beneficiários nos 3 últimos exercícios sociais.

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Previstas para o exercício social corrente - Valores Anuais				
Órgão	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária	
nº total de membros	13,00		49,25	
nº de membros remunerados	13,00		49,25	
data de outorga	17/04/2026	01/03/2027	01/03/2027	01/03/2027
quantidade de ações outorgadas	607.321	14.695	9.918.564	7.179.491
prazo máximo para entrega das ações	1/3 ao ano	1/3 ao ano	(1)	1/3 ao ano
prazo de restrição à transferência das ações	sem restrição	sem restrição	No 5º ano	sem restrição
valor justo das ações na data da outorga	R\$ 45,30	R\$ 45,30	R\$ 45,30	R\$ 45,30
multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	R\$ 27.511.619,00	R\$ 665.702,00	R\$ 449.310.953,00	R\$ 325.230.931,00

Notas: 1. As ações de sócios serão entregues para Sócios Holding: 30% após três anos e 70% após cinco anos e para Sócios: 50% após três anos e 50% após cinco anos. 2. O prazo de restrição para outorgas realizadas até 2021 é de 50% até o 5º ano e 50% até o 8º ano para Sócios ou de 70% e 30%, respectivamente, para associados. 3. O valor justo das ações utilizado nessa tabela é o mesmo preço de outorga indicado na tabela do exercício social anterior, e o preço será atualizado quando houver a realização das outorgas previstas.

Exercício social de 2025 - Valores Anuais				
Órgão	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária	
nº total de membros	13,00		45,50	
nº de membros remunerados	13,00		45,50	
data de outorga	25/04/2025	27/02/2026	27/02/2026	27/02/2026
quantidade de ações outorgadas	757.385	12.900	7.832.523	5.617.345
prazo máximo para entrega das ações	1/3 ao ano	1/3 ao ano	(1)	1/3 ao ano
prazo de restrição à transferência das ações	sem restrição	sem restrição	No 5º ano	sem restrição
valor justo das ações na data da outorga	R\$31,82	R\$45,30	R\$45,30	R\$45,30
multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	R\$ 24.100.000,00	R\$ 584.379,00	R\$ 354.813.289,00	R\$ 254.465.709,00

Notas: 1. As ações de sócios serão entregues para Sócios Holding: 30% após três anos e 70% após cinco anos e para Sócios: 50% após três anos e 50% após cinco anos. 2. O prazo de restrição para outorgas realizadas até 2021 é de 50% até o 5º ano e 50% até o 8º ano para Sócios ou de 70% e 30%, respectivamente, para associados. 3. O valor justo das ações utilizado nessa tabela é o mesmo preço de outorga indicado na tabela do exercício social anterior, e o preço será atualizado quando houver a realização das outorgas previstas.

Exercício social de 2024 – Valores Anuais				
Órgão	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária	
nº total de membros	12,75		35,92	
nº de membros remunerados	12,75		35,92	
data de outorga	24/04/2024	01/03/2025	01/03/2025	01/03/2025
quantidade de ações outorgadas	340.705	630.719	8.600.788	6.621.275
prazo máximo para entrega das ações	30/04/2025	1/3 ao ano	(1)	1/3 ao ano
prazo de restrição à transferência das ações	sem restrição	sem restrição	No 5º ano	sem restrição
valor justo das ações na data da outorga	R\$ 33,46	R\$ 32,13	R\$ 32,13	R\$ 32,13
multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	R\$ 11.400.000,00	R\$ 20.265.000,00	R\$ 276.343.329,00	R\$ 212.741.579,00

Notas: 1. As ações de sócios serão entregues para Sócios Holding: 30% após três anos e 70% após cinco anos e para Sócios: 50% após três anos e 50% após cinco anos. 2. O prazo de restrição para outorgas realizadas até 2021 é de 50% até o 5º ano e 50% até o 8º ano para Sócios ou de 70% e 30%, respectivamente, para associados.

Exercício social de 2023 – Valores Anuais				
Órgão	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária	
nº total de membros	12,00		30,50	
nº de membros remunerados	12,00		30,50	
data de outorga	04/05/2023	01/03/2024	01/03/2024	01/03/2024
quantidade de ações outorgadas	502.901	993.495	6.020.987	5.900.459
prazo máximo para entrega das ações	31/05/2024	1/3 ao ano	(1)	1/3 ao ano
prazo de restrição à transferência das ações	sem restrição	sem restrição	No 5º ano	sem restrição
valor justo das ações na data da outorga	R\$ 22,66	R\$ 32,46	R\$ 32,46	R\$ 32,46
multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	R\$ 11.395.737,00	R\$ 32.248.848,00	R\$ 195.441.238,00	R\$ 191.528.899,00

Notas: 1. As ações de sócios serão entregues para Sócios Holding: 30% após três anos e 70% após cinco anos e para Sócios: 50% após três anos e 50% após cinco anos. 2. O prazo de restrição para outorgas realizadas até 2021 é de 50% até o 5º ano e 50% até o 8º ano para Sócios ou de 70% e 30%, respectivamente, para associados. 3. Os valores estão ajustados pelos eventos ocorridos no período (grupamento, bonificação etc.).

8.11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Exercício Social 31/12/2025			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	13,00	45,50	-
Nº de membros remunerados	13,00	45,50	-
Nº de ações	1.033.907	8.415.885	-
Preço médio ponderado de aquisição	R\$ 32,45	R\$ 32,45	-
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	R\$ 32,64	R\$ 31,94	-
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	R\$ -196.442,33	R\$ 4.292.101,35	-

Exercício Social 31/12/2024			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	12,75	35,92	-
Nº de membros remunerados	12,75	35,92	-
Nº de ações	1.114.915	5.832.981	-
Preço médio ponderado de aquisição	R\$ 33,21	R\$ 33,21	-
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	R\$ 33,52	R\$ 34,07	-
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	R\$ -345.623,65	R\$ -5.016.363,66	-

Exercício Social 31/12/2023			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	12,00	30,50	-
Nº de membros remunerados	12,00	30,50	-
Nº de ações	1.326.606	4.578.337	-
Preço médio ponderado de aquisição	R\$ 25,98	R\$ 25,98	-
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	R\$ 25,22	R\$ 25,00	-
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	R\$ 1.008.220,56	R\$ 4.486.770,26	-

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a. modelo de precificação

- **Opções:** o Emissor utiliza o modelo Binomial para a precificação das opções. Tal modelo pressupõe que existem duas trajetórias possíveis no comportamento dos preços dos ativos em cada passo – uma ascendente e outra descendente. Assim, é construída uma árvore com as trajetórias de preço para que se determine o valor da ação em uma data futura, com base na volatilidade definida e no intervalo de tempo entre os passos da árvore do momento da precificação até o vencimento. O processo de precificação deste modelo é realizado pelo método *Backward Induction* (indução para trás), partindo dos nós no vencimento até o ponto de partida.
- **Remuneração em Ações:** para fins do cálculo do valor das ações que são utilizadas para compor a remuneração em ações ou os instrumentos baseados em ações é utilizada a média da cotação de fechamento das ações preferenciais do Itaú Unibanco Holding na B3 - Bolsa, Brasil, Balcão ("B3"), nos 30 (trinta) dias anteriores à apuração, que deverá ser realizada no 7º (sétimo) dia útil anterior à data da outorga da remuneração ("Período de Precificação"), ajustada pelos proventos que forem distribuídos entre o Período de Precificação e a data prevista para a outorga, mas que não sejam auferidos pelos beneficiários.
- **Programa de Sócios:** para fins do cálculo do valor de aquisição das Ações Próprias é utilizada a média da cotação de fechamento das ações preferenciais do Itaú Unibanco Holding na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), nos 30 (trinta) dias anteriores à apuração, que deverá ser realizada no 7º (sétimo) dia útil anterior à data prevista para a aquisição das Ações Próprias ("Período de Precificação"), ajustada pelos proventos que forem distribuídos entre o Período de Precificação e a data prevista para o investimento, mas que não sejam auferidos pelos beneficiários.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

- **Opções:** o modelo de precificação Binomial utilizado para as opções leva em consideração as premissas de preço do ativo-objeto, preço de exercício, volatilidade, taxa de retorno de dividendos, taxa livre de risco, prazo de carência e prazo de vigência da opção.

Segue a descrição das premissas utilizadas:

- **Preço do Ativo-objeto:** o preço das ações preferenciais do Emissor utilizado para o cálculo é o preço de fechamento da B3, na data-base do cálculo;
- **Preço de Exercício:** como preço de exercício da opção, utiliza-se o preço de exercício previamente definido na emissão da opção, atualizado pela variação do IGP-M;
- **Volatilidade esperada:** calculada a partir do desvio-padrão sobre histórico dos últimos 84 retornos mensais dos preços de fechamento da ação preferencial do Emissor, divulgada pela B3, ajustados pela variação do IGP-M;
- **Taxa de Dividendos:** é a média anual da taxa de retorno dos últimos 3 exercícios de Dividendos Pagos, acrescidos dos Juros sobre Capital Próprio da ação preferencial do Emissor;
- **Taxa de Juros Livre de Risco:** a taxa livre de risco utilizada é o cupom de IGP-M, até o prazo de vigência da opção;
- **Prazo de vigência da opção:** as opções terão vigência pelo prazo fixado pelo Comitê de Pessoas no momento da outorga, ficando automaticamente extintas no término desse prazo. A vigência de cada série terá início na emissão e terminará no final de um período que poderá variar entre o mínimo de 5 anos e o máximo de 10 anos; e
- **Prazo de carência da opção:** o prazo de carência de cada série será fixado pelo Comitê de Pessoas na emissão, podendo sua duração variar entre os prazos de 1 e 7 anos, contados da data de emissão;

- **Remuneração em Ações:** não se aplica, pois, diferentemente dos demais modelos, a quantidade de ações é fixada a partir da definição do valor da remuneração. Feita essa definição, o valor é convertido em número de ações, considerando o seu valor de mercado;
- **Programa de Sócios:** não se aplica, pois, diferentemente dos demais modelos, a quantidade de ações é fixada a partir da definição do valor da remuneração. Feita essa definição, o valor é convertido em número de ações, considerando o seu valor de mercado.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

- **Opções:** a precificação das opções é realizada através da árvore Binomial e leva em conta o período de carência das opções. O período de carência de cada série será fixado pelo Comitê de Pessoas no momento da emissão, e sua duração poderá variar entre os prazos de 1 ano e 7 anos, contados a partir da outorga. Em regra, o período de carência fixado pelo comitê é de 5 anos. A partir do final do período de carência, a opção pode ser exercida a qualquer momento até o final do prazo de vigência da opção.
- **Remuneração em Ações:** não se aplica, porque não é opção e não há exercício antecipado.
- **Programa de Sócios:** não se aplica, porque não é opção e não há exercício antecipado.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

- **Opções:** volatilidade esperada: calculada a partir do desvio-padrão sobre histórico dos últimos 84 retornos mensais dos preços de fechamento da ação preferencial do Emissor, ajustados pelo IGP-M.
- **Remuneração em Ações:** não se aplica porque não é opção e o preço de mercado é cotado na outorga para as ações.
- **Programa de Sócios:** não se aplica porque não é opção e o preço de mercado é cotado na outorga para as ações.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

- **Opções:** a série histórica é ajustada por desdobramentos, bonificações, grupamentos etc.
- **Remuneração em Ações:** não se aplica, porque não é opção.
- **Programa de Sócios:** não se aplica, porque não é opção.

8.13. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

			Emissor	Controladoras				Sob Controle Comum ⁽⁵⁾	
			Itaú Unibanco Holding S.A.	Companhia E. Johnston de Participações	Companhia ESA	Itaúsa S.A.	IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Alpargatas S.A.	Dexco S.A.
Controladores ^(1 e 4)	Ações	ON	5.161.612.504	6.548.000	2.418.219.408	2.453.270.164	710.454.184	148.274.505	371.397.000
		PN	27.904.153	13.096.000	-	1.317.119.832	350.942.273	55.864.040	-
		Total	5.189.516.657	19.644.000	2.418.219.408	3.770.389.996	1.061.396.457	204.138.545	371.397.000
Conselho de administração ^(2 e 4)	Ações	ON	14.180	-	-	580	-	-	-
		PN	7.954.974	-	-	6.875.373	-	-	-
		Total	7.969.154	-	-	6.875.953	-	-	-
Diretoria ^(3 e 4)	Ações	ON	-	-	-	129	-	-	-
		PN	23.309.799	-	-	14.677	-	-	-
		Total	23.309.799	-	-	14.806	-	-	-
Conselho Fiscal ⁽⁴⁾	Ações	ON	176.538	-	-	-	-	-	-
		PN	2.904.397	-	-	507.680	-	-	-
		Total	3.080.935	-	-	507.680	-	-	-
Comitê de Auditoria e Órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas ⁽⁴⁾	Ações	ON	-	-	-	-	-	-	-
		PN	1.485.860	-	-	10.719	-	-	-
		Total	1.485.860	-	-	10.719	-	-	-

Data-base: 31/12/2025

Nota: As ações são detidas diretamente.

ON - Ações Ordinárias e PN - Ações Preferenciais

(1) item incluído para compatibilizar com a informação enviada mensalmente pelo emissor e pela controladora aberta, Itaúsa - Investimentos Itaú S.A., à B3 S.A. - BRASIL, BOLSA, BALCÃO para atender o subitem 7.1 do Regulamento de Nível 1 de Governança Corporativa e ao art. 11 da Resolução nº 44/21; (2) exceto os já considerados no item "Controladores"; (3) exceto os já considerados nos itens "Controladores" e "Conselho de Administração"; (4) além das informações dos acionistas controladores, membros do Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas, conforme o caso, inclui participações de cônjuges, dependentes incluídos na declaração anual de imposto sobre a renda e de sociedades controladas direta ou indiretamente por essas pessoas; (5) Compreende sociedades que são controladas, diretamente pela Itaúsa S.A., acionista controlador do Emissor.

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

a) órgão	Conselho de Administração			Diretoria Estatutária		
b) número de membros	3	1	1	12	9	26
c) número de membros remunerados	3	1	1	12	9	26
d) nome do plano	Itaubanco CD	Futuro Inteligente	Flexprev PGBL	Itaubanco CD	Futuro Inteligente	Flexprev PGBL
e) quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	3	1	1	8	4	9
f) condições para se aposentar antecipadamente	50 anos de idade	50 anos de idade	50 anos de idade	50 anos de idade	50 anos de idade	50 anos de idade
g) valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 69.580.008,00	R\$ 7.491.679,00	R\$ 1.596.419,00	R\$ 57.422.075,00	R\$ 57.223.761,00	R\$ 30.038.806,00
h) valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 630.925,00	R\$ —	R\$ 130.000,00	R\$ 2.023.818,00	R\$ 2.800.858,00	R\$ 3.651.210,00
i) se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Não	Não	Não	Não	Não	Não

Nota: O número de membros remunerados de cada órgão (letra "c") corresponde ao número de administradores participantes ativos dos planos de previdência.

8.15. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Nº de membros	45,50	35,92	30,50	13,00	12,75	12,00	6,00	6,00	6,00
Nº de membros remunerados	45,50	35,92	30,50	13,00	12,75	12,00	6,00	6,00	6,00
Valor da maior remuneração	R\$ 87.001.376,00	R\$ 81.727.411,00	R\$ 67.705.174,00	R\$ 9.620.782,00	R\$ 9.600.993,00	R\$ 18.509.021,00	R\$ 264.000,00	R\$ 264.000,00	R\$ 264.000,00
Valor da menor remuneração	R\$ 2.623.383,00	R\$ 3.277.133,00	R\$ 3.305.003,00	R\$ 2.600.000,00	R\$ 2.280.000,00	R\$ 2.522.283,00	R\$ 108.000,00	R\$ 108.000,00	R\$ 108.000,00
Valor médio da remuneração	R\$ 17.866.704,00	R\$ 18.103.171,00	R\$ 18.161.622,00	R\$ 3.860.243,00	R\$ 3.732.576,00	R\$ 5.790.512,00	R\$ 186.000,00	R\$ 186.000,00	R\$ 186.122,00

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2025	Para o valor da menor remuneração anual individual, foram desconsiderados os membros que não tenham exercido suas funções integralmente nos 12 meses do exercício social em questão. Os membros que apresentaram o valor de maior remuneração em cada um dos órgãos exerceram suas funções ao longo dos 12 meses do exercício social em questão.	

31/12/2024	Para o valor da menor remuneração anual individual, foram desconsiderados os membros que não tenham exercido suas funções integralmente nos 12 meses do exercício social em questão. Os membros que apresentaram o valor de maior remuneração em cada um dos órgãos exerceram suas funções ao longo dos 12 meses do exercício social em questão.	
31/12/2023	Para o valor da menor remuneração anual individual, foram desconsiderados os membros que não tenham exercido suas funções integralmente nos 12 meses do exercício social em questão. Os membros que apresentaram o valor de maior remuneração em cada um dos órgãos exerceram suas funções ao longo dos 12 meses do exercício social em questão.	

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2025	Para o valor da menor remuneração anual individual, foram desconsiderados os membros que não tenham exercido suas funções integralmente nos 12 meses do exercício social em questão. Os membros que apresentaram o valor de maior remuneração em cada um dos órgãos exerceram suas funções ao longo dos 12 meses do exercício social em questão.	

31/12/2024	Para o valor da menor remuneração anual individual, foram desconsiderados os membros que não tenham exercido suas funções integralmente nos 12 meses do exercício social em questão. Os membros que apresentaram o valor de maior remuneração em cada um dos órgãos exerceram suas funções ao longo dos 12 meses do exercício social em questão.	
31/12/2023	Para o valor da menor remuneração anual individual, foram desconsiderados os membros que não tenham exercido suas funções integralmente nos 12 meses do exercício social em questão. Os membros que apresentaram o valor de maior remuneração em cada um dos órgãos exerceram suas funções ao longo dos 12 meses do exercício social em questão.	

	Conselho Fiscal	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2025	Para o valor da menor remuneração anual individual, foram desconsiderados os membros que não tenham exercido suas funções integralmente nos 12 meses do exercício social em questão. Os membros que apresentaram o valor de maior remuneração em cada um dos órgãos exerceram suas funções ao longo dos 12 meses do exercício social em questão.	
31/12/2024	Para o valor da menor remuneração anual individual, foram desconsiderados os membros que não tenham exercido suas funções integralmente nos 12 meses do exercício social em questão. Os membros que apresentaram o valor de maior remuneração em cada um dos órgãos exerceram suas funções ao longo dos 12 meses do exercício social em questão.	
31/12/2023	Para o valor da menor remuneração anual individual, foram desconsiderados os membros que não tenham exercido suas funções integralmente nos 12 meses do exercício social em questão. Os membros que apresentaram o valor de maior remuneração em cada um dos órgãos exerceram suas funções ao longo dos 12 meses do exercício social em questão.	

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Além da possibilidade de manutenção das parcelas diferidas e não pagas da remuneração variável, do pagamento proporcional anual e da manutenção temporária de alguns benefícios (como o plano de saúde), o Emissor possui acordos contratuais firmados com alguns diretores que preveem o pagamento ao administrador, a título de compensação pela vedação à prática de atos caracterizados como concorrência em relação à Companhia.

Esse mecanismo tem como objetivo mitigar os impactos financeiros ao administrador em decorrência das restrições aplicadas à sua atuação profissional. Caso o pagamento venha a ser devido, não são esperados impactos financeiros relevantes para a Companhia.

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Exercício 2026			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Partes Relacionadas	68%	0%	0%

Exercício 2025			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Partes Relacionadas	68%	0%	0%

Exercício 2024			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Partes Relacionadas	71%	0%	0%

Exercício 2023			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Partes Relacionadas	77%	0%	0%

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Conforme mencionado no item 8.1 deste documento, os membros do Conselho de Administração, da diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal não recebem remuneração pelo fato de participarem de comitês estatutários e não estatutários das controladas ou coligadas.

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Os valores especificados nas tabelas abaixo foram atribuídos a título de remuneração fixa mensal, benefícios e remuneração variável anual.

Previstas para o exercício social corrente	Remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor - R\$			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	587.089.232,00	0,00	587.089.232,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício de 2025	Remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor - R\$			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	594.781.937,00	0,00	594.781.937,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício de 2024	Remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor - R\$			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	453.739.963,00	0,00	453.739.963,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício de 2023	Remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor - R\$			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	392.711.307,00	0,00	392.711.307,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Informações adicionais do item 8.1

Conforme disposto no item 8.1 “c.i” confirmamos o cumprimento das medidas previstas no Anexo B do Regulamento de Emissores da B3 relacionadas a temas Ambientais, Sociais e de Governança Corporativa – ASG.

ANEXO V

ANEXO I DA RESOLUÇÃO CVM Nº 81/22

- 1. Protocolo e justificação da operação, nos termos dos arts. 224 e 225 da Lei nº 6.404, de 1976**

PROTOCOLO E JUSTIFICAÇÃO DE INCORPORAÇÃO DO BANCO ITAUCARD S.A. PELO ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

Pelo presente Protocolo e Justificação de Incorporação (“Protocolo e Justificação”), celebrado de acordo com o disposto nos arts. 224, 225 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“LSA”), e demais disposições legais aplicáveis, e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas:

1. **BANCO ITAUCARD S.A.**, com sede em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 7º andar, parte A, Parque Jabaquara, CEP 04344-902, inscrita no CNPJ 17.192.451/0001-70 e NIRE 35300176871 (“**ITAUCARD**”), neste ato representado por seus Diretores abaixo assinados; e

2. **ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.**, com sede em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, Piso Itaú Unibanco, Parque Jabaquara, CEP 04344-902, inscrita no CNPJ 60.872.504/0001-23 e NIRE 35300010230 (“**ITAÚ UNIBANCO HOLDING**”), neste ato representado por seus Diretores abaixo assinados; e

ITAUCARD e **ITAÚ UNIBANCO HOLDING**, adiante referidos conjuntamente como “Companhias” ou “Partes”.

Considerando que:

(i) o Conglomerado Itaú Unibanco tem buscado, de forma constante, a racionalização do uso de seus recursos e a otimização de suas estruturas e negócios, com vistas a propiciar maior eficiência e retorno dos valores investidos aos seus acionistas. Nesse sentido, em 26/02/2026, o Conselho de Administração do **ITAÚ UNIBANCO HOLDING** aprovou a proposta de reorganização societária referente à incorporação do **ITAUCARD** pelo **ITAÚ UNIBANCO HOLDING**, conforme detalhado mais adiante (“Incorporação” ou “Operação”). O objetivo da Incorporação será transferir para o **ITAÚ UNIBANCO HOLDING** ativos e passivos remanescentes do **ITAUCARD**, que atualmente não é mais uma companhia operacional.

(ii) (a) em 2022, a maior parte das atividades exercidas pelo **ITAUCARD** foi transferida para o **ITAÚ UNIBANCO HOLDING**; (b) em 2024, algumas atividades remanescentes do **ITAUCARD** referentes a contas de pagamento foram transferidas para o **ITAÚ UNIBANCO S.A.** Sendo assim, conforme estudos realizados, é conveniente e mais eficiente do ponto de vista estrutural a incorporação definitiva do **ITAUCARD** pelo **ITAÚ UNIBANCO HOLDING**, razão pela qual se propõe a celebração do presente Protocolo e Justificação; e

(iii) atualmente, o **ITAUCARD** é 100% detido diretamente pelo **ITAÚ UNIBANCO HOLDING**.

RESOLVEM as Partes celebrar este Protocolo e Justificação, que se regerá pelos seguintes termos e condições:

1. MOTIVOS E FINS DA OPERAÇÃO E INTERESSE DAS COMPANHIAS NA SUA REALIZAÇÃO

1.1. Após estudos sobre a conveniência da Operação, com base nos argumentos contidos nas considerações acima, os administradores das Companhias concluíram que a reorganização atenderá plenamente aos interesses do Conglomerado Itaú Unibanco.

1.2. O propósito da Incorporação do **ITAUCARD** é a busca de maior sinergia entre as empresas e as atividades do Conglomerado Itaú Unibanco, com objetivo de racionalizar custos e gerar mais eficiência.

1.3. A Incorporação acarretará extinção do **ITAUCARD** e a absorção de seu patrimônio pelo **ITAÚ UNIBANCO HOLDING**, reduzindo os custos de sua manutenção, proporcionando, dessa forma, a racionalização de suas atividades administrativas e comerciais e o aprimoramento da estrutura societária à qual as Companhias se encontram vinculadas.

1.4. Esclarecemos, por oportuno, que o **ITAÚ UNIBANCO HOLDING** já é um banco múltiplo autorizado a funcionar perante o Banco Central do Brasil (“BACEN”), motivo pelo qual já possui o objeto social adequado à realização das atividades a serem incorporadas do **ITAUCARD**.

2. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO, DATA BASE E TRATAMENTO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS POSTERIORES

2.1. O patrimônio líquido do **ITAUCARD** a ser absorvido pelo **ITAÚ UNIBANCO HOLDING** deverá ser avaliado a valor contábil, com base em balanço patrimonial do **ITAUCARD**, levantado em 31/12/2025 (“Data-Base da Incorporação”).

2.2. Solicitou-se à empresa especializada PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. (“PWC”), com sede em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.732, 16º andar, partes 1 e 6, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itaim Bibi, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ sob nº 61.562.112/0001-20, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº 2SP000160/O-5, que realizasse a avaliação do valor do patrimônio líquido contábil do **ITAUCARD** a ser incorporado pelo **ITAÚ UNIBANCO HOLDING**, tomando-se como base o balanço patrimonial levantado na Data-Base da Incorporação. O laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil (“Laudo de Avaliação”), é parte integrante deste Protocolo e Justificação, nos termos do Anexo I, ficando o valor nele especificado subordinado à análise e aprovação pelos acionistas das Companhias, nos termos da lei.

2.3. O **ITAÚ UNIBANCO HOLDING** deverá incorporar o patrimônio líquido do **ITAUCARD**, avaliado em **R\$ 51.856.273,27** (cinquenta e um milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil, duzentos e setenta e três reais e vinte e sete centavos). Desta forma, após a

Incorporação, o patrimônio líquido do **ITAÚ UNIBANCO HOLDING** poderá ser representado da seguinte forma:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING

Descrição das contas	Balanco de 31/12/2025	Incorporação do Banco Itaucard S.A.	Cancelamento do investimento	Balanco após a incorporação
Capital Social	136.909.898.070,00	50.000.000,00	(50.000.000,00)	136.909.898.070,00
Reserva de capital	2.873.374.501,30			2.873.374.501,30
Reservas de Lucros	57.106.300.244,20	1.856.273,27	(1.856.273,27)	57.106.300.244,20
Outros Resultados Abrangentes	(897.140.697,93)			(897.140.697,93)
(Ações em Tesouraria)	(12.731.328,95)			(12.731.328,95)
Total do Patrimônio Líquido	195.979.700.788,62	51.856.273,27	(51.856.273,27)	195.979.700.788,62

2.4. Considerando que o **ITAUCARD** é uma subsidiária integral do **ITAÚ UNIBANCO HOLDING**, a Incorporação não implicará em aumento do capital social ou emissão de novas ações do **ITAÚ UNIBANCO HOLDING**.

2.5. A Incorporação (i) ocorrerá mediante a realização de Assembleia Geral Extraordinária do **ITAUCARD**, na qual deverão ser aprovados, no mínimo, este Protocolo e Justificação e a Incorporação, a ratificação da nomeação e contratação da PWC como empresa avaliadora, o Laudo de Avaliação preparado pela PWC, sendo autorizados seus administradores a praticarem os atos necessários à implementação da Incorporação; (ii) ocorrerá mediante a realização de Assembleia Geral Extraordinária do **ITAÚ UNIBANCO HOLDING**, na qual deverão ser aprovados, no mínimo, este Protocolo e Justificação, a ratificação da nomeação e contratação da PWC como empresa avaliadora, o Laudo de Avaliação preparado pela PWC e a Incorporação, sendo autorizados seus administradores a praticarem os atos necessários à implementação da Operação; e (iii) ficará condicionada à aprovação do BACEN e será efetivada no último dia do mês em que for obtida a referida aprovação regulatória (“Data da Efetivação”).

2.6. Após a Operação, o **ITAUCARD** será extinto, sendo que todo seu patrimônio será transferido para o **ITAÚ UNIBANCO HOLDING**, o qual, nos termos da lei, sucederá o **ITAUCARD** nos direitos e obrigações efetivos ou contingentes, a título universal e para todos os fins de direito.

2.7. Eventuais variações patrimoniais verificadas entre a Data-Base da Incorporação e a Data de Efetivação, se houver, serão reconhecidas pelo **ITAUCARD** e transferidas ao **ITAÚ UNIBANCO HOLDING**.

3. CAPITAL SOCIAL E RELAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO

3.1. Após a Incorporação, o **ITAUCARD** será extinto e serão canceladas a totalidade de ações ordinárias e preferenciais de sua emissão. Nos termos do item 2.4, acima, e considerando que o **ITAUCARD** é uma subsidiária integral do **ITAÚ UNIBANCO HOLDING**, a Incorporação não implicará em aumento do capital social ou emissão de novas ações do **ITAÚ UNIBANCO HOLDING**. Assim, após a efetivação da Incorporação, o capital social do **ITAÚ UNIBANCO HOLDING** continuará a ser de R\$ 136.909.898.070,00 (cento e trinta e seis bilhões, novecentos e nove milhões, oitocentos e noventa e oito mil e setenta reais), estando dividido em 11.026.869.192 (onze bilhões, vinte e seis milhões, oitocentas e sessenta e nove mil, cento e noventa e duas) ações escriturais, sem valor nominal, sendo 5.617.742.977 (cinco bilhões, seiscentas e dezessete milhões, setecentas e quarenta e duas mil, novecentas e setenta e sete) ações ordinárias e 5.409.126.215 (cinco bilhões, quatrocentas e nove milhões, cento e vinte e seis mil, duzentas e quinze) ações preferenciais.

3.1.1. Considerando que a Incorporação não ensejará aumento de capital e/ou a emissão de novas ações pelo **ITAÚ UNIBANCO HOLDING**, não se faz necessário estabelecer critérios para relação de substituição.

4. ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS

4.1. A presente Operação não acarretará aumento de capital e/ou alteração estatutária do **ITAÚ UNIBANCO HOLDING**.

5. OUTRAS CONSIDERAÇÕES

5.1. Uma vez efetivada a Incorporação, todos os bens, direitos, haveres, obrigações, contingências e responsabilidades do **ITAUCARD** passarão, automaticamente, e a valor contábil, ao acervo patrimonial do **ITAÚ UNIBANCO HOLDING**, que sucederá ao **ITAUCARD** em caráter universal, independentemente de quaisquer outras formalidades além das previstas em lei. Os custos e despesas decorrentes da implementação da Incorporação serão de responsabilidade do **ITAÚ UNIBANCO HOLDING**.

5.2. Tendo em vista que o **ITAÚ UNIBANCO HOLDING** é o único acionista do **ITAUCARD** e já se manifestou favoravelmente à Operação, não é necessário estabelecer o valor de reembolso das ações e não é aplicável o disposto no art. 264 da LSA. Além disso, não serão aplicáveis os arts. 137 e 256 da LSA, haja vista que o **ITAUCARD** é uma subsidiária integral do **ITAÚ UNIBANCO HOLDING**.

5.3. Considerando que a Incorporação envolve o **ITAUCARD** e o **ITAÚ UNIBANCO HOLDING**, ambas companhias autorizadas a funcionar pelo BACEN, a Operação será submetida à aprovação de referido órgão, na forma da regulamentação pertinente.

5.4. As Companhias concordam que, uma vez aprovados os termos da Operação por seus órgãos competentes, nos termos deste Protocolo e Justificação, promoverão, após a análise e aprovação da Operação pelo BACEN, o arquivamento e publicação dos atos da Incorporação, conforme legislação aplicável.

5.5. O presente instrumento é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as signatárias e seus sucessores e reger-se-á e interpretar-se-á de acordo com a legislação e normas aplicáveis, ficando eleito o foro da Comarca de São Paulo para dirimir as dúvidas dele oriundas.

E, por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente Protocolo e Justificação em 4 (quatro) vias de igual teor e forma na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo (SP), 27 de março de 2026.

BANCO ITAUCARD S.A.

ANDRÉ BALESTRIN CESTARE
Diretor

LINEU CARLOS FERRAZ DE ANDRADE
Diretor

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

ANDRÉ BALESTRIN CESTARE
Diretor

LINEU CARLOS FERRAZ DE ANDRADE
Diretor

Testemunhas:

1. _____
Nome: DÁRIO BARGAS PASSOS
RG-SSP/SP 18.811.225 – CPF 080.496.398-35

2. _____
Nome: MARCOS LUIZ FERREIRA
RG-SSP/SP 25.575.317-2 - CPF 176.147.528-21

**ANEXO I DO PROTOCOLO E JUSTIFICAÇÃO DE INCORPORAÇÃO DO BANCO
ITAUCARD S.A. PELO ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.**

LAUDO DE AVALIAÇÃO

O laudo de avaliação consta do item 7 deste anexo.

2. Demais acordos, contratos e pré-contratos regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão das sociedades subsistentes ou resultantes da operação, arquivados na sede da companhia ou dos quais o controlador da companhia seja parte

Não há.

3. Descrição da operação, incluindo:

a. Termos e condições

Trata-se de proposta de reorganização societária com vistas à incorporação do Banco Itaucard S.A., sociedade 100% detida pela Companhia e que tem por objeto social **(i)** a atividade bancária, nas modalidades autorizadas para banco múltiplo, com carteiras de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil; **(ii)** a emissão e administração de cartões de crédito, próprios ou de terceiros, e a realização de programas de fidelização de clientes em razão de relacionamento com a Companhia; **(iii)** a instituição e gestão de arranjos de pagamento; **(iv)** a realização de programas de fidelização de clientes em razão de relacionamento com outras empresas; **(v)** o desenvolvimento de parcerias para promoção de produtos e/ou serviços mediante disponibilização de espaço em plataformas digitais, materiais e veículos de divulgação; e **(vi)** todas as demais atividades necessárias e/ou complementares para a consecução de suas finalidades. No entanto, atualmente, o Banco Itaucard S.A. encontra-se não operacional.

Nos termos do Protocolo e Justificação, a reorganização societária acarretará a incorporação da totalidade do patrimônio do Banco Itaucard S.A. pela Companhia, sem aumento de seu capital social ou emissão de novas ações, já que se trata de incorporação de subsidiária integral.

b. Obrigações de indenizar:

- i. Os administradores de qualquer das companhias envolvidas**
- ii. Caso a operação não se concretize**

A operação não contempla qualquer obrigação de indenização dos administradores das sociedades envolvidas, tampouco existe obrigação de indenizar por sua não concretização.

c. Tabela comparativa dos direitos, vantagens e restrições das ações das sociedades envolvidas ou resultantes, antes e depois da operação

Não há alterações nos direitos, vantagens ou restrições das ações das sociedades envolvidas na operação.

d. Eventual necessidade de aprovação por debenturistas ou outros credores

Não aplicável.

e. Elementos ativos e passivos que formarão cada parcela do patrimônio, em caso de cisão

Não aplicável.

f. Intenção das companhias resultantes de obter registro de emissor de valores mobiliários

Não aplicável.

4. Planos para condução dos negócios sociais, notadamente no que se refere a eventos societários específicos que se pretenda promover

Os negócios sociais não sofrerão alterações, considerando ser uma reestruturação societária interna.

5. Análise dos seguintes aspectos da operação:

a. Descrição dos principais benefícios esperados¹, incluindo:

- i. Sinergias**
- ii. Benefícios fiscais**

¹ Sempre que os benefícios forem mensurados pelos administradores, as estimativas devem ser divulgadas.

iii. Vantagens estratégicas

A operação proporciona maior sinergia nas atividades e a racionalização do uso dos recursos do Conglomerado Itaú Unibanco e otimiza as estruturas, negócios e custos, visando maior eficiência e retorno dos valores investidos.

b. Custos

Estima-se que os custos envolvidos para a realização e efetivação da operação serão da ordem de, aproximadamente, R\$ 100.000,00, incluídas as despesas com publicações dos atos societários e honorários de auditores independentes, avaliadores, advogados e demais profissionais contratados para assessoria na operação.

c. Fatores de risco

Considerando que o Itaú Unibanco Holding S.A. já é titular de 100% do capital social do Banco Itaúcard S.A. a operação refere-se à incorporação de patrimônio já detido pela Companhia. Sendo assim, a operação não aumentará sua exposição de risco e não impactará suas atividades, os valores mobiliários de sua emissão e os riscos aos quais os acionistas, os investidores e os terceiros interessados na Companhia estão sujeitos. Portanto, a Companhia não identifica fatores de risco que sejam diferentes dos já descritos na “Seção 4” de seu Formulário de Referência.

A operação pretendida depende de homologação do Banco Central do Brasil.

d. Caso se trate de transação com parte relacionada, eventuais alternativas que poderiam ter sido utilizadas para atingir os mesmos objetivos, indicando as razões pelas quais essas alternativas foram descartadas²

Não há alternativa para a realização da reorganização societária, tendo em vista tratar-se de reorganização societária intragrupo para promover maior eficiência e otimização da estrutura societária das empresas envolvidas.

e. Relação de substituição

A operação não envolverá relação de substituição das ações de emissão do Itaú Unibanco Holding S.A., tendo em vista tratar-se de incorporação de subsidiária integral. Dessa forma, não haverá aumento de capital social na Companhia e tampouco serão emitidas novas ações do Itaú Unibanco Holding S.A.

f. Nas operações envolvendo sociedades controladoras, controladas ou sociedades sob controle comum

i. Relação de substituição de ações calculada de acordo com o art. 264 da Lei nº 6.404, de 1976

Não aplicável.

ii. Descrição detalhada do processo de negociação da relação de substituição e demais termos e condições da operação

Na referida operação, a avaliação prevista no artigo 264 da Lei das S.A. não é exigível tendo em vista a ausência de acionistas minoritários na incorporada e a inexistência de relação de troca ou de aumento de capital no Itaú Unibanco Holding S.A.

iii. Caso a operação tenha sido precedida, nos últimos 12 (doze) meses, de uma aquisição de controle ou de aquisição de participação em bloco de controle:

· Análise comparativa da relação de substituição e do preço pago na aquisição de controle

Não aplicável.

· Razões que justificam eventuais diferenças de avaliação nas diferentes operações

² Numa operação com controlada, por exemplo, deve-se explicar por que não se optou por uma oferta de compra ou permuta de ações ou outra modalidade de operação societária.

Não aplicável.

iv. Justificativa de porque a relação de substituição é comutativa, com a descrição dos procedimentos e critérios adotados para garantir a comutatividade da operação ou, caso a relação de substituição não seja comutativa, detalhamento do pagamento ou medidas equivalentes adotadas para assegurar compensação adequada.

Não aplicável.

6. Cópia das atas de todas as reuniões do conselho de administração, conselho fiscal e comitês especiais em que a operação foi discutida, incluindo eventuais votos dissidentes

Extrato da Ata Sumária da Reunião do Conselho de Administração

DATA E HORA: Em 26.02.2026, às 9h30.

MESA: Pedro Moreira Salles e Roberto Egydio Setubal – Copresidentes.

QUORUM: Maioria dos membros eleitos, com a participação de Conselheiros na forma permitida pelo item 6.7.1. do Estatuto Social.

DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE:

“(…) Por fim, os membros do Conselho de Administração aprovaram (a) a Proposta da Administração para as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária de 28 de abril de 2026 com o objetivo de (i) tomar as contas dos administradores e deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2025; (ii) fixar o número de membros do Conselho de Administração e eleger os integrantes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal; (iii) deliberar sobre o montante da verba destinada à remuneração global dos integrantes da Diretoria e do Conselho de Administração, bem como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal; (iv) deliberar sobre a incorporação do Banco Itaucard S.A. pela Companhia; e (v) deliberar sobre as alterações nos arts. 3º e 9º do Estatuto Social da Companhia; (...)”

ENCERRAMENTO: Encerrados os trabalhos, Álvaro Felipe Rizzi Rodrigues, secretário da Reunião, lavrou esta ata que, lida e aprovada por todos, foi assinada pelos presentes. São Paulo (SP), 26 de fevereiro de 2026. (aa) Pedro Moreira Salles e Roberto Egydio Setubal – Copresidentes; Ricardo Villela Marino – Vice-Presidente; Alfredo Egydio Setubal, Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela, Candido Botelho Bracher, Cesar Nivaldo Gon, João Moreira Salles, Marcos Marinho Lutz, Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana, Paulo Antunes Veras e Pedro Luiz Bodin de Moraes – Conselheiros.

Gustavo Lopes Rodrigues

Diretor de Relações com Investidores

Ata Sumária da Reunião do Conselho Fiscal

DATA E HORA: Em 23.02.2026, às 16h30.

PRESIDENTE DA MESA: Gilberto Frussa.

QUORUM: Totalidade dos membros eleitos, com a participação dos Conselheiros na forma permitida pelo item 4.6. do Regimento Interno do Conselho Fiscal.

DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE:

1. Reuniram-se os membros do Conselho Fiscal para examinar e opinar sobre as seguintes propostas que serão submetidas à Assembleia Geral Extraordinária da Companhia:

1.1. Deliberar sobre o “Protocolo e Justificação” no qual estão estabelecidos os termos e condições de incorporação do Banco Itaucard S.A. (“Itaucard”) pela Companhia, com data-base de 31 de dezembro de 2025 (“Operação”);

1.2. Ratificar a nomeação e a contratação da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes – PwC como empresa especializada responsável pela elaboração do laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil do Itaucard a ser incorporado pela Companhia (“Laudo de Avaliação”);

1.3. Deliberar sobre o Laudo de Avaliação, com base no balanço contábil do Itaucard, levantado em 31 de dezembro de 2025; e

1.4. Deliberar sobre a Operação, sem aumento no capital social da Companhia.

2. Após exame e discussão das propostas, os Conselheiros resolveram lavrar o seguinte parecer:

“Concluído o exame dos documentos referentes às propostas que serão submetidas à Assembleia Geral Extraordinária, os membros efetivos do Conselho Fiscal do ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. são da opinião de que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial e a posição financeira da Companhia,

Ata Sumária da Reunião do Conselho Fiscal

sendo que a operação de incorporação do Banco Itaucard S.A. pela Companhia, bem como seus reflexos legais, representam legitimamente os interesses dos acionistas da Companhia, com observância às normas e aos procedimentos legais e estatutários aplicáveis".

ENCERRAMENTO: Encerrados os trabalhos, lavrou-se esta ata que, lida e aprovada por todos, foi assinada. São Paulo (SP), 23 de fevereiro de 2026. (aa) Gilberto Frussa – Presidente; Marcelo Maia Tavares de Araújo e Eduardo Hiroyuki Miyaki – Conselheiros.

Gustavo Lopes Rodrigues

Diretor de Relações com Investidores

7. Cópia de estudos, apresentações, relatórios, opiniões, pareceres ou laudos de avaliação das companhias envolvidas na operação postos à disposição do acionista controlador em qualquer etapa da operação



Itaú Unibanco Holding S.A.

**Laudo de avaliação do patrimônio
líquido contábil apurado
por meio dos livros contábeis em
31 de dezembro de 2025**



Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis

Aos Administradores e Acionistas
Itaú Unibanco Holding S.A.

Dados da firma de auditoria

- 1 PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., sociedade de profissionais estabelecida na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.732, 16º andar, partes 1 e 6, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itaim Bibi, São Paulo, CEP 04538-132, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 61.562.112/0001-20, registrada originalmente no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº 2SP000160/O-5, com seu Contrato Social de constituição registrado no 4º Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica de São Paulo - SP, em 17 de setembro de 1956, e alterações posteriores registradas no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica de São Paulo - SP, estando a última delas, datada de 01 de outubro de 2025, registrada no mesmo 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Paulo - SP, eletronicamente sob nº 172.383, em 01 de outubro de 2025, representada pela sua sócia infra-assinado, Sra. Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev, brasileira, casada, contadora, portadora da Cédula de Identidade RG nº 27.816.481-X, inscrita no CPF sob o nº 249.758.218-18 e no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº 1SP245281/O-6, residente e domiciliada no Estado de São Paulo com escritório no mesmo endereço da representada, nomeada perita pela administração do Itaú Unibanco Holding S.A. ("Banco") para proceder à avaliação do patrimônio líquido contábil em 31 de dezembro de 2025, resumido no Anexo I, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, apresenta a seguir o resultado de seus trabalhos.

Objetivo da avaliação

- 2 A avaliação do patrimônio líquido contábil do Itaú Unibanco Holding S.A., em 31 de dezembro de 2025, tem por objetivo fazer parte da documentação do processo de reorganização societária do Conglomerado Itaú Unibanco Holding S.A., através da incorporação do Banco Itaucard S.A. pelo Itaú Unibanco Holding S.A. a ser deliberada em 28 de abril de 2026, a ser efetivada após aprovação do Banco Central do Brasil.

Responsabilidade da administração sobre as informações contábeis

- 3 A administração do Banco é responsável pela escrituração dos livros e preparação de informações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às

Itaú Unibanco Holding S.A.



instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos relevantes que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de tais informações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. O resumo das principais práticas contábeis adotadas pelo Banco está descrito no Anexo II do laudo de avaliação.

Alcance dos trabalhos e responsabilidade dos auditores independentes

- 4 Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre o valor contábil do patrimônio líquido do Banco em 31 de dezembro de 2025, com base nos trabalhos conduzidos de acordo com o Comunicado Técnico 03/2014 (R1), emitido pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, que prevê a aplicação de procedimentos de exame de auditoria no balanço patrimonial, e CTG 2002, emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade, que dispõe sobre os padrões técnicos e profissionais a serem observados pelos contadores para emissão de laudos de avaliação. Assim, efetuamos o exame do balanço patrimonial do Banco de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, que requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que o patrimônio líquido contábil apurado para a elaboração de nosso laudo de avaliação está livre de distorção relevante.
- 5 Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores contabilizados. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante no patrimônio líquido, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração do balanço patrimonial do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão.

Conclusão

- 6 Com base nos trabalhos efetuados, concluímos que o valor de R\$ 195.979.700.788,62 (cento e noventa e cinco bilhões, novecentos e setenta e nove milhões, setecentos mil, setecentos e oitenta e oito reais e sessenta e dois centavos), conforme balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, registrado nos livros contábeis e resumido no Anexo I, representa, em todos os aspectos relevantes, o patrimônio líquido contábil do Itaú Unibanco Holding S.A., avaliado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 27 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by
Tatiana Fernandes
Assinado por: Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev 2457521816
CPF: 2457521816
Data/Hora da Assinatura: 27 March 2026 | 08:26 BRT
© ICP-Brasil, OU: Certificado Digital PF A1
C: BR
Emissor: AC SyngnateID Multiple
Versão: 1.0.0

Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev
Contadora CRC 1SP245281/O-6

Anexo I ao laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis emitido em 27 de março de 2026

Itaú Unibanco Holding S.A.

Balanco patrimonial sintético, em reais
Em 31 de dezembro de 2025

Ativo	Reais
Circulante e não circulante	278.360.429.316,09
Disponibilidades	1.340.055.774,04
Aplicações interfinanceiras de liquidez	31.319.078.960,28
Aplicações no mercado aberto	22.486.410.046,35
Aplicações em Depósito Interfinanceiros	8.832.668.913,93
Títulos e valores mobiliários	36.986.339.501,29
Carteira própria	36.986.339.501,29
Derivativos	7.557.275,97
Operações com características de concessão de crédito	176.070.451.818,68
Operações de crédito, arrendamentos e outros créditos	189.740.299.555,77
(Provisão para perda de crédito esperada)	(13.669.847.737,09)
Relações Interfinanceiras e Interdependências	2.092.583,02
Ativos fiscais correntes e diferidos	24.611.093.025,16
Ativos fiscais correntes	5.682.745.717,37
Ativos fiscais diferidos	18.928.347.307,79
Outros ativos	8.023.760.377,65
Permanente	195.286.731.652,81
Investimentos	194.920.881.766,13
Participações em investidas	194.920.881.766,13
Imobilizado	4.816.117,28
Imóveis	4.421.041,58
Outras imobilizações	93.309.485,99
(Depreciações acumuladas)	(92.914.410,29)
Intangível	361.033.769,40
Ativos intangíveis	3.098.295.054,27
(Amortizações acumuladas)	(2.737.261.284,87)
Total do ativo	473.647.160.968,90

Este Anexo é parte integrante e inseparável do laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis do Itaú Unibanco Holding S.A., emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., com data de 27 de março de 2026.

Anexo I ao laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis emitido em 27 de março de 2026

Itaú Unibanco S.A.

Balanco patrimonial sintético, em reais
Em 31 de dezembro de 2025

Passivo e patrimônio líquido	Reais
Circulante e não circulante	277.667.460.180,28
Depósitos	99.439.495.115,58
Depósitos à vista	121.127.676,93
Depósitos interfinanceiros	99.318.367.438,65
Instrumentos de dívida	49.607.595.072,37
Recursos de emissões	1.485.859.109,90
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	7.453.401.072,31
Captação por certificados de operações estruturadas	40.668.334.890,16
Derivativos	233.836.411,18
Relações interfinanceiras e interdependências	76.753.757.469,11
Provisões para Garantias Financeiras	142.603.823,36
Demais provisões	1.275.419.106,68
Obrigações fiscais correntes e diferidas	1.917.526.469,74
Obrigações fiscais correntes	999.203.366,73
Obrigações fiscais diferidas	918.323.103,01
Outros passivos	48.297.226.712,26
Patrimônio líquido	195.979.700.788,62
Capital social	136.909.898.070,00
Reservas de capital	2.873.374.501,30
Reservas de lucros	57.106.300.244,20
Outros resultados abrangentes	(897.140.697,93)
(Ações de Tesouraria)	(12.731.328,95)
Total do passivo e do patrimônio líquido	473.647.160.968,90

*

Este Anexo é parte integrante e inseparável do laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis do Itaú Unibanco Holding S.A., emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., com data de 27 de março de 2026.

Anexo II ao laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis emitido em 27 de março de 2026

Itaú Unibanco Holding S.A.

Notas explicativas da administração ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025

1 Informações gerais

Itaú Unibanco Holding S.A. (“banco”) é uma companhia aberta, constituída e existente segundo as leis brasileiras, sua matriz está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

O Itaú Unibanco Holding está presente em 18 países e territórios e fornece uma ampla gama de produtos e serviços financeiros a clientes pessoas físicas e jurídicas, no Brasil e no exterior, sendo esses clientes relacionados ou não ao Brasil, por meio de suas agências, controladas e afiliadas internacionais. Atua na atividade bancária em todas as modalidades, por meio de suas carteiras: comercial; de investimento; de crédito imobiliário; de crédito, financiamento e investimento; de arrendamento mercantil e de operações de câmbio.

O Itaú Unibanco Holding é uma holding financeira controlada pela Itaú Unibanco Participações S.A. (“IUPAR”), uma empresa de participações que detém 51,71% de suas ações ordinárias e que é controlada conjuntamente pela (i) Itaúsa S.A. (“ITAÚSA”), uma empresa de participações controlada pelos membros da família Egydio de Souza Aranha, e pela (ii) Companhia E. Johnston de Participações (“E. JOHNSTON”), uma empresa de participações controlada pela família Moreira Salles. A Itaúsa também detém diretamente 39,21% das ações ordinárias do Itaú Unibanco Holding.

2 Base para elaboração do balanço patrimonial sintético e resumo das principais políticas contábeis

O balanço patrimonial sintético em 31 de dezembro de 2025 foi preparado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e tem por objetivo fazer parte da documentação do processo de reorganização societária do Conglomerado Itaú Unibanco Holding.

A referida reorganização societária consiste na incorporação do patrimônio líquido contábil do Banco Itaúcard S.A. pelo Itaú Unibanco Holding S.A., a ser deliberada em 28 de abril de 2026, a ser efetivada após aprovação do Banco Central do Brasil.

As informações contábeis do Banco foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28/12/2007, e Lei nº 11.941, de 27/05/2009 em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação do balanço patrimonial sintético estão apresentadas a seguir.

I - Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

O balanço patrimonial sintético está apresentado em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação. Para cada entidade controlada e coligada, o Itaú Unibanco Holding

Este Anexo é parte integrante e inseparável do laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis do Itaú Unibanco Holding S.A., emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., com data de 27 de março de 2026.

Anexo II ao laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis emitido em 27 de março de 2026

Itaú Unibanco Holding S.A.

Notas explicativas da administração ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025

exerceu julgamento na definição da sua moeda funcional, considerando a moeda do ambiente econômico primário no qual a entidade opera.

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações, e os ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

II - Caixa e Equivalentes de Caixa

São definidas como caixa e equivalentes de caixa, as contas correntes em bancos e as aplicações financeiras, que são prontamente conversíveis em caixa, ou seja, possuem prazo original igual ou inferior a 90 dias, e estão sujeitas a um risco insignificante de alteração no valor, consideradas no Balanço Patrimonial Sintético nas rubricas Disponibilidades, Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto (Posição Bancada).

III - Ativos e Passivos Financeiros

a) Classificação de Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados e subsequentemente mensurados nas seguintes categorias:

- **Custo Amortizado (CA):** utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, principalmente Aplicações e Captações.
- **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** utiliza da quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda demonstrado no balanço patrimonial sintético em Títulos e Valores Mobiliários.
- **Valor Justo por meio do Resultado (VJR):** utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios de classificação ao Custo Amortizado e Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes demonstrado no balanço patrimonial sintético em Títulos e Valores Mobiliários.

b) Mensuração Subsequente de Instrumentos Financeiros

Valor Justo dos Instrumentos Financeiros: Para mensuração do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação aplicando informações classificadas em três níveis de hierarquia, priorizando preços cotados em mercados ativos dos instrumentos.

Perda de Crédito Esperada: Para a avaliação da perda de crédito esperada associada aos instrumentos financeiros (exceto instrumentos patrimoniais, derivativos, títulos públicos mensurados ao valor justo por meio do resultado no nível 1 da hierarquia de valor justo) e

Anexo II ao laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis emitido em 27 de março de 2026

Itaú Unibanco Holding S.A.

Notas explicativas da administração ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025

aos compromissos de créditos e créditos a liberar não canceláveis, aplica-se a abordagem de três estágios para demonstrar as mudanças no risco de crédito.

• **Estágio 1** - considera os eventos de inadimplência possíveis dentro de 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito ou cujo risco de crédito diminuiu significativamente. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito ou cujo risco de crédito diminuiu significativamente.

• **Estágio 2** - considera todos os eventos de inadimplência possíveis ao longo da vida do instrumento financeiro. Aplicável aos instrumentos financeiros cujo risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial ou que deixou de ter problemas de recuperação de crédito, mas seu risco de crédito não diminuiu significativamente.

• **Estágio 3** - aplicável aos ativos problemáticos, para os quais é considerado uma probabilidade de default (PD) de 100%.

IV - Investimentos

São reconhecidos ao custo de aquisição e avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os ágios originados nas aquisições de investimentos são amortizados com base na expectativa de rentabilidade futura ou por sua realização, quando aplicável.

Os investimentos da empresa são representados por controladas

V - Transações de Capital com Acionistas Não Controladores

Alterações de participação em uma controlada, que não resultam em perda de controle, são contabilizadas como transações de capital e qualquer diferença entre o valor pago e o valor correspondente aos acionistas não controladores é reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido.

VI - Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

As provisões e passivos contingentes são avaliados com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais. O tratamento contábil das provisões e passivos contingentes depende da probabilidade do desembolso de recursos financeiros para liquidar as obrigações:

- Provável: é constituída provisão.
- Possível: nenhuma provisão é reconhecida e os passivos contingentes são divulgados nas Demonstrações Contábeis.
- Remota: nenhuma provisão é reconhecida e os passivos contingentes não são divulgados nas Demonstrações Contábeis.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente

Este Anexo é parte integrante e inseparável do laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis do Itaú Unibanco Holding S.A., emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., com data de 27 de março de 2026.

Anexo II ao laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis emitido em 27 de março de 2026

Itaú Unibanco Holding S.A.

Notas explicativas da administração ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025

As provisões cíveis, trabalhistas, fiscais e previdenciárias, garantidas por cláusulas de indenização em processos de privatização e outros, em que há liquidez, são reconhecidas quando da notificação judicial, simultaneamente com os valores a receber, não gerando efeito no resultado.

VII - Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social: é composta por tributos correntes, os quais são recuperados ou pagos no período aplicável, e diferidos, representado pelos ativos e os passivos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos, no final de cada período.

* * *

Este Anexo é parte integrante e inseparável do laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis do Itaú Unibanco Holding S.A., emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., com data de 27 de março de 2026.

Certificate Of Completion

Envelope Id: 5F2578E9-47F2-433E-8E5E-0BE7B55B09F4

Status: Completed

Subject: Complete with Docusign: ITAUUNIBANCODEZ25_VF.pdf

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Source Envelope:

Document Pages: 9

Signatures: 1

Envelope Originator:

Certificate Pages: 2

Initials: 0

Joao Baptista

AutoNav: Enabled

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Envelopeld Stamping: Enabled

andares, Edifício Adalmino Dellape Baptista B32, Itai

Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

São Paulo, São Paulo 04538-132

joao.baptista@pwc.com

IP Address: 34.100.9.85

Record Tracking

Status: Original

26 March 2026 | 20:17

Holder: Joao Baptista

joao.baptista@pwc.com

Location: DocuSign

Status: Original

27 March 2026 | 08:26

Holder: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Location: DocuSign

@pwc.com

Signer Events

Tatiana Fernandes

ID: 249.758.218-18

tatiana.fernandes@pwc.com

Sócia

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes

Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate

Signature Provider Details:

Signature Type: ICP-Brasil

Issuer: AC SyngularID Multipla

Signer CPF: 24975821818

Subject: CN=Tatiana Fernandes Kagohara
Gueorguiev:24975821818

Signature

DocuSigned by:

Tatiana Fernandes

959DEA12458D406...

Signature Adoption: Pre-selected Style

Using IP Address: 200.182.197.164

Certificate policy:

[1]Certificate Policy:

Policy Identifier=2.16.76.1.2.1.133

[1,1]Policy Qualifier Info:

Policy Qualifier Id=CPS

Qualifier:

<http://syngularid.com.br/repositorio/ac-syngularid-multipla/dpc/dpc-ac-syngularid-multipla.pdf>

Timestamp

Sent: 27 March 2026 | 00:30

Resent: 27 March 2026 | 07:18

Viewed: 27 March 2026 | 08:25

Signed: 27 March 2026 | 08:26

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via Docusign

In Person Signer Events

Signature

Timestamp

Editor Delivery Events

Status

Timestamp

Agent Delivery Events

Status

Timestamp

Intermediary Delivery Events

Status

Timestamp

Certified Delivery Events

Status

Timestamp

Carbon Copy Events

Status

Timestamp

Joao Baptista

joao.baptista@pwc.com

Security Level: Email, Account Authentication (None)

COPIED

Sent: 27 March 2026 | 08:26

Viewed: 27 March 2026 | 08:26

Signed: 27 March 2026 | 08:26

Carbon Copy Events	Status	Timestamp
--------------------	--------	-----------

Electronic Record and Signature Disclosure:
 Not Offered via DocuSign

Witness Events	Signature	Timestamp
----------------	-----------	-----------

Notary Events	Signature	Timestamp
---------------	-----------	-----------

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
Envelope Sent	Hashed/Encrypted	27 March 2026 00:30
Certified Delivered	Security Checked	27 March 2026 08:25
Signing Complete	Security Checked	27 March 2026 08:26
Completed	Security Checked	27 March 2026 08:26

Payment Events	Status	Timestamps
----------------	--------	------------



Banco Itaucard S.A.

**Laudo de avaliação do
patrimônio líquido contábil apurado
por meio dos livros contábeis em
31 de dezembro de 2025**



Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis

Aos Administradores e Acionistas
Banco Itaucard S.A.

Dados da firma de auditoria

- 1 PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., sociedade de profissionais estabelecida na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.732, 16º andar, partes 1 e 6, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itaim Bibi, São Paulo, CEP 04538-132, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 61.562.112/0001-20, registrada originalmente no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº 2SP000160/O-5, com seu Contrato Social de constituição registrado no 4º Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica de São Paulo - SP, em 17 de setembro de 1956, e alterações posteriores registradas no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica de São Paulo - SP, estando a última delas, datada de 01 de outubro de 2025, registrada no mesmo 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Paulo - SP, eletronicamente sob nº 172.383, em 01 de outubro de 2025, representada pela sua sócia infra-assinado, Sra. Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev, brasileira, casada, contadora, portadora da Cédula de Identidade RG nº 27.816.481-X, inscrita no CPF sob nº 249.758.218-18 e no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº 1SP245281/O-6, residente e domiciliada no Estado de São Paulo com escritório no mesmo endereço da representada, nomeada perita pela administração do Banco Itaucard S.A. ("Banco") para proceder à avaliação do patrimônio líquido contábil em 31 de dezembro de 2025, resumido no Anexo I, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, apresenta a seguir o resultado de seus trabalhos.

Objetivo da avaliação

- 2 A avaliação do patrimônio líquido contábil do Banco Itaucard S.A., em 31 de dezembro de 2025, tem por objetivo fazer parte da documentação do processo de reorganização societária do Conglomerado Itaú Unibanco Holding S.A., através de incorporação do Banco Itaucard S.A. pelo Itaú Unibanco Holding S.A. a ser deliberado em 28 de abril de 2026, a ser efetivada após aprovação do Banco Central do Brasil.

Responsabilidade da administração sobre as informações contábeis

- 3 A administração do Banco é responsável pela escrituração dos livros e preparação de informações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às



Banco Itaucard S.A.

instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos relevantes que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de tais informações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. O resumo das principais práticas contábeis adotadas pelo Banco está descrito no Anexo II do laudo de avaliação.

Alcance dos trabalhos e responsabilidade dos auditores independentes

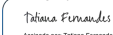
- 4 Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre o valor contábil do patrimônio líquido do Banco em 31 de dezembro de 2025, com base nos trabalhos conduzidos de acordo com o Comunicado Técnico 03/2014 (R1), emitido pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, que prevê a aplicação de procedimentos de exame de auditoria no balanço patrimonial, e CTG 2002, emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade, que dispõe sobre os padrões técnicos e profissionais a serem observados pelos contadores para emissão de laudos de avaliação. Assim, efetuamos o exame do balanço patrimonial do Banco de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, que requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que o patrimônio líquido contábil apurado para a elaboração de nosso laudo de avaliação está livre de distorção relevante.
- 5 Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores contabilizados. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante no patrimônio líquido, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração do balanço patrimonial do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão.

Conclusão

- 6 Com base nos trabalhos efetuados, concluímos que o valor de R\$ 51.856.273,27 (cinquenta e um milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil, duzentos e setenta e três reais e vinte e sete centavos), conforme balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, registrado nos livros contábeis e resumido no Anexo I, representa, em todos os aspectos relevantes, o patrimônio líquido contábil do Banco Itaucard S.A., avaliado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 27 de março de 2026


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by

Assinado por: Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev 2497521818
CPF: 2497521818
Data/hora da Assinatura: 27 March 2026 | 08:24 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Certificado Digital PF A1
C: BR
Email: AC-SingulID-Multiple
555814320465

Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev
Contadora CRC 1SP245281/O-6

Anexo I ao laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis emitido em 27 de março de 2026
Banco Itaucard S.A.

Balanco patrimonial sintético, em reais
Em 31 de dezembro de 2025

Ativo	Reais
Circulante e não circulante	55.374.271,94
Disponibilidades	148.154,61
Aplicações interfinanceiras de liquidez	54.538.892,95
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	54.538.892,95
Outros ativos	687.224,38
Total do ativo	55.374.271,94
Passivo e patrimônio líquido	
Circulante e não circulante	3.517.998,67
Obrigações fiscais correntes e diferidas	2.757.172,65
Obrigações fiscais correntes	2.757.172,65
Outros passivos	760.826,02
Patrimônio líquido	51.856.273,27
Capital social	50.000.000,00
Reservas de lucros	1.856.273,27
Total passivo e patrimônio líquido	55.374.271,94

*

Este Anexo é parte integrante e inseparável do laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis do Banco Itaucard S.A., emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., com data de 27 de março de 2026.

Anexo II ao laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis emitido em 27 de março de 2026

Banco Itaucard S.A.

**Notas explicativas da administração ao balanço patrimonial sintético, em reais
Em 31 de dezembro de 2025**

1 Informações gerais

O Banco Itaucard S.A. (“Banco”) é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem por objeto a atividade bancária, nas modalidades autorizadas para banco múltiplo, com carteiras de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil financeiro, bem como a emissão e administração de cartões de crédito, próprios ou de terceiros, a instituição e gestão de arranjos de pagamento e a administração de carteiras de valores mobiliários.

As operações do Banco Itaucard são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos.

2 Base para elaboração do balanço patrimonial sintético e resumo das principais políticas contábeis

O balanço patrimonial sintético em 31 de dezembro de 2025 foi preparado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e tem por objetivo fazer parte da documentação do processo de reorganização societária do Conglomerado Itaú Unibanco Holding S.A.

A referida reorganização societária consiste na incorporação do patrimônio líquido contábil do Banco Itaucard S.A. pelo Itaú Unibanco Holding S.A., a ser deliberado em 28 de abril de 2026, e ser efetivada após aprovação do Banco Central do Brasil.

As informações contábeis do Banco foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28/12/2007, e Lei nº 11.941, de 27/05/2009 em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação do balanço patrimonial sintético estão apresentadas a seguir.

(a) Caixa e equivalente de caixa

São definidas como caixa e equivalentes de caixa, as contas correntes em bancos e as aplicações financeiras, que são prontamente conversíveis em caixa, ou seja, possuem prazo original igual ou inferior a 90 dias, e estão sujeitas a um risco insignificante de alteração no valor, consideradas no Balanço Patrimonial Sintético, quando aplicável, nas rubricas Disponibilidades, Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto (Posição Bancada).

(b) Ativos e Passivos Financeiros

Este Anexo é parte integrante e inseparável do laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis do Banco Itaucard S.A., emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., com data de 27 de março de 2026.

Anexo II ao laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis emitido em 27 de março de 2026

Banco Itaucard S.A.

**Notas explicativas da administração ao balanço patrimonial sintético, em reais
Em 31 de dezembro de 2025**

i. Classificação de instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados e subsequentemente mensurados nas seguintes categorias:

- **Custo Amortizado (CA):** utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, principalmente Aplicações e Captações.

(c) Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social é composta por tributos correntes, os quais são recuperados ou pagos no período aplicável, e diferidos, representado pelos ativos e os passivos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos, no final de cada período.

* * *

Certificate Of Completion

Envelope Id: 0499B771-9987-4EB2-A5F6-AFDE51B7AA44
 Subject: Complete with Docusign: ITAUCARDDEZ25_VF.pdf
 LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)
 Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables
 Source Envelope:
 Document Pages: 6
 Certificate Pages: 2
 AutoNav: Enabled
 Envelopeld Stamping: Enabled
 Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

Status: Completed

Envelope Originator:
 Joao Baptista
 Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º
 andares, Edifício Adalmino Dellape Baptista B32, Itai
 São Paulo, São Paulo 04538-132
 joao.baptista@pwc.com
 IP Address: 34.100.9.85

Record Tracking

Status: Original 26 March 2026 20:15	Holder: Joao Baptista joao.baptista@pwc.com	Location: DocuSign
Status: Original 27 March 2026 08:24	Holder: CEDOC Brasil BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com	Location: DocuSign

Signer Events

Tatiana Fernandes
 ID: 249.758.218-18
 tatiana.fernandes@pwc.com
 Sócia
 PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
 Security Level: Email, Account Authentication
 (None), Digital Certificate
Signature Provider Details:
 Signature Type: ICP-Brasil
 Issuer: AC SyngularID Multipla
 Signer CPF: 24975821818
 Subject: CN=Tatiana Fernandes Kagohara
 Gueorguiev:24975821818

Signature

DocuSigned by:

 959DEA12458D406...
 Signature Adoption: Pre-selected Style
 Using IP Address: 200.182.197.164
 Certificate policy:
 [1]Certificate Policy:
 Policy Identifier=2.16.76.1.2.1.133
 [1,1]Policy Qualifier Info:
 Policy Qualifier Id=CPS
 Qualifier:
<http://syngularid.com.br/repositorio/ac-syngularid-multipla/dpc/dpc-ac-syngularid-multipla.pdf>

Timestamp

Sent: 27 March 2026 | 00:30
 Resent: 27 March 2026 | 07:18
 Viewed: 27 March 2026 | 08:23
 Signed: 27 March 2026 | 08:24

Electronic Record and Signature Disclosure:
 Not Offered via Docusign

In Person Signer Events	Signature	Timestamp
Editor Delivery Events	Status	Timestamp
Agent Delivery Events	Status	Timestamp
Intermediary Delivery Events	Status	Timestamp
Certified Delivery Events	Status	Timestamp
Carbon Copy Events	Status	Timestamp
Joao Baptista joao.baptista@pwc.com Security Level: Email, Account Authentication (None)	COPIED	Sent: 27 March 2026 08:24 Viewed: 27 March 2026 08:24 Signed: 27 March 2026 08:24

Carbon Copy Events	Status	Timestamp
--------------------	--------	-----------

Electronic Record and Signature Disclosure:
 Not Offered via DocuSign

Witness Events	Signature	Timestamp
----------------	-----------	-----------

Notary Events	Signature	Timestamp
---------------	-----------	-----------

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
Envelope Sent	Hashed/Encrypted	27 March 2026 00:30
Certified Delivered	Security Checked	27 March 2026 08:23
Signing Complete	Security Checked	27 March 2026 08:24
Completed	Security Checked	27 March 2026 08:24

Payment Events	Status	Timestamps
----------------	--------	------------

8. Identificação de eventuais conflitos de interesse entre as instituições financeiras, empresas e os profissionais que tenham elaborado os documentos mencionados no item 7 e as sociedades envolvidas na operação

Não há qualquer conflito ou comunhão de interesses, atual ou potencial, entre a empresa avaliadora e as sociedades envolvidas na operação.

9. Projetos de estatuto ou alterações estatutárias das sociedades resultantes da operação

A Operação, em si, não resultará em nenhuma mudança no estatuto social do Itaú Unibanco Holding S.A.

10. Demonstrações financeiras usadas para os fins da operação, nos termos da norma específica

As demonstrações financeiras de 31.12.2025 usadas para os fins da operação constam no final deste documento.

11. Demonstrações financeiras proforma elaboradas para os fins da operação, nos termos da norma específica

ITAÚ UNIBANCO HOLDING

Balanço Patrimonial Proforma

(em milhões de reais)

Ativo	Balanço de 31/12/2025	Saldo incorporado do Itaucard	Cancelamento do investimento e PL	Após a incorporação
Circulante e Não Circulante	278.360	55	—	278.415
Disponibilidades	1.340	—	—	1.340
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	31.319	54	—	31.373
Aplicações no Mercado Aberto	22.486	—	—	22.486
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	8.833	54	—	8.887
Títulos e Valores Mobiliários	36.986	—	—	36.986
Carteira Própria	36.986	—	—	36.986
Derivativos	8	—	—	8
Operações com Característica de Concessão de Crédito	176.070	—	—	176.070
Operações de Crédito, Arrendamentos e Outros Créditos	189.740	—	—	189.740
(Provisão para Perda de Crédito Esperadas)	(13.670)	—	—	(13.670)
Relações Interfinanceiras e Interdependências	2	—	—	2
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	24.611	—	—	24.611
Ativos Fiscais Correntes	5.683	—	—	5.683
Ativos Fiscais Diferidos	18.928	—	—	18.928
Outros Ativos	8.024	1	—	8.025
Permanente	195.287	—	(52)	195.235
Investimentos	194.921	—	(52)	194.869
Controladas	194.921	—	(52)	194.869
Imobilizado	5	—	—	5
Imóveis	5	—	—	5
Outras Imobilizações	93	—	—	93
(Depreciações Acumuladas)	(93)	—	—	(93)
Intangível	361	—	—	361
Ativos Intangíveis	3.098	—	—	3.098
(Amortização Acumulada)	(2.737)	—	—	(2.737)
Total do Ativo	473.647	55	(52)	473.650

Passivo e Patrimônio Líquido	Balanço de 31/12/2025	Saldo incorporado do Itaucard	Cancelamento do investimento e PL	Balanço de 31/12/2025
Circulante e Não Circulante	277.667	3	—	277.670
Depósitos	99.439	—	—	99.439
Depósitos à Vista	121	—	—	121
Depósitos Interfinanceiros	99.318	—	—	99.318
Instrumentos de Dívida	49.608	—	—	49.608
Recursos de Emissões	1.486	—	—	1.486

Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	7.454	—	—	7.454
Instrumentos de Dívidas com Cláusulas de Subordinação	40.668	—	—	40.668
Derivativos	234	—	—	234
Relações Interfinanceiras e Interdependências	76.754	—	—	76.754
Provisões para Garantias Financeiras, Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar	142	—	—	142
Demais Provisões	1.275	—	—	1.275
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	1.917	2	—	1.919
Obrigações Fiscais Correntes	999	2	—	1.001
Obrigações Fiscais Diferidas	918	—	—	918
Outros Passivos	48.298	1	—	48.299
Patrimônio Líquido	195.980	52	(52)	195.980
Capital Social	136.910	50	(50)	136.910
Reservas de Capital	2.873	—	—	2.873
Reservas de Lucros	57.107	2	(2)	57.107
Outros Resultados Abrangentes	(897)	—	—	(897)
(Ações em Tesouraria)	(13)	—	—	(13)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	473.647	55	(52)	473.650

12. Documento contendo informações sobre as sociedades diretamente envolvidas que não sejam companhias abertas, incluindo:

a. Fatores de risco, nos termos dos itens 4.1 a 4.3 do formulário de referência

b. Descrição das principais alterações nos fatores de riscos ocorridas no exercício anterior e expectativas em relação à redução ou aumento na exposição a riscos como resultado da operação

c. Descrição de suas atividades, nos termos dos itens 1.2 a 1.5 do formulário de referência

d. Descrição do grupo econômico, nos termos do item 6 do formulário de referência

e. Descrição do capital social, nos termos do item 12.1 do formulário de referência

Essas informações já constam do Formulário de Referência da Companhia, considerando que o Banco Itaucard S.A. é sua subsidiária integral.

13. Descrição da estrutura de capital e controle depois da operação, nos termos do item 6 do formulário de referência

A estrutura de capital e controle da Companhia depois da operação permanecerá a mesma, conforme o item 6 do Formulário de Referência.

14. Número, classe, espécie e tipo dos valores mobiliários de cada sociedade envolvida na operação detidos por quaisquer outras sociedades envolvidas na operação, ou por pessoas vinculadas a essas sociedades, conforme definidas pelas normas que tratam de oferta pública para aquisição de ações

A Companhia é detentora de 100% do total das ações de emissão do Banco Itaucard S.A.

Com relação à Companhia, os acionistas controladores, administradores e conselheiros fiscais detêm, em conjunto, 5.223.876.545 ações de sua emissão (47,37%), sendo 5.161.803.222 ordinárias (91,88%) e 62.073.323 preferenciais (1,15%) na data-base 31.12.2025.

15. Exposição de qualquer das sociedades envolvidas na operação, ou de pessoas a elas vinculadas, conforme definidas pelas normas que tratam de oferta pública para aquisição de ações, em derivativos referenciados em valores mobiliários emitidos pelas demais sociedades envolvidas na operação.

Não aplicável.

16. Relatório abrangendo todos os negócios realizados nos últimos 6 (seis) meses pelas pessoas abaixo indicadas com valores mobiliários de emissão das sociedades envolvidas na operação:

a. Sociedades envolvidas na operação

i. Operações de compra privadas

Nos últimos 6 (seis) meses não foram realizadas operações de compra privada pela Companhia e pelo Banco Itaucard S.A.

ii. Operações de venda privadas

Nos últimos 6 (seis) meses não foram realizadas operações de venda privada pela Companhia e pelo Banco Itaucard S.A.

iii. Operações de compra em mercados regulamentados

Nos últimos 6 (seis) meses não foram realizadas operações de compra em mercados regulamentados pela Companhia e pelo Banco Itaucard S.A.

iv. Operações de venda em mercados regulamentados

Nos últimos 6 (seis) meses não foram realizadas operações de venda em mercados regulamentados pela Companhia e pelo Banco Itaucard S.A.

b. Partes relacionadas a sociedades envolvidas na operação

- i. Operações de compra privadas**
- ii. Operações de venda privadas**
- iii. Operações de compra em mercados regulamentados**
- iv. Operações de venda em mercados regulamentados**

As operações realizadas foram devidamente divulgadas e encontram-se disponíveis nos sites da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br), nos termos do Artigo 11 da Resolução CVM 44/21 e do Regulamento de Listagem do Nível 1 de Governança Corporativa da B3.

17. Documento por meio do qual o Comitê Especial Independente submeteu suas recomendações ao Conselho de Administração, caso a operação tenha sido negociada nos termos do Parecer de Orientação CVM nº 35, de 2008.

Não aplicável.

ANEXO VI

ANEXO L DA RESOLUÇÃO CVM Nº 81/22

INFORMAÇÕES SOBRE AVALIADORES

1. Listar os avaliadores recomendados pela administração:

A administração do Itaú Unibanco Holding S.A. ("Companhia") contratou a Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes Ltda., estabelecida na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.732, 16º andar, partes 1 e 6, Edifício Adalberto Dellape Baptista B32, Itaim Bibi, São Paulo, CEP 04538-132, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o no. 61.562.112/0001-20, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº. 2SP000160/O-5 ("PwC"), para elaboração dos relatórios de auditoria sobre os balanços patrimoniais e respectivas notas explicativas e laudos de avaliação do patrimônio líquido contábil apurados por meio dos livros contábeis da Companhia e Banco Itaúcard S.A.

2. Descrever a capacitação dos avaliadores recomendados:

A PwC é uma das quatro maiores prestadoras de serviços profissionais de auditoria e assecuração no mundo, está presente em 157 territórios, com mais de 250 mil profissionais dedicados à prestação de serviços de qualidade. Presente no país desde 1915, a PwC Brasil conta com cerca de 3.600 profissionais distribuídos em 15 escritórios em todas as regiões brasileiras. A PwC é a empresa que audita os balanços das empresas envolvidas na incorporação o que a torna mais habilitada a confirmar o valor dos patrimônios líquidos e garante sinergias entre os exames efetuados recentemente.

3. Fornecer cópia das propostas de trabalho e remuneração dos avaliadores recomendados

Essas informações constam das Propostas de Trabalho da PwC - SOLICITAÇÃO DE SERVIÇO Nº 03/2026 VINCULADA AO CONTRATO MASTER ("CONTRATO") DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA E TRABALHOS RELACIONADOS CELEBRADO ENTRE CONGLOMERADO ITAÚ UNIBANCO E CONTRATADA EM 05/02/2026.

4. Descrever qualquer relação relevante existente nos últimos 3 (três) anos entre os avaliadores recomendados e partes relacionadas à companhia, tal como definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

A PwC prestou serviços de auditoria e revisão das demonstrações contábeis, revisão dos Formulários de Referência e demais auditorias regulatórias e recorrentes da Companhia e suas controladas nos últimos 3 anos, assim como, auditam as demonstrações contábeis da parte relacionada IUPAR.

**SOLICITAÇÃO DE SERVIÇO Nº 03/2026 VINCULADA AO CONTRATO MASTER
("CONTRATO") DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA E TRABALHOS
RELACIONADOS CELEBRADO ENTRE CONGLOMERADO ITAÚ UNIBANCO E
CONTRATADA EM 05/02/2026**

O Itaú Unibanco Holding S.A., com base no Contrato acima identificado, solicita à Contratada a prestação dos serviços abaixo especificados, observadas as condições seguintes.

1. BENEFICIÁRIA DOS SERVIÇOS

Itaú Unibanco Holding S.A. ("Banco"), inscrito no CNPJ n. **60.872.504/0001-23**, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 – Parque Jabaquara - São Paulo/SP; **Banco Itaucard S.A. ("Itaucard")**, inscrita no CNPJ n. 17.192.451/0001-70, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 – Parque Jabaquara -- São Paulo/SP – que nesse instrumento foi estabelecido e acordado que são representados pelo **ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. ("CONTRATANTE")**.

2. RESPONSÁVEL PELOS SERVIÇOS

PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES LTDA., com sede na capital do Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 3732, 16º, partes 1 e 6, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.562.112/0001-20 ("CONTRATADA").

3. OBJETIVOS

Em sequência ao processo de reestruturação societária do Grupo Itaú Unibanco, na data-base de 31 de dezembro de 2025, será realizada a incorporação da Itaucard pelo Itaú Unibanco Holding S.A.

As operações de incorporação ocorrerão após aprovação de órgão competente, em data a definir, e posterior à aprovação do Banco Central do Brasil, com base nos saldos apurados nos balanços patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2025.

Nossos serviços objetivam a emissão de:

1) laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis do **Itaú Unibanco Holding S.A.**, em português e inglês, para a data-base de 31 de dezembro de 2025;

2) laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis do **Banco Itaucard S.A.**, em português e inglês, para a data-base de 31 de dezembro de 2025;

Esses relatórios serão parte integrante da documentação a ser preparada pela Contratante para fins do processo de reorganização societária do Conglomerado Itaú Unibanco.

Para emissão dos referidos laudos de avaliação do patrimônio líquido contábil, faz-se necessária além da emissão dos laudos de avaliação, a auditoria dos saldos patrimoniais das mencionadas entidades, na referida data-base. Sendo assim, os exames de auditoria das informações contábeis da Itaú Unibanco Holding S.A. e Banco Itaucard S.A, já foram

contratados através da TSS 02/2025, sendo necessário portanto apenas a contratação dos trabalhos relacionados à emissão dos laudos de avaliação dos patrimônios líquidos contábeis em 31 de dezembro de 2025, objeto da presente Solicitação de Serviços.

4. ESCOPO TÉCNICO E NORMAS APLICÁVEIS

Nossos exames (Banco e Itaucard) serão conduzidos de acordo com as normas profissionais e éticas relativas à auditoria independente aplicáveis no Brasil, ou seja, aquelas emanadas das normas profissionais e técnicas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Conforme solicitado pela administração, emitiremos os laudos de avaliação mencionados anteriormente, na data-base de 31 de dezembro de 2025, cujo conforto será obtido através da auditoria dos saldos patrimoniais da Itaucard.

Os laudos de avaliação dos patrimônios líquidos contábeis das instituições serão apurados por meio dos livros contábeis para a data-base de 31 de dezembro de 2025 e seus correspondentes anexos, serão preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Nossos laudos serão fundamentados em procedimentos de auditoria aplicados sobre os saldos contábeis das instituições mencionadas anteriormente, com o objetivo de suportar as emissões dos laudos de avaliação dos patrimônios líquidos contábeis mencionados no item 3, nos termos das normas contábeis e profissionais aplicáveis e do Comunicado Técnico 03/2014 (R1), emitido pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, que prevê a aplicação de procedimentos de exame de auditoria no balanço patrimonial, e CTG 2002, emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade, que dispõe sobre os padrões técnicos e profissionais a serem observados pelos contadores para emissão de laudos de avaliação.

Os papéis de trabalho e arquivos por nós criados no decorrer de nossos exames, inclusive os documentos e arquivos eletrônicos, são propriedade exclusiva da CONTRATADA, consoante as normas que regulam o nosso exercício profissional. Todos os relatórios e pareceres e demais documentos criados, produzidos, desenvolvidos, customizados, atualizados e/ou fornecidos ao Contratante ou às Beneficiárias como resultado dos serviços pertencerão ao Contratante ou às Beneficiárias listadas nesta SOLICITAÇÃO DE SERVIÇO.

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., por ser o auditor independente responsável pela auditoria externa das demonstrações contábeis consolidadas do Itaú Unibanco Holding S.A., está sujeita aos requisitos de independência estabelecidos pelas normas internacionais compatíveis com trabalhos de auditoria independente e pelos requisitos do Comitê de Auditoria do Itaú Unibanco Holding S.A., o qual deverá aprovar os serviços propostos. Portanto, entendemos que o referido trabalho não afeta a independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa prestados ao Conglomerado Itaú Unibanco.

5. ETAPAS E CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES

O cronograma de emissão dos laudos de avaliação dos patrimônios líquidos contábeis será discutido com a administração da Contratante, desde que os trabalhos de auditoria estejam concluídos e as informações contábeis sejam preparadas pela administração e disponibilizadas em forma final para nossos exames com, no mínimo, duas semanas de antecedência.

Emitiremos nossos laudos de avaliação dos patrimônios líquidos contábeis em forma definitiva após recebermos a carta de representação da administração e a autorização para suas emissões em forma final.

6. DESCRIÇÃO DAS ENTREGAS

Como resultado de nossos trabalhos, emitiremos:

- Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis do Itaú Unibanco Holding S.A., em português e inglês, para a data-base de 31 de dezembro de 2025;
- Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis do Banco Itaucard S.A., em português e inglês, para a data-base de 30 de junho de 2025;

Será encaminhada ao CONTRATANTE, 1 via eletrônica dos referidos laudos de avaliação dos patrimônios líquidos contábeis. Caso seja necessário o envio das versões impressas dos laudos, estas deverão ser solicitadas ao CONTRATANTE.

7. HONORÁRIOS

Nossos honorários são estimados com base no tempo gasto pelo pessoal alocado ao trabalho. As taxas horárias individuais variam de acordo com o nível de responsabilidade envolvido e a experiência e habilidade necessárias.

Na hipótese de acontecimentos de fatos extraordinários ou imprevisíveis, tais como, redução dos prazos de entrega dos serviços a pedido do Contratante, comprovada ineficiência no atendimento do pessoal da Contratante, alteração ou criação de tributos ou requerimentos extras dos órgãos reguladores, de comprovada repercussão nos honorários contratados, a Contratada deverá comunicar ao Contratante, junto à área auditada, compras e a Unidade de Gestão da Auditoria Externa, mediante notificação escrita formalizada antes da execução dos trabalhos, para aprovação da alteração de honorários pelo Comitê de Auditoria, sob pena de inviabilizar-se eventual cobrança adicional. Estimamos que nossos honorários para este trabalho de auditoria totalizarão **R\$ 75.062,48** (setenta e cinco mil e sessenta e dois reais e quarenta e oito centavos), conforme apresentado no quadro detalhado a seguir:

Descrição	Horas	Honorários (Em Reais)
Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil – Banco Itaucard	97	37.531,24
Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil – Itaú Unibanco Holding	97	37.531,24
Total		75.062,48

Os honorários acima apresentados já incluem os respectivos impostos aplicáveis. Estes, serão faturados após a assinatura desta Solicitação de Serviços pelas partes, considerando as condições previstas na cláusula 3.2.1 do CONTRATO.

São Paulo, 12 de março de 2026

Initial
RC

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
Tatiana Fernandes
959DEA12458D406...
Tatiana Fernandes Kagohara
Contador CRC 1 SP245281/O-6

Rubrica
KPSR

De acordo:

DocuSigned by:
[Signature]
20BDE44642FF429...
ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Nome: MARINA NUNES CEZAR CARLOS
Cargo: Gerente de Compras

DocuSigned by:
Nathalia clemente
43BB92B23D25431...
ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Nome: Nathalia clemente
Cargo: Consultora de Compras

Testemunhas:

Assinado por:
1) Thais Yukie Iceri
B5700F7F34CF409...
Nome: Thais Yukie Iceri
RG. 47826964x

DocuSigned by:
2) Marcos Trofino
42AA007D4E8D414...
Nome: Marcos Trofino
RG.: 46.534.531-1

ANEXO VII

RELATÓRIO DE ORIGEM E JUSTIFICATIVA DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 12 DA RESOLUÇÃO CVM Nº 81/22

Nos termos do artigo 12, inciso II, da Resolução CVM nº 81/22, o presente relatório detalha a origem e a justificativa, bem como analisa os efeitos jurídicos e econômicos da alteração do artigo 3º e do artigo 9º, item 9.1. do Estatuto Social, conforme proposta aprovada pelo Conselho de Administração que será objeto de deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia convocada para o dia 28.04.2026.

(I) AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL, CANCELAMENTO DE AÇÕES E BONIFICAÇÃO DE AÇÕES

Em (i) 27 de novembro de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o cancelamento de 78.850.638 ações escriturais preferenciais mantidas em tesouraria, as quais foram adquiridas pela Companhia por meio do programa de recompra de ações autorizado pelo Conselho de Administração em reunião de 05.02.2025, consoante Resolução CVM 77/22; e (ii) em 18 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração da Companhia deliberou aprovou o aumento do capital social subscrito e integralizado da Companhia, dentro do limite do capital autorizado previsto no Estatuto Social, no valor de R\$ 12.846.837.880,00 (doze bilhões, oitocentos e quarenta e seis milhões, oitocentos e trinta e sete mil, oitocentos e oitenta reais) passando este de R\$ 124.063.060.190,00 (cento e vinte e quatro bilhões, sessenta e três milhões, sessenta mil e cento e noventa reais) para R\$ 136.909.898.070,00 (cento e trinta e seis bilhões, novecentos e nove milhões, oitocentos e noventa e oito mil e setenta reais) mediante a capitalização de valores registrados nas Reservas de Lucros da Companhia. Esse aumento foi realizado mediante bonificação em ações, com a emissão de 321.170.947 (trezentas e vinte e uma milhões, cento e setenta mil, novecentas e quarenta e sete) novas ações escriturais, sem valor nominal, sendo 163.623.582 (cento e sessenta e três milhões, seiscentas e vinte e três mil, quinhentas e oitenta e duas) ordinárias e 157.547.365 (cento e cinquenta e sete milhões, quinhentas e quarenta e sete mil, trezentas e sessenta e cinco) preferenciais, que foram atribuídas gratuitamente aos detentores de ações, a título de bonificação, na proporção de 3 (três) novas ações para cada 100 (cem) ações possuídas, da mesma espécie, sendo que as ações mantidas em tesouraria também foram bonificadas.

Sendo assim, em virtude dos dois eventos mencionados acima, propõe-se a atualização do artigo 3º, caput, do Estatuto Social para refletir a nova composição do capital social.

Sobre os efeitos jurídicos e econômicos, o patrimônio da Companhia passou a ser dividido em uma maior quantidade de ações e os dividendos mensais foram mantidos em R\$ 0,015 por ação, sendo certo que os valores totais pagos pela Companhia mensalmente aos Acionistas foram incrementados em 3% (três por cento) após a inclusão das ações bonificadas na posição acionária. Com relação aos Acionistas, além do incremento do valor do dividendo mensal, a operação permite a negociação a um patamar mais acessível combinada com uma maior quantidade de ações em circulação, gerando, potencialmente, mais negócios e maior volume financeiro, o que pode resultar em criação de valor aos Acionistas.

O custo atribuído às ações bonificadas foi de R\$ 40,00 por ação, conforme o disposto no § 1º do artigo 58 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.585/15, bem como no § 1º do artigo 843 do Regulamento do Imposto de Renda/18 e no § 1º do artigo 10 da Lei nº 9.249/95.

(II) AUMENTO DO NÚMERO DE CARGOS DA DIRETORIA

Considerando a crescente complexidade das atividades da Companhia, bem como a ampliação e segmentação de suas operações, propõe-se a modificação do Estatuto Social do Itaú Unibanco Holding, a fim de alterar o número máximo de diretores, passando a Diretoria a ser composta por 05 (cinco) a 60 (sessenta) membros, de modo a assegurar uma estrutura de gestão compatível com a dimensão, diversidade e especialização de seus negócios.

(III) ESTATUTO SOCIAL DESTACANDO AS ALTERAÇÕES ACIMA (conforme artigo 12, inciso I, da Resolução CVM nº 81/22):

Redação Atual	Redação Proposta
Art. 1º – DENOMINAÇÃO, PRAZO E SEDE – A sociedade anônima aberta regida por este estatuto, sob a denominação de ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A., tem prazo indeterminado de duração e sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo	Inalterado.
Art. 2º - OBJETO - A sociedade tem por objeto (i) a atividade bancária em todas as modalidades autorizadas, inclusive a de operações de câmbio; (ii) a emissão e administração de cartões de crédito, e a realização de programas de fidelização de clientes em razão de relacionamento com a Companhia; (iii) a instituição e gestão de arranjos de pagamento; (iv) a realização de programas de fidelização de clientes em razão de relacionamento com outras empresas; (v) o desenvolvimento de parcerias para promoção de produtos e/ou serviços mediante disponibilização de espaço em plataformas digitais, materiais e veículos de divulgação; e (vi) todas as demais atividades necessárias e/ou complementares para a consecução de suas finalidades.	Inalterado.
Art. 3º - CAPITAL E AÇÕES - O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 124.063.060.190,00 (cento e vinte e quatro bilhões, sessenta e três milhões, sessenta mil e cento e noventa reais), representado por 10.784.548.883 (dez bilhões, setecentos e oitenta e quatro milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, oitocentos e oitenta e três) ações escriturais, sem valor nominal, sendo 5.454.119.395 (cinco bilhões, quatrocentos e cinquenta e quatro milhões, cento e dezenove mil, trezentas e noventa e cinco) ordinárias e 5.330.429.488 (cinco bilhões, trezentos e trinta milhões, quatrocentas e vinte e nove mil, quatrocentas e oitenta e oito) preferenciais, estas sem direito a voto, mas com as seguintes vantagens: I - prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual de R\$ 0,022 por ação, não cumulativo, que será ajustado em caso de desdobramento ou grupamento; II - direito de, em eventual alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.	Art. 3º - CAPITAL E AÇÕES - O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 136.909.898.070,00 (cento e trinta e seis bilhões, novecentos e nove milhões, oitocentos e noventa e oito mil e setenta reais), representado por 11.026.869.192 (onze bilhões, vinte e seis milhões, oitocentas e sessenta e nove mil, cento e noventa e duas) ações escriturais, sem valor nominal, sendo 5.617.742.977 (cinco bilhões, seiscentas e dezessete milhões, setecentas e quarenta e duas mil, novecentas e setenta e sete) ordinárias e 5.409.126.215 (cinco bilhões, quatrocentas e nove milhões, cento e vinte e seis mil, duzentas e quinze) preferenciais, estas sem direito a voto, mas com as seguintes vantagens: I - prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual de R\$ 0,022 por ação, não cumulativo, que será ajustado em caso de desdobramento ou grupamento; II - direito de, em eventual alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.

3.1. Capital Autorizado - A sociedade está autorizada a aumentar o capital social, por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 13.176.900.000 (treze bilhões, cento e setenta e seis milhões e novecentas mil) ações, sendo 6.588.450.000 (seis bilhões, quinhentos e oitenta e oito milhões, quatrocentas e cinquenta mil) ações ordinárias e 6.588.450.000 (seis bilhões, quinhentos e oitenta e oito milhões, quatrocentas e cinquenta mil) ações preferenciais. As emissões para venda em Bolsas de Valores, subscrição pública e permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, poderão ser efetuadas sem a observância do direito de preferência dos antigos acionistas (artigo 172 da Lei nº 6.404/76).	Inalterado.
3.2. Opção de Compra de Ações - Dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, poderão ser outorgadas opções de compra de ações a administradores e empregados da própria sociedade e de sociedades controladas.	Inalterado.
3.3. Ações Escriturais - Sem qualquer alteração nos direitos e restrições que lhes são inerentes, nos termos deste artigo, todas as ações da sociedade serão escriturais, permanecendo em contas de depósito na Itaú Corretora de Valores S.A., em nome de seus titulares, sem emissão de certificados, nos termos dos artigos 34 e 35 da Lei nº 6.404/76, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o § 3º do artigo 35 da já mencionada lei.	Inalterado.
3.4. Aquisição das Próprias Ações - A sociedade poderá adquirir as próprias ações, mediante autorização do Conselho de Administração, a fim de cancelá-las, mantê-las em tesouraria para posterior alienação ou utilizá-las no âmbito do Plano para Outorga de Opções de Ações ou do Plano de Outorga de Ações.	Inalterado.
3.5. Aquisição do Direito de Voto pelas Ações Preferenciais - As ações preferenciais adquirirão o exercício do direito de voto, nos termos do artigo 111, § 1º, da Lei nº 6.404/76, se a sociedade deixar de pagar o dividendo prioritário por três exercícios consecutivos.	Inalterado.
Art. 4º - ASSEMBLEIA GERAL - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente nos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, para os fins previstos em lei, e extraordinariamente sempre que os interesses sociais o exigirem.	Inalterado.
4.1. - Os trabalhos de qualquer Assembleia Geral serão presididos por um administrador indicado pela Assembleia e secretariados por um acionista por ele designado.	Inalterado.
4.2. - A cada ação ordinária compete um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.	Inalterado.

4.3. - São de competência privativa da Assembleia Geral: a) deliberação sobre as demonstrações contábeis e sobre a distribuição e aplicação dos lucros; b) deliberação sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; c) fixação da remuneração global e anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria; d) nomeação, eleição e destituição dos membros do Conselho de Administração; e) aprovação de alterações do capital, ressalvada a competência atribuída ao Conselho de Administração pelo item 3.1 acima, de fusão, incorporação, cisão ou de quaisquer outras formas de reorganização societária envolvendo a sociedade; f) deliberação sobre a retenção de lucros ou a constituição de reservas; e g) deliberação sobre Planos para Outorga de Opções de Ações ou Planos de Outorga de Ações de emissão da sociedade ou de suas controladas.	Inalterado.
Art. 5º - ADMINISTRAÇÃO - A sociedade será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. O Conselho de Administração terá, na forma prevista em lei e neste estatuto, atribuições orientadoras, eletivas e fiscalizadoras, as quais não abrangem funções operacionais ou executivas, que serão de competência da Diretoria.	Inalterado.
5.1. Investidura - Os Conselheiros e Diretores serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termos de posse no livro de atas do Conselho de Administração ou da Diretoria, conforme o caso, condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos administradores, nos termos do disposto no Regulamento do Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”).	Inalterado.
5.2. Proventos dos Administradores - Os administradores perceberão remuneração e participação nos lucros, observados os limites legais. Para o pagamento da remuneração a Assembleia Geral fixará verba global e anual. Competirá ao Conselho de Administração regulamentar a utilização da verba remuneratória e o rateio da participação para os membros desse Conselho e da Diretoria.	Inalterado.

5.3. Defesa dos administradores - Em complemento ao seguro de responsabilidade civil, a sociedade poderá celebrar compromisso de indenidade em favor de seus administradores ou de administradores de suas controladas, de forma a garantir o pagamento de despesas em virtude de reclamações, inquéritos, investigações, procedimentos e processos arbitrais, administrativos ou judiciais, no Brasil ou em qualquer outra jurisdição, a fim de resguardá-los da responsabilização por atos praticados no exercício regular de gestão, assim considerados aqueles realizados de forma diligente, de boa-fé, visando ao interesse da sociedade e em cumprimento aos deveres fiduciários dos administradores. O pagamento de despesas no âmbito de compromisso de indenidade deverá ser submetido à governança própria de aprovação a fim de garantir a independência do processo decisório e afastar qualquer possibilidade de conflito de interesses. 5.3.1. O benefício descrito no item 5.3 poderá se estender a funcionários que exerçam cargo ou função de gestão na sociedade ou em suas controladas e àqueles que formalmente sejam indicados pela sociedade para exercer cargos de administração em outras entidades.	Inalterado.
Art. 6º - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - O Conselho de Administração será composto por pessoas naturais, eleitas pela Assembleia Geral, e terá 1 (um) Presidente ou 2 (dois) Copresidentes e poderá ter até 3 (três) Vice-Presidentes escolhidos pela Assembleia Geral, quando da eleição dos membros do Conselho de Administração.	Inalterado.
6.1. Os cargos de Presidente ou de Copresidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou de principal executivo da sociedade não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.	Inalterado.
6.2. O Conselho de Administração terá no mínimo 10 (dez) e no máximo 14 (catorze) membros. Dentro desses limites, caberá à Assembleia Geral que processar a eleição do Conselho de Administração fixar preliminarmente o número de conselheiros que comporão esse colegiado durante cada mandato, sendo certo que pelo menos a maioria deverá ser de membros não executivos e no mínimo um terço deverá ser de membros independentes, conforme conceitos definidos na Política de Governança Corporativa da sociedade.	Inalterado.
6.3. Os Copresidentes terão idênticas prerrogativas e atribuições e atuarão conjuntamente na presidência do Conselho de Administração.	Inalterado.

6.4. Ocorrendo a vaga ou impedimento definitivo: (a) de um dos Copresidentes, o Copresidente remanescente assumirá automaticamente o cargo de Presidente do Conselho de Administração; e (b) do Presidente ou dos 2 (dois) Copresidentes, o Conselho de Administração deliberará a indicação de um de seus membros para o cargo de Presidente do Conselho de Administração	Inalterado.
6.4.1. Em caso de ausência ou impedimento temporário: (a) de um Copresidente, o Copresidente remanescente assumirá interinamente todas as atribuições do cargo; e (b) do Presidente ou dos 2 (dois) Copresidentes, o Conselho de Administração indicará o substituto interino, dentre seus membros.	Inalterado.
6.5. O mandato unificado dos membros do Conselho de Administração é de 1 (um) ano, a contar da data da Assembleia que os eleger, prorrogando-se até a posse de seus substitutos.	Inalterado.
6.6. Não poderá ser eleito conselheiro quem já tiver completado (i) 73 (setenta e três) anos de idade na data de eleição, para o cargo de Presidente ou de Copresidente; e (ii) 70 (setenta) anos de idade na data de eleição, para os demais cargos do Conselho de Administração da sociedade.	Inalterado.
6.7. O Conselho de Administração, convocado pelo Presidente ou por qualquer um dos Copresidentes, reunir-se-á, ordinariamente, 8 (oito) vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim exigirem, deliberando validamente com a presença, no mínimo, da maioria absoluta de seus membros em exercício.	Inalterado.
6.7.1. Será permitida a participação dos Conselheiros nas reuniões por telefone, videoconferência, telepresença, e-mail ou qualquer outro meio de comunicação. O Conselheiro, nessa hipótese, será considerado presente à reunião para verificação do “quórum” de instalação e de votação, e seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais.	Inalterado.

6.8. Compete ao Conselho de Administração: I. fixar a orientação geral dos negócios da sociedade; II. eleger e destituir os diretores da sociedade e fixar-lhes as atribuições; III. indicar diretores para compor as Diretorias das sociedades controladas que especificar; IV. fiscalizar a gestão dos diretores da sociedade, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da sociedade, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos; V. convocar a Assembleia Geral, com antecedência mínima de 21 (vinte e um) dias à data de sua realização, contado esse prazo a partir da publicação da primeira convocação; VI. manifestar-se sobre o relatório da administração, as contas da Diretoria e as demonstrações contábeis de cada exercício a serem submetidas à Assembleia Geral; VII. deliberar sobre orçamentos de resultados e de investimentos e respectivos planos de ação; VIII. designar e destituir os auditores independentes, sem prejuízo do disposto no artigo 7º; IX. deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários, inclusive à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral; X. deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio; XI. deliberar sobre a aquisição das próprias ações, em caráter não permanente, para permanência em tesouraria, bem como deliberar sobre seu cancelamento ou alienação; XII. deliberar sobre aquisição e lançamento de opções de venda e compra, referenciadas em ações de própria emissão, para fins de cancelamento, permanência em tesouraria ou alienação, observada a Instrução CVM nº 567, de 17.9.2015, e modificações posteriores; XIII. deliberar sobre a instituição de comitês para tratar de assuntos específicos no âmbito do Conselho de Administração; XIV. eleger e destituir os membros do Comitê de Auditoria e do Comitê de Remuneração;	Inalterado.
---	--------------------

XV. aprovar as regras operacionais que os Comitês de Auditoria e de Remuneração vierem a estabelecer para os seus próprios funcionamentos e tomar ciência das atividades dos Comitês através de seus relatórios; XVI. avaliar e divulgar anualmente quem são os conselheiros independentes, bem como analisar quaisquer circunstâncias que possam comprometer sua independência; XVII. aprovar investimentos e desinvestimentos diretos ou indiretos em participações societárias de valor superior a 15% (quinze por cento) do valor patrimonial da sociedade apurado no último balanço patrimonial auditado; XVIII. manifestar-se em relação a ofertas públicas tendo por objeto ações ou outros valores mobiliários de emissão da sociedade; XIX. deliberar, no limite do capital autorizado, sobre aumento de capital e emissão de títulos de crédito e demais instrumentos conversíveis em ações, observando-se as disposições do item 3.1; e XX. analisar as transações com partes relacionadas conforme os critérios de materialidade previstos em política própria, por si ou por um de seus Comitês, sendo certo que nesse último caso, deverá haver reporte ao Conselho de Administração.	
Art. 7º – COMITÊ DE AUDITORIA – A supervisão (i) dos processos de controles internos e de administração de riscos; (ii) das atividades da auditoria interna; e (iii) das atividades das empresas de auditoria independente será exercida pelo Comitê de Auditoria, a quem caberá, também, recomendar ao Conselho de Administração a escolha e a destituição dos auditores independentes.	Inalterado.
7.1. O Comitê de Auditoria será constituído de 3 (três) a 7 (sete) membros, eleitos anualmente pelo Conselho de Administração entre os membros desse próprio Conselho ou profissionais de reconhecida competência e notável saber, observado que um dos membros desse Comitê, no mínimo, será designado Especialista Financeiro e deverá possuir comprovado conhecimento nas áreas de contabilidade e auditoria.	Inalterado.

7.1.1. São condições básicas para o exercício de cargo no Comitê de Auditoria: a) não ser, ou ter sido, nos últimos (12) doze meses: (i) diretor da sociedade, de sua controladora ou de suas coligadas, controladas ou controladas em conjunto, direta ou indiretamente; (ii) funcionário da sociedade, de sua controladora ou de suas coligadas, controladas ou controladas em conjunto, direta ou indiretamente; (iii) responsável técnico, diretor, gerente, supervisor ou qualquer outro integrante, com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria na sociedade; ou (iv) membro do conselho fiscal da sociedade, de sua controladora ou de suas coligadas, controladas ou controladas em conjunto, direta ou indiretamente; b) não ser cônjuge, companheiro, ou parente em linha reta, em linha colateral ou por afinidade, até o segundo grau das pessoas referidas na alínea "a", "(i)" e "(iii)"; e c) não ocupar cargos, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal, em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado ou nas quais possa gerar conflito de interesse.	Inalterado.
7.1.2. O Conselho de Administração terminará o mandato de qualquer integrante do Comitê de Auditoria se a sua independência tiver sido afetada por qualquer circunstância de conflito ou potencialmente conflituosa;	Inalterado.
7.1.3. Os membros do Comitê de Auditoria terão mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos até o limite de 5 (cinco) mandatos anuais, e somente poderão voltar a integrá-lo após decorridos, no mínimo, três anos do término da última recondução permitida;	Inalterado.
7.1.4. Até um terço dos integrantes do Comitê de Auditoria poderá ter o mandato renovado, respeitado o prazo máximo de permanência de até dez anos consecutivos, dispensado o interstício previsto no item 7.1.3;	Inalterado.
7.1.5. Em nenhuma hipótese será admitida a permanência do membro no Comitê de Auditoria por período superior a: (i) 10 (dez) anos consecutivos, para até um terço dos membros; e (ii) 5 (cinco) anos consecutivos para os demais membros.	Inalterado.
7.1.6. Os membros do Comitê de Auditoria permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos.	Inalterado.
7.2. O Comitê de Auditoria reunir-se-á por convocação do Presidente e deverá zelar: I) pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis; II) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares vigentes; III) pela atuação, independência e qualidade do trabalho das empresas de auditoria independente e da auditoria interna; e IV) pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.	Inalterado.

7.3. O Conselho de Administração definirá a verba destinada à remuneração dos membros do Comitê de Auditoria, observados os parâmetros de mercado, bem como o orçamento destinado a cobrir as despesas para o seu funcionamento, incluindo a contratação de especialistas para auxílio no cumprimento de suas atribuições.	Inalterado.
7.3.1. O membro do Comitê de Auditoria não receberá nenhum outro tipo de remuneração da sociedade ou de suas ligadas que não seja aquela relativa à sua função de integrante do Comitê de Auditoria, exceto naqueles casos em que o membro do Comitê de Auditoria seja também membro do Conselho de Administração e opte por receber sua remuneração pelas funções desempenhadas neste órgão.	Inalterado.
7.4. O Comitê de Auditoria deverá elaborar, ao final de cada exercício social, relatório sobre o acompanhamento das atividades relacionadas com as auditorias independente e interna e com o Sistema de Controles Internos e de Administração de Riscos, encaminhando cópia ao Conselho de Administração e mantendo-o à disposição do Banco Central do Brasil e da Superintendência de Seguros Privados, pelo prazo mínimo de cinco anos. Nos mesmos termos, será elaborado relatório semestral, ao final do primeiro semestre de cada exercício social.	Inalterado.
7.4.1. O resumo do relatório do Comitê de Auditoria, evidenciando as principais informações, será publicado em conjunto com as demonstrações contábeis.	Inalterado.
Art. 8º - COMITÊ DE REMUNERAÇÃO – O cumprimento das atribuições e responsabilidades relacionadas à política de remuneração dos administradores da sociedade competirá ao Comitê de Remuneração, o qual se reportará diretamente ao Conselho de Administração.	Inalterado.
8.1. O Comitê de Remuneração será constituído de 3 (três) a 10 (dez) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo um dos membros indicado para o cargo de Presidente.	Inalterado.
8.1.1. O Comitê de Remuneração deverá ter, em sua composição (i) profissionais com as qualificações e a experiência necessárias ao exercício de julgamento competente e independente sobre a política de remuneração da Companhia, inclusive sobre as repercussões na gestão de riscos, e (ii) pelo menos um membro não administrador.	Inalterado.
8.1.2. O mandato dos membros do Comitê de Remuneração será de 1 (um) ano, a contar da data da Reunião do Conselho de Administração que os eleger, prorrogando-se até a posse de seus substitutos.	Inalterado.

8.1.3. Os membros do Comitê de Remuneração poderão ser reconduzidos ao cargo, sendo vedada, contudo, a permanência de membro no Comitê de Remuneração por prazo superior a 10 (dez) anos. Cumprido tal prazo, o membro somente poderá integrar novamente o Comitê após decorridos, no mínimo, 3 (três) anos.	Inalterado.
8.2. Compete ao Comitê de Remuneração: I. elaborar a política de remuneração de administradores da sociedade, propondo ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento; II. supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da sociedade; III. revisar anualmente a política de remuneração de administradores da sociedade, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento; IV. propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à Assembleia Geral; V. avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores; VI. analisar a política de remuneração de administradores da sociedade em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; e VII. zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da sociedade e com o disposto na Regulamentação do Conselho Monetário Nacional.	Inalterado.
8.3. O Conselho de Administração poderá atribuir ao Comitê de Remuneração competências adicionais às previstas neste Estatuto Social.	Inalterado.
8.4. O Conselho de Administração definirá a verba destinada à remuneração dos membros do Comitê de Remuneração, observados os parâmetros de mercado, bem como o orçamento destinado a cobrir as despesas para o seu funcionamento.	Inalterado.
8.5. O Comitê de Remuneração deverá elaborar, ao final de cada exercício social, relatório das atividades exercidas no âmbito de suas atribuições, encaminhando cópia ao Conselho de Administração e mantendo-o à disposição do Banco Central do Brasil, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos.	Inalterado.

Art. 9º - DIRETORIA - A administração e a representação da sociedade competirão à Diretoria, eleita pelo Conselho de Administração.	Inalterado.
9.1. A Diretoria terá de 5 (cinco) a 50 (cinquenta) membros, compreendendo os cargos de Diretor Presidente e Diretor.	9.1. A Diretoria terá de 5 (cinco) a 60 (sessenta) membros, compreendendo os cargos de Diretor Presidente e Diretor.
9.2. O Conselho de Administração definirá, além do Diretor Presidente, os membros da Diretoria que irão compor o Comitê Executivo, órgão executivo de instância máxima na Sociedade.	Inalterado.
9.3. Em caso de ausência ou impedimento de qualquer diretor, a Diretoria poderá escolher o substituto interino dentre seus membros. O Diretor Presidente será substituído, em suas ausências ou impedimentos, por um Diretor membro do Comitê Executivo por ele indicado.	Inalterado.
9.4. Vagando qualquer cargo, o Conselho de Administração poderá designar um diretor substituto para completar o mandato do substituído.	Inalterado.
9.5. Os diretores exercerão seus mandatos pelo prazo de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos, e permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos.	Inalterado.
9.6. Não poderá ser eleito (i) para ocupar o cargo de Diretor Presidente, quem já tiver completado 62 (sessenta e dois) anos de idade na data da eleição; e (ii) para ocupar os demais cargos na Diretoria, quem já tiver completado 60 (sessenta) anos de idade na data da eleição.	Inalterado.
Art. 10 – REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE, ATRIBUIÇÕES E PODERES DOS DIRETORES – A representação da Sociedade será realizada por dois diretores em conjunto para: (i) assumir obrigações em qualquer ato, contrato ou documento que acarrete responsabilidade, inclusive prestando garantias a obrigações de terceiros; (ii) renunciar direitos, onerar e alienar bens do ativo permanente; (iii) constituir procuradores para práticas de atos; e (iv) decidir sobre instalação, extinção e remanejamento de dependências. Nas situações em que o valor envolvido for superior a R\$ 500 milhões, pelo menos um dos dois diretores deverá ser, obrigatoriamente, o Diretor Presidente ou um Diretor membro do Comitê Executivo. A Sociedade poderá, ainda, ser representada por um diretor em situações que não impliquem (a) assunção de obrigações em qualquer ato, contrato ou documento que acarrete responsabilidade, inclusive prestando garantias a terceiros; ou (b) renúncia a direitos, oneração ou alienação de bens do ativo permanente.	Inalterado.
10.1. Nas hipóteses do “caput”, à exceção do disposto nos itens “(iii)” e “(iv)”, a representação da sociedade também poderá ser feita, conjuntamente, (i) por um diretor e um procurador, ou (ii) por dois procuradores.	Inalterado.

10.1.1. Excepcionalmente, a Sociedade poderá ser representada por apenas um procurador: (i) perante qualquer órgão da administração pública, direta ou indireta, nos atos que não impliquem na assunção ou renúncia de direitos e obrigações; (ii) nos mandatos com cláusula “ad judícia”; e (iii) em assembleias gerais, reuniões de acionistas ou cotistas de empresas ou fundos de investimento nos quais a sociedade participe. Nas hipóteses dos itens (i) e (iii) a Sociedade também poderá ser representada por apenas um diretor.	Inalterado.
10.1.2. O Conselho de Administração poderá prever ou instituir exceções adicionais às previstas no subitem 10.1.1.	Inalterado.
10.1.3. Os mandatos, exceto os judiciais, terão obrigatoriamente prazo de validade não superior a um ano.	Inalterado.
10.2. Compete ao Diretor Presidente convocar e presidir as reuniões da Diretoria, supervisionar a atuação desta, estruturar os serviços da sociedade e estabelecer as normas internas e operacionais.	Inalterado.
10.3. Aos Diretores competem as atividades que lhes sejam atribuídas pelo Conselho de Administração.	Inalterado.
Art. 11 - CONSELHO FISCAL - A sociedade terá um Conselho Fiscal de funcionamento permanente, composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes. A eleição e o funcionamento do Conselho Fiscal atenderão aos preceitos dos artigos 161 a 165 da Lei nº 6.404/76.	Inalterado.
Art. 12 - EXERCÍCIO SOCIAL - O exercício social se encerrará em 31 de dezembro de cada ano. Serão levantados balanços semestrais e, facultativamente, balanços intermediários em qualquer data, inclusive para pagamento de dividendos, observadas as prescrições legais.	Inalterado.
Art. 13 - DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO - Juntamente com as demonstrações contábeis, o Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, observados os preceitos dos artigos 186 e 191 a 199 da Lei nº 6.404/76 e as disposições seguintes:	Inalterado.
13.1. Antes de qualquer outra destinação, serão aplicados 5% (cinco por cento) na constituição da Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.	Inalterado.

13.2. Será especificada a importância destinada a dividendos aos acionistas, atendendo ao disposto no artigo 14 e às seguintes normas: a) às ações preferenciais será atribuído o dividendo prioritário mínimo anual (artigo 3º, inciso I); b) a importância do dividendo obrigatório que remanescer após o dividendo de que trata a alínea anterior será aplicada, em primeiro lugar, no pagamento às ações ordinárias de dividendo igual ao prioritário das ações preferenciais; e c) as ações de ambas as espécies participarão dos lucros distribuídos em igualdade de condições depois de assegurado às ordinárias dividendo igual ao mínimo das preferenciais.	Inalterado.
13.3. O saldo terá o destino que for proposto pelo Conselho de Administração, inclusive para a formação da reserva de que trata o artigo 15, "ad referendum" da Assembleia Geral.	Inalterado.
Art. 14 - DIVIDENDO OBRIGATÓRIO - Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado no mesmo exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nas letras "a" e "b" do inciso I do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e observados os incisos II e III do mesmo dispositivo legal.	Inalterado.
14.1. A parte do dividendo obrigatório que tiver sido paga antecipadamente mediante dividendos intermediários à conta da Reserva Estatutária de Lucros será creditada à mesma reserva.	Inalterado.
14.2. Por deliberação do Conselho de Administração poderão ser pagos juros sobre o capital próprio, imputando-se o valor dos juros pagos ou creditados ao valor do dividendo obrigatório, com base no artigo 9º, § 7º, da Lei nº 9.249/95.	Inalterado.
Art. 15 - RESERVAS ESTATUTÁRIAS - Por proposta do Conselho de Administração, a Assembleia Geral poderá deliberar a formação de Reserva Estatutária de Lucros, que será limitada a 100% do valor do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio (item 14.2), ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, podendo seu saldo também ser utilizado: (i) nas operações de resgate, reembolso ou aquisição das próprias ações, nos termos da legislação em vigor; e (ii) na incorporação ao capital social, inclusive mediante bonificações em novas ações.	Inalterado.

15.1. A Reserva será formada com recursos: a) equivalentes a até 100% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, sempre respeitado o direito dos acionistas ao recebimento de dividendos obrigatórios, nos termos deste estatuto e da lei; b) equivalentes a até 100% da parcela realizada de Reservas de Reavaliação, lançada a lucros acumulados; c) equivalentes a até 100% do montante de ajustes de exercícios anteriores, lançado a lucros acumulados; e d) decorrentes do crédito correspondente às antecipações de dividendos (item 14.1).	Inalterado.
15.2. O saldo dessa reserva, somado ao da Reserva Legal, não poderá ultrapassar o capital social, nos termos do art. 199 da Lei nº 6.404/76.	Inalterado.
15.3. A reserva discriminará em subcontas distintas, segundo os exercícios de formação, os lucros destinados a sua constituição e o Conselho de Administração especificará os lucros utilizados na distribuição de dividendos intermediários, que poderão ser debitados em diferentes subcontas, em função da natureza dos acionistas.	Inalterado.
Art. 16 - PARTES BENEFICIÁRIAS - É vedada a emissão, pela sociedade, de partes beneficiárias.	Inalterado.
Art. 17 – SEGMENTO DE LISTAGEM - Com a admissão da sociedade no segmento especial de listagem denominado Nível 1 de Governança Corporativa da B3, sujeitam-se a sociedade, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento de Listagem do Nível 1 de Governança Corporativa da B3 (“Regulamento do Nível 1”).	Inalterado.

ANEXO VIII

A - MODELO DE PROCURAÇÃO PARA ACIONISTAS DETENTORES DE AÇÕES ORDINÁRIAS

Por este instrumento de procuração, [ACIONISTA], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], portador(a) do documento de identidade nº (___), inscrito(a) no CPF/MF sob o nº (___), com endereço no(a) [ENDEREÇO] ("Outorgante"), nomeia o(a) Sr(a). [PROCURADOR(A)], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], portador(a) do documento de identidade nº (___), inscrito(a) no CPF/MF sob o nº (___), com endereço no(a) [ENDEREÇO], seu(sua) procurador(a), com poderes para representá-lo(a), na qualidade de Acionista do Itaú Unibanco Holding S.A. ("Companhia"), na Assembleia Geral Ordinária e na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, que se realizarão no dia 28 de abril de 2026, respectivamente, às 11h e às 11h10, lançando seu voto em conformidade com a orientação de voto abaixo.

O(A) procurador(a) terá poderes limitados ao comparecimento à Assembleia e ao lançamento de voto em conformidade com a orientação de voto abaixo, não tendo direito nem obrigação de tomar quaisquer outras medidas que não sejam necessárias ao exato cumprimento das orientações de voto indicadas abaixo. O(A) procurador(a) fica autorizado(a) a se abster em qualquer deliberação ou assunto para o qual não tenha recebido orientações de voto suficientemente específicas.

O presente instrumento de mandato tem prazo de validade de [-] dias, a partir da presente data.

[Cidade], ___ de ___ de 2026.

[ACIONISTA]
(Assinatura autenticada)

ORIENTAÇÃO DE VOTO

Assembleia Geral Ordinária - 11h00:

1. Tomar conhecimento dos Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e examinar, para deliberação, as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2025:

APROVAR	REJEITAR	ABSTER-SE
☐	☐	☐

2. Deliberar sobre a proposta da Administração para a destinação do lucro líquido do exercício, conforme detalhado no Manual da Assembleia Geral disponível em <https://www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores/assembleias-gerais/>:

APROVAR	REJEITAR	ABSTER-SE
☐	☐	☐

3. Fixar o número de membros que irão compor o Conselho de Administração em 13 (treze):

APROVAR	REJEITAR	ABSTER-SE
☐	☐	☐

4. Eleger os membros do Conselho de Administração para o próximo mandato anual que vigorará até a posse dos eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2027:

Alfredo Egydio Setubal

APROVAR	REJEITAR	ABSTER-SE
☐	☐	☐

Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela

APROVAR	REJEITAR	ABSTER-SE
☐	☐	☐

Candido Botelho Bracher (Conselheiro Independente)

APROVAR	REJEITAR	ABSTER-SE
☐	☐	☐

Cesar Nivaldo Gon (Conselheiro Independente)

APROVAR	REJEITAR	ABSTER-SE
☐	☐	☐

Fabricio Bloisi Rocha (Conselheiro Independente)

APROVAR	REJEITAR	ABSTER-SE
☐	☐	☐

João Moreira Salles

APROVAR	REJEITAR	ABSTER-SE
☐	☐	☐

Marcos Marinho Lutz (Conselheiro Independente)

APROVAR	REJEITAR	ABSTER-SE
☐	☐	☐

Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana (Conselheiro Independente)

APROVAR	REJEITAR	ABSTER-SE
☐	☐	☐

Paulo Antunes Veras (Conselheiro Independente)

APROVAR	REJEITAR	ABSTER-SE
☐	☐	☐

Pedro Luiz Bodin de Moraes (Conselheiro Independente)

APROVAR	REJEITAR	ABSTER-SE
☐	☐	☐

Pedro Moreira Salles (Copresidente)

APROVAR	REJEITAR	ABSTER-SE
☐	☐	☐

Ricardo Villela Marino (Vice-presidente)

APROVAR	REJEITAR	ABSTER-SE
☐	☐	☐

Roberto Egydio Setubal (Copresidente)

APROVAR	REJEITAR	ABSTER-SE
☐	☐	☐

5. Deliberar sobre a independência dos membros assim classificados:

APROVAR	REJEITAR	ABSTER-SE
☐	☐	☐

6. Eleger os membros do Conselho Fiscal para o próximo mandato anual, que vigorará até a posse dos eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2027:

Eduardo Hiroyuki Miyaki (efetivo) e João Costa (suplente)

APROVAR	REJEITAR	ABSTER-SE
☐	☐	☐

Cláudio José Coutinho Arromatte (efetivo) e Leni Bernadete Torres da Silva Sansiviero (suplente)

APROVAR	REJEITAR	ABSTER-SE
☐	☐	☐

7. Deliberar sobre o montante da verba destinada à remuneração global dos integrantes da Diretoria e do Conselho de Administração no valor total de R\$ 938.000.000,00:

APROVAR	REJEITAR	ABSTER-SE
☐	☐	☐

8. Deliberar sobre a remuneração mensal individual de R\$ 22.000,00 para os membros efetivos e de R\$ 9.000,00 para os membros suplentes do Conselho Fiscal:

APROVAR	REJEITAR	ABSTER-SE
☐	☐	☐

Assembleia Geral Extraordinária - 11h10:

1. Deliberar sobre o “Protocolo e Justificação” no qual estão estabelecidos os termos e condições da incorporação do Banco Itaucard S.A. pela Companhia, com data-base de 31 de dezembro de 2025:

APROVAR	REJEITAR	ABSTER-SE
☐	☐	☐

2. Ratificar a nomeação e a contratação da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. - PwC como empresa especializada responsável pela elaboração do Laudo de Avaliação do patrimônio líquido contábil do Banco Itaucard S.A. a ser incorporado pela Companhia:

APROVAR	REJEITAR	ABSTER-SE
☐	☐	☐

3. Deliberar sobre o Laudo de Avaliação, com base no balanço contábil do Banco Itaucard S.A., levantado em 31 de dezembro de 2025:

APROVAR	REJEITAR	ABSTER-SE
☐	☐	☐

4. Deliberar sobre a incorporação, pela Companhia, do Banco Itaucard S.A., sem aumento no capital social da Companhia, nos termos do “Protocolo e Justificação”:

APROVAR	REJEITAR	ABSTER-SE
☐	☐	☐

5. Autorizar os administradores da Companhia, na forma prevista em seu Estatuto Social, a praticarem todos os atos e a firmarem todos os documentos necessários à implementação e formalização das deliberações aprovadas:

APROVAR	REJEITAR	ABSTER-SE
☐	☐	☐

6. Alterar a redação do artigo 3º, caput, do Estatuto Social, para refletir a nova composição do capital social, após deliberações do Conselho de Administração de 27 de novembro de 2025 e 18 de dezembro de 2025 referentes ao cancelamento de ações e aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado:

APROVAR	REJEITAR	ABSTER-SE
☐	☐	☐

7. Alterar o item 9.1. do artigo 9º do Estatuto Social para modificar o número máximo de membros da Diretoria, passando esta a ser composta por 05 (cinco) a 60 (sessenta) membros:

APROVAR	REJEITAR	ABSTER-SE
☐	☐	☐

8. Consolidar o Estatuto Social para refletir as alterações mencionadas nos itens precedentes:

APROVAR	REJEITAR	ABSTER-SE
☐	☐	☐

B - MODELO DE PROCURAÇÃO PARA ACIONISTAS DETENTORES DE AÇÕES PREFERENCIAIS

Por este instrumento de procuração, [ACIONISTA], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], portador(a) do documento de identidade nº (___), inscrito(a) no CPF/MF sob o nº (___), com endereço no(a) [ENDEREÇO] ("Outorgante"), nomeia o(a) Sr(a). [PROCURADOR(A)], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], portador(a) do documento de identidade nº (___), inscrito(a) no CPF/MF sob o nº (___), com endereço no(a) [ENDEREÇO], seu(sua) procurador(a), com poderes para representá-lo(a), na qualidade de Acionista do Itaú Unibanco Holding S.A. ("Companhia"), na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, que se realizará no dia 28 de abril de 2026, às 10h, em ambiente digital, lançando seu voto em conformidade com a orientação de voto abaixo.

O(A) procurador(a) terá poderes limitados ao comparecimento à Assembleia e ao lançamento de voto em conformidade com a orientação de voto abaixo, não tendo direito nem obrigação de tomar quaisquer outras medidas que não sejam necessárias ao exato cumprimento da orientação de voto indicada abaixo. O(A) procurador(a) fica autorizado(a) a se abster em qualquer deliberação ou assunto para o qual não tenha recebido orientações de voto suficientemente específicas.

O presente instrumento de mandato tem prazo de validade de [·] dias, a partir da presente data.

[Cidade], ___ de ___ de 2026.

[ACIONISTA]

(Assinatura autenticada)

ORIENTAÇÃO DE VOTO

1. Eleger os membros do Conselho Fiscal para o próximo mandato anual que vigorará até a posse dos eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2027:

Membros indicados pela acionista Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI:

Marcelo Maia Tavares de Araújo (efetivo) e Haroldo do Rosario Vieira (suplente)

APROVAR	REJEITAR	ABSTER-SE
☐	☐	☐

**C - MODELO DE PROCURAÇÃO PARA PROCURADORES DISPONIBILIZADOS PELA COMPANHIA
(ACIONISTAS DETENTORES DE AÇÕES ORDINÁRIAS)**

Por este instrumento de procuração, EU, [ACIONISTA], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], portador(a) do documento de identidade nº (___), inscrito(a) no CPF/MF sob o nº (___), com endereço no(a) [ENDEREÇO] ("Outorgante"), acionista do Itaú Unibanco Holding S.A. ("Companhia"), nomeio como meu(s) procurador(es):

- **Karina Granucci Rodeguer Bugano Gomes**, brasileira, casada, advogada, RG-SSP/SP n. 38.910.241-6, CPF nº 329.676.158-62, OAB/SP nº 353.639, domiciliada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Conceição, 1º andar, São Paulo (SP), com poderes para representar-me, na qualidade de advogada da Companhia, na Assembleia Geral Ordinária e na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, que se realizará no dia 28 de abril de 2026, para votar **A FAVOR** nas matérias constantes da ordem do dia, em conformidade com a orientação de voto abaixo.
- **Fernanda Janotti de Oliveira**, brasileira, solteira, advogada, RG-SSP/SP nº 35.968.854-8, CPF nº 387.265.428-46, OAB/SP nº 345.971, domiciliada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Conceição, 1º andar, São Paulo (SP), com poderes para representar-me, na qualidade de advogada da Companhia, na Assembleia Geral Ordinária e na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, que se realizará no dia 28 de abril de 2026, para votar **CONTRA** nas matérias constantes da ordem do dia, em conformidade com a orientação de voto abaixo.
- **Marcos Luiz Ferreira**, brasileiro, casado, administrador, RG-SSP/SP nº 25.575.317-2, CPF nº 176.147.528-21, domiciliado na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Conceição, 1º andar, São Paulo (SP), com poderes para representar-me, na qualidade de acionista da Companhia, na Assembleia Geral Ordinária e na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, que se realizará no dia 28 de abril de 2026, para **SE ABSTER** nas matérias constantes da ordem do dia, em conformidade com a orientação de voto abaixo.

O(A) procurador(a) terá poderes limitados ao comparecimento na Assembleia Geral Extraordinária para lançamento de voto em conformidade com a orientação de voto abaixo, não tendo direito nem obrigação de tomar quaisquer outras medidas que não sejam necessárias ao exato cumprimento das orientações de voto indicadas abaixo. O(A) procurador(a) fica autorizado(a) a se abster em qualquer deliberação ou assunto para o qual não tenha recebido orientações de voto suficientemente específicas e votará de acordo com o número de ações ordinárias detidas pelo(a) Outorgante.

O presente instrumento de mandato terá validade apenas para esta Assembleia Geral Ordinária e na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia.

São Paulo, ___ de ___ de 2026.

[ACIONISTA]
(Assinatura autenticada)

ORIENTAÇÃO DE VOTO

Assembleia Geral Ordinária - 11h00:

1. Tomar conhecimento dos Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e examinar, para deliberação, as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2025:

APROVAR	REJEITAR	ABSTER-SE
☐	☐	☐

2. Deliberar sobre a proposta da Administração para a destinação do lucro líquido do exercício, conforme detalhado no Manual da Assembleia Geral disponível em <https://www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores/assembleias-gerais/>:

APROVAR	REJEITAR	ABSTER-SE
☐	☐	☐

3. Fixar o número de membros que irão compor o Conselho de Administração em 13 (treze):

APROVAR	REJEITAR	ABSTER-SE
☐	☐	☐

4. Eleger os membros do Conselho de Administração para o próximo mandato anual que vigorará até a posse dos eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2027:

Alfredo Egydio Setubal

APROVAR	REJEITAR	ABSTER-SE
☐	☐	☐

Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela

APROVAR	REJEITAR	ABSTER-SE
☐	☐	☐

Candido Botelho Bracher (Conselheiro Independente)

APROVAR	REJEITAR	ABSTER-SE
☐	☐	☐

Cesar Nivaldo Gon (Conselheiro Independente)

APROVAR	REJEITAR	ABSTER-SE
☐	☐	☐

Fabricio Bloisi Rocha (Conselheiro Independente)

APROVAR	REJEITAR	ABSTER-SE
☐	☐	☐

João Moreira Salles

APROVAR	REJEITAR	ABSTER-SE
☐	☐	☐

Marcos Marinho Lutz (Conselheiro Independente)

APROVAR	REJEITAR	ABSTER-SE
☐	☐	☐

Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana (Conselheiro Independente)

APROVAR	REJEITAR	ABSTER-SE
☐	☐	☐

Paulo Antunes Veras (Conselheiro Independente)

APROVAR	REJEITAR	ABSTER-SE
☐	☐	☐

Pedro Luiz Bodin de Moraes (Conselheiro Independente)

APROVAR	REJEITAR	ABSTER-SE
☐	☐	☐

Pedro Moreira Salles (Copresidente)

APROVAR	REJEITAR	ABSTER-SE
☐	☐	☐

Ricardo Villela Marino (Vice-presidente)

APROVAR	REJEITAR	ABSTER-SE
☐	☐	☐

Roberto Egydio Setubal (Copresidente)

APROVAR	REJEITAR	ABSTER-SE
☐	☐	☐

5. Deliberar sobre a independência dos membros assim classificados:

APROVAR	REJEITAR	ABSTER-SE
☐	☐	☐

6. Eleger os membros do Conselho Fiscal para o próximo mandato anual, que vigorará até a posse dos eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2027:

Eduardo Hirokyu Miyaki (efetivo) e João Costa (suplente)

APROVAR	REJEITAR	ABSTER-SE
☐	☐	☐

Cláudio José Coutinho Arromatte (efetivo) e Leni Bernadete Torres da Silva Sansiviero (suplente)

APROVAR	REJEITAR	ABSTER-SE
☐	☐	☐

7. Deliberar sobre o montante da verba destinada à remuneração global dos integrantes da Diretoria e do Conselho de Administração no valor total de R\$ 938.000.000,00:

APROVAR	REJEITAR	ABSTER-SE
☐	☐	☐

8. Deliberar sobre a remuneração mensal individual de R\$ 22.000,00 para os membros efetivos e de R\$ 9.000,00 para os membros suplentes do Conselho Fiscal:

APROVAR	REJEITAR	ABSTER-SE
☐	☐	☐

Assembleia Geral Extraordinária - 11h10:

1. Deliberar sobre o “Protocolo e Justificação” no qual estão estabelecidos os termos e condições da incorporação do Banco Itaucard S.A. pela Companhia, com data-base de 31 de dezembro de 2025:

APROVAR	REJEITAR	ABSTER-SE
☐	☐	☐

2. Ratificar a nomeação e a contratação da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. - PwC como empresa especializada responsável pela elaboração do Laudo de Avaliação do patrimônio líquido contábil do Banco Itaucard S.A. a ser incorporado pela Companhia:

APROVAR	REJEITAR	ABSTER-SE
☐	☐	☐

3. Deliberar sobre o Laudo de Avaliação, com base no balanço contábil do Banco Itaucard S.A., levantado em 31 de dezembro de 2025:

APROVAR	REJEITAR	ABSTER-SE
☐	☐	☐

4. Deliberar sobre a incorporação, pela Companhia, do Banco Itaucard S.A., sem aumento no capital social da Companhia, nos termos do “Protocolo e Justificação”:

APROVAR	REJEITAR	ABSTER-SE
☐	☐	☐

5. Autorizar os administradores da Companhia, na forma prevista em seu Estatuto Social, a praticarem todos os atos e a firmarem todos os documentos necessários à implementação e formalização das deliberações aprovadas:

APROVAR	REJEITAR	ABSTER-SE
☐	☐	☐

6. Alterar a redação do artigo 3º, caput, do Estatuto Social, para refletir a nova composição do capital social, após deliberações do Conselho de Administração de 27 de novembro de 2025 e 18 de dezembro de 2025 referentes ao cancelamento de ações e aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado:

APROVAR	REJEITAR	ABSTER-SE
☐	☐	☐

7. Alterar o item 9.1. do artigo 9º do Estatuto Social para modificar o número máximo de membros da Diretoria, passando esta a ser composta por 05 (cinco) a 60 (sessenta) membros:

APROVAR	REJEITAR	ABSTER-SE
☐	☐	☐

8. Consolidar o Estatuto Social para refletir as alterações mencionada nos itens precedentes:

APROVAR	REJEITAR	ABSTER-SE
☐	☐	☐

**D - MODELO DE PROCURAÇÃO PARA PROCURADORES DISPONIBILIZADOS PELA COMPANHIA
PARA ACIONISTAS DETENTORES DE AÇÕES PREFERENCIAIS**

Por este instrumento de procuração, EU, [ACIONISTA], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], portador(a) do documento de identidade nº (___), inscrito(a) no CPF/MF sob o nº (___), com endereço no(a) [ENDEREÇO] ("Outorgante"), acionista do Itaú Unibanco Holding S.A. ("Companhia"), nomeio como meu(s) procurador(es):

- **Karina Granucci Rodeguer Bugano Gomes**, brasileira, casada, advogada, RG-SSP/SP n. 38.910.241-6, CPF nº 329.676.158-62, OAB/SP nº 353.639, domiciliada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Conceição, 1º andar, São Paulo (SP), com poderes para representar-me, na qualidade de advogada da Companhia, na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, que se realizará no dia 28 de abril de 2026, para votar **A FAVOR** nas matérias constantes da ordem do dia, em conformidade com a orientação de voto abaixo.
- **Fernanda Janotti de Oliveira**, brasileira, solteira, advogada, RG-SSP/SP nº 35.968.854-8, CPF nº 387.265.428-46, OAB/SP nº 345.971, domiciliada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Conceição, 1º andar, São Paulo (SP), com poderes para representar-me, na qualidade de advogada da Companhia, na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, que se realizará no dia 28 de abril de 2026, para votar **CONTRA** nas matérias constantes da ordem do dia, em conformidade com a orientação de voto abaixo.
- **Marcos Luiz Ferreira**, brasileiro, casado, administrador, RG-SSP/SP nº 25.575.317-2, CPF nº 176.147.528-21, domiciliado na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Conceição, 1º andar, São Paulo (SP), com poderes para representar-me, na qualidade de acionista da Companhia, na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, que se realizará no dia 28 de abril de 2026, para **SE ABSTER** nas matérias constantes da ordem do dia, em conformidade com a orientação de voto abaixo.

O(A) procurador(a) terá poderes limitados ao comparecimento na Assembleia Geral Ordinária para lançamento de voto em conformidade com a orientação de voto abaixo, não tendo direito nem obrigação de tomar quaisquer outras medidas que não sejam necessárias ao exato cumprimento das orientações de voto indicadas abaixo. O(A) procurador(a) fica autorizado(a) a se abster em qualquer deliberação ou assunto para o qual não tenha recebido orientações de voto suficientemente específicas e votará de acordo com o número de ações preferenciais detidas pelo(a) Outorgante.

O presente instrumento de mandato terá validade apenas para esta Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

São Paulo, ___ de ___ de 2026.

[ACIONISTA]
(Assinatura autenticada)

ORIENTAÇÃO DE VOTO

1. Eleger os membros do Conselho Fiscal para o próximo mandato anual que vigorará até a posse dos eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2027:

Membros indicados pela acionista Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI:

Marcelo Maia Tavares de Araújo (efetivo) e Haroldo do Rosario Vieira (suplente)

APROVAR	REJEITAR	ABSTER-SE
☐	☐	☐

E - INFORMAÇÕES DO ANEXO Q DA RESOLUÇÃO CVM Nº 81/22

1. Informar o nome da companhia

Itaú Unibanco Holding S.A.

2. Informar as matérias para as quais a procuração está sendo solicitada

Matérias indicadas no Edital de Convocação constante deste Manual.

3. Identificar as pessoas naturais ou jurídicas que promoveram, organizaram ou custearam o pedido de procuração, ainda que parcialmente, informando:

a. Nome e endereço

Itaú Unibanco Holding S.A., com endereço na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04344-902.

b. Desde quando é acionista da companhia

Não aplicável.

c. Número e percentual de ações de cada espécie e classe de sua titularidade

Não aplicável.

d. Número de ações tomadas em empréstimo

Não aplicável.

e. Exposição total em derivativos referenciados em ações da companhia

Não aplicável.

f. Relações de natureza societária, empresarial ou familiar existentes ou mantidas nos últimos 3 anos com a companhia ou com partes relacionadas à companhia, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não aplicável.

4. Informar se qualquer das pessoas mencionadas no item 3, bem como qualquer de seus controladores, controladas, sociedades sob controle comum ou coligadas têm interesse especial na aprovação das matérias para as quais a procuração está sendo solicitada, descrevendo detalhadamente a natureza e extensão do interesse em questão

A disponibilização de procuradores foi promovida pela Companhia e tem como único objetivo oferecer mecanismo adicional para facilitar a participação do Acionista na Assembleia, sem qualquer interesse especial na aprovação das matérias.

5. Informar o custo estimado do pedido de procuração

O custo do pedido de procuração é insignificante.

6. Informar se (a) a companhia custeou o pedido de procuração ou (b) se seus autores buscarão ressarcimento de custos junto à companhia

O pedido de procuração foi integralmente custeado pela Companhia.

7. Informar:

a) O endereço para o qual a procuração deve ser remetida depois de assinada;

De modo a facilitar os trabalhos na Assembleia Geral, a Companhia sugere que os Acionistas representados por procuradores enviem, até 24.04.2026, cópia da procuração e dos demais documentos elencados no Edital de Convocação para o e-mail: ri@itau-unibanco.com.br.

b) Caso a companhia aceite procurações por meio de sistema na rede mundial de computadores, as instruções para a outorga da procuração;

A Companhia adotará o sistema de votação a distância, nesse sentido, os Acionistas que desejarem realizar a votação por meio do boletim de voto a distância, poderão encaminhar suas instruções de voto em relação às matérias da Assembleia:

- por boletim de voto a distância enviado diretamente à Companhia; ou
- por transmissão de instruções de preenchimento do boletim de voto a distância a prestadores de serviço, a saber:

a) ao custodiante do Acionista, caso as ações estejam depositadas em depositário central; ou

b) à Itaú Corretora de Valores S.A., na qualidade de instituição financeira contratada pela Companhia para prestação dos serviços de escrituração de valores mobiliários.

Envio do boletim pelo Acionista diretamente à Companhia

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância poderá fazê-lo diretamente à Companhia, devendo, para tanto, encaminhar para o e-mail ri@itau-unibanco.com.br até o dia 24.04.2026 os seguintes documentos:

- boletim devidamente preenchido, rubricado e assinado (não há necessidade de consularização ou tradução juramentada para documento em língua estrangeira); e
- documento de identificação - **Pessoas Jurídicas**: cópia autenticada do contrato/estatuto social, comprovante de eleição dos administradores e cópia autenticada da procuração contendo poderes específicos para assinar o boletim de voto a distância em nome da Pessoa Jurídica, quando aplicável, e do documento de identidade destes representantes; e **Pessoas Físicas**: cópia autenticada do documento de identidade com foto do Acionista. Solicitamos que documentos produzidos no exterior sejam consularizados ou apostilados e acompanhados da respectiva tradução juramentada.

Uma vez recebidos os documentos referidos acima, a Companhia avisará o Acionista acerca de seu recebimento e de sua aceitação. Tal informação será enviada ao Acionista por meio do endereço eletrônico indicado no boletim de voto.

Envio do boletim pelo Acionista aos prestadores de serviço

Alternativamente, o Acionista poderá optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio de prestadores de serviços, transmitindo as suas instruções de voto aos seus agentes de custódia ou ao agente escriturador, observadas as regras por esses determinadas. O Acionista deverá entrar em contato com o agente de custódia ou com o agente escriturador para verificar os procedimentos por eles estabelecidos, bem como os documentos solicitados.

A Itaú Corretora de Valores S.A., agente escriturador das ações da Companhia, criou o site Assembleia Digital, uma solução segura onde é possível realizar o voto a distância. Para votar pelo site é necessário realizar cadastro e possuir certificado digital. Informações sobre o cadastro e o passo a passo para emissão do certificado digital estão descritas no site: <https://assembleiadigital.certificadodigital.com/itausecuritiesservices/artigo/home/assembleia-digital/>

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

3003-9285 (capitais e regiões metropolitanas)

0800 7209285 (demais localidades)

O horário de atendimento é em dias úteis das 9h às 18h.

E-mail: atendimentoescrituracao@itau-unibanco.com.br

O Acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do boletim aos prestadores de serviço até 24.04.2026, salvo se prazo diverso for por eles estabelecido.



4T25

Itaú Unibanco Holding S.A.

Demonstrações Contábeis Completas em BRGAAP

31 de Dezembro de 2025

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Copresidentes

Pedro Moreira Salles
Roberto Egydio Setubal

Vice-Presidente

Ricardo Villela Marino

Conselheiros

Alfredo Egydio Setubal
Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela
Candido Botelho Bracher
Cesar Nivaldo Gon
Fabricio Bloisi Rocha
João Moreira Salles
Marcos Marinho Lutz
Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana
Paulo Antunes Veras
Pedro Luiz Bodin de Moraes

COMITÊ DE AUDITORIA

Presidente

Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana

Membros

Alexandre de Barros
Fernando Barçante Tostes Malta
Luciana Pires Dias
Maria Elena Cardoso Figueira
Rogério Carvalho Braga

CONSELHO FISCAL

Presidente

Gilberto Frussa

Conselheiros

Eduardo Hiroyuki Miyaki
Marcelo Maia Tavares de Araújo

DIRETORIA

Diretor Presidente e Integrante do Comitê Executivo

Milton Maluhy Filho

Diretores e Integrantes do Comitê Executivo

André Luís Teixeira Rodrigues
Carlos Fernando Rossi Constantini
Carlos Orestes Vanzo
Flávio Augusto Aguiar de Souza
Gabriel Amado de Moura
José Virgílio Vita Neto
Matias Granata
Pedro Paulo Giubbina Lorenzini
Ricardo Ribeiro Mandacaru Guerra
Sergio Guillinet Fajerman

Diretores

Adriano Cabral Volpini
Albano Manoel Almeida
Álvaro Felipe Rizzi Rodrigues
Andre Balestrin Cestare
André Maurício Gerales Martins
Cristiano Guimarães Duarte
Daniel Menezes Santana
Daniel Sposito Pastore
Daniela Pereira Bottai
Emerson Macedo Bortoloto
Eric André Altafim
Felipe Piccoli Aversa
Felipe Xavier Minhoto Tambelini
Flavio Ribeiro Iglesias
Guilherme Barros Leite de Albuquerque Maranhão
Gustavo Lopes Rodrigues ⁽¹⁾
José Geraldo Franco Ortiz Junior
Lineu Carlos Ferraz de Andrade
Luciana Nicola
Luís Eduardo Gross Siqueira Cunha
Maira Blini de Carvalho
Marcia Kinsch de Lima
Mário Newton Nazareth Miguel
Mayara Arci Rezek
Michele Maria Vita
Paulo Sergio Miron
Pedro Henrique Moreira Ribeiro
Rafael Vietti da Fonseca
Renato Barbosa do Nascimento
Renato da Silva Carvalho
Renato Lulia Jacob
Ricardo Nuno Delgado Gonçalves
Rita Rodrigues Ferreira de Carvalho
Rodrigo Andre Leiras Carneiro
Rubens Fogli Netto
Tatiana Grecco
Vinícius Santana

1) Diretor de Relações com Investidores.

Contadora

Fabiana Palazzo Barbosa
CRC 1SP251437/O-4

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Diretor Presidente e Integrante do Comitê Executivo
Milton Maluhy Filho

Diretores e Integrantes do Comitê Executivo

André Luís Teixeira Rodrigues
Carlos Fernando Rossi Constantini
Carlos Orestes Vanzo
Flávio Augusto Aguiar de Souza
Gabriel Amado de Moura
José Virgílio Vita Neto
Matias Granata
Ricardo Ribeiro Mandacaru Guerra
Sergio Guillinet Fajerman

Diretores

Adriana Maria dos Santos
Adriano Cabral Volpini
Adriano Tchen Cardoso Alves
Albano Manoel Almeida
Alessandro Anastasi
Alexandre Borin Ribeiro
Álvaro de Alvarenga Freire Pimentel
Álvaro Felipe Rizzi Rodrigues
Ana Paula Nunes Cerchiari Almeida
Andre Balestrin Cestare
Andre Barreto Palma ⁽¹⁾
André Mauricio Geraldês Martins
Andrea Carpes Blanco
Angelo Russomano Fernandes
Atilio Luiz Magila Albiero Junior
Badi Maani Shaikhzadeh
Beatriz Couto Dellevedove Bernardi
Bruno Bianchi
Bruno Machado Ferreira
Caio Barbosa Lima Moreno
Carlos Augusto Salamonde
Carlos Eduardo de Almeida Mazzei
Carlos Eduardo Mori Peyser
Carlos Henrique Donegá Aidar
Cassio Martini Martins Pereira ⁽¹⁾
Cintia Carbonieri Fleury de Camargo
Cláudio José Coutinho Arromatte
Cristiano Guimarães Duarte
Cristina Gouveia Aguiar
Daniel Menezes Santana
Daniel Moretto Bucheb ⁽¹⁾
Daniel Nascimento Goretti
Daniel Sposito Pastore
Davi Faleiros Franco da Rocha
Eduardo Cardoso Armonia
Eduardo Corsetti
Eduardo Coutinho de Oliveira Amorim
Eduardo Nogueira Domeque
Eric André Altafim
Estevão Carcioffi Lazanha
Fabio Augusto Rodrigues Cintra Zagatti ⁽¹⁾
Fabio Horta Motta Marques da Costa
Fábio Napoli
Fábio Rodrigo Villa
Fabricio Dore de Magalhães
Felipe Piccoli Aversa
Felipe Sampaio Nabuco
Felipe Weil Wilberg
Felipe Xavier Minhoto Tambelini
Fernando Cesar Ferreira Campos ⁽¹⁾
Fernando Della Torre Chagas
Fernando Kontopp de Oliveira
Fernando Mattar Beyruti
Fernando Silva Dias de Castro
Flávia Davoli
Flavio Ribeiro Iglesias
Francis Roberto Gallo
Gabriel Brabo de Bernardes
Gabriel Guedes Pinto Teixeira

Diretores (continuação)

Gabriela Figueiredo Denadai
Gabriela Rodrigues Ferreira
Giovana Aparecida Braccialli Vinci
Guilherme Pessini Carvalho
Gustavo Andres
Gustavo Lopes Rodrigues
Gustavo Nobuaki Aoki
Haroldo Coutinho de Lucena Neto
João Carlos do Amaral dos Santos
João Filipe Fernandes da Costa Araújo
José de Castro Araújo Rudge Filho
José Geraldo Franco Ortiz Junior
Juliana Improta Cury Simon
Laila Regina de Oliveira Pena de Antonio
Leandro Alves
Leandro Roberto Dominiquini
Leandro Rocha de Andrade
Lineu Carlos Ferraz de Andrade
Luciana Nicola
Luís Eduardo Gross Siqueira Cunha
Luiz Felipe Monteiro Arcuri Trevisan
Maira Blini de Carvalho
Marcelo Bevilacqua Gambarini
Marcia Kinsch de Lima
Marcio Luís Domingues da Silva
Marco Flavio Trajano Mattos
Marcos Paulo Coelho ⁽¹⁾
Marcos Zani Della Manna
Marcus Viana de Gusmão
Maria Estela Castanheira Saab Caiuby Novaes
Mariana Mauriz Rodrigues
Mário Lúcio Gurgel Pires
Mario Magalhães Carvalho Mesquita
Mário Newton Nazareth Miguel
Mayara Arci Rezeck
Michel Cury Chain
Michele Maria Vita
Milena de Castilho Lefon Martins
Nuno Filipe Bonito Monteiro ⁽¹⁾
Pamela Vaiano
Paola Archibusacci Sarkis
Pedro Barros Barreto Fernandes
Pedro Campos Bias Fortes
Pedro Henrique Moreira Ribeiro
Pedro Prates Rodrigues
Priscilla Marques Dias Ciolli
Rafael Bastos Heringer
Rafael Burini Ohde
Rafael Viatti da Fonseca
Renata Cristina de Oliveira
Renato Bereznjak Cunha
Renato Cesar Mansur
Renato da Silva Carvalho
Renato Giongo Vichi
Renato Lulia Jacob
Ricardo Nuno Delgado Gonçalves
Rita Rodrigues Ferreira Carvalho
Roberta Anchieta da Silva
Rodrigo Andre Leiras Carneiro
Rodrigo Jorge Dantas de Oliveira
Rodrigo Rodrigues Baia
Rogerio Vasconcelos Costa
Rubens Fogli Netto
Sandra Cristina Mischiatti Lancellotti
Tatiana Grecco
Tatyana Montenegro Gil
Thales Ferreira Silva
Thiago Luiz Charnet Ellero
Tiago Augusto Morelli
Ullisses Christian Silva Assis
Valéria Aparecida Marretto
Vinicius Santana

1) Eleitos na Assembleia Geral Extraordinária de 30/01/2026, aguardando homologação do BACEN.

Itaú Unibanco Holding S.A.
Balanço Patrimonial Consolidado
(Em milhões de reais)

Ativo	Nota	01/01/2025	
		31/12/2025	Informações Suplementares (não auditado)
Circulante e Não Circulante		3.061.050	2.851.314
Disponibilidades		37.144	36.127
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2c IV, 4	340.388	302.560
Aplicações no Mercado Aberto		269.780	233.209
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		65.544	66.752
Recursos Garantidores das Provisões Técnicas	10b	5.093	2.626
(Provisão para Perda de Crédito Esperada)		(29)	(27)
Títulos e Valores Mobiliários	2c IV, 5	925.416	835.714
Carteira Própria		355.614	226.461
Vinculados		215.242	301.936
Recursos Garantidores das Provisões Técnicas	10b	355.296	308.623
(Provisão para Perda de Crédito Esperada)		(736)	(1.306)
Derivativos	2c IV, 6	73.311	96.488
Operações com Característica de Concessão de Crédito	8	1.229.943	1.157.247
Operações de Crédito, Arrendamentos e Outros Créditos	2c IV, 2c VII	1.084.014	1.022.078
Títulos e Valores Mobiliários	2c IV	197.424	188.540
(Provisão para Perda de Crédito Esperada)	2c IV	(51.495)	(53.371)
Relações Interfinanceiras e Interdependências		282.008	246.261
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		92.994	85.470
Ativos Fiscais Correntes		18.669	16.735
Ativos Fiscais Diferidos	20b I	74.325	68.735
Outros Ativos	9a	79.846	91.447
Permanente		35.227	34.793
Investimentos	2c VI	9.047	8.527
Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto		8.949	8.362
Outros Investimentos		98	165
Imobilizado	2c VIII, 2c X, 14	9.595	9.080
Imóveis		9.941	6.932
Outras Imobilizações		16.299	18.137
(Depreciações Acumuladas)		(16.645)	(15.989)
Ágio e Intangível	2c IX, 2c X, 15	16.585	17.186
Ágio		718	865
Ativos Intangíveis		52.697	47.755
(Amortização Acumulada)		(36.830)	(31.434)
Total do Ativo		3.096.277	2.886.107

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Itaú Unibanco Holding S.A.
Balanço Patrimonial Consolidado
(Em milhões de reais)

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	01/01/2025	
		31/12/2025	Informações Suplementares (não auditado)
Circulante e Não Circulante		2.890.647	2.674.458
Depósitos	2c IV, 16b	1.114.482	1.054.741
Depósitos à Vista		135.383	124.920
Depósitos de Poupança		177.305	180.730
Depósitos Interfinanceiros		11.530	7.224
Depósitos a Prazo		789.643	735.376
Outros Depósitos		621	6.491
Captações no Mercado Aberto	2c IV, 16c	456.158	409.656
Carteira Própria		201.610	178.922
Carteira de Terceiros		176.043	129.536
Carteira Livre Movimentação		78.505	101.198
Instrumentos de Dívida	2c IV, 16d	415.630	377.344
Recursos de Emissões		265.486	236.430
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior		76.420	76.279
Captação por Certificados de Operações Estruturadas		25.577	19.411
Instrumentos de Dívidas com Cláusulas de Subordinação	16d III	48.147	45.224
Obrigações por Empréstimos e Repasses	2c IV, 16e	147.164	135.113
Empréstimos		116.496	117.170
Repasses		30.668	17.943
Derivativos	2c IV, 6	69.899	96.611
Relações Interfinanceiras e Interdependências		109.961	103.820
Provisões para Garantias Financeiras, Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar	8a, 8c	1.794	1.153
Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização	2c XI, 10a	360.617	311.812
Demais Provisões	2c XII, 11b	15.849	16.628
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		23.941	22.988
Obrigações Fiscais Correntes	20c	15.327	14.255
Obrigações Fiscais Diferidas	20b II	8.614	8.733
Outros Passivos	9b	175.152	144.592
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores	18	196.146	202.705
Capital Social		136.910	90.729
Reservas de Capital		2.873	2.729
Reservas de Lucros		57.531	110.400
Outros Resultados Abrangentes	2c IV	(1.155)	(244)
(Ações em Tesouraria)		(13)	(909)
Participação de Acionistas Não Controladores	18e	9.484	8.944
Total do Patrimônio Líquido		205.630	211.649
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		3.096.277	2.886.107

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Itaú Unibanco Holding S.A.
Demonstração Consolidada do Resultado
(Em milhões de reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro por ação)

	Nota	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Receitas da Intermediação Financeira	24	190.024	350.779
Resultado de Operações com Característica de Concessão de Crédito		86.887	171.746
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários, Derivativos e Outros		71.038	117.988
Receitas Financeiras de Recursos Garantidores de Provisões Técnicas		22.740	43.764
Resultado das Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Outros		9.359	17.281
Despesas da Intermediação Financeira	24	(136.067)	(241.395)
Depósitos e Captações no Mercado Aberto		(107.637)	(196.040)
Instrumentos de Dívida		483	(2.180)
Empréstimos e Repasses		(6.976)	(890)
Despesas Financeiras de Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização		(21.937)	(42.285)
Resultado da Intermediação Financeira Antes da Perda de Crédito Esperada		53.957	109.384
Resultado da Perda de Crédito Esperada	24	(13.077)	(28.631)
Despesa de Provisão para Perda de Crédito Esperada		(15.730)	(33.712)
Receita de Recuperação de Ativos Financeiros Baixados como Prejuízo		2.653	5.081
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		40.880	80.753
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais		(11.272)	(26.064)
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	25	25.307	48.973
Resultado de Operações com Seguros, Previdência e Capitalização		3.593	7.000
Despesas de Pessoal	26	(17.458)	(33.944)
Outras Despesas Administrativas	26	(14.016)	(27.423)
Despesas de Demais Provisões	11b	(2.489)	(4.148)
Provisões Cíveis		(672)	(1.228)
Provisões Trabalhistas		(1.435)	(3.334)
Provisões Fiscais e Previdenciárias e Outros Riscos		(382)	414
Despesas Tributárias	2c XIII, 20a II	(5.316)	(11.039)
Resultado de Participações em Coligadas, Entidades Controladas em Conjunto e Outros Investimentos		723	1.417
Outras Receitas Operacionais		4.009	3.582
Outras Despesas Operacionais	26	(5.625)	(10.482)
Resultado Operacional		29.608	54.689
Resultado não Operacional		289	455
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro e Participações		29.897	55.144
Imposto de Renda e Contribuição Social	2c XIII, 20a I	(5.544)	(7.868)
Devidos sobre Operações do Período		(6.267)	(13.092)
Referentes a Diferenças Temporárias		723	5.224
Participações no Lucro, líquido de impostos - Administradores - Estatutárias	19b	(210)	(476)
Participação de Acionistas Não Controladores	18e	(645)	(1.129)
Lucro Líquido		23.498	45.671
Lucro por Ação - Básico	21		
Ordinárias		2,13	4,12
Preferenciais		2,13	4,12
Lucro por Ação - Diluído	21		
Ordinárias		2,11	4,08
Preferenciais		2,11	4,08
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Básica	21		
Ordinárias		5.617.742.977	5.617.742.977
Preferenciais		5.437.532.545	5.459.926.630
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Diluída	21		
Ordinárias		5.617.742.977	5.617.742.977
Preferenciais		5.539.170.312	5.571.684.620

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente
(Em milhões de reais)

	Nota	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Lucro Líquido Consolidado		24.143	46.800
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	5c	(361)	1.035
Varição de Valor Justo		(3.834)	(5.018)
Efeito Fiscal		1.784	3.149
(Ganhos) / Perdas Transferidos ao Resultado		3.068	5.279
Efeito Fiscal		(1.379)	(2.375)
<i>Hedge</i>		(148)	1.003
<i>Hedge</i> de Fluxo de Caixa	7b	99	197
Varição de Valor Justo		183	361
Efeito Fiscal		(84)	(164)
<i>Hedge</i> de Investimentos Líquidos em Operação no Exterior	7c	(247)	806
Varição de Valor Justo		824	2.855
Efeito Fiscal		(1.071)	(2.049)
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego ⁽¹⁾		4	(5)
Remensurações	22	8	(8)
Efeito Fiscal		(4)	3
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior		2.008	(2.946)
Outros		(7)	2
Outros Resultados Abrangentes dos Acionistas Não Controladores		295	44
Total de Outros Resultados Abrangentes Consolidado		1.791	(867)
Total dos Resultados Abrangentes Consolidado		25.934	45.933
Resultado Abrangente Atribuível ao Acionista Controlador		24.994	44.760
Resultado Abrangente Atribuível à Participação dos Acionistas Não Controladores		940	1.173

1) Montantes que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido
(Em milhões de reais)

Atribuído à Participação dos Acionistas Controladores														
Nota	Outros Resultados Abrangentes										Lucros Acumulados	Total PL - Acionistas Controladores	Total PL - Acionistas não Controladores	Total
	Capital Social	Ações em Tesouraria	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajuste de Títulos Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes ⁽¹⁾	Contratos de Seguro e Previdência Privada	Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior	Ganhos e Perdas - Hedge ⁽²⁾	Outros				
Total - 01/07/2025	124.063	(18)	2.328	77.093	561	259	(1.968)	6.040	(7.552)	9	-	200.815	8.737	209.552
Transações com os Acionistas	12.847	5	545	(15.847)	-	-	-	-	-	-	-	(2.450)	-	(2.450)
Aquisição de Ações em Tesouraria	18	(3.002)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.002)	-	(3.002)
Cancelamento de Ações em Tesouraria	18	3.000	-	(3.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado da Entrega de Ações em Tesouraria	18	7	(1)	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	6
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações	-	-	546	-	-	-	-	-	-	-	-	546	-	546
Capitalização por Reservas	12.847	-	-	(12.847)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reorganização Societária	2c I, 3	-	-	(61)	-	-	-	-	-	-	-	(61)	-	(61)
Outros	-	-	-	314	-	-	-	-	-	-	-	314	-	314
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20	20	-	20
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	(361)	-	4	2.008	(148)	(7)	23.498	24.994	940	25.934
Lucro Líquido Consolidado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23.498	23.498	645	24.143
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	(361)	-	4	2.008	(148)	(7)	-	1.496	295	1.791
Destinações:														
Reserva Legal	-	-	-	1.170	-	-	-	-	-	-	(1.170)	-	-	-
Reservas Estatutárias	-	-	-	(2.744)	-	-	-	-	-	-	2.744	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(20.000)	(20.000)	(193)	(20.193)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(2.394)	-	-	-	-	-	-	(5.092)	(7.486)	-	(7.486)
Total - 31/12/2025	18	136.910	(13)	2.873	57.531	200	259	(1.964)	8.048	(7.700)	2	196.146	9.484	205.630
Mutações do Período	12.847	5	545	(19.562)	(361)	-	4	2.008	(148)	(7)	-	(4.669)	747	(3.922)
Total - 01/01/2025	90.729	(909)	2.729	110.400	(835)	259	(1.959)	10.994	(8.703)	-	-	202.705	8.944	211.649
Transações com os Acionistas	46.181	896	144	(49.181)	-	-	-	-	-	-	-	(1.960)	-	(1.960)
Aquisição de Ações em Tesouraria	18	(3.085)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.085)	-	(3.085)
Cancelamento de Ações em Tesouraria	18	3.000	-	(3.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado da Entrega de Ações em Tesouraria	18	981	(10)	-	-	-	-	-	-	-	-	971	-	971
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações	-	-	154	-	-	-	-	-	-	-	-	154	-	154
Capitalização por Reservas	46.181	-	-	(46.181)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reorganização Societária	2c I, 3	-	-	(4)	-	-	-	-	-	-	-	(4)	-	(4)
Outros	-	-	-	(200)	-	-	-	-	-	-	-	(200)	-	(200)
Dividendos - Declarados após período anterior	-	-	-	(12.229)	-	-	-	-	-	-	-	(12.229)	-	(12.229)
Juros sobre o Capital Próprio - Declarados após período anterior	-	-	-	(3.260)	-	-	-	-	-	-	-	(3.260)	-	(3.260)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	38	38	-	38
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	1.035	-	(5)	(2.946)	1.003	2	45.671	44.760	1.173	45.933
Lucro Líquido Consolidado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	45.671	45.671	1.129	46.800
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	1.035	-	(5)	(2.946)	1.003	2	-	(911)	44	(867)
Destinações:														
Reserva Legal	-	-	-	2.283	-	-	-	-	-	-	(2.283)	-	-	-
Reservas Estatutárias	-	-	-	9.722	-	-	-	-	-	-	(9.722)	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(20.000)	(20.000)	(633)	(20.633)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(13.704)	(13.704)	-	(13.704)
Total - 31/12/2025	18	136.910	(13)	2.873	57.531	200	259	(1.964)	8.048	(7.700)	2	196.146	9.484	205.630
Mutações do Período	46.181	896	144	(52.869)	1.035	-	(5)	(2.946)	1.003	2	-	(6.559)	540	(6.019)

1) Inclui participação no Resultado Abrangente de Investimentos em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto relativo a Títulos Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes.

2) Inclui Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimentos Líquidos no Exterior.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Itaú Unibanco Holding S.A.
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa
(Em milhões de reais)

	Nota	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Lucro Líquido Ajustado		48.999	112.308
Lucro Líquido		23.498	45.671
Ajustes ao Lucro Líquido:		25.501	66.637
Pagamento Baseado em Ações		546	178
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(1.239)	3.791
Perda de Crédito Esperada com Instrumentos Financeiros	24	15.730	33.712
Resultado de Juros e Variação Cambial de Operações com Dívida Subordinada		3.502	4.386
Variação das Provisões Técnicas de Seguros, Previdência Privada e Capitalização		8.472	19.152
Depreciações e Amortizações		3.830	7.497
Despesa de Atualização / Encargos de Provisões Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciárias e Outros Riscos	11b	479	1.622
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciárias e Outros Riscos	11b	2.431	3.633
Receita de Atualização / Encargos de Depósitos em Garantia		(512)	(957)
Tributos Diferidos (excluindo os efeitos fiscais do <i>Hedge</i>)		2.826	2.092
Resultado de Participações em Coligadas, Entidades Controladas em Conjunto e Outros Investimentos		(722)	(1.416)
Resultado de Juros e Variação Cambial de Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		(8.086)	(7.899)
Resultado de Juros e Variação Cambial de Ativos Financeiros ao Custo Amortizado		(5.044)	(5.508)
Resultado em Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		3.068	5.279
Resultado na Alienação de Investimentos e Imobilizado		(227)	(325)
Resultado de Participação de Acionistas Não Controladores	18e	645	1.129
Outros		(198)	271
Variações de Ativos e Passivos		(17.822)	(51.173)
(Aumento) / Redução em Ativos			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(93.604)	(40.974)
Títulos e Valores Mobiliários		10.478	(76.227)
Derivativos (Ativos / Passivos)		(4.025)	(3.535)
Operações com Característica de Concessão de Crédito		(98.319)	(106.408)
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil		(1.758)	(6.577)
Relações Interfinanceiras e Relações Interdependências (Ativos / Passivos)		(32.659)	(23.029)
Ativos Fiscais		(7.865)	(9.616)
Outros Ativos		562	7.461
(Redução) / Aumento em Passivos			
Depósitos		94.722	59.741
Captações no Mercado Aberto		23.296	46.502
Instrumentos de Dívida		19.689	35.363
Obrigações por Empréstimos e Repasses		27.671	12.051
Provisões Técnicas de Seguros, Previdência Privada e Capitalização		15.773	29.653
Obrigações Fiscais		7.117	10.675
Demais Provisões e Outros Passivos		24.996	23.469
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social		(3.896)	(9.722)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais		31.177	61.135
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio Recebidos de Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto		297	612
(Aquisição) / Recursos da Venda de Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		(9.917)	(27.401)
(Aquisição) / Recursos da Venda de Ativos Financeiros ao Custo Amortizado		(5.448)	27.031
(Aquisição) / Alienação de Investimentos		(89)	(111)
(Aquisição) / Alienação de Imobilizado		(681)	(1.176)
(Aquisição) / Alienação e Distrato de Contratos do Intangível		(2.919)	(5.939)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento		(18.757)	(6.984)
Captação de Obrigações por Dívida Subordinada		3.000	12.401
Resgate de Obrigações por Dívida Subordinada		(13.031)	(13.864)
Variação da Participação de Acionistas Não Controladores		295	44
Aquisição de Ações em Tesouraria		(3.002)	(3.085)
Resultado da Entrega de Ações em Tesouraria		6	947
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio Pagos a Acionistas Não Controladores		(193)	(633)
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(27.435)	(48.299)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento		(40.360)	(52.489)
Aumento / (Diminuição) Líquido em Caixa e Equivalentes de Caixa		(27.940)	1.662
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		123.645	99.073
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		1.239	(3.791)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	2c III	96.944	96.944
Disponibilidades			37.144
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros			46.065
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada			13.735

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada do Valor Adicionado
(Em milhões de reais)

	Nota	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Receitas		213.694	389.474
Intermediação Financeira		193.573	358.095
Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias	25	25.307	48.973
Resultado das Operações com Seguros, Previdência Privada e Capitalização		3.593	7.000
Perdas de Crédito Esperadas com Instrumentos Financeiros	8	(13.077)	(28.631)
Outras		4.298	4.037
Despesas		(142.746)	(252.691)
Intermediação Financeira		(136.067)	(241.395)
Outras		(6.679)	(11.296)
Insumos Adquiridos de Terceiros		(10.537)	(20.500)
Serviços de Terceiros, Sistema Financeiro, Segurança, Transportes e Viagens	26	(4.455)	(8.605)
Outras		(6.082)	(11.895)
Processamento de Dados e Telecomunicações	26	(3.074)	(5.921)
Propaganda, Promoções e Publicações	26	(859)	(1.741)
Instalações e Materiais		(1.237)	(2.444)
Outras		(912)	(1.789)
Valor Adicionado Bruto		60.411	116.283
Depreciação e Amortização	26	(3.056)	(5.986)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		57.355	110.297
Valor Adicionado Recebido em Transferência - Resultado de Equivalência Patrimonial		723	1.417
Valor Adicionado Total a Distribuir		58.078	111.714
Distribuição do Valor Adicionado		58.078	111.714
Pessoal		17.122	33.612
Remuneração Direta		13.498	26.400
Benefícios		2.916	5.838
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço		708	1.374
Impostos, Taxas e Contribuições		16.390	30.365
Federais		15.449	28.524
Municipais		941	1.841
Remuneração de Capitais de Terceiros - Aluguéis		423	937
Remuneração de Capitais Próprios		24.143	46.800
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio		25.092	33.704
Lucros Retidos Atribuível aos Acionistas Controladores		(1.594)	11.967
Lucros Retidos Atribuível aos Acionistas Não Controladores		645	1.129

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Balanço Patrimonial
(Em milhões de reais)

Ativo	Nota	31/12/2025
Circulante e Não Circulante		278.360
Disponibilidades		1.340
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2c IV, 4	31.319
Aplicações no Mercado Aberto		22.486
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		8.833
Títulos e Valores Mobiliários	2c IV, 5	36.986
Carteira Própria		36.986
Derivativos	2c IV, 6	8
Operações com Característica de Concessão de Crédito	2c IV, 8	176.070
Operações de Crédito, Arrendamentos e Outros Créditos		189.740
(Provisão para Perda de Crédito Esperadas)		(13.670)
Relações Interfinanceiras e Interdependências		2
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		24.611
Ativos Fiscais Correntes		5.683
Ativos Fiscais Diferidos	20b I	18.928
Outros Ativos	2c V	8.024
Permanente		195.287
Investimentos	2c VI, 12	194.921
Controladas		194.921
Imobilizado	2c VIII, 2c X	5
Imóveis		5
Outras Imobilizações		93
(Depreciações Acumuladas)		(93)
Intangível	2c IX, 2c X	361
Ativos Intangíveis		3.098
(Amortização Acumulada)		(2.737)
Total do Ativo		473.647
Passivo e Patrimônio Líquido		
Circulante e Não Circulante		277.667
Depósitos	2c IV, 16b	99.439
Depósitos à Vista		121
Depósitos Interfinanceiros		99.318
Instrumentos de Dívida	2c IV, 16d III	49.608
Recursos de Emissões		1.486
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior		7.454
Instrumentos de Dívidas com Cláusulas de Subordinação		40.668
Derivativos	2c IV, 6	234
Relações Interfinanceiras e Interdependências		76.754
Provisões para Garantias Financeiras, Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar	8a, 8c	142
Demais Provisões		1.275
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		1.917
Obrigações Fiscais Correntes	2c XII, 2c XIII, 20c	999
Obrigações Fiscais Diferidas	20b II	918
Outros Passivos	9b	48.298
Patrimônio Líquido	18	195.980
Capital Social		136.910
Reservas de Capital		2.873
Reservas de Lucros		57.107
Outros Resultados Abrangentes	2c IV	(897)
(Ações em Tesouraria)		(13)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		473.647

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração do Resultado
(Em milhões de reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro por ação)

	Nota	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Receitas da Intermediação Financeira		16.044	30.680
Resultado de Operações com Característica de Concessão de Crédito		11.233	21.935
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários, Derivativos e Outros		4.811	8.745
Despesas da Intermediação Financeira		(10.531)	(19.773)
Depósitos e Captações no Mercado Aberto		(10.769)	(17.592)
Instrumentos de Dívida		261	(2.080)
Empréstimos e Repasses		(23)	(101)
Resultado da Intermediação Financeira Antes da Perda de Crédito Esperada		5.513	10.907
Resultado de Perda de Crédito Esperada		(5.034)	(10.591)
Despesa de Provisão para Perda de Crédito Esperada		(5.901)	(12.270)
Receita de Recuperação de Ativos Financeiros Baixados como Prejuízo		867	1.679
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		479	316
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais		20.888	41.677
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	25	7.066	13.227
Despesas de Pessoal		(220)	(442)
Outras Despesas Administrativas		(2.939)	(5.957)
Despesas de Demais Provisões		96	102
Provisões Cíveis		(99)	(173)
Provisões Trabalhistas		(18)	(29)
Provisões Fiscais e Previdenciárias e Outros Riscos		213	304
Despesas Tributárias	20a II	(1.011)	(2.179)
Resultado de Participações em Controladas	12	19.772	40.122
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais		(1.876)	(3.196)
Resultado Operacional		21.367	41.993
Resultado não Operacional		(2)	(4)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		21.365	41.989
Imposto de Renda e Contribuição Social	2c XIII	2.058	3.711
Devidos sobre Operações do Período		736	144
Referentes a Diferenças Temporárias		1.322	3.567
Participações no Lucro, líquido de impostos - Administradores - Estatutárias		(15)	(41)
Lucro Líquido		23.408	45.659
Lucro por Ação - Básico			
Ordinárias		2,12	4,12
Preferenciais		2,12	4,12
Lucro por Ação - Diluído			
Ordinárias		2,10	4,08
Preferenciais		2,10	4,08
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Básica			
Ordinárias		5.617.742.977	5.617.742.977
Preferenciais		5.437.532.545	5.459.926.630
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Diluída			
Ordinárias		5.617.742.977	5.617.742.977
Preferenciais		5.539.170.312	5.571.684.620

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração do Resultado Abrangente

(Em milhões de reais)

	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Lucro Líquido	23.408	45.659
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	(220)	1.093
Variação de Valor Justo	(10)	(2)
Efeito Fiscal	5	(1)
Coligadas / Controladas	(215)	1.096
<i>Hedge</i>	(140)	888
<i>Hedge</i> de Fluxo de Caixa	107	82
Coligadas / Controladas	107	82
<i>Hedge</i> de Investimentos Líquidos em Operação no Exterior	(247)	806
Variação de Valor Justo	887	1.407
Efeito Fiscal	(1.102)	(1.379)
Coligadas / Controladas	(32)	778
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego ⁽¹⁾	4	(5)
Remensurações	7	7
Efeito Fiscal	3	3
Coligadas / Controladas	(6)	(15)
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior	2.007	(2.946)
Variação de Valor Justo	608	(168)
Coligadas / Controladas	1.399	(2.778)
Outros	(7)	2
Total de Outros Resultados Abrangentes	1.644	(968)
Total do Resultado Abrangente	25.052	44.691

1) Montantes que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(Em milhões de reais)

Outros Resultados Abrangentes														Total
Nota	Capital Social	Ações em Tesouraria	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajuste de Títulos Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	Contratos de Seguro e Previdência Privada	Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior	Ganhos e Perdas - Hedge ⁽¹⁾	Outros	Lucros Acumulados			
Total - 01/07/2025		124.063	(18)	2.328	76.982	(648)	259	(1.968)	4.803	(4.996)	9	-	200.814	
Transações com os Acionistas		12.847	5	545	(15.847)	-	-	-	-	-	-	-	(2.450)	
Aquisição de Ações em Tesouraria		18	-	(3.002)	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.002)	
Cancelamento de Ações em Tesouraria		18	-	3.000	(3.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	
Resultado da Entrega de Ações em Tesouraria		18	-	7	(1)	-	-	-	-	-	-	-	6	
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações		-	-	546	-	-	-	-	-	-	-	-	546	
Capitalização por Reservas		12.847	-	-	(12.847)	-	-	-	-	-	-	-	-	
Reorganização Societária		3, 2c I	-	-	(61)	-	-	-	-	-	-	-	(61)	
Outros		-	-	-	91	-	-	-	-	-	-	-	91	
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Prescritos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20	20	
Total do Resultado Abrangente		-	-	-	-	(220)	-	4	2.007	(140)	(7)	23.408	25.052	
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23.408	23.408	
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	(5)	-	10	608	(215)	-	-	398	
Parcela de Outros Resultados Abrangentes de Coligadas e Controladas		-	-	-	-	(215)	-	(6)	1.399	75	(7)	-	1.246	
Destinações:														
Reserva Legal		-	-	-	1.170	-	-	-	-	-	-	(1.170)	-	
Reservas Estatutárias		-	-	-	(2.834)	-	-	-	-	-	-	2.834	-	
Dividendos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(20.000)	(20.000)	
Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	(2.394)	-	-	-	-	-	-	(5.092)	(7.486)	
Total - 31/12/2025		18	136.910	(13)	2.873	57.107	259	(1.964)	6.810	(5.136)	2	-	195.980	
Mutações do Período		-	12.847	5	545	(19.875)	-	4	2.007	(140)	(7)	-	(4.834)	
Total - 01/01/2025		-	90.729	(909)	2.729	109.902	259	(1.959)	9.756	(6.024)	-	-	202.522	
Transações com os Acionistas		-	46.181	896	144	(49.181)	-	-	-	-	-	-	(1.960)	
Aquisição de Ações em Tesouraria		18	-	(3.085)	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.085)	
Cancelamento de Ações em Tesouraria		18	-	3.000	(3.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	
Resultado da Entrega de Ações em Tesouraria		18	-	981	(10)	-	-	-	-	-	-	-	971	
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações		-	-	154	-	-	-	-	-	-	-	-	154	
Capitalização por Reservas		-	46.181	-	(46.181)	-	-	-	-	-	-	-	-	
Reorganização Societária		3, 2c I	-	-	(4)	-	-	-	-	-	-	-	(4)	
Outros		-	-	-	(114)	-	-	-	-	-	-	-	(114)	
Dividendos - Declarados após período anterior		-	-	-	(12.229)	-	-	-	-	-	-	-	(12.229)	
Juros sobre o Capital Próprio - Declarados após período anterior		-	-	-	(3.260)	-	-	-	-	-	-	-	(3.260)	
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Prescritos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	38	38	
Total do Resultado Abrangente		-	-	-	-	1.093	-	(5)	(2.946)	888	2	45.659	44.691	
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	45.659	45.659	
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	(3)	-	10	(168)	28	-	-	(133)	
Parcela de Outros Resultados Abrangentes de Coligadas e Controladas		-	-	-	-	1.096	-	(15)	(2.778)	860	2	-	(835)	
Destinações:														
Reserva Legal		-	-	-	2.283	-	-	-	-	-	-	(2.283)	-	
Reservas Estatutárias		-	-	-	9.710	-	-	-	-	-	-	(9.710)	-	
Dividendos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(20.000)	(20.000)	
Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(13.704)	(13.704)	
Total - 31/12/2025		18	136.910	(13)	2.873	57.107	259	(1.964)	6.810	(5.136)	2	-	195.980	
Mutações do Período		-	46.181	896	144	(52.795)	-	(5)	(2.946)	888	2	-	(6.542)	

1) Inclui Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimentos Líquidos no Exterior.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração dos Fluxos de Caixa
(Em milhões de reais)

	Nota	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Lucro Líquido Ajustado		10.266	15.738
Lucro Líquido		23.408	45.659
Ajustes ao Lucro Líquido:		(13.142)	(29.921)
Pagamento Baseado em Ações		546	178
Perdas de Crédito Esperadas		5.901	12.270
Resultado de Juros e Variação Cambial de Operações com Dívida Subordinada		3.101	4.045
Despesa de Atualização / Encargos de Provisões Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciárias e Outros Riscos		13	32
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciárias e Outros Riscos		117	202
Receita de Atualização / Encargos de Depósitos em Garantia		86	(32)
Tributos Diferidos		(1.322)	(3.567)
Resultado de Participações em Controladas	12	(19.772)	(40.122)
Amortização de Ágio		22	45
Receita de Juros e Variação Cambial de Títulos e Valores Mobiliários Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		(1.854)	(2.782)
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		6	(218)
Outros		14	28
Variação de Ativos e Passivos		(1.917)	(7.797)
(Aumento) / Redução em Ativos			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		3.296	11.216
Títulos e Valores Mobiliários		3.350	(8.885)
Derivativos (Ativos / Passivos)		718	89
Relações Interfinanceiras e Relações Interdependências (Ativos / Passivos)		(5.864)	2.707
Operações com Característica de Concessão de Crédito		(16.190)	(31.054)
Ativos Fiscais		(2.006)	(3.495)
Outros Ativos		13.799	15.411
(Redução) / Aumento em Passivos			
Depósitos		1.937	7.810
Captações no Mercado Aberto		(838)	(8.247)
Instrumentos de Dívida		68	3.931
Obrigações Fiscais		(1.619)	(571)
Demais Provisões e Outros Passivos		1.610	3.469
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social		(178)	(178)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais		8.349	7.941
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		24.512	45.607
(Aquisição) / Recursos da Venda de Títulos e Valores Mobiliários Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		(1.920)	(11.659)
(Aquisição) / Alienação de Investimentos		(2.883)	894
Caixa e Equivalentes de Caixa Líquido de Ativos e Passivos decorrentes da Incorporação Hipercard Banco Múltiplo S.A.		1	1
(Aquisição) / Alienação de Intangível		(4)	(4)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento		19.706	34.839
Captação em Obrigações por Dívida Subordinada		3.000	12.400
Resgate em Obrigações por Dívida Subordinada		(13.016)	(13.584)
Resultado da Entrega de Ações em Tesouraria		6	947
Aquisição de Ações para Tesouraria		(3.002)	(3.085)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(27.435)	(48.299)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento		(40.447)	(51.621)
Aumento / (Diminuição) Líquido em Caixa e Equivalentes de Caixa		(12.392)	(8.841)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		36.224	32.449
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(6)	218
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	2c III	23.826	23.826
Disponibilidades			1.340
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada			22.486

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração do Valor Adicionado
(Em milhões de reais)

	Nota	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Receitas		19.167	36.512
Intermediação Financeira		16.044	30.680
Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias		7.066	13.227
Perda de Crédito Esperada com Instrumentos Financeiros		(5.034)	(10.591)
Outras		1.091	3.196
Despesas		(12.406)	(23.129)
Intermediação Financeira		(10.531)	(19.773)
Outras		(1.875)	(3.356)
Insumos Adquiridos de Terceiros		(2.938)	(5.956)
Serviços de Terceiros, Sistema Financeiro, Segurança, Transportes e Viagens		(141)	(294)
Propaganda, Promoções e Publicações		(55)	(182)
Outras		(2.742)	(5.480)
Valor Adicionado Bruto		3.823	7.427
Depreciação e Amortização		(5)	(10)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		3.818	7.417
Valor Adicionado Recebido em Transferência - Resultado de Equivalência Patrimonial	12	19.772	40.122
Valor Adicionado Total a Distribuir		23.590	47.539
Distribuição do Valor Adicionado		23.590	47.539
Pessoal		210	390
Remuneração Direta		193	356
Benefícios		15	29
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço		2	5
Impostos, Taxas e Contribuições		(28)	1.490
Federais		(231)	1.108
Municipais		203	382
Remuneração de Capitais Próprios		23.408	45.659
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio		25.092	33.704
Lucros Retidos aos Acionistas		(1.684)	11.955

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Itaú Unibanco Holding S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 31/12/2025 para Contas Patrimoniais e de 01/01 a 31/12 de 2025 para Resultado

(Em milhões de reais, exceto quando indicado)

Nota 1 - Contexto Operacional

Itaú Unibanco Holding S.A. (ITAÚ UNIBANCO HOLDING) é uma companhia aberta, constituída e existente segundo as leis brasileiras, sua matriz está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING está presente em 18 países e territórios e fornece uma ampla gama de produtos e serviços financeiros a clientes pessoas físicas e jurídicas, no Brasil e no exterior, sendo esses clientes relacionados ou não ao Brasil, por meio de suas agências, controladas e afiliadas internacionais. Atua na atividade bancária em todas as modalidades, por meio de suas carteiras: comercial; de investimento; de crédito imobiliário; de crédito, financiamento e investimento; de arrendamento e de operações de câmbio.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é uma holding financeira controlada pela Itaú Unibanco Participações S.A. ("IUPAR"), uma empresa de participações que detém 51,71% de suas ações ordinárias e que é controlada conjuntamente pela (i) Itaúsa S.A. ("ITAÚSA"), uma empresa de participações controlada pelos membros da família Egydio de Souza Aranha, e pela (ii) Companhia E. Johnston de Participações ("E. JOHNSTON"), uma empresa de participações controlada pela família Moreira Salles. A Itaúsa também detém diretamente 39,21% das ações ordinárias do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Estas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 04 de fevereiro de 2026.

Nota 2 - Políticas Contábeis Materiais

a) Base de Preparação

As Demonstrações Contábeis do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e de suas controladas (ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO) foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28/12/2007, e Lei nº 11.941, de 27/05/2009, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). As informações nas demonstrações contábeis e nas correspondentes notas explicativas evidenciam todas as informações relevantes inerentes às demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING adotou em 01 de janeiro de 2025 a Resolução CMN nº 4.966/21 que altera os critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros e optou pela dispensa da apresentação nas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto no artigo 79 desta Resolução. Com o objetivo de melhor compreensão destas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, foram incluídas informações suplementares no Balanço Patrimonial Consolidado e Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido Individual e Consolidada, que corresponde aos saldos de 31 de dezembro de 2024, ajustados com os novos conceitos na data inicial da vigência da Resolução CMN nº 4.966/21. Mais informações sobre os efeitos da transição normativa estão detalhadas na Nota 2b I.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

b) Novas Normas, Alterações e Interpretações de Normas Existentes

I - Aplicáveis para o Período Findo em 31 de dezembro de 2025

- **Resolução CMN nº 4.966/21 - Instrumentos Financeiros** - Estabelece a classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, constituição de provisão para perda de crédito esperada associadas ao risco de crédito e designação e reconhecimento contábil da contabilidade de *hedge*. Adoção foi prospectiva, sem efeitos materiais, a partir de 1º de janeiro de 2025, com exceção da contabilidade de *hedge* e do ajuste ao valor presente de instrumentos financeiros reestruturados cuja vigência será em 1º de janeiro de 2027.

A Resolução CMN nº 4.966/21 considera os seguintes pilares:

Classificação e mensuração de instrumentos financeiros: as categorias de classificação dos Títulos e Valores Mobiliários que, anteriormente, eram Mantidos até o Vencimento, Disponíveis para Venda e Mantidos para Negociação deixaram de existir, sendo introduzidas três categorias de mensuração para todos os ativos financeiros:

- **Custo Amortizado (CA):** utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros. Uma parcela significativa dos ativos financeiros classificados anteriormente em Mantidos até o Vencimento e Disponíveis para Venda foi contabilizada nesta categoria, além das Operações de Crédito e Outros Créditos.

- **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda. A parcela remanescente dos ativos financeiros contabilizados anteriormente como Disponíveis para Venda foi classificada nesta categoria.

- **Valor Justo por meio do Resultado (VJR):** utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima. Foram registrados nesta categoria os Derivativos, Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Instrumentos Patrimoniais.

Dois critérios devem ser considerados para determinar a classificação dos ativos financeiros descritos acima:

- **Definição de modelo de negócios:** que reflita como os instrumentos financeiros são gerenciados para atingir um objetivo comercial específico e gerar fluxos de caixa, não dependendo das intenções da administração em relação a um instrumento individual.

- **Características do fluxo de caixa contratual:** testados individualmente para validar se atendem ao critério de pagamento de somente principal e juros.

Na adoção inicial houve designação de instrumentos patrimoniais ao VJORA cujo objetivo do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO não é gerar retorno pela sua venda, pois referem-se principalmente a companhias para o desenvolvimento do mercado em que atua. Adicionalmente, com o objetivo de eliminar assimetrias contábeis, houve designação de ativos financeiros ao VJR que fazem parte da estratégia de gerenciamento de risco de mercado.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO manteve a mensuração dos passivos financeiros, os quais permanecem mensurados ao CA, exceto Derivativos que são mensurados ao VJR.

Os instrumentos financeiros mensurados ao CA e ao VJORA utilizam o método de juros efetivos para calcular a receita ou despesa de juros, considerando aspectos de materialidade dos custos de transação na origem. Para cálculo da taxa de juros efetiva das operações com característica de concessão de crédito classificadas na categoria CA, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO adotou a metodologia diferenciada para reconhecimento das receitas e despesas relativas aos custos de transação.

Provisão para perda de crédito esperada associada ao risco de crédito: inclui o uso de informações prospectivas e a classificação dos instrumentos financeiros em três estágios:

- **Estágio 1** - perdas de crédito esperadas para os próximos 12 meses. Aplicável aos instrumentos financeiros sem aumento significativo no risco de crédito. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO não adotou a faculdade de apurar a perda de crédito esperada para toda a vida do instrumento financeiro nesse estágio.

- **Estágio 2** - perda de crédito esperada ao longo da vida do instrumento financeiro. Aplicável aos instrumentos financeiros com aumento significativo no risco de crédito desde a sua origem.

- **Estágio 3** - perda de crédito esperada ao longo da vida do instrumento financeiro. Aplicável aos ativos com problemas de recuperação de crédito (ativos problemáticos), evidenciados pelo atraso superior a 90 dias no pagamento de principal ou de encargos ou pelo indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada. Nesse estágio o reconhecimento de juros é por regime de caixa.

Um instrumento financeiro migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO não reconheceu os juros das operações que, na transição, apresentaram atraso acima de 60 dias e não foram caracterizadas como ativo problemático.

Para fins de comparabilidade, os saldos de 31 de dezembro de 2024 estão apresentados nas mesmas rubricas de 1º de janeiro de 2025, os efeitos não alteraram o valor do Patrimônio Líquido.

A seguir resumo das mudanças realizadas nos instrumentos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2025:

Itaú Unibanco Holding S.A.

Balanco Patrimonial Consolidado em 01/01/2025

(Em milhões de Reais)

Ativo	31/12/2024		31/12/2024		Remensurações / Modificações ⁽²⁾	01/01/2025	
	Saldo Divulgado	Transferências	Saldo Informações Suplementares (não auditado) ⁽¹⁾			Classificação	Saldo Informações Suplementares (não auditado)
Circulante e Não Circulante	3.013.832	(159.212)	2.854.620	(3.306)			2.851.314
Disponibilidades	36.127	-	36.127	-			36.127
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, líquidas de Provisão para Perda de Crédito Esperada	302.587	-	302.587	(27)	CA		302.560
Títulos e Valores Mobiliários	1.020.761	(184.007)	836.754	(1.040)			835.714
Títulos para Negociação	536.294	(2.430)	533.864		VJR		553.997
Títulos Disponíveis para Venda	304.692	(135.019)	169.673	266	VJORA		125.384
Títulos Mantidos até o Vencimento	179.775	(46.558)	133.217		CA		157.639
(Provisão para Perda de Crédito Esperada)	-	-	-	(1.306)			(1.306)
Derivativos (Negociação) ⁽³⁾	94.180	1.786	95.966	522	VJR		96.488
Operações com Característica de Concessão de Crédito	974.715	181.817	1.156.532	715			1.157.247
Operações de Crédito, Arrendamento e Outros Créditos	1.022.135	(57)	1.022.078	-			1.022.078
Títulos Disponíveis para Venda	-	135.019	135.019	5.036	CA		140.055
Títulos Mantidos até o Vencimento	-	47.031	47.031	1.454			48.485
(Provisão para Perda de Crédito Esperada)	(47.420)	(176)	(47.596)	(5.775)			(53.371)
Relações Interfinanceiras e Interdependências	246.261	-	246.261	-	CA		246.261
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	88.756	-	88.756	(3.286)			85.470
Outros Ativos	250.445	(158.808)	91.637	(190)	CA / VJR		91.447
Investimentos, Líquido	8.439	-	8.439	88			8.527
Imobilizado, Líquido	9.080	-	9.080	-			9.080
Ágio e Intangível, Líquido	17.186	-	17.186	-			17.186
Total de Ativo	3.048.537	(159.212)	2.889.325	(3.218)			2.886.107

1) Os valores apresentados incluem transferências de saldos.

2) Referem-se às perdas de crédito esperadas e aos ajustes ao valor justo de ativos financeiros reclassificados entre as categorias de mensuração conforme os requerimentos da Resolução CMN nº 4.966/21.

3) Inclui operações de câmbio.

Passivo	31/12/2024	Transferências	31/12/2024	Remensurações / Modificações ⁽²⁾	Classificação	01/01/2025
	Saldo Divulgado		Saldo Informações Suplementares (não auditado) ⁽¹⁾			Saldo Informações Suplementares (não auditado)
Circulante e Não Circulante	2.838.080	(159.212)	2.678.868	(4.410)		2.674.458
Depósitos	1.054.741	-	1.054.741	-	CA	1.054.741
Captações no Mercado Aberto	409.656	-	409.656	-	CA	409.656
Instrumentos de Dívida	332.120	45.224	377.344	-	CA	377.344
Obrigações por Empréstimos e Repasses	135.113	-	135.113	-	CA	135.113
Derivativos ⁽³⁾	87.175	9.446	96.621	(10)	VJR	96.611
Relações Interfinanceiras e Interdependências	103.820	-	103.820	-	CA	103.820
Provisões para Garantias Financeiras, Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar	4.176	-	4.176	(3.023)	CA	1.153
Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização	311.812	-	311.812	-		311.812
Demais Provisões	16.628	-	16.628	-		16.628
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	24.365	-	24.365	(1.377)		22.988
Outros Passivos	358.474	(213.882)	144.592	-	CA / VJR	144.592
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores	201.055	-	201.055	1.650		202.705
Participação de Acionistas Não Controladores	9.402	-	9.402	(458)		8.944
Total do Patrimônio Líquido	210.457	-	210.457	1.192		211.649
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	3.048.537	(159.212)	2.889.325	(3.218)		2.886.107

1) Os valores apresentados incluem transferências de saldos.

2) Referem-se às perdas de crédito esperadas e ao ajuste ao valor justo de ativos financeiros reclassificados entre as categorias de mensuração conforme os requerimentos da Resolução CMN nº 4.966/21.

3) Inclui operações de câmbio.

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING, as novas classificações de instrumentos financeiros não produziram efeitos no patrimônio líquido na adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21. A classificação envolveu a transferência de ativos financeiros classificados anteriormente como Títulos Disponíveis para Venda para Valor Justo por meio do Resultado no montante de R\$ 2. Em relação a perda de crédito esperada associadas ao risco de crédito, houve um aumento no Ativo de R\$ 1.638, em contrapartida do Patrimônio Líquido, correspondente a R\$ 652, líquido de efeitos fiscais. Adicionalmente, houve impactos reflexos líquidos de coligadas e controladas no Patrimônio Líquido de R\$ (271).

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO teria reconhecido em Resultado ou em Outros Resultados Abrangentes o montante de R\$ 1.607 durante o período de 01/01/2025 a 31/12/2025 caso os instrumentos financeiros não tivessem sido reclassificados de categoria.

	31/12/2024	01/01/2025	01/01 a 31/12/2025	
	Valor Justo	Classificação	Ganhos/(Perdas) do Ajuste ao Valor Justo não Reconhecido	Outros Resultados Abrangentes
Títulos e Valores Mobiliários	840.986	CA	-	1.607
		VJORA	-	-

No que se refere às provisões de perda de crédito esperada dos instrumentos financeiros, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO apresenta o seguinte resumo das mudanças realizadas:

Instrumentos Financeiros	31/12/2024			01/01/2025		
	Rating	Saldo Contábil	Provisão para Perda	Estágio	Saldo Contábil Bruto	Provisão para Perda de Crédito Esperada
Títulos e Valores Mobiliários	N/A	849.002	(616)	1	292.498	(110)
				2	241	(1)
				3	1.595	(1.195)
				N/A ⁽¹⁾	554.726	-
Total		849.002	(616)		849.060	(1.306)
Operações com Característica de Concessão de Crédito	AA	558.075	(1.720)			
	A	262.116	(2.185)			
	B	118.618	(3.257)			
	C	32.559	(3.253)			
	D	8.600	(2.579)			
	E	5.240	(2.620)			
	F	6.331	(4.431)			
	G	5.485	(5.452)			
	H	25.054	(25.054)			
	N/A	188.540	(3.549)			
				1	1.098.610	(9.958)
				2	56.770	(13.068)
				3	55.238	(30.345)
Total ⁽²⁾		1.210.618	(54.100)		1.210.618	(53.371)
Garantias Financeiras, Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar ⁽³⁾		623.730	(1.045)	1	611.267	(337)
				2	8.509	(124)
				3	3.954	(692)
Total		623.730	(1.045)		623.730	(1.153)

1) Ativos financeiros não sujeitos a perda de crédito esperada, composto por títulos públicos classificados na categoria VJR mensurados no nível 1 da hierarquia do valor justo e por instrumentos patrimoniais (VJR ou VJORA).

2) Em 1º de janeiro de 2025, a provisão para perda de crédito esperada contempla R\$ 47.983 referente às operações de crédito, arrendamento e outros créditos com característica de concessão de crédito e R\$ 5.388 referente a Títulos e Valores Mobiliários com Característica de Concessão de Crédito.

3) Os valores são registrados em conta de compensação.

- **Resolução CMN nº 4.975/21 – Arrendamento** – Recepçiona o Pronunciamento Contábil (CPC) 06 (R2)

– Arrendamentos que apresenta um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer inicialmente todos os arrendamentos como direito de uso no ativo e a respectiva obrigação a valor presente; e (b) reconhecer a depreciação do direito de uso e as despesas de juros do arrendamento separadamente no resultado.

Transição para a Resolução CMN nº 4.975/21

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING adotou o Pronunciamento Contábil (CPC) 06 (R2) – Arrendamentos, prospectivamente, desde 1º de janeiro de 2025, utilizando os seguintes critérios: (1) taxa de desconto unificada, considerando uma carteira de contratos semelhantes; e (2) cálculo do Ativo de Direito de Uso e do passivo de arrendamento para os novos contratos firmados, nos quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING figura como arrendatário, a partir da vigência da norma.

II - Aplicáveis para Períodos Futuros

- **Resolução CMN nº 4.966/21 - Instrumentos Financeiros e normativos relacionados** - Estabelece a designação e reconhecimento contábil de *hedge* e o ajuste ao valor presente de instrumentos financeiros reestruturados, sendo efetivas a partir de 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

- **Resolução CMN nº 5.252/21 - Ativos e Passivos de Sustentabilidade** - Define critérios para mensuração, reconhecimento, baixa e evidenciação de ativos e passivos de sustentabilidade. As alterações serão aplicadas prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão em avaliação e serão concluídos até o início de vigência normativa.

c) Políticas Contábeis, Estimativas Críticas e Julgamentos Materiais

Esta nota apresenta as principais estimativas críticas e julgamentos utilizados na elaboração e aplicação das políticas contábeis específicas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO. Estas estimativas e julgamentos apresentam risco material e podem ter impacto relevante nos valores de ativos e passivos devido às incertezas e ao alto nível de subjetividade envolvido no reconhecimento e mensuração de determinados itens. Desta forma, os resultados reais podem ser diferentes daqueles obtidos pelas estimativas e julgamentos.

I - Consolidação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO contemplam as operações realizadas por suas agências e entidades controladas no país e no exterior, inclusive os fundos de investimentos, nas quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO detém controle direto ou indireto. O principal julgamento exercido na avaliação de controle é a análise dos fatos e circunstâncias que indicam se o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO está exposto, ou tem direitos, a retornos variáveis e tem a capacidade de afetar estes retornos através de seu poder sobre a entidade de forma contínua.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas são preparadas utilizando políticas contábeis uniformes. Os saldos das contas patrimoniais e de resultado e os valores das transações entre as empresas consolidadas são eliminados.

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING, os ágios registrados em controladas são amortizados com base na expectativa de rentabilidade futura e em laudos de avaliação ou pela realização dos investimentos, conforme normas e orientações do CMN e do BACEN.

A diferença no Lucro Líquido e no Patrimônio Líquido entre ITAÚ UNIBANCO HOLDING e ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO (Nota 18d) resulta, substancialmente, da adoção de critérios distintos na amortização de ágios originados nas aquisições de investimentos, no registro de transações com acionistas não controladores onde não há alteração de controle, anterior a 1º de janeiro de 2022, e no registro da variação cambial, anterior a 1º de janeiro de 2017, sobre os investimentos no exterior e *hedge* desses investimentos, cuja moeda funcional é diferente da controladora, líquidos dos respectivos efeitos tributários.

Os efeitos da variação cambial sobre os investimentos no exterior estão apresentados na rubrica Resultado de Títulos e Valores Mobiliários, Derivativos e Outros na Demonstração do Resultado para as controladas cuja moeda funcional é igual à da controladora e na rubrica Outros Resultados Abrangentes para as controladas cuja moeda funcional é diferente da controladora.

Em consonância com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e com a finalidade de manter a qualidade e confiabilidade das demonstrações contábeis, além de proporcionar uma representação mais adequada da posição patrimonial, do desempenho financeiro e dos fluxos de caixa, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO adotou a política contábil de corrigir, a partir de 01/07/2023, as demonstrações contábeis de suas controladas localizadas em economias hiperinflacionárias de acordo com o CPC 42 - Contabilidade em Economia Hiperinflacionária.

A tabela a seguir apresenta as principais entidades consolidadas, cuja somatória representa mais de 95% do total do ativo consolidado, bem como a participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING em seus capitais votantes:

	Moeda Funcional ⁽¹⁾	País de Constituição	Atividade	Participação % no capital votante 31/12/2025	Participação % no capital total 31/12/2025
No País					
Banco Itaú Consignado S.A.	Real	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%
Banco Itaúcard S.A.	Real	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%
Cia. Itaú de Capitalização	Real	Brasil	Capitalização	100,00%	100,00%
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	Real	Brasil	Arrendamento	100,00%	100,00%
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	Real	Brasil	Sociedade de Crédito	53,88%	53,88%
Itaú Corretora de Valores S.A.	Real	Brasil	Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	100,00%	100,00%
Itaú Seguros S.A.	Real	Brasil	Seguros	100,00%	100,00%
Itaú Unibanco S.A.	Real	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%
Itaú Vida e Previdência S.A.	Real	Brasil	Previdência Complementar	100,00%	100,00%
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	Real	Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%
Redecard Instituição de Pagamento S.A.	Real	Brasil	Adquirente	100,00%	100,00%
No Exterior					
Banco Itaú Chile	Peso Chileno	Chile	Instituição Financeira	67,42%	67,42%
Banco Itaú Paraguay S.A.	Guarani	Paraguai	Instituição Financeira	100,00%	100,00%
Banco Itaú (Suisse) SA	Franco Suíço	Suíça	Instituição Financeira	100,00%	100,00%
Banco Itaú Uruguay S.A.	Peso Uruguaio	Uruguai	Instituição Financeira	100,00%	100,00%
Itau Bank, Ltd.	Real	Ilhas Cayman	Instituição Financeira	100,00%	100,00%
Itau BBA International plc	Dólar	Reino Unido	Instituição Financeira	100,00%	100,00%
Itau BBA USA Securities Inc.	Dólar	Estados Unidos	Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	100,00%	100,00%
Itaú Colombia S.A.	Peso Colombiano	Colômbia	Instituição Financeira	67,06%	67,06%

1) Todas as dependências no exterior do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO possuem moeda funcional igual a da controladora, com exceção do Itaú Chile New York Branch e Itaú Unibanco S.A. Miami Branch cuja moeda funcional é o Dólar.

I.I - Combinações de Negócios

Na contabilização das combinações de negócios, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO exerce julgamentos na identificação, reconhecimento e mensuração de: ajustes de preço; contraprestações contingentes; e opções ou obrigações de comprar ou vender participações societárias da entidade adquirida.

A participação de acionistas não controladores é mensurada na data de aquisição pela participação proporcional no patrimônio líquido da entidade adquirida.

I.II - Transações de Capital Com Acionistas Não Controladores

Alterações de participação em uma controlada, que não resultam em perda de controle, são contabilizadas como transações de capital e qualquer diferença entre o valor pago e o valor correspondente aos acionistas não controladores é reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido.

II - Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação. Para cada entidade controlada, coligada e controlada em conjunto, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO exerceu julgamento na definição da sua moeda funcional, considerando a moeda do ambiente econômico primário no qual a entidade opera.

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações, e os ganhos e perdas cambiais são reconhecidos na Demonstração do Resultado.

Para conversão das demonstrações contábeis das entidades no exterior com moeda funcional diferente de Reais, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO utiliza a taxa de câmbio na data de fechamento para converter os ativos e passivos e a taxa de câmbio média mensal para converter as receitas e despesas, exceto para as entidades no exterior localizadas em economias hiperinflacionárias. As diferenças de câmbio geradas por esta conversão são reconhecidas nos Outros Resultados Abrangentes, líquidas de efeitos fiscais, e reclassificadas, total ou parcial, para o resultado quando o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO perde o controle da entidade no exterior. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO realiza *hedge* de investimento líquido da operação no exterior, cuja parcela efetiva é reconhecida no Patrimônio Líquido.

III - Caixa e Equivalentes de Caixa

São definidas como caixa e equivalentes de caixa, as contas correntes em bancos e as aplicações financeiras, que são prontamente conversíveis em caixa, ou seja, possuem prazo original igual ou inferior a 90 dias, e estão sujeitas a um risco insignificante de alteração no valor, consideradas no Balanço Patrimonial nas rubricas Disponibilidades, Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto (Posição Bancada).

IV - Ativos e Passivos Financeiros

Ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data da negociação.

Os ativos financeiros são baixados se:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo financeiro expirarem.
- não houver expectativas razoáveis de sua recuperação. Neste caso, a baixa é realizada simultaneamente com a utilização da provisão para perda de crédito esperada relacionada e os procedimentos de cobrança são mantidos. As recuperações subsequentes são contabilizadas como receita em contrapartida do ativo, com a constituição da sua respectiva provisão de perda de crédito esperada.
- o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO transferir substancialmente os riscos e benefícios do ativo financeiro.

Os principais julgamentos exercidos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO na baixa de ativos financeiros são: avaliação do momento em que os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo financeiro expiram; expectativa razoável de recuperação do ativo financeiro e da transferência substancial dos riscos e benefícios ou controle.

Quando o fluxo de caixa contratual de um ativo financeiro é renegociado ou de outro modo modificado, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO avalia se o evento de renegociação se caracteriza como uma reestruturação, ou seja, se houve uma concessão significativa à contraparte, em razão da deterioração da qualidade creditícia do cliente. O valor contábil bruto dos ativos financeiros renegociados é recalculado com as novas condições pactuadas.

Os passivos financeiros são baixados quando extintos, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada, vencida ou expirada.

IV.I - Classificação de Ativos Financeiros

A classificação e mensuração subsequente dos ativos financeiros estão detalhados na Nota 2b I.

Contratos Híbridos: para identificar se um contrato contém derivativos embutidos, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO considera, principalmente se há indexação à componentes diferentes de juros e incerteza quanto ao vínculo com a indexação final.

Os contratos híbridos em que o componente principal é um ativo financeiro são contabilizados de forma conjunta, ou seja, todo o instrumento (componente principal e derivativo) é mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Nos demais casos, os derivativos embutidos são tratados como instrumentos separados se: suas características e seus riscos econômicos não são intimamente relacionados àqueles do componente principal; o instrumento separado satisfaz a definição de derivativo; e o instrumento subjacente não é contabilizado ao valor justo por meio do resultado.

Instrumentos Patrimoniais: as ações e cotas são classificadas ao valor justo por meio do resultado, exceto quando o instrumento financeiro é mantido com outro propósito que não a sua negociação, situação na qual o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, designa, de forma irrevogável ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

IV.II - Classificação de Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto por:

- Passivos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado: classificação aplicada aos derivativos e aos passivos financeiros gerados em empréstimo ou aluguel de ativos financeiros.
- Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar.
- Garantias Financeiras: mensurados pelo maior valor entre (i) a provisão para perdas de crédito esperada; e (ii) o saldo da tarifa sobre o serviço a ser diferido no resultado, conforme prazo do contrato.

IV.III - Mensuração subsequente de Instrumentos Financeiros

Valor Justo dos Instrumentos Financeiros: para mensuração do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação aplicando informações classificadas em três níveis de hierarquia, priorizando preços cotados em mercados ativos dos instrumentos. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO classifica estas informações conforme a relevância dos dados observados no processo de mensuração do valor justo:

Nível 1: Informações observáveis que refletem os preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficientes para fornecer informações de apreçamento continuamente.

Nível 2: Informações que não são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (*market makers*), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em

intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) informações que são derivadas principalmente de dados do mercado observáveis por meio de correlação ou por outros meios.

Nível 3: Informações que não são observáveis para o ativo ou passivo permitindo a utilização de modelos e técnicas internas.

A parcela da variação do valor justo decorrente de alterações no risco de crédito próprio do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO é reconhecida em outros resultados abrangentes, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Para determinar os ganhos e as perdas realizadas na alienação de ativos financeiros ao valor justo, é utilizado o custo médio, os quais são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado nas rubricas Resultado de Títulos e Valores Mobiliários, Derivativos e Outros e Receitas Financeiras de Recursos Garantidores de Provisões Técnicas.

Para os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo de forma recorrente, incluindo Derivativos, que não são negociados em mercados ativos, o valor justo é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação baseadas em premissas, que levam em consideração informações e condições de mercado. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

As principais premissas consideradas na estimativa do valor justo são: base de dados históricos, informações de transações similares, taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros.

Os principais julgamentos aplicados no cálculo do valor justo de instrumentos financeiros mais complexos, ou que não são negociados em mercados ativos ou não possuam liquidez, são: determinação do modelo utilizado mediante seleção de *inputs* específicos e em alguns casos, aplicação de ajustes de avaliação ao valor do modelo ou preço cotado para instrumentos financeiros que não são negociados ativamente.

A aplicação destes julgamentos pode resultar em um valor justo que pode não ser indicativo do valor realizável líquido ou dos valores justos futuros. No entanto, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO acredita que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado.

O valor justo dos instrumentos financeiros, bem como a hierarquia de valor justo estão detalhados na Nota 17.

Custo Amortizado: é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, acrescido dos ajustes efetuados pelo método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, e qualquer provisão para perda de crédito esperada.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO utiliza o método de juros efetivos no cálculo da receita ou despesa de juros para os instrumentos financeiros ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, o qual considera custos e taxas diretamente atribuíveis na originação do contrato, como comissões pagas ou recebidas pelas partes do contrato, custos de transação e outros prêmios e descontos quando superiores a 1% das receitas ou encargos totais do instrumento. Adicionalmente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO adotou a metodologia diferenciada para ativos financeiros com característica de concessão de crédito classificados na categoria Custo Amortizado. Para passivos classificados na categoria Custo Amortizado, os custos e receitas incrementais são diferidos pela curva da taxa de juros efetiva.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO classifica os instrumentos financeiros como ativo problemático se o pagamento do principal ou dos juros apresentar atraso superior a 90 dias ou indicativos de que a obrigação não será honrada nas condições pactuadas. Neste caso, a apropriação de juros passa a ser reconhecida pelo regime de caixa.

Perda de Crédito Esperada: Os principais julgamentos exercidos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO no cálculo da perda de crédito esperada são: seleção dos modelos quantitativos para avaliação da perda de crédito esperada; determinação dos *triggers* para o aumento ou redução significativa no risco de crédito; identificação e agrupamento das carteiras com características de risco de crédito semelhante; definição do período contratual máximo dos ativos sem vencimento determinado; determinação das informações prospectivas, dos cenários macroeconômicos e dos cenários ponderados pela probabilidade.

Para a avaliação da perda de crédito esperada associada aos instrumentos financeiros (exceto instrumentos patrimoniais, derivativos, títulos públicos mensurados ao valor justo por meio do resultado no nível 1 da hierarquia de valor justo) e aos compromissos de crédito e créditos a liberar não canceláveis, aplica-se a abordagem de três estágios para demonstrar as mudanças no risco de crédito.

- Estágio 1 - considera os eventos de inadimplência possíveis dentro de 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito ou cujo risco de crédito diminuiu significativamente.

- Estágio 2 - considera todos os eventos de inadimplência possíveis ao longo da vida do instrumento financeiro. Aplicável aos instrumentos financeiros cujo risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial ou que deixou de ter problemas de recuperação de crédito, mas seu risco de crédito não diminuiu significativamente.

- Estágio 3 - aplicável aos ativos problemáticos, para os quais é considerado uma probabilidade de *default* (PD) de 100%.

A avaliação da perda de crédito esperada está detalhada na Nota 2b I.

A mensuração da perda de crédito esperada requer aplicação de premissas significativas e uso de modelos quantitativos. A Administração exerce seu julgamento na avaliação do adequado montante de perda de crédito esperada resultante dos modelos e, conforme sua experiência, realiza ajustes que podem ser decorrentes da condição de crédito de determinados clientes ou de ajustes temporários decorrentes de situações ou novas circunstâncias que ainda não foram refletidas na modelagem.

As principais premissas consideradas na estimativa da perda de crédito esperada são:

- **Determinação de critérios para aumento ou redução significativa no risco de crédito:** o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO determina *triggers* (indicadores) de aumento significativo no risco de crédito de um ativo financeiro desde o seu reconhecimento inicial de forma individual e, no caso das carteiras de varejo, de forma coletiva. Para fins de avaliação coletiva das carteiras do varejo, os ativos financeiros são agrupados com base em características de risco de crédito semelhante, levando em consideração o tipo de instrumento, as classificações de risco de crédito, a data de reconhecimento inicial, prazo remanescente, garantias, dentre outros fatores relevantes. Para as carteiras de negócios do atacado a avaliação é realizada de forma individual.

A migração do ativo financeiro para um estágio anterior ocorre com a redução consistente e sustentável do risco de crédito, caracterizada, principalmente, pela comprovação de pagamentos recorrentes e pelo não acionamento dos *triggers* de deterioração de crédito.

- **Período Contratual Máximo:** o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO estima a vida esperada de ativos que não tenham vencimento determinado com base no período de exposição ao risco de crédito e termos contratuais, incluindo opções de pré-pagamento e de rolagem.

- **Informações prospectivas:** o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO utiliza informações macroeconômicas prospectivas e informações públicas com projeções elaboradas internamente para determinar o impacto dessas estimativas na determinação da perda de crédito esperada. A principal informação prospectiva utilizada na determinação da perda de crédito esperada é a inadimplência projetada, a qual está relacionada com projeções da Taxa Selic, *Credit Default Swap* (CDS), taxa de desemprego, Produto Interno Bruto (PIB), massa salarial, produção industrial e venda no varejo ampliado. A definição de cenários macroeconômicos envolve riscos inerentes, incertezas de mercado e outros fatores que podem gerar resultados diferentes do esperado. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO utiliza cenários ponderados para determinar a perda de crédito esperada em um horizonte de observação adequado à classificação em estágios, os quais são reavaliados anualmente ou quando condições de mercado exigirem.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO utiliza a faculdade de mensurar a perda de crédito esperada com base no atraso no pagamento de principal ou juros, no histórico de perdas e outras informações relevantes para os instrumentos financeiros reconhecidos na rubrica Outros Ativos.

IV.IV - Derivativos e uso de *Hedge* Contábil

São classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082, de 30/01/2002, do BACEN. As operações que utilizam instrumentos financeiros, efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor justo, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na Demonstração do Resultado.

Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor justo em relação ao valor justo do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de acordo com sua natureza:

- **Hedge de Fluxo de Caixa:** a parcela efetiva de *hedge* dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor justo com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do Patrimônio Líquido. A parcela inefetiva é reconhecida diretamente na Demonstração do Resultado.
- **Hedge de Valor Justo:** os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor justo com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na Demonstração do Resultado.
- **Hedge de Investimento Líquido em Operação no Exterior:** é contabilizado de forma similar ao *hedge* de fluxo de caixa: a parcela efetiva dos ganhos ou perdas do instrumento de *hedge* é registrada diretamente no Patrimônio Líquido, reclassificado para o resultado do período em caso de alienação da operação no exterior. A parcela inefetiva é reconhecida no resultado do período.

V - Outros Ativos Não Financeiros

Os Outros Ativos Não Financeiros são compostos por Despesas Antecipadas, Ativos Digitais Criptografados, Bens Destinados à Venda, entre outros.

Os Ativos Digitais Criptografados podem ser usados como meio de troca ou reserva de valor e são adquiridos para negociação. O reconhecimento e a mensuração são realizados pelo valor justo e são classificados no nível 1 da hierarquia do valor justo, uma vez que seus valores refletem os preços cotados (não ajustados) disponíveis em mercados ativos. As valorizações e desvalorizações apuradas subsequentemente são reconhecidas no resultado do período.

Os Bens Destinados à Venda são registrados quando ocorre seu recebimento na liquidação de ativos financeiros ou pela decisão de venda de bens próprios. Estes ativos são contabilizados inicialmente pelo menor entre: (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para sua venda ou (ii) o seu valor contábil.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO exerce julgamento na avaliação do valor justo do ativo, seja no reconhecimento inicial ou na mensuração subsequente, considerando, quando aplicável, laudos de avaliação e a probabilidade de impedimento definitivo de venda.

VI - Investimentos em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto

Coligadas são as empresas nas quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO possui influência significativa, representada, principalmente, pela participação no conselho de administração ou diretoria e nos processos de elaboração de políticas operacionais e financeiras, inclusive sobre distribuição de dividendos, desde que não sejam consideradas direitos de proteção à participação minoritária.

Entidades controladas em conjunto (*joint ventures*) são empreendimentos nos quais as partes têm direito sobre os ativos líquidos do negócio, o qual é controlado em conjunto, ou seja, as decisões sobre o negócio são tomadas de forma unânime entre as partes, independente do percentual de participação.

Os investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada. São reconhecidos ao custo de aquisição e avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

VII - Operações de Arrendamento (Arrendatário)

Para realização de suas atividades comerciais, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO é arrendatário, principalmente, de imóveis (ativos subjacentes). Na assinatura do contrato, os pagamentos futuros dos aluguéis são reconhecidos a valor presente descontados por uma taxa média de captação (taxa incremental) na rubrica Outros Passivos e a despesa financeira é reconhecida no resultado. Em contrapartida deste passivo financeiro é reconhecido um direito de uso nas rubricas de Imobilizado e/ou Intangível, depreciado de forma linear pelo prazo do arrendamento e testado semestralmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável. Nos casos que o ativo subjacente é de baixo valor (exceto imóveis), os pagamentos são reconhecidos no passivo em contrapartida de despesa.

Na definição do prazo do arrendamento, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO considera o período não cancelável do contrato, a expectativa de renovação, rescisão contratual e o prazo previsto de desocupação, conforme o caso.

Os principais julgamentos exercidos nas operações de arrendamento são: determinação da taxa de desconto que reflete o custo que seria incorrido para comprar o ativo; definição dos ativos de baixo valor; e avaliação de expectativa de renovação contratual.

VIII - Imobilizado

O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição menos depreciação acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO reconhece no imobilizado os gastos que aumentam a (i) produtividade, (ii) eficiência ou (iii) vida útil do ativo por mais de um exercício social.

Os principais julgamentos são sobre a definição dos valores residuais e a vida útil dos ativos.

IX - Ágio e Ativos Intangíveis

O ágio é gerado nas combinações de negócios e aquisições de participações societárias em coligadas e entidades controladas em conjunto. Representa os benefícios econômicos futuros esperados com a operação que não são individualmente identificados nem separadamente reconhecidos, sendo amortizado com base na expectativa de rentabilidade futura.

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos adquiridos ou desenvolvidos internamente, incluem a Associação para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros, *Softwares*, Direitos de Uso de Arrendamentos e Direitos de Aquisição de Folha de Pagamentos.

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo no reconhecimento inicial e amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada.

X - Redução ao valor recuperável (*Impairment*) de ativos não financeiros

O valor recuperável dos investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto, ativos de direito de uso, imobilizados, ágios e ativos intangíveis é avaliado semestralmente ou quando existe indicativo de perda. A avaliação é realizada individualmente por classe de ativo sempre que possível ou por unidade geradora de caixa (UGC).

Para avaliação do valor recuperável, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO considera a materialidade dos ativos, exceto pelo ágio, que é testado, independentemente do seu montante. Os principais indicativos, internos

e externos, que podem impactar o valor recuperável são: as estratégias de negócio definidas pela gestão; a obsolescência e/ou desuso de *softwares/hardwares*; e o panorama macroeconômico, de mercado e regulatório.

A depender da classe do ativo, o valor recuperável é estimado utilizando, principalmente as metodologias de Fluxo de Caixa Descontado, Múltiplos e Fluxo de Dividendos, utilizando uma taxa de desconto que geralmente reflete variáveis financeiras e econômicas, como a taxa de juros livre de risco e um prêmio de risco.

A avaliação do valor recuperável reflete a melhor estimativa da Administração sobre a expectativa dos fluxos de caixa futuros dos ativos individuais ou das UGC, conforme o caso.

Os principais julgamentos exercidos na avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros são: a escolha da metodologia mais adequada, da taxa de desconto e das premissas de entradas e saídas de caixa.

XI - Operações de Seguros, Previdência Privada e Capitalização

Contratos de seguros estabelecem para uma das partes, mediante pagamento (prêmio) pela outra parte, a obrigação de pagar, a esta, determinada importância, no caso de ocorrência de um sinistro. O risco de seguro é definido quando um evento futuro e incerto, de natureza súbita e imprevista, independente da vontade do segurado, cuja ocorrência pode provocar prejuízos de natureza econômica.

Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final de sua vida mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados.

Os planos de Previdência Privada referem-se a contratos em que estão previstos benefícios de aposentadoria após o período de acumulação de capital (conhecidos como PGBL, VGBL e FGB) que garantem, na data inicial do contrato, as bases para cálculo do benefício de aposentadoria (tábua de mortalidade e juros mínimos). Os contratos especificam as taxas de anuidade e, portanto, transferem o risco de seguro para a emitente no início, sendo classificados como contratos de seguros.

Os prêmios de Seguros são contabilizados pela vigência dos contratos na proporção do valor de proteção de seguro fornecido, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e despesas de comercialização diferidas. Os juros decorrentes do fracionamento de prêmios de seguros são contabilizados quando incorridos. As receitas de contribuições previdenciárias e as correspondentes constituições das provisões técnicas são reconhecidas por ocasião do recebimento. A receita decorrente das quotas de capitalização e de sorteios é reconhecida no recebimento e a quota de carregamento após atendimento da contraprestação.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO constitui, caso haja evidência de perda por redução ao valor recuperável relacionada aos recebíveis de prêmios de seguros, uma provisão suficiente para cobrir tal perda, com base na análise dos riscos de realização dos prêmios a receber com parcelas vencidas.

Resseguros: no curso normal dos negócios, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO ressegura uma parcela dos riscos subscritos, particularmente riscos de propriedades e de acidentes que excedam os limites máximos de responsabilidade que entende serem apropriados para cada segmento e produto (após um estudo que leva em consideração o tamanho, a experiência, as especificidades e o capital necessário para suportar esses limites). Esses contratos de resseguros permitem a recuperação de uma parcela dos prejuízos com o ressegurador, embora não liberem o segurador da obrigação principal como segurador direto dos riscos objeto do resseguro.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO exerce seu julgamento na avaliação ao valor recuperável dos recebíveis de resseguros, com base na sua experiência e *rating* dos resseguradores.

Provisões Técnicas: são passivos decorrentes de obrigações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO com os seus segurados e participantes. Essas obrigações podem ter uma natureza de curta duração (seguros de danos) ou de média ou longa duração (seguros de vida e previdência).

A determinação do valor do passivo atuarial depende de inúmeras incertezas inerentes às coberturas dos contratos de seguros e previdência, tais como premissas de persistência, mortalidade, invalidez, longevidade, morbilidade, despesas, frequência de sinistros, severidade, conversão em renda, resgates e rentabilidade sobre ativos.

As estimativas dessas premissas baseiam-se nas projeções macroeconômicas, na experiência histórica do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, em avaliações comparativas e na experiência do atuário, e buscam convergência às melhores práticas do mercado e objetivam a revisão contínua do passivo atuarial.

Teste de Adequação do Passivo: o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO realiza, semestralmente, o teste de adequação dos passivos utilizando premissas atuariais correntes do fluxo de caixa futuro de todos os contratos de seguro e planos de previdência privada vigentes na data base do teste.

Caso a análise demonstre insuficiência, esta será contabilizada no resultado do período, quando proveniente de alterações no risco não financeiro de seguros e em Outros Resultados Abrangentes, quando decorrente de mudanças na taxa de juros (ETTJ).

XII - Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

As provisões e passivos contingentes são avaliados com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais. O tratamento contábil das provisões e passivos contingentes depende da probabilidade do desembolso de recursos financeiros para liquidar as obrigações. De acordo com a probabilidade de perda são classificados como: (i) provável e são provisionados nas Demonstrações Contábeis; (ii) possível, não são provisionados e são informados nas Notas Explicativas; e (iii) remota, nenhuma provisão é reconhecida e os passivos contingentes não são divulgados nas Demonstrações Contábeis.

As provisões e passivos contingentes são estimados de forma massificada ou individualizada:

- **Processos Massificados:** ações cíveis e trabalhistas com características semelhantes, cujos valores individuais não são relevantes. O valor esperado da perda é estimado mensalmente, conforme modelo estatístico. As provisões e contingências cíveis e trabalhistas são ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado. Para as ações cíveis, observa-se a natureza das ações e as características do juízo em que tramitam (Juizado Especial Cível ou Justiça Comum). Para as ações trabalhistas, o montante estimado é reavaliado considerando as decisões judiciais proferidas.

- **Processos Individualizados:** ações cíveis, trabalhistas, fiscais e previdenciárias com características peculiares ou de valor relevante. Para as ações cíveis e trabalhistas, o valor esperado da perda é estimado periodicamente, conforme o caso, a partir da determinação do valor do pedido e particularidades das ações. A probabilidade de perda é avaliada de acordo com as características de fato e de direito relativas àquela ação. As ações fiscais e previdenciárias são avaliadas de forma individualizada e são contabilizadas pelo montante devido.

Os ativos dados em garantia de processos cíveis, trabalhistas, fiscais e previdenciários devem ser feitos em juízo e são retidos até que seja tomada uma decisão judicial definitiva. São oferecidos em garantia Depósitos em dinheiro, Seguro Garantia, Fiança e Títulos Públicos, e em caso de decisão desfavorável o montante é pago à contraparte. O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

As provisões cíveis, trabalhistas, fiscais e previdenciárias, garantidas por cláusulas de indenização em processos de privatização e outros, em que há liquidez, são reconhecidas quando da notificação judicial, simultaneamente com os valores a receber, não gerando efeito no resultado.

Os principais julgamentos exercidos na mensuração das provisões e contingências são: avaliação da probabilidade de perda; agregação dos processos massificados; seleção do modelo estatístico para avaliação da perda; e estimativa do valor das provisões.

Informações sobre as provisões e contingências dos processos judiciais estão detalhadas na Nota 11.

XIII - Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social é composta por tributos correntes, os quais são recuperados ou pagos no período aplicável, e diferidos, representado pelos ativos e os passivos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos, no final de cada período.

Os ativos fiscais diferidos podem surgir de: diferenças temporárias, que poderão ser dedutíveis em períodos futuros; e prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, que poderão ser compensados no futuro.

A realização esperada do ativo fiscal diferido é estimada com base na projeção de lucros tributáveis futuros e outros estudos técnicos, observando o histórico de rentabilidade para cada controlada individualmente e para o consolidado tomado em conjunto.

As principais premissas consideradas nas projeções de lucros tributáveis futuros são: variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras, tarifas de serviços, informações internas dos negócios, entre outras, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Os principais julgamentos que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO exerce no reconhecimento do ativo e passivo fiscal diferidos são: identificação das diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis em períodos futuros; e avaliação da probabilidade da existência de lucro tributável futuro contra a qual o ativo fiscal diferido poderá ser utilizado, considerando o histórico de lucros ou receitas tributáveis em pelo menos três dos últimos cinco exercícios sociais.

As alíquotas dos tributos, bem como suas bases de cálculo estão detalhadas na Nota 20.

XIV - Benefícios Pós-Emprego

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO patrocina Planos de benefícios pós-emprego aos colaboradores nas modalidades Benefício Definido, Contribuição Definida e Contribuição Variável.

É reconhecido no passivo atuarial, o valor presente das obrigações, líquido do valor justo dos ativos, conforme as características do plano e as estimativas atuariais. Quando o valor justo dos ativos do plano exceder o valor presente das obrigações, um ativo é reconhecido, limitado aos direitos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO.

As estimativas atuariais são baseadas em premissas de natureza (i) demográfica: principalmente a tábua de mortalidade; e (ii) financeira: sendo as mais relevantes a projeção da inflação e a taxa de desconto utilizada para determinar o valor presente das obrigações que considera os rendimentos de títulos públicos e o vencimento das respectivas obrigações.

As remensurações anuais dos planos são reconhecidas no Patrimônio Líquido, em Outros Resultados Abrangentes.

Os principais julgamentos exercidos no cálculo da obrigação dos planos de benefícios pós-emprego são: seleção da tábua de mortalidade e da taxa de desconto.

XV - Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias

As receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias são reconhecidas quando o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO fornece ou disponibiliza os serviços aos clientes, por um montante que reflete a contraprestação que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO espera receber em troca desses serviços. Os custos incrementais, quando materiais, são reconhecidos no ativo e apropriados no resultado conforme o prazo esperado do contrato.

As receitas dos serviços relacionados aos cartões de crédito, débito, conta corrente, pagamentos e recebimentos e assessoria econômica, financeira e corretagem são reconhecidas quando tais serviços são prestados.

As receitas de determinados serviços, como taxas de administração de recursos, cobrança e custódia, são reconhecidas ao longo da vida dos respectivos contratos, à medida que os serviços são prestados.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO exerce julgamento para identificar se a obrigação de desempenho é satisfeita ao longo da vida do contrato ou no momento em que o serviço é prestado.

Nota 3 - Desenvolvimento de Negócios

Zup I.T. Serviços em Tecnologia e Inovação S.A.

Em 31 de outubro de 2019, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua controlada Redecard Instituição de Pagamento S.A. (REDE), celebrou contrato de compra e venda de 100% do capital social da Zup I.T. Serviços em Tecnologia e Inovação S.A. (ZUP) em três etapas, sendo que a primeira etapa, realizada em março de 2020, concedeu o controle ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Em 2023, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING aumentou sua participação em 20,57% (2.228.342 ações) pelo valor de R\$ 199, passando a deter 72,51%.

Em 2024, houve a diluição de 1,32% (emissão de 200.628 novas ações) na participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e a realização da terceira etapa, com aquisição da participação remanescente de 28,81% (3.178.623 ações) no capital social da ZUP pelo valor de R\$ 312.

As efetivas aquisições e liquidações financeiras ocorreram em 31 de maio, 14 de junho de 2023 e 28 de março de 2024.

Avenue Holding Cayman Ltd

Em 08 de julho de 2022, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING celebrou contrato de compra e venda de ações com a Avenue Controle Cayman Ltd e outros acionistas vendedores para aquisição do controle da Avenue Holding Cayman Ltd (AVENUE). A compra ocorre em três etapas ao longo de 5 anos. Na primeira etapa, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua controlada ITB Holding Brasil Participações Ltda., adquiriu 35% do capital da AVENUE, que passou a ser uma controlada em conjunto, pelo valor aproximado de R\$ 563. Na segunda etapa, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adquiriu participação adicional equivalente para deter o controle com 50,1% do capital da AVENUE (Nota 28g). E após 5 anos da primeira etapa, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING poderá exercer uma opção de compra da participação remanescente.

A AVENUE detém uma corretora digital norte-americana que tem o objetivo de democratizar o acesso de investidores brasileiros ao mercado internacional.

As aprovações regulatórias foram concluídas em 31 de outubro de 2023 e o processo para a aquisição e liquidação financeira ocorreu em 30 de novembro de 2023.

Em agosto de 2024, a AVENUE emitiu novas ações, o que resultou na redução da participação societária do ITAÚ UNIBANCO HOLDING para 33,6% no capital da AVENUE. Adicionalmente, em julho de 2025, houve a emissão de novas ações resultando na redução da participação societária do ITAÚ UNIBANCO HOLDING para 32,9%.

Nota 4 - Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

A política contábil sobre Aplicações Interfinanceiras de Liquidez está apresentada na Nota 2c IV.

	31/12/2025
	Custo Amortizado
Aplicações no Mercado Aberto	269.780
Posição Bancada	17.152
Posição Financiada	174.390
Livre Movimentação	58.545
Sem Livre Movimentação	115.845
Posição Vendida	78.238
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	65.544
Recursos Garantidores das Provisões Técnicas	5.093
(Provisão para Perda de Crédito Esperada)	(29)
Total	340.388
Circulante	333.330
Não Circulante	7.058

As Aplicações Interfinanceiras de Liquidez estão classificadas no estágio 1.

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING a carteira é classificada como custo amortizado e composta por Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada no montante de R\$ 22.486, Aplicações em Depósitos Interfinanceiros no montante de R\$ 8.833 sendo o valor justo dessas aplicações o total de R\$ 31.319.

Nota 5 - Títulos e Valores Mobiliários

A política contábil sobre Títulos e Valores Mobiliários está apresentada na Nota 2c IV.

a) Resumo

	Nota	31/12/2025			
		Valor Contábil Bruto	Perda de Crédito Esperada	Ajuste ao Valor Justo	Saldo Contábil
Ao Custo Amortizado (CA)	5b	136.615	(154)	-	136.461
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)	5c	161.254	(479)	(1.614)	159.161
Designados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (Designado VJORA)	5c	1.840	-	(1.060)	780
Ao Valor Justo por Meio do Resultado (VJR)	5d	607.392	(83)	217	607.526
Designados ao Valor Justo por Meio do Resultado (Designado VJR)	5d	21.455	(20)	53	21.488
Total		928.556	(736)	(2.404)	925.416
Circulante					504.665
Não Circulante					420.751

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO avalia 24,9% da carteira como de baixo risco de crédito, principalmente Títulos Públicos - Brasil, e por essa razão não mantém provisão de perda de crédito esperada.

Os Títulos e Valores Mobiliários estão classificados: R\$ 325.585 no estágio 1, R\$ 209 no estágio 2 e R\$ 1.161 no estágio 3. As provisões para perda de crédito esperada dos Títulos e Valores Mobiliários estão classificadas: R\$ (105) no estágio 1, R\$ (30) no estágio 2 e R\$ (601) no estágio 3.

Do saldo total dos 3 estágios, R\$ 713 são de operações renegociadas, das quais 100% referem-se a operações reestruturadas.

No período, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO reconheceu R\$ 848 de variação cambial no resultado, sem considerar os efeitos de proteção cambial. A receita de juros de ativos problemáticos não reconhecida no período foi de R\$ 41.

31/12/2025									
	Nota	Carteira Própria	Vinculados a				Recursos Garantidores	Total ⁽²⁾	
			Compromissos de Recompra		Prestação de Garantias ⁽¹⁾	Banco Central do Brasil	Empréstimos		Nota 10b
			Sem Livre Movimentação	Livre Movimentação					
Títulos Públicos		279.240	102.479	43.622	34.174	17.306	-	19.588	496.409
Brasil		225.048	100.050	40.211	12.176	17.306	-	19.588	414.379
América Latina		38.867	2.429	2.298	9.009	-	-	-	52.603
Outros Países		15.325	-	1.113	12.989	-	-	-	29.427
Títulos Privados		31.526	2.150	1.492	9.435	-	-	61	44.664
Cédula do Produtor Rural		165	-	-	-	-	-	-	165
Certificados de Depósito Bancário		272	36	-	2	-	-	-	310
Certificados de Recebíveis Imobiliários		5.586	-	-	-	-	-	-	5.586
Debêntures		6.833	2.114	-	-	-	-	-	8.947
Eurobonds e Assemelhados		9.931	-	1.492	9.433	-	-	-	20.856
Letras Financeiras		770	-	-	-	-	-	-	770
Notas Promissórias e Comerciais		19	-	-	-	-	-	-	19
Outros		7.950	-	-	-	-	-	61	8.011
Ações		17.679	-	-	4.467	-	23	77	22.246
Fundos de Investimentos		27.169	-	-	94	-	-	90	27.353
Fundos de Investimentos Especialmente Constituídos (PGBL/VGBL)		-	-	-	-	-	-	335.480	335.480
Total		355.614	104.629	45.114	48.170	17.306	23	355.296	926.152
CA	5b	82.342	3.126	17.775	22.749	4.008	-	6.615	136.615
VJORA e Designados VJORA	5c	96.934	21.515	10.804	8.978	13.298	-	8.891	160.420
VJR e Designados VJR	5d	176.338	79.988	16.535	16.443	-	23	339.790	629.117

1) Representam os Títulos Vinculados a saldos em Benefícios Pós-Emprego (Nota 22b), Bolsas e Câmaras de Liquidação e Custódia.

2) O saldo não contempla perda de crédito esperada.

b) Títulos e Valores Mobiliários ao Custo Amortizado (CA)

	31/12/2025
	Valor Contábil Bruto
Títulos Públicos	93.503
Brasil	72.488
América Latina	5.974
Outros Países	15.041
Títulos Privados	43.112
Certificado de Depósito Bancário	63
Certificado de Recebíveis Imobiliários	4.700
Cotas de Fundos	19.334
<i>Eurobonds</i> e Assemelhados	11.983
Letras Financeiras	379
Outros	6.653
Total	136.615
Perda de Crédito Esperada	(154)
Custo Amortizado	136.461
Circulante	39.445
Não Circulante	97.016

c) Títulos e Valores Mobiliários ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

	31/12/2025		
	Valor Contábil Bruto	Ajuste ao Valor Justo	Valor Justo
Títulos Públicos	149.831	(1.513)	148.318
Brasil	110.710	(1.519)	109.191
América Latina	25.173	(30)	25.143
Outros Países	13.948	36	13.984
Títulos Privados	11.423	(580)	10.843
Certificado de Depósito Bancário	168	(1)	167
Certificado de Recebíveis Imobiliários	221	1	222
Debêntures	4.603	(171)	4.432
<i>Eurobonds</i> e Assemelhados	6.301	(410)	5.891
Letras Financeiras	5	-	5
Outros	125	1	126
Total	161.254	(2.093)	159.161
Ações (Designadas ao VJORA)	1.840	(1.060)	780
Total	163.094	(3.153)	159.941
Perda de Crédito Esperada (Resultado)	(479)		
Ajustes ao Valor Justo (ORA)	(2.674)		
Valor Justo	159.941		
Circulante			39.775
Não Circulante			120.166

Em relação as ações designadas a VJORA, não houve recebimento de dividendos e alienação de ações no período.

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING a carteira é composta por *Eurobonds* e Assemelhados no valor de R\$ 1.485 e Letras Financeiras no valor de R\$ 26.097.

d) Títulos e Valores Mobiliários ao Valor Justo por Meio do Resultado (VJR)

	31/12/2025		
	Valor Contábil Bruto	Ajuste ao Valor Justo	Valor Justo
Títulos Públicos	233.082	(5)	233.077
Brasil	226.596	65	226.661
América Latina	6.085	(70)	6.015
Outros Países	401	-	401
Títulos Privados	9.600	(116)	9.484
Cédula do Produtor Rural	165	-	165
Certificado de Depósito Bancário	80	-	80
Certificado de Recebíveis Imobiliários	669	(10)	659
Debêntures	4.422	(117)	4.305
<i>Eurobonds</i> e Assemelhados	2.644	(5)	2.639
Letras Financeiras	382	4	386
Notas Promissórias e Comerciais	19	-	19
Outros	1.219	12	1.231
Ações	21.116	350	21.466
Fundos de Investimentos	8.114	(95)	8.019
Fundos de Investimentos Especialmente Constituídos (PGBL/VGBL)	335.480	-	335.480
Total	607.392	134	607.526
Títulos Públicos (Designados VJR)	21.455	33	21.488
Total	628.847	167	629.014
Perda de Crédito Esperada (Resultado)	(103)		
Ajuste ao Valor Justo (Resultado)	270		
Valor Justo	629.014		
Ativos Financeiros não sujeitos à Perda de Crédito Esperada	599.761	322	600.083
Ativos Financeiros sujeitos à Perda de Crédito Esperada	29.086	(155)	28.931
Circulante			425.446
Não Circulante			203.568

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING a carteira é composta por Ações no valor de R\$ 12, Cotas de Fundos de Renda Fixa no valor de R\$ 8.003 e *Eurobonds* e Assemelhados no valor de R\$ 1.389.

Nota 6 - Derivativos

A política contábil sobre Derivativos está apresentada na Nota 2c IV.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO negocia derivativos com diversas contrapartes para administrar suas exposições globais e para auxiliar seus clientes a administrar suas próprias exposições.

Futuros - São acordos para comprar ou vender instrumentos financeiros ou não financeiros em uma data futura a um preço fixo. Estes contratos podem ser liquidados em dinheiro ou por entrega física. O valor nominal desses contratos representa o valor de face do instrumento associado.

Termo - São contratos a termo que envolvem a compra ou venda de instrumentos financeiros e não financeiros em uma data futura, a um preço contratado, e são liquidados com ou sem entrega do item subjacente em contrapartida de um valor financeiro. Inclui os contratos de câmbio que são termos de moedas.

Opções - São contratos que permitem ao comprador, mediante o pagamento de um prêmio, o direito de comprar ou vender instrumentos financeiros ou não financeiros, a um preço fixo durante um prazo específico.

Swaps - São contratos para liquidar em dinheiro, em uma ou mais datas, o diferencial entre dois índices financeiros especificados, aplicados sobre um valor referencial de principal.

Derivativos de Crédito - São instrumentos financeiros que visam a transferência do risco de crédito:

- **Credit Default Swap (CDS):** São contratos cujo valor depende do risco de crédito de um ativo financeiro (entidade de referência), permitindo que o comprador da proteção transfira esse risco ao vendedor da proteção. O vendedor, em troca de um prêmio, assume a obrigação de realizar pagamentos quando ocorre um evento de crédito.

- **Total Return Swap (TRS):** São contratos nos quais as partes trocam o retorno total de um ativo ou de uma cesta de ativos por fluxos de caixa periódicos.

Mais informações sobre os parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos, podem ser consultadas na Nota 27.

a) Derivativos por prazo de vencimento e contraparte

31/12/2025								
Por Valor de Referência	Futuros	Termo	Opções	Swaps	NDF	Derivativos de Créditos	Outros	Total
Faixas de Vencimento								
0 - 30	499.584	56.116	1.452.351	686.500	237.605	2.751	1.081	2.935.988
31 - 90	224.069	34.281	833.624	515.001	155.756	-	388	1.763.119
91 - 365	240.613	61.371	4.419.485	1.222.548	281.022	50.417	635	6.276.091
366 - 720	140.341	12.554	74.601	773.310	73.963	17.752	2.187	1.094.708
Acima de 720 dias	212.304	6.037	44.141	1.406.264	45.741	44.352	6.954	1.765.793
Total	1.316.911	170.359	6.824.202	4.603.623	794.087	115.272	11.245	13.835.699
Contrapartes								
Bolsa	1.316.883	9.856	6.694.178	2.631.330	143.223	48.710	106	10.844.286
Balcão	28	160.503	130.024	1.972.293	650.864	66.562	11.139	2.991.413
Instituições Financeiras	28	118.102	81.893	1.593.922	397.802	66.562	7.026	2.265.335
Pessoas Jurídicas	-	42.356	44.662	341.383	250.286	-	4.113	682.800
Pessoas Físicas	-	45	3.469	36.988	2.776	-	-	43.278
Total	1.316.911	170.359	6.824.202	4.603.623	794.087	115.272	11.245	13.835.699

31/12/2025								
Por Valor Justo - Ativo	Futuros	Termo	Opções	Swaps	NDF	Derivativos de Créditos	Outros	Total
Faixas de Vencimento								
0 - 30	-	2.012	1.360	4.885	2.223	198	570	11.248
31 - 90	-	412	1.262	1.264	1.719	-	1	4.658
91 - 365	-	1.459	3.871	4.826	3.153	57	6	13.372
366 - 720	-	543	1.861	9.371	749	97	19	12.640
Acima de 720 dias	-	151	3.315	26.838	507	263	319	31.393
Total	-	4.577	11.669	47.184	8.351	615	915	73.311
Contrapartes								
Bolsa	-	418	7.996	20.217	1.138	163	590	30.522
Balcão	-	4.159	3.673	26.967	7.213	452	325	42.789
Instituições Financeiras	-	3.076	2.153	18.975	4.153	452	294	29.103
Pessoas Jurídicas	-	1.082	1.442	7.312	3.006	-	31	12.873
Pessoas Físicas	-	1	78	680	54	-	-	813
Total	-	4.577	11.669	47.184	8.351	615	915	73.311

31/12/2025								
Por Valor Justo - Passivo	Futuros	Termo	Opções	Swaps	NDF	Derivativos de Créditos	Outros	Total
Faixas de Vencimento								
0 - 30	-	(3.204)	(499)	(5.385)	(2.574)	-	(40)	(11.702)
31 - 90	-	(621)	(894)	(1.397)	(1.500)	-	(1)	(4.413)
91 - 365	-	(412)	(2.922)	(4.865)	(4.399)	(4)	(37)	(12.639)
366 - 720	-	(119)	(1.495)	(8.601)	(1.749)	(52)	(6)	(12.022)
Acima de 720 dias	-	(26)	(2.442)	(25.512)	(707)	(311)	(144)	(29.142)
Total	-	(4.382)	(8.252)	(45.760)	(10.929)	(367)	(228)	(69.918)
Contrapartes								
Bolsa	-	(8)	(3.920)	(20.200)	(1.556)	(184)	(63)	(25.931)
Balcão	-	(4.374)	(4.332)	(25.560)	(9.373)	(183)	(165)	(43.987)
Instituições Financeiras	-	(3.284)	(2.271)	(16.910)	(4.318)	(183)	(97)	(27.063)
Pessoas Jurídicas	-	(1.047)	(2.021)	(6.065)	(4.996)	-	(68)	(14.197)
Pessoas Físicas	-	(43)	(40)	(2.585)	(59)	-	-	(2.727)
Total	-	(4.382)	(8.252)	(45.760)	(10.929)	(367)	(228)	(69.918)

O Risco de Crédito Próprio (DVA) foi de R\$ 19 e é composto por derivativos.

O valor das margens dadas em garantia pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING foi de R\$ 14.190, composto basicamente por recursos em espécie, ações e títulos públicos.

b) Derivativos por Indexador

31/12/2025								
	Futuros	Termo	Opções	Swaps	NDF	Derivativos de Crédito	Outros	Total
Ações								
Valor de Referência	15.858	432	2.109.457	2.177	5	6.616	2.728	2.137.273
Valor Justo - Ativo	-	418	7.247	559	-	132	6	8.362
Valor Justo - Passivo	-	-	(5.163)	(981)	-	(104)	(27)	(6.275)
Commodities								
Valor de Referência	16.204	17	15.938	49	10.401	2	774	43.385
Valor Justo - Ativo	-	17	1.274	-	253	-	20	1.564
Valor Justo - Passivo	-	(15)	(526)	(100)	(442)	-	(20)	(1.103)
Juros								
Valor de Referência	1.229.993	2.202	4.538.680	4.568.007	-	108.642	7.499	10.455.023
Valor Justo - Ativo	-	2.204	1.015	45.299	-	483	335	49.336
Valor Justo - Passivo	-	(2.204)	(523)	(44.081)	-	(263)	(147)	(47.218)
Moeda Estrangeira								
Valor de Referência	54.856	167.708	160.127	33.390	783.681	12	244	1.200.018
Valor Justo - Ativo	-	1.938	2.133	1.326	8.098	-	554	14.049
Valor Justo - Passivo	-	(2.163)	(2.040)	(598)	(10.487)	-	(34)	(15.322)

c) Derivativos de Crédito

31/12/2025			
	Risco Recebido	Risco Transferido	Risco Líquido
Derivativos de Crédito			
CDS	(34.559)	28.141	(6.418)
TRS	(52.573)	-	(52.573)
Total	(87.132)	28.141	(58.991)

Durante os períodos não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previstos nos contratos de Derivativos de Crédito.

Nota 7 - Hedge Contábil

A política contábil sobre *Hedge* Contábil está apresentada na Nota 2c IV.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO possui uma estrutura de limites de risco aplicada a cada fator de risco, que tem como objetivo aprimorar o monitoramento e a compreensão dos riscos, além de evitar a sua concentração.

Na contabilidade de *hedge*, os grupos de fatores de risco abrangem:

- Taxa de Juros: Risco de perda nas operações sujeitas às variações de taxas de juros.
- Moeda: Risco de perda nas operações sujeitas à variação cambial.

As estruturas designadas para os grupos de fatores de risco são realizadas considerando os riscos em sua totalidade, quando existem instrumentos de *hedge* compatíveis. Por decisão da administração, em alguns casos, os riscos são protegidos pelo prazo e limite de fator de risco do instrumento de *hedge*.

Os demais fatores de risco protegidos pela instituição são apresentados na Nota 27.

Para proteger os fluxos de caixa e o valor justo dos instrumentos designados como objeto de *hedge*, são utilizados derivativos e ativos financeiros.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO gerencia o risco através da relação econômica entre os instrumentos de *hedge* e objetos de *hedge*, esperando que esses instrumentos se movam em sentidos contrários e nas mesmas proporções, a fim de neutralizar os fatores de riscos.

Para as estratégias de portfólio, a relação de cobertura é frequentemente reestabelecida, uma vez que tanto o item protegido quanto os instrumentos mudam ao longo do tempo, refletindo as diretrizes de gerenciamento de risco aprovadas pela administração.

O índice de cobertura designado é sempre 100% do fator de risco elegível a cobertura. As fontes de inefetividade, em geral, estão relacionadas ao risco de crédito da contraparte e possíveis descasamentos de prazos entre o instrumento de *hedge* e o objeto de *hedge*.

a) Resumos por Instrumento e Objeto de *Hedge*, Valor Nominal e Prazo de Vencimento

	31/12/2025		
	Instrumentos de <i>Hedge</i>		Objeto de <i>Hedge</i>
	Valor Nominal	Ajuste ao Valor Justo	Valor Contábil Bruto
<i>Hedge de Fluxo de Caixa</i>	240.699	(112)	240.803
<i>Hedge de Operações Ativas</i>	2.609	-	2.590
<i>Hedge de Compromissadas Ativas</i>	14.039	-	14.459
<i>Hedge de Ativos Denominados em Unidade de Fomento</i>	83.462	(126)	83.462
<i>Hedge de Operações de Crédito</i>	20.950	78	20.950
<i>Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas</i>	85.676	-	85.403
<i>Hedge de Captações</i>	32.753	(63)	32.753
<i>Hedge de Transações Previstas Altamente Prováveis⁽¹⁾</i>	1.210	(1)	1.186
<i>Hedge de Investimento em Operação Líquida no Exterior</i>	29.033	41	27.551
<i>Hedge de Investimento em Operação Líquida no Exterior</i>	29.033	41	27.551
<i>Hedge de Valor Justo</i>	160.161	(665)	161.615
<i>Hedge de Títulos Custo Amortizado</i>	71.035	(778)	72.925
<i>Hedge de Títulos VJORA</i>	15.422	86	15.073
<i>Hedge de Operações de Crédito</i>	34.599	71	34.599
<i>Hedge de Captações</i>	39.075	(44)	38.990
<i>Hedge de Compromissos Firmes⁽¹⁾</i>	30	-	28
Total	429.893	(736)	429.969

1) Referem-se aos valores designados aos objetos de *hedge* registrados *Off Balance*.

	31/12/2025							
	0-1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-4 anos	4-5 anos	5-10 anos	Acima de 10 anos	Total
Hedge de Fluxo de Caixa	151.954	40.224	17.515	11.116	13.883	6.007	-	240.699
Hedge de Operações Ativas	-	-	2.068	-	541	-	-	2.609
Hedge de Compromissadas Ativas	-	-	8.132	5.907	-	-	-	14.039
Hedge de Ativos Denominados em Unidade de Fomento	73.095	10.367	-	-	-	-	-	83.462
Hedge de Operações de Crédito	11.276	2.029	804	1.647	5.194	-	-	20.950
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	51.197	20.191	3.579	2.835	2.032	5.842	-	85.676
Hedge de Captações	15.176	7.637	2.932	727	6.116	165	-	32.753
Hedge de Transações Previstas Altamente Prováveis ⁽¹⁾	1.210	-	-	-	-	-	-	1.210
Hedge de Investimento em Operação Líquida no Exterior	29.033	-	-	-	-	-	-	29.033
Hedge de Investimento em Operação Líquida no Exterior ⁽²⁾	29.033	-	-	-	-	-	-	29.033
Hedge de Valor Justo	56.922	25.728	27.560	14.035	9.295	21.670	4.951	160.161
Hedge de Títulos Custo Amortizado	10.207	9.412	16.532	6.416	5.369	19.759	3.340	71.035
Hedge de Títulos VJORA	11.438	130	1.390	98	728	688	950	15.422
Hedge de Operações de Crédito	13.600	7.890	5.988	4.507	1.411	882	321	34.599
Hedge de Captações	21.647	8.296	3.650	3.014	1.787	341	340	39.075
Hedge de Compromissos Firmes ⁽¹⁾	30	-	-	-	-	-	-	30
Total	237.909	65.952	45.075	25.151	23.178	27.677	4.951	429.893

1) Referem-se aos valores designados aos objetos de *hedge* registrados *Off Balance*.

2) Classificados como corrente pois os instrumentos são renovados frequentemente.

b) Hedge de Fluxo de Caixa

Estratégias utilizadas para gerenciar a variação:

- No fluxo de caixa de pagamento de juros utilizando contratos futuros: *Hedge* de Operações Ativas (DI); *Hedge* de Operações Compromissadas Ativas (Selic); *Hedge* de Depósitos a Prazo e Operações Compromissadas (DI).
- No fluxo de caixa de pagamento de juros utilizando contratos de *Swap*: *Hedge* de Ativos Denominados em Unidade de Fomento (UF); *Hedge* de Operações de Crédito (Taxa de Política Monetária -TPM); *Hedge* de Captações (TPM).
- No valor de compromissos assumidos, causado pelas variações nas taxas de câmbio: *Hedge* de Transações Previstas Altamente Prováveis (Moeda Estrangeira), não reconhecidas no Balanço Patrimonial.

Estratégias	Rubrica	31/12/2025					
		Objetos de Hedge		Instrumentos de Hedge			
		Valor Contábil		Variação no Valor Reconhecida em Outros Resultados Abrangentes	Reserva de Hedge de Fluxo de Caixa	Valor Nominal	Variação no Valor Justo Utilizada para Calcular a Inefetividade do Hedge
		Ativos	Passivos				
Risco de Taxa de Juros							
Hedge de Operações Ativas	Operações com Característica de Concessão de Crédito	2.590	-	9	(5)	2.609	9
Hedge de Compromissadas Ativas	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	14.459	-	(186)	(875)	14.039	(187)
Hedge de Ativos Denominados em Unidade de Fomento	Titulos e Valores Mobiliários	83.462	-	57	56	83.462	57
Hedge de Operações de Crédito	Operações de Crédito, Arrendamento e Outros Créditos	20.950	-	54	106	20.950	55
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	Captações no Mercado Aberto e Depósitos	-	85.403	(273)	(8)	85.676	(273)
Hedge de Captações	Depósitos	-	30.935	(41)	(65)	30.935	(41)
Risco Cambial							
Hedge de Captações	Depósitos	-	1.818	28	28	1.818	28
Hedge de Transações Previstas Altamente Prováveis ⁽¹⁾		200	986	20	124	1.210	20
Total		121.661	119.142	(332)	(639)	240.699	(332)

1) Referem-se aos valores designados aos objetos de hedge registados Off Balance.

Os hedges de operações ativas, compromissadas ativas e depósitos e operações compromissadas são estratégias de portfólio.

Instrumentos de <i>Hedge</i>	31/12/2025						
	Valor Nominal	Valor Contábil ⁽¹⁾		Variação no Valor Justo Utilizada para Calcular a Inefetividade do <i>Hedge</i>	Variação no Valor Reconhecida em Outros Resultados Abrangentes	Inefetividade do <i>Hedge</i> Reconhecida no Resultado	Montante Reclassificado da Reserva de <i>Hedge</i> de Fluxo de Caixa para o Resultado
		Ativos	Passivos				
Risco de Taxa de Juros							
Futuros	102.324	-	-	(450)	(450)	-	(152)
Termo	72.802	-	110	50	50	-	(29)
<i>Swaps</i>	62.545	141	69	21	21	-	18
Risco Cambial							
Futuros	834	-	-	23	23	-	(2)
Termo	2.194	-	74	24	24	-	-
Total	240.699	141	253	(332)	(332)	-	(165)

1) Valores registados na rubrica Derivativos.

c) Hedge de Investimento Líquido em Operação no Exterior

As estratégias têm como objetivo reduzir a exposição à variação cambial decorrente de investimentos no exterior em moeda estrangeira diferente da moeda funcional da matriz.

Estratégias	31/12/2025				
	Objetos de Hedge		Instrumentos de Hedge		
	Valor Contábil		Variação no Valor Reconhecida em Outros Resultados Abrangentes	Reserva de Conversão de Moeda Estrangeira	Variação no Valor Justo Utilizada para Calcular a Inefetividade do Hedge
	Ativos	Passivos			
Risco Cambial					
Hedge de Investimento em Operação Líquida no Exterior	27.551	-	(13.583)	(13.583)	29.033
Total	27.551	-	(13.583)	(13.583)	29.033

Instrumentos de Hedge	31/12/2025					
	Valor Nominal	Valor Contábil ⁽¹⁾		Variação no Valor Justo Utilizada para Calcular a Inefetividade do Hedge	Variação no Valor Reconhecida em Outros Resultados Abrangentes	Inefetividade de Hedge Reconhecida no Resultado
		Ativos	Passivos			
Risco Cambial						
Futuro	12.285	-	-	(4.807)	(4.766)	(41)
Futuro / NDF	9.245	84	-	(6.875)	(6.774)	(101)
Futuro / Ativos Financeiros	7.503	-	43	(1.978)	(2.043)	65
Total	29.033	84	43	(13.660)	(13.583)	(77)

1) Registrado na rubrica Derivativos.

d) Hedge de Valor Justo

Estratégias utilizadas para mitigar a exposição à variação de risco de valor justo em recebimentos de juros e às oscilações nas taxas de câmbio futuras, atribuíveis a alterações nas taxas de juros e de câmbio relativas a ativos e passivos reconhecidos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO utiliza contratos de Swap de taxa de juros e futuros de moeda para proteger a variação no risco de valor justo no recebimento e pagamento de juros e as exposições de taxa de câmbio futuro.

Os objetos de hedge são os ativos e passivos prefixados denominados em unidade de fomento, taxa fixa, em reais e/ou moedas estrangeiras.

Estratégias	31/12/2025						
	Objetos de <i>Hedge</i>					Instrumentos de <i>Hedge</i>	
	Valor Contábil ⁽¹⁾		Valor Justo		Variação no Valor Justo Reconhecida no Resultado	Valor Nominal	Variação no Valor Justo Utilizada para Calcular a Inefetividade do <i>Hedge</i>
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos			
Risco de Taxa de Juros							
<i>Hedge</i> de Títulos Custo Amortizado	72.925	-	72.954	-	29	71.035	(29)
<i>Hedge</i> de Títulos VJORA	15.073	-	15.017	-	(56)	15.422	51
<i>Hedge</i> de Operações de Crédito	34.599	-	34.858	-	259	34.599	(264)
<i>Hedge</i> de Captações	-	38.990	-	39.191	(201)	39.075	203
Risco Cambial							
<i>Hedge</i> de Compromissos Firmes	-	28	-	38	(10)	30	10
Total	122.597	39.018	122.829	39.229	21	160.161	(29)

1) Valores registrados na rubrica de Depósitos, Títulos e Valores Mobiliários e Operações com Característica de Concessão de Crédito.

Os *Hedges* de Operações de Crédito são estratégias de portfólio.

O valor acumulado remanescente dos ajustes de *hedge* de valor justo para itens que deixaram de ser protegidos é de R\$ 4.005, com efeito no resultado de R\$ 2.656.

Instrumentos de <i>Hedge</i>	31/12/2025				
	Valor Nominal	Valor Contábil ⁽¹⁾		Variação no Valor Justo Utilizada para Calcular a Inefetividade do <i>Hedge</i>	Inefetividade do <i>Hedge</i> Reconhecida no Resultado
		Ativos	Passivos		
Risco de Taxa de Juros					
<i>Swaps</i>	109.027	385	1.050	(395)	(11)
Futuros	51.104	-	-	356	3
Risco Cambial					
Futuros	30	-	-	10	-
Total	160.161	385	1.050	(29)	(8)

1) Registrado na rubrica Derivativos.

Nota 8 - Operações com Característica de Concessão de Crédito

A política contábil sobre Operações com Característica de Concessão de Crédito, que contempla Operações de Crédito, Arrendamento, Outros Créditos e Títulos e Valores Mobiliários, está apresentada na Nota 2c IV.

a) Composição da Carteira de Operações com Característica de Concessão de Crédito e Arrendamento

	31/12/2025
	Valor Contábil Bruto
Pessoas Físicas	473.397
Cartão de Crédito	153.527
Crédito Pessoal	66.499
Crédito Consignado	75.319
Veículos	36.303
Crédito Imobiliário	141.749
Pessoas Jurídicas	577.711
Grandes Empresas	335.095
Micro / Pequenas e Médias Empresas	242.616
Unidades Externas América Latina	230.330
Total	1.281.438
Perda de Crédito Esperada	(53.289)
Total	1.228.149
Circulante	677.067
Não circulante	551.082

A Provisão para Perda de Crédito Esperada contempla R\$ (1.794) referente a operações de Garantias Financeiras, Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar.

No período, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO reconheceu R\$ (12.179) de variação cambial no resultado, sem considerar os efeitos de proteção cambial.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2025
	Valor Contábil Bruto
Pessoas Físicas	166.306
Cartão de Crédito	124.353
Crédito Pessoal	5.786
Veículos	36.167
Pessoas Jurídicas	23.434
Grandes Empresas	479
Micro / Pequenas e Médias Empresas	22.955
Total	189.740
Perda de Crédito Esperada	(13.812)
Total	175.928
Circulante	141.122
Não circulante	34.806

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING, a Provisão para Perda de Crédito Esperada contempla Perda de Crédito Esperada para operações de Garantias Financeiras, Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar de R\$ (142).

b) Valor contábil bruto por estágios

Estágio 1	Saldo em 01/01/2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3 ⁽¹⁾	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Aquisição / (Liquidação)	Write Off	Saldo em 31/12/2025
Pessoas Físicas	382.930	(30.707)	(4.127)	11.195	407	51.279	-	410.977
Pessoas Jurídicas	514.435	(12.607)	(2.325)	2.585	349	46.265	-	548.702
Unidades Externas América Latina	201.245	(9.631)	(1.194)	5.508	594	14.470	-	210.992
Total	1.098.610	(52.945)	(7.646)	19.288	1.350	112.014	-	1.170.671
Estágio 2	Saldo em 01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Aquisição / (Liquidação)	Write Off	Saldo em 31/12/2025
Pessoas Físicas	34.367	(11.195)	(13.219)	30.707	3.161	(8.951)	-	34.870
Pessoas Jurídicas	11.471	(2.585)	(7.638)	12.607	585	(270)	-	14.170
Unidades Externas América Latina	10.932	(5.508)	(4.027)	9.631	1.085	(1.785)	-	10.328
Total	56.770	(19.288)	(24.884)	52.945	4.831	(11.006)	-	59.368
Estágio 3	Saldo em 01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Aquisição / (Liquidação)	Write Off	Saldo em 31/12/2025
Pessoas Físicas	26.650	(407)	(3.161)	4.127	13.219	14.051	(26.929)	27.550
Pessoas Jurídicas	18.812	(349)	(585)	2.325	7.638	(7.382)	(5.620)	14.839
Unidades Externas América Latina	9.776	(594)	(1.085)	1.194	4.027	(1.156)	(3.152)	9.010
Total	55.238	(1.350)	(4.831)	7.646	24.884	5.513	(35.701)	51.399

1) Na movimentação das transferências das operações do estágio 1 para o estágio 3 ao longo do período, parte representativa delas passaram antes pelo estágio 2.

Total dos 3 Estágios	Saldo em 01/01/2025	Aquisição / (Liquidação)	Write Off	Saldo em 31/12/2025
Pessoas Físicas	443.947	56.379	(26.929)	473.397
Pessoas Jurídicas	544.718	38.613	(5.620)	577.711
Unidades Externas América Latina	221.953	11.529	(3.152)	230.330
Total	1.210.618	106.521	(35.701)	1.281.438

Do saldo total dos 3 estágios, R\$ 35.108 são operações renegociadas das quais 52,1% referem-se às operações reestruturadas.

No período, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO renegociou R\$ 1.559 de ativos financeiros baixados anteriormente, sendo constituído R\$ (1.559) de provisão para perda de crédito esperada.

A receita de juros de ativos problemáticos não reconhecida no período foi de R\$ 9.895.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING - Estágio 1	Saldo em 01/01/2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3 ⁽¹⁾	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Aquisição / (Liquidação)	Write Off	Saldo em 31/12/2025
Pessoas Físicas	123.535	(11.125)	(952)	3.754	54	27.960	-	143.226
Pessoas Jurídicas	22.547	(980)	(139)	351	24	221	-	22.024
Total	146.082	(12.105)	(1.091)	4.105	78	28.181	-	165.250
ITAÚ UNIBANCO HOLDING - Estágio 2	Saldo em 01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Aquisição / (Liquidação)	Write Off	Saldo em 31/12/2025
Pessoas Físicas	11.286	(3.754)	(3.738)	11.125	1.147	(3.572)	-	12.494
Pessoas Jurídicas	766	(351)	(382)	980	28	(333)	-	708
Total	12.052	(4.105)	(4.120)	12.105	1.175	(3.905)	-	13.202
ITAÚ UNIBANCO HOLDING - Estágio 3	Saldo em 01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Aquisição / (Liquidação)	Write Off	Saldo em 31/12/2025
Pessoas Físicas	8.990	(54)	(1.147)	952	3.738	9.043	(10.936)	10.586
Pessoas Jurídicas	660	(24)	(28)	139	382	81	(508)	702
Total	9.650	(78)	(1.175)	1.091	4.120	9.124	(11.444)	11.288

1) Na movimentação das transferências das operações do estágio 1 para o estágio 3 ao longo do período, parte representativa delas passaram antes pelo estágio 2.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING - dos 3 Estágios	Saldo em 01/01/2025	Aquisição / (Liquidação)	Write Off	Saldo em 31/12/2025
Pessoas Físicas	143.811	33.431	(10.936)	166.306
Pessoas Jurídicas	23.973	(31)	(508)	23.434
Total	167.784	33.400	(11.444)	189.740

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING, do saldo total dos 3 estágios, R\$ 6.716 são operações renegociadas das quais 65% referem-se às operações reestruturadas.

c) Perda de Crédito Esperada por estágios

Estágio 1	Saldo em 01/01/2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3 ⁽¹⁾	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	(Constituição) / Reversão	Write Off	Saldo em 31/12/2025
Pessoas Físicas	(6.321)	1.792	207	(2.062)	(122)	110	-	(6.396)
Pessoas Jurídicas	(2.064)	519	43	(451)	(28)	157	-	(1.824)
Unidades Externas América Latina	(1.910)	399	95	(791)	(200)	562	-	(1.845)
Total	(10.295)	2.710	345	(3.304)	(350)	829	-	(10.065)

Estágio 2	Saldo em 01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	(Constituição) / Reversão	Write Off	Saldo em 31/12/2025
Pessoas Físicas	(8.429)	2.062	5.977	(1.792)	(1.689)	(5.302)	-	(9.173)
Pessoas Jurídicas	(2.828)	451	2.661	(519)	(389)	(2.628)	-	(3.252)
Unidades Externas América Latina	(1.935)	791	955	(399)	(222)	(723)	-	(1.533)
Total	(13.192)	3.304	9.593	(2.710)	(2.300)	(8.653)	-	(13.958)

Estágio 3	Saldo em 01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	(Constituição) / Reversão	Write Off	Saldo em 31/12/2025
Pessoas Físicas	(15.931)	122	1.689	(207)	(5.977)	(23.059)	26.929	(16.434)
Pessoas Jurídicas	(11.360)	28	389	(43)	(2.661)	(1.326)	5.620	(9.353)
Unidades Externas América Latina	(3.746)	200	222	(95)	(955)	(2.257)	3.152	(3.479)
Total	(31.037)	350	2.300	(345)	(9.593)	(26.642)	35.701	(29.266)

1) Na movimentação das transferências das operações do estágio 1 para o estágio 3 ao longo do período, parte representativa delas passaram antes pelo estágio 2.

Total dos 3 Estágios	Saldo em 01/01/2025	(Constituição) / Reversão	Write Off	Saldo em 31/12/2025
Pessoas Físicas	(30.681)	(28.251)	26.929	(32.003)
Pessoas Jurídicas	(16.252)	(3.797)	5.620	(14.429)
Unidades Externas América Latina	(7.591)	(2.418)	3.152	(6.857)
Total	(54.524)	(34.466)	35.701	(53.289)

O saldo consolidado dos 3 Estágios contempla Perda de Crédito Esperada para operações de Garantias Financeiras, Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar de R\$ (1.794).

ITAÚ UNIBANCO HOLDING - Estágio 1	Saldo em 01/01/2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3 ⁽¹⁾	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Constituição/ (Reversão)	Write Off	Saldo em 31/12/2025
Pessoas Físicas	(2.225)	656	46	(866)	(27)	(167)	-	(2.583)
Pessoas Jurídicas	(226)	49	5	(70)	(6)	8	-	(240)
Total	(2.451)	705	51	(936)	(33)	(159)	-	(2.823)

ITAÚ UNIBANCO HOLDING - Estágio 2	Saldo em 01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Constituição/ (Reversão)	Write Off	Saldo em 31/12/2025
Pessoas Físicas	(3.139)	866	1.358	(656)	(608)	(1.537)	-	(3.716)
Pessoas Jurídicas	(185)	70	110	(49)	(20)	(107)	-	(181)
Total	(3.324)	936	1.468	(705)	(628)	(1.644)	-	(3.897)

ITAÚ UNIBANCO HOLDING - Estágio 3	Saldo em 01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Constituição/ (Reversão)	Write Off	Saldo em 31/12/2025
Pessoas Físicas	(5.514)	27	608	(46)	(1.358)	(11.315)	10.936	(6.662)
Pessoas Jurídicas	(389)	6	20	(5)	(110)	(460)	508	(430)
Total	(5.903)	33	628	(51)	(1.468)	(11.775)	11.444	(7.092)

1) Na movimentação das transferências das operações do estágio 1 para o estágio 3 ao longo do período, parte representativa delas passaram antes pelo estágio 2.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING - Total dos 3 Estágios	Saldo em 01/01/2025	Constituição/ (Reversão)	Write Off	Saldo em 31/12/2025
Pessoas Físicas	(10.878)	(13.019)	10.936	(12.961)
Pessoas Jurídicas	(800)	(559)	508	(851)
Total	(11.678)	(13.578)	11.444	(13.812)

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING, o saldo consolidado dos 3 Estágios contempla Perda de Crédito Esperada para operações de Garantias Financeiras, Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar de R\$ (142).

d) Bens Retomados

A política contábil sobre bens destinados à venda está apresentada na Nota 2c V.

Os bens retomados destinados à venda contêm, principalmente, imóveis e sua venda contempla a realização de leilões periódicos que são divulgados previamente ao mercado. O total de bens retomados no período foi de R\$ 732.

e) Operações Vinculadas e Transferência de Ativos Financeiros

Vinculadas e Com Coobrigação	31/12/2025		01/01 a 31/12/2025
	Valor Contábil Bruto		Resultado
	Ativo	Passivo	
Operações Ativas Vinculadas	9.167	9.191	(26)
Operações de Crédito	9.167	-	(621)
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	-	9.191	595
Transferência de Ativos Financeiros	199	199	-
Total	9.366	9.390	(26)

Sem coobrigação	01/01 a 31/12/2025	
	Carteira Transferida	Resultado
Operações de Crédito e Outros Créditos	13.436	(215)
Operações baixadas (WO)	10.567	283
Total	24.003	68

f) Exigibilidade de Crédito Rural

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO realiza o atendimento da Exigibilidade do Crédito Rural por meio de operações de empréstimos, emissões de títulos e aplicações em instrumentos financeiros, sendo o saldo total dos recursos obrigatórios de R\$ 15.273 em 31/12/2025 e a exigibilidade de aplicação de R\$ 14.975, que representa 102%. Os custos para atendimento do normativo foram de R\$ 182 no período.

g) Operações de Arrendamento - Arrendador

Os arrendamentos estão compostos por veículos, máquinas, equipamentos e imóveis no Brasil e no Exterior. A análise de vencimento da carteira é apresentada abaixo:

	31/12/2025	
	Pagamentos a receber	Rendas a Apropriar
Circulante	2.618	(612)
Não Circulante	8.799	(2.420)
De 1 a 2 anos	2.023	(484)
De 2 a 3 anos	1.495	(371)
De 3 a 4 anos	1.254	(288)
De 4 a 5 anos	755	(223)
Acima de 5 anos	3.272	(1.054)
Total	11.417	(3.032)

As receitas de arrendamentos foram de R\$ 766 no período.

Nota 9 - Outros Ativos e Passivos

a) Outros Ativos

	Nota	31/12/2025
Financeiros		61.614
Negociação e Intermediação de Valores		24.085
Depósitos em Garantia - Contingências, Provisões e Obrigações Legais	11d	13.497
Operações sem Características de Concessão de Crédito, Líquidas de provisão		11.683
Rendas a Receber		4.206
Valores Líquidos a Receber de Reembolso de Provisões	11c	387
Crédito com Operações de Seguros e Resseguros		3.188
Outros Ativos Financeiros		4.568
Não Financeiros		18.232
Diversos no País		3.817
Diversos no Exterior		770
Despesas Antecipadas		5.740
Ativos Atuariais de Planos de Benefícios Pós-Emprego	22e	256
Outros Ativos Não Financeiros		6.533
Outros		1.116
Total		79.846
Circulante		61.004
Não Circulante		18.842

b) Outros Passivos

	Nota	31/12/2025
Passivos Financeiros		135.418
Transações de Pagamento		88.789
Negociação e Intermediação de Valores		38.444
Obrigações de Arrendamento		578
Operações Vinculadas a Cessão de Crédito	8e	199
Recursos a Liberar		4.185
Outros Passivos		3.223
Passivos Não Financeiros		39.734
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		590
Sociais e Estatutárias		12.221
Diversos no País		5.830
Diversos no Exterior		6.373
Provisão de Pessoal		2.892
Obrigações por Convênios Oficiais e Prestação de Serviços de Pagamento		2.455
Provisão para Pagamentos Diversos		2.572
Passivos de Planos de Benefícios Pós-Emprego	22e	2.273
Rendas Antecipadas		3.231
Outros Passivos Não Financeiros		1.297
Total		175.152
Circulante		167.920
Não Circulante		7.232

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING, os Outros Passivos são representados basicamente por Valores a Pagar a Sociedades Ligadas no montante de R\$ 39.330.

Nota 10 - Operações de Seguros, Previdência Privada e Capitalização

A política contábil sobre operações de seguros, previdência privada e capitalização está apresentada na Nota 2c XI.

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, as provisões técnicas visam reduzir os riscos envolvidos nos contratos de Seguros, Previdência Privada e Capitalização e são calculadas de acordo com as Notas Técnicas aprovadas pela SUSEP.

I – Seguros e Previdência Privada:

- **Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG)** - constituída com base nos prêmios de seguros, para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer. No cálculo, considera-se o prazo a decorrer tanto dos riscos assumidos e emitidos quanto dos riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE) nas apólices ou endossos dos contratos vigentes, pelo critério *pro rata die*.

- **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)** - constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros avisados, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido, quando aplicável. Abrange valores relativos às indenizações e benefícios, incluindo atualizações monetárias, juros, variações cambiais e multas contratuais, além dos montantes estimados referentes às ações judiciais. Quando necessário, deve contemplar ajustes de IBNER (sinistros ocorridos e não suficientemente avisados) para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo de regulação até a sua liquidação final.

- **Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR)** - constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base de cálculo, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido. Abrange valores relativos a indenizações, benefícios e rendas considerando os montantes referentes às ações judiciais.

- **Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC)** - constituída para a cobertura dos compromissos assumidos com os participantes ou segurados, com base nas premissas determinadas no contrato, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício e/ou da indenização.

- **Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)** - constituída para a cobertura dos compromissos de pagamento de indenizações e/ou benefícios assumidos com os participantes ou segurados, com base nas premissas determinadas no contrato, depois de ocorrido o evento.

- **Provisão de Excedentes Financeiros (PEF)** - constituída para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit financeiro, quando previsto em contrato. Corresponde ao resultado financeiro excedente à rentabilidade mínima garantida no produto.

- **Provisão Complementar de Cobertura (PCC)** - constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme apurado no Teste de Adequação de Passivos, de acordo com as determinações especificadas na regulamentação em vigor.

- **Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)** - constituída para cobertura dos valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios, contribuições ou fundos, às portabilidades a regularizar, aos prêmios recebidos e não cotizados, às rendas vencidas e aos benefícios a regularizar relativos a coberturas por sobrevivência.

- **Provisão de Despesas Relacionadas a Produtos Estruturados em Regime Financeiro de Repartição Simples (PDR) e Provisão de Despesas Relacionadas a Produtos Estruturados em Regime Financeiro de Capitalização ou Repartição de Capitais por Cobertura (PDC)** - constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a benefícios e indenizações, em função de eventos ocorridos e a ocorrer, sendo segregadas conforme o regime financeiro do produto.

II – Capitalização:

- **Provisão Matemática para Capitalização (PMC)** - constituída enquanto não ocorre o evento gerador de resgate do título, e abrange a parcela dos valores arrecadados para capitalização.
- **Provisão para Resgate (PR)** - constituída a partir da data do evento gerador de resgate do título e/ou do evento gerador de distribuição de bônus até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação.
- **Provisão para Sorteios a Realizar (PSR)** - constituída para cada título cujos sorteios tenham sido custeados, mas que, na data da constituição, ainda não tenham sido realizados.
- **Provisão para Sorteios a Pagar (PSP)** - constituída a partir da data de realização do sorteio até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação.
- **Provisão Complementar de Sorteios (PCS)** - constituída para complementar a Provisão de Sorteios a Realizar. Utilizada para cobrir eventuais insuficiências relacionadas ao valor esperado dos sorteios a realizar.

a) Saldo das Provisões Técnicas

	Seguros	Previdência	Capitalização	Total
	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025
Prêmios não Ganhos (PPNG)	5.465	10	-	5.475
Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC) e Concedidos (PMBC)	17	347.593	-	347.610
Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)	82	766	-	848
Excedente Financeiro (PEF)	-	669	-	669
Sinistros a Liquidar (PSL)	474	13	-	487
Sinistros / Eventos Ocorridos e não Avisados (IBNR)	425	24	-	449
Despesas Relacionadas (PDR/PDC)	30	61	-	91
Matemática para Capitalização (PMC) e Resgates (PR)	-	-	4.828	4.828
Sorteios a Pagar (PSP) e a Realizar (PSR)	-	-	10	10
Outras Provisões	150	-	-	150
Total Provisões Técnicas (a)	6.643	349.136	4.838	360.617
Circulante	4.691	796	4.838	10.325
Não Circulante	1.952	348.340	-	350.292

b) Recursos Garantidores das Provisões Técnicas

	Seguros	Previdência	Capitalização	Total
	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.734	755	2.604	5.093
Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	2.786	349.737	2.773	355.296
Cotas de Fundos de PGBL / VGBL ⁽¹⁾	-	335.480	-	335.480
Outros Títulos Públicos e Privados	2.786	14.257	2.773	19.816
Crédito com Operações de Seguros e Resseguros ⁽²⁾	3.073	102	-	3.175
Direitos Creditórios	2.722	-	-	2.722
Outros Créditos	351	102	-	453
Total Recursos Garantidores (b)	7.593	350.594	5.377	363.564
Total Cobertura Excedente (b-a)	950	1.458	539	2.947

1) Carteira de títulos dos planos de previdência PGBL e VGBL cuja propriedade e os riscos envolvidos são de clientes, contabilizada como Título e Valores Mobiliários - VJR, tendo como contrapartida no Passivo, a rubrica Provisões Técnicas de Previdência (Nota 10a).

2) Registrado em Outros Ativos.

Nota 11 - Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

A política contábil sobre provisões, ativos e passivos contingentes está apresentada na Nota 2c XII.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, em decorrência do curso normal de suas atividades, poderá figurar como parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. As contingências relacionadas a esses processos são classificadas conforme a seguir:

a) Ativos Contingentes

Não existem ativos contingentes contabilizados.

b) Provisões e Contingências

As provisões relativas às discussões administrativas e judiciais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO são de longo prazo, e em virtude do tempo de tramitação desses processos impedem a divulgação de prazo para encerramento.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO com base em pareceres de seus assessores legais, não está envolvido em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais, além dos destacados no decorrer desta nota, que possam afetar, de forma relevante, os resultados de suas operações.

Ações Cíveis

As provisões e as contingências decorrem, geralmente, de pleitos relacionados à revisão de contratos e de ações de indenização por danos materiais e morais.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, apesar de ter observado as regras vigentes à época, figura como réu em ações ajuizadas por pessoas físicas que versam sobre a cobrança de expurgos inflacionários em caderneta de poupança, decorrente de planos econômicos implementados nas décadas de 80 e 90, bem como em ações coletivas ajuizadas por: (i) associações de defesa do consumidor; e (ii) Ministério Público, em nome dos titulares de cadernetas de poupança. Em relação a essas ações, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO constitui provisões quando do recebimento da citação, bem como no momento em que as pessoas físicas exigem a execução da decisão proferida pelo Judiciário, utilizando os mesmos critérios adotados para determinar as provisões das ações individuais.

Em dezembro de 2017, sob mediação da Advocacia-Geral da União (AGU) e supervisão do BACEN, poupadores (representados por duas associações civis, FEBRAPO e IDEC) e a FEBRABAN assinaram instrumento de acordo com o objetivo de finalizar os litígios relacionados aos planos econômicos, tendo o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO aderido aos seus termos. Referido acordo foi homologado, em 01/03/2018, pelo Plenário do STF e os poupadores puderam aderir a seus termos pelo prazo de 24 meses.

Em razão do encerramento desse prazo, as partes assinaram um aditivo ao instrumento de acordo para prorrogar o período de adesão e, assim, contemplar um número maior de poupadores e, conseqüentemente, aumentar o encerramento das ações judiciais. Em maio de 2020, o STF homologou esse aditivo e concedeu o prazo de 30 meses para novas adesões, prorrogado posteriormente por mais 30 meses, condicionado à prestação de contas da quantidade de adesões ao longo do primeiro período.

Em maio de 2025, o STF por unanimidade declarou a constitucionalidade dos planos econômicos Bresser (1987), Verão (1989), Collor I (1990) e Collor II (1991) e reafirmou a homologação do acordo coletivo. Em decorrência dessa decisão, foi prorrogado o prazo para adesão por mais 24 meses.

Ações Trabalhistas

As provisões e as contingências decorrem de ações em que se discutem pretensos direitos trabalhistas específicos à categoria profissional, tais como: horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria, entre outros.

Outros Riscos

São quantificados e provisionados principalmente pela avaliação de crédito rural em operações com coobrigação e créditos com o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) cedidos.

I - Provisões Cíveis e Trabalhistas e Outros Riscos

Segue abaixo a movimentação das provisões cíveis, trabalhistas e outros riscos:

	31/12/2025			
	Cíveis	Trabalhistas	Outros Riscos	Total
Saldo Inicial - 01/01	3.207	8.213	1.066	12.486
(-) Provisões Garantidas por Cláusula de Indenização	(169)	(671)	-	(840)
Subtotal	3.038	7.542	1.066	11.646
Atualização / Encargos	115	578	-	693
Movimentação do Período Refletida no Resultado	1.228	3.334	364	4.926
Constituição	1.835	3.793	650	6.278
Reversão	(607)	(459)	(286)	(1.352)
Pagamento / Transferência	(1.426)	(3.173)	(37)	(4.636)
Subtotal	2.955	8.281	1.393	12.629
(+) Provisões Garantidas por Cláusula de Indenização	197	565	-	762
Saldo Final	3.152	8.846	1.393	13.391
Circulante	1.434	3.176	687	5.297
Não Circulante	1.718	5.670	706	8.094

II - Provisões Fiscais e Previdenciárias

As provisões fiscais e previdenciárias correspondem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões fiscais administrativas ou judiciais, objeto de lançamento de ofício, acrescido de juros, multa e, encargos, quando aplicável.

Abaixo está demonstrada a movimentação das provisões:

	31/12/2025		
	Obrigação Legal - Nota 20c	Ações Fiscais e Previdenciárias	Total
Saldo Inicial - 01/01	2.581	4.142	6.723
(-) Provisões Garantidas por Cláusula de Indenização	-	(83)	(83)
Subtotal	2.581	4.059	6.640
Atualização / Encargos	144	785	929
Movimentação do Período Refletida no Resultado	(41)	(1.252)	(1.293)
Constituição	41	538	579
Reversão	(82)	(1.790)	(1.872)
Pagamento	(742)	(1.221)	(1.963)
Subtotal	1.942	2.371	4.313
(+) Provisões Garantidas por Cláusula de Indenização	-	87	87
Saldo Final	1.942	2.458	4.400
Circulante	-	-	-
Não Circulante	1.942	2.458	4.400

A principal discussão relativa a Ações Fiscais e Previdenciárias está descrita a seguir:

- PIS e COFINS – Base de Cálculo – R\$ 34: defende-se a incidência de PIS e COFINS sobre o faturamento, devendo este ser entendido como a receita da venda de bens e serviços. O saldo do depósito judicial totaliza R\$ 10.

No período, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO aderiu aos editais 25/2024 (dedução da amortização fiscal do ágio na apuração do IRPJ e da CSLL), 27/2024 (incidência da contribuição previdenciária sobre verbas pagas a título de PLR a empregados e contribuintes individuais), 54/2025 (desmutualização da Bolsa de Valores)

e 19/2025 (créditos judicializados de alto impacto econômico), do Programa de Transação Integral instituído pelo Ministério da Fazenda. Adicionalmente, houve constituição de provisão para contingência fiscal. O efeito líquido em resultado foi de R\$ 550 (Nota 28d).

III - Contingências não Provisionadas no Balanço

Os valores envolvidos em discussões administrativas e judiciais com risco estimado de perda possível não são objeto de provisão contábil e basicamente são compostas por:

Ações Cíveis e Trabalhistas

Nas Ações Cíveis de perda possível, o risco total estimado é de R\$ 4.043, sendo que neste montante não existem valores decorrentes de participação em Entidades Controladas em Conjunto.

Para as Ações Trabalhistas de perda possível, o risco estimado é de R\$ 1.236.

Ações Fiscais e Previdenciárias

As Ações Fiscais e Previdenciárias de perda possível totalizam R\$ 42.145, sendo as principais discussões descritas a seguir:

- INSS – Verbas não Remuneratórias – R\$ 2.412: defende-se a não incidência da contribuição sobre verbas não remuneratórias, participação nos lucros e plano para outorga de opções de ações.
- ISS – Atividades Bancárias/Estabelecimento Prestador – R\$ 9.413: discute-se a incidência e/ou local do recolhimento de ISS para determinadas receitas bancárias.
- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS – Despesas de Captação – R\$ 5.808: discute-se a dedutibilidade de despesas de captação (DI), relativas a recursos que foram capitalizados entre as empresas do Grupo.
- IRPJ e CSLL – Ágio – Dedução – R\$ 1.690: discute-se a dedutibilidade do ágio com expectativa de rentabilidade futura na aquisição de investimentos.
- PIS e COFINS - Estorno da Receita de Superveniência de Depreciação – R\$ 3.646: discute-se o tratamento contábil e fiscal do PIS e da COFINS na liquidação das operações de arrendamento.
- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS – Indeferimento de Pedido de Compensação – R\$ 2.476: casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado.
- IRPJ e CSLL – Glosa de Prejuízos – R\$ 5.848: discute-se o montante do prejuízo fiscal (IRPJ) e/ou base negativa de CSLL utilizados pela Receita Federal na lavratura de autos de infração, que ainda estão pendentes de decisão definitiva.
- IRPJ e CSLL - Dedutibilidade de Perdas em Operações de Crédito – R\$ 3.679: autuações lavradas para exigência de IRPJ e de CSLL pela suposta inobservância dos critérios legais para a dedução de perdas no recebimento de créditos.

c) Contas a Receber – Reembolso de Provisões

O saldo de valores a receber relativo a reembolso de provisões totaliza R\$ 387 (Nota 9a) e decorre, basicamente, da garantia estabelecida em 1997, no processo de privatização do Banco Banerj S.A., quando o Estado do Rio de Janeiro constituiu um fundo para garantir a recomposição patrimonial em Provisões Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciárias.

d) Garantias de Contingências, Provisões e Obrigações Legais

As garantias relativas a discussões judiciais que envolvem o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO são compostas, basicamente por:

	Nota	31/12/2025			
		Cíveis	Trabalhistas	Tributários	Total
Depósitos em Garantia	9a	1.569	2.004	9.924	13.497
Cotas de Fundos de Investimento		260	62	-	322
Fiança		78	14	5.418	5.510
Seguro Garantia		2.562	2.220	20.859	25.641
Garantia por Títulos Públicos		-	-	411	411
Total		4.469	4.300	36.612	45.381

Nota 12 - Investimentos

ITAÚ UNIBANCO HOLDING				Movimentação de 01/01 a 31/12/2025							
Empresas	Saldos em 01/01/2025	Amortização de Ágio	Dividendos Pagos / Provisionados ⁽²⁾	Resultado de Participações em Controladas				Variação Cambial e Hedge de Investimento - Moeda Funcional Diferente de Real	Ajuste de TVM de Controladas e Outros	Eventos Societários ⁽³⁾	Saldos em 31/12/2025 ⁽⁴⁾
				Lucro Líquido / (Prejuízo)	Ajuste a critério da investidora ⁽¹⁾	Resultado não Realizado e Outros	Total				
Controladas											
No País	191.211	-	(41.711)	37.630	654	(23)	38.261	(2.027)	308	(3.743)	182.299
Itaú Unibanco S.A.	166.330	-	(38.900)	32.993	584	(23)	33.554	(2.028)	307	-	159.263
Redecard Instituição de Pagamento S.A.	8.724	-	(708)	721	2	-	723	-	(3)	(1.043)	7.693
Banco Itaucard S.A.	51	-	-	1	-	-	1	-	-	-	52
Itaú Corretora de Valores S.A.	3.295	-	(294)	399	5	-	404	-	(5)	-	3.400
Itauseg Participações S.A.	2.545	-	(169)	1.002	-	-	1.002	1	43	-	3.422
Itaú Consultoria de Valores Mobiliários e Participações S.A.	1.213	-	(52)	119	-	-	119	-	-	-	1.280
Outras Participações	9.053	-	(1.588)	2.395	63	-	2.458	-	(34)	(2.700)	7.189
No Exterior	12.071	(45)	(1.224)	1.861	-	-	1.861	(110)	12	57	12.622
Banco Itaú Chile	5.715	(45)	(179)	454	-	-	454	(50)	13	-	5.908
Banco Itaú Uruguay S.A.	5.059	-	(826)	1.167	-	-	1.167	(3)	(2)	-	5.395
Outras Participações	1.297	-	(219)	240	-	-	240	(57)	1	57	1.319
Total	203.282	(45)	(42.935)	39.491	654	(23)	40.122	(2.137)	320	(3.686)	194.921

1) Ajustes decorrentes de uniformização das demonstrações contábeis da investida às políticas contábeis da investidora.

2) Os dividendos deliberados e não pagos estão registrados em Rendimentos a Receber.

3) Contemplam eventos societários decorrentes de aquisições, alienações, cisões, incorporações, aumentos ou reduções de capital.

4) Os saldos apresentados não consideram a redução de capital em processo de homologação pelo BACEN e eventual oposição dos credores, nos termos do artigo 174 da Lei das S.A.

Empresas	Capital	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido / (Prejuízo)	Nº de Ações / Cotas de Propriedade do ITAÚ UNIBANCO HOLDING			Participação no Capital (%) em 31/12/2025	
				Ordinárias	Preferenciais	Cotas	Votante	Social
No País								
Itaú Unibanco S.A.	74.567	159.263	32.993	3.514.908.377	3.404.188.272	-	100,00%	100,00%
Redecard Instituição de Pagamento S.A.	23.923	39.711	3.721	348.555.621	-	-	19,37%	19,37%
Banco Itaucard S.A.	50	52	1	2.531.224.947	13.593.462	-	100,00%	100,00%
Itaú Corretora de Valores S.A.	1.650	3.401	399	32.882.585	970.956	-	100,00%	100,00%
Itauseg Participações S.A.	6.965	12.947	3.791	1.583.854.716	-	-	26,42%	26,42%
Itaú Consultoria de Valores Mobiliários e Participações S.A.	645	1.280	119	548.954	1.097.907	-	100,00%	100,00%
No Exterior								
Banco Itaú Chile	17.641	22.463	1.725	56.896.856	-	-	26,29%	26,29%
Banco Itaú Uruguay S.A.	559	5.392	1.167	4.465.133.954	-	-	100,00%	100,00%

O Itaú Unibanco Holding S.A. - Cayman Branch, consolidado nessas Demonstrações Contábeis, tem sua moeda funcional igual à da controladora. A variação cambial desse investimento é de R\$ 281 e está alocado na rubrica de Resultado de Títulos e Valores Mobiliários, Derivativos e Outros na Demonstração do Resultado.

No resultado de participações em controladas, a variação cambial dos investimentos indiretos em moeda funcional igual à da controladora corresponde a R\$ (3.939).

A tabela a seguir apresenta o resumo das informações financeiras dos investimentos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

	31/12/2025			01/01 a 31/12/2025	
	Ativos Totais	Passivos Contingentes	Outros Passivos	Outros Resultados Abrangentes	Total do Resultado Abrangente
No País					
Itaú Unibanco S.A.	2.218.844	13.542	34.683	(3.515)	29.203
Redecard Instituição de Pagamento S.A.	159.478	95	84.614	(6)	3.715
Banco Itaucard S.A.	55	-	1	-	1
Itaú Corretora de Valores S.A.	8.946	18	5.173	1	400
Itauseg Participações S.A.	14.207	-	43	1.153	4.986
Itaú Consultoria de Valores Mobiliários e Participações S.A.	1.430	76	2	1	115
No Exterior					
Banco Itaú Chile	209.744	55	9.848	3.869	5.594
Banco Itaú Uruguay S.A.	51.214	-	889	(143)	1.024

Nota 13 - Operações de Arrendamento - Arrendatário

A política contábil sobre Operações de Arrendamento – Arrendatário está apresentada na Nota 2c VII.

A saída de caixa com arrendamentos totalizou R\$ 100 e foram renovados contratos no montante de R\$ 520. Não há contratos de subarrendamento relevantes.

O total de passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, considerando seus fluxos não descontados, é apresentado abaixo:

	31/12/2025
Até 3 meses	48
3 meses a 1 ano	135
1 a 5 anos	511
Acima de 5 anos	289
Total do Passivo Financeiro	983

Valores de arrendamento reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado:

	01/01 a 31/12/2025
Receitas de Subarrendamentos	39
Despesas de Depreciação	(77)
Despesas de Juros	(44)
Despesas de Arrendamentos de Ativos de Baixo Valor	(98)
Despesas Variáveis Não Incluídas nos Passivos de Arrendamento	(42)
Total	(222)

Não houve ajuste de redução ao valor recuperável no período.

Nota 14 - Imobilizado

As políticas contábeis sobre imobilizado e redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros estão apresentadas nas Notas 2c VIII, 2c X.

Imobilizado	31/12/2025				
	Taxa Anual de Depreciação	Custo	Depreciação	Redução ao Valor Recuperável	Residual
Imóveis		10.375	(4.167)	(434)	5.774
Terrenos		1.912	-	-	1.912
Edificações e Benfeitorias	4% a 10%	8.463	(4.167)	(434)	3.862
Outras Imobilizações		16.367	(12.478)	(68)	3.821
Instalações e Mobiliário	10% a 20%	3.638	(2.781)	(17)	840
Sistemas de Processamento de Dados	20% a 50%	9.504	(8.231)	(51)	1.222
Obras de Arte		155	-	-	155
Direito de Uso		636	(75)	-	561
Outros ⁽¹⁾	10% a 20%	2.434	(1.391)	-	1.043
Total		26.742	(16.645)	(502)	9.595

1) Referem-se às tratativas de Imobilizações em Curso e demais Equipamentos de Comunicação, Segurança e Transporte.

Os compromissos contratuais para compra de Imobilizado totalizam R\$ 1, realizáveis até 2028.

Nota 15 - Ágio e Ativos Intangíveis

As políticas contábeis sobre ágio e ativos intangíveis e redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros estão apresentadas nas Notas 2c IX, 2c X.

	Ágio e Intangível de Incorporação	Ativos Intangíveis				Total
		Associação para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros	Softwares Adquiridos	Softwares Desenvolvidos Internamente	Outros Ativos Intangíveis ⁽¹⁾	
Taxas Anuais de Amortização	Até 20%	8%	20%	20%	10% a 20%	
Custo						
Saldo em 01/01/2025	13.111	2.366	5.892	23.568	7.978	52.915
Aquisições	60	-	789	4.556	807	6.212
Distratos / Baixas	-	-	(9)	(261)	(489)	(759)
Variação Cambial	(205)	41	(6)	(28)	(21)	(219)
Outros	-	(16)	7	(7)	-	(16)
Saldo em 31/12/2025	12.966	2.391	6.673	27.828	8.275	58.133
Amortização						
Saldo em 01/01/2025	(10.221)	(1.378)	(4.318)	(11.557)	(4.569)	(32.043)
Despesa de Amortização	(719)	(79)	(509)	(3.368)	(1.247)	(5.922)
Distratos / Baixas	-	-	5	-	486	491
Variação Cambial	143	(16)	(11)	8	19	143
Outros	9	16	-	-	-	25
Saldo em 31/12/2025	(10.788)	(1.457)	(4.833)	(14.917)	(5.311)	(37.306)
Redução ao Valor Recuperável						
Saldo em 01/01/2025	(1.357)	(729)	(174)	(1.326)	(100)	(3.686)
Constituição	-	-	-	(558)	-	(558)
Variação Cambial	28	(26)	-	-	-	2
Saldo em 31/12/2025	(1.329)	(755)	(174)	(1.884)	(100)	(4.242)
Valor Contábil						
Saldo em 31/12/2025	849	179	1.666	11.027	2.864	16.585

1) Inclui valores pagos para direito de aquisição de folhas de pagamentos, proventos, aposentadorias, pensões e similares.

A Despesa de Amortização do direito de aquisição de folhas de pagamentos e associações, no montante de R\$ (1.297), é divulgada na rubrica Despesas de Intermediação Financeira.

O Ágio e os Intangíveis de Incorporação são representados, principalmente, pelo ágio do Banco Itaú Chile no montante de R\$ 148.

Nota 16 - Captação de Recursos e Obrigações por Empréstimos e Repasses

A política contábil sobre Captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos, obrigações por empréstimos e repasses e dívidas subordinadas está apresentada na Nota 2c IV.

a) Resumo

		31/12/2025
	Nota	Custo Amortizado
Depósitos	16b	1.114.482
Captações no Mercado Aberto	16c	456.158
Instrumentos de Dívida	16d	415.630
Obrigações por Empréstimos e Repasses	16e	147.164
Total		2.133.434
Circulante		1.139.283
Não Circulante		994.151

b) Depósitos

	31/12/2025
	Custo Amortizado
Depósitos Remunerados	978.478
De Poupança	177.305
Interfinanceiros	11.530
A Prazo	789.643
Depósitos não Remunerados	136.004
À Vista	135.383
Outros Depósitos	621
Total	1.114.482
Circulante	527.366
Não Circulante	587.116

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING, os Depósitos são representados basicamente por Depósitos Interfinanceiros no montante de R\$ 99.318.

c) Captações no Mercado Aberto

	31/12/2025
	Custo Amortizado
Carteira Própria	201.610
Títulos Públicos	112.063
Títulos Privados	56.586
Emissão Própria	2
Títulos no Exterior	32.959
Carteira de Terceiros	176.043
Carteira Livre Movimentação	78.505
Total	456.158
Circulante	384.859
Não Circulante	71.299

d) Instrumentos de Dívida

I - Instrumentos de Dívida

	31/12/2025
	Custo Amortizado
Recursos de Emissões	265.486
Letras Financeiras	61.161
Letras de Crédito Imobiliário	71.121
Letras de Crédito do Agronegócio	64.644
Letras Imobiliárias Garantidas	64.438
Debêntures	4.122
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	76.420
<i>Brazil Risk Note Programme</i>	13.171
<i>Structure Note Issued</i>	10.419
<i>Bonds</i>	40.282
<i>Fixed Rate Notes</i>	9.300
<i>Eurobonds</i>	79
Outros	3.169
Certificados de Operações Estruturadas	25.577
Instrumentos de Dívidas com Cláusulas de Subordinação	48.147
Letras Financeiras	37.900
<i>Euronotes</i>	2.755
<i>Bonds</i>	7.492
Total	415.630
Circulante	108.419
Não Circulante	307.211

II - Letras Imobiliárias Garantidas

As Letras Imobiliárias Garantidas (LIGs) são títulos de crédito nominativos, transferíveis e de livre negociação, garantidos pela carteira de ativos do próprio emissor, submetida ao regime fiduciário.

O "Termo de emissão registrado", que esclarece as condições por operação de LIG, está disponível no site www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Resultados e relatórios / Documentos regulatórios / Letra imobiliária garantida.

II.I – Composição da Carteira de Ativos

A carteira de ativos vinculada às LIGs corresponde a 2,33% do ativo total do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO. Sua composição é apresentada no quadro abaixo. Mais detalhes estão disponíveis no "Demonstrativo de carteira de ativos (mensal)", na seção Resultados e relatórios / Documentos regulatórios / Letra imobiliária garantida.

	31/12/2025
Créditos Imobiliários	67.801
Títulos Públicos - Brasil	4.496
Total da Carteira de Ativos	72.297
Total da Carteira de Ativos Ajustada	72.297
Obrigações por Emissão de LIGs	64.438
Remuneração do Agente Fiduciário	3

II.II - Requisitos da Carteira de Ativos

		31/12/2025
Composição		93,8%
Suficiência		
Valor Nominal		112,2%
Valor Presente sob Estresse		100,8%
Prazo Médio Ponderado		
Da Carteira de Ativos		137,9 meses
Das LIGs em Circulação		30,8 meses
Liquidez		
Ativos Líquidos		10.313

III - Instrumentos de Dívidas com Cláusulas de Subordinação

Nome do Papel / Moeda	Valor Principal (Moeda Original)	Emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	31/12/2025
Letra Financeira Subordinada - BRL					
	2.146	2019	Perpétua	114% da SELIC	1.320
	935	2019	Perpétua	SELIC + 1,17% a 1,19%	1.064
	450	2020	2029	CDI + 1,85%	-
	106	2020	2030	IPCA + 4,64%	181
	1.556	2020	2030	CDI + 2%	-
	5.488	2021	2031	CDI + 2%	9.843
	1.005	2022	Perpétua	CDI + 2,4%	1.035
	1.161	2023	2034	102% do CDI	1.223
	108	2023	2034	CDI + 0,2%	115
	122	2023	2034	10,63%	127
	700	2023	Perpétua	CDI + 1,9%	715
	107	2023	2034	IPCA + 5,48%	119
	530	2024	2034	100% do CDI	550
	3.100	2024	2034	CDI + 0,65%	3.711
	1.000	2024	Perpétua	CDI + 0,9%	1.018
	2.830	2024	Perpétua	CDI + 1,1%	2.832
	470	2024	2039	102% do CDI	488
	4.984	2025	Perpétua	CDI + 1,25%	5.449
	3.000	2025	Perpétua	CDI + 1,15%	3.108
	4.415	2025	Perpétua	CDI + 1,35%	5.002
				Total	37.900
Euronotes Subordinado - USD					
	750	2018	Perpétua	7,86%	-
	700	2020	Perpétua	7,56%	-
	501	2021	2031	3,88%	2.755
				Total	2.755
Bonds Subordinado - CLP					
	180.351	2008	2033	3,50% a 4,92%	1.573
	97.962	2009	2035	4,75%	1.256
	1.060.250	2010	2032	4,35%	125
	1.060.250	2010	2035	3,90% a 3,96%	289
	1.060.250	2010	2036	4,48%	1.380
	1.060.250	2010	2038	3,93%	1.005
	1.060.250	2010	2040	4,15% a 4,29%	775
	1.060.250	2010	2042	4,45%	378
	57.168	2014	2034	3,80%	495
				Total	7.276
Bonds Subordinado - COP					
	146.000	2013	2028	IPC + 2%	216
				Total	216
Bonds Subordinado - USD					
	172	2025	2025	8,90%	-
	878	2024	2024	7,18%	-
				Total	-
Total					48.147

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING a carteira é composta por Letras Financeiras Subordinadas no montante de R\$ 37.899 e por Euronotes Subordinados no montante de R\$ 2.769.

e) Obrigações por Empréstimos e Repasse

	31/12/2025
	Custo Amortizado
Empréstimos	116.496
no País	10.616
no Exterior ⁽¹⁾	105.880
Repasses - do País - Instituições Oficiais	30.668
BNDES	12.908
FINAME	15.445
Outros	2.315
Total	147.164
Circulante	118.637
Não Circulante	28.527

1) Os Empréstimos no Exterior estão representados, basicamente, por aplicações em operações comerciais de câmbio, relativas a pré-financiamento à Exportação e financiamentos à Importação.

Nota 17 - Valor Justo

A política contábil sobre Valor Justo dos instrumentos financeiros está apresentada na Nota 2c IV.

a) Ativos e Passivos Mensurados ao Valor Justo

Os ativos e passivos mensurados ao valor justo de forma recorrente foram classificados conforme abaixo:

Nível 1: Títulos e valores mobiliários e ativos não financeiros com preços líquidos disponíveis em um mercado ativo e derivativos negociados em bolsa. Neste nível foram classificados a maioria dos títulos do governo brasileiro, da América Latina e de outros países, ações, debêntures com preço publicado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e outros negociados em mercado ativo.

Nível 2: Títulos e valores mobiliários, derivativos e outros que não tem informações de preço disponíveis e são precificados por modelos convencionais ou internos. Os insumos utilizados pelos modelos são capturados diretamente ou construídos a partir de observações de mercados ativos. Neste nível, estão a maior parte dos derivativos, alguns títulos públicos brasileiros, debêntures e outros títulos privados cujo efeito do componente de crédito não é considerado relevante.

Nível 3: Títulos e valores mobiliários e derivativos para os quais os insumos para precificação são gerados por modelos estatísticos e matemáticos. Neste nível, estão debêntures e outros títulos privados que não se enquadram na regra do Nível 2 e derivativos com vencimentos superiores aos últimos vértices observáveis das curvas de descontos.

I - Valor Justo de Ativos e Passivos

	31/12/2025			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo
Ativos Financeiros	422.831	365.715	409	788.955
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	156.022	3.666	253	159.941
Títulos Públicos	148.318	-	-	148.318
Brasil	109.191	-	-	109.191
América Latina	25.143	-	-	25.143
Outros Países	13.984	-	-	13.984
Títulos Privados	6.986	3.606	251	10.843
Certificados de Depósito Bancário	-	167	-	167
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	222	-	222
Debêntures	2.265	1.916	251	4.432
Eurobonds e Assemelhados	4.721	1.170	-	5.891
Letras Financeiras	-	5	-	5
Outros	-	126	-	126
Ações	718	60	2	780
Ao Valor Justo por meio do Resultado	266.809	362.049	156	629.014
Títulos Públicos	250.624	3.941	-	254.565
Brasil	228.766	3.938	-	232.704
América Latina	21.457	3	-	21.460
Outros Países	401	-	-	401
Títulos Privados	5.988	3.444	52	9.484
Cédula do Produtor Rural	-	165	-	165
Certificados de Depósito Bancário	-	80	-	80
Certificados de Recebíveis Imobiliários	76	583	-	659
Debêntures	2.760	1.495	50	4.305
Eurobonds e Assemelhados	2.542	97	-	2.639
Letras Financeiras	-	386	-	386
Notas Promissórias e Comerciais	-	19	-	19
Outros	610	619	2	1.231
Ações	8.417	12.945	104	21.466
Fundos de Investimento	1.780	6.239	-	8.019
Fundos de Investimento Especialmente Constituídos (PGBL/ VGBL)	-	335.480	-	335.480
Outros Ativos Financeiros	-	3.092	-	3.092
Ativos Não Financeiros	4.139	-	-	4.139
Outros Passivos Financeiros	-	(1.629)	-	(1.629)

A tabela a seguir apresenta a abertura da hierarquia de valor justo para os Ativos e Passivos de Derivativos.

31/12/2025				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo
Ativo	21	72.909	381	73.311
Opções	-	11.650	19	11.669
Termo	4	4.556	17	4.577
Swaps	-	46.839	345	47.184
NDF	-	8.351	-	8.351
Derivativos de Crédito	-	615	-	615
Outros	17	898	-	915
Passivo	(417)	(67.919)	(1.582)	(69.918)
Opções	(30)	(8.200)	(22)	(8.252)
Termo	(337)	(4.030)	(15)	(4.382)
Swaps	-	(44.215)	(1.545)	(45.760)
NDF	-	(10.929)	-	(10.929)
Derivativos de Crédito	-	(367)	-	(367)
Outros	(50)	(178)	-	(228)

II - Resultado de Ajuste ao Valor Justo de Ativos e Passivos

	01/01 a 31/12/2025			Ajuste ao Valor Justo
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos Financeiros	7.380	2.419	(148)	9.651
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	1.213	98	(2)	1.309
Títulos Públicos	903	-	-	903
Brasil	906	-	-	906
América Latina	(84)	-	-	(84)
Outros Países	81	-	-	81
Títulos Privados	(28)	89	(4)	57
Certificados de Depósito Bancário	-	(1)	-	(1)
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	5	-	5
Debêntures	(8)	9	(4)	(3)
Eurobonds e Assemelhados	(20)	76	-	56
Ações	338	9	2	349
Ao Valor Justo por meio do Resultado	6.167	2.321	(146)	8.342
Títulos Públicos	5.475	58	-	5.533
Brasil	5.424	58	-	5.482
América Latina	33	-	-	33
Outros Países	18	-	-	18
Títulos Privados	97	145	10	252
Cédula do Produtor Rural	-	27	-	27
Certificados de Recebíveis Imobiliários	(1)	7	-	6
Debêntures	83	82	10	175
Eurobonds e Assemelhados	23	6	-	29
Letras Financeiras	-	(3)	-	(3)
Outros	(8)	26	-	18
Ações	532	1.736	(156)	2.112
Fundos de Investimento	63	382	-	445
Derivativos - Ativo	657	(32.082)	(464)	(31.889)
Opções	-	(7.664)	(53)	(7.717)
Termo	648	(8.473)	-	(7.825)
Swaps	-	(15.214)	(409)	(15.623)
NDF	(1)	(313)	-	(314)
Derivativos de Crédito	-	164	(2)	162
Outros	10	(582)	-	(572)
Derivativos Passivo	(120)	25.866	(500)	25.246
Opções	(30)	5.461	38	5.469
Termo	(111)	10.575	(13)	10.451
Swaps	-	9.192	(525)	8.667
NDF	12	(465)	-	(453)
Derivativos de Crédito	-	1.184	-	1.184
Outros	9	(81)	-	(72)

Governança da Mensuração de Valor Justo Recorrente de Nível 3

As unidades responsáveis pela definição e aplicação dos modelos de apreçamento são segregadas das áreas de negócio. Os modelos são documentados, submetidos à validação de uma área independente e aprovados por comitê específico. Os processos diários de captura, cálculo e divulgação de preços são verificados regularmente com base em testes e critérios formalmente definidos e as informações são armazenadas em uma base de dados histórica única e corporativa.

Os casos mais recorrentes de ativos classificados como Nível 3 estão justificados pelos fatores de desconto utilizados e títulos privados cujo componente de crédito é relevante. Fatores como a curva prefixada de juros em reais e curva de cupom de TR - e por consequência as suas dependentes - possuem dados com prazos inferiores aos vencimentos dos ativos de renda fixa.

Movimentações na Hierarquia do Valor Justo

Nos períodos, não existiram transferências materiais entre Nível 1 e Nível 2.

As tabelas a seguir incluem as movimentações dos valores do Balanço Patrimonial, para instrumentos financeiros classificados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO no Nível 3 da hierarquia do valor justo. Os derivativos classificados no Nível 3 correspondem basicamente a *swaps* e opções.

	Valor Justo em 01/01/2025	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado / não Realizado)		Compras	Liquidações	Transferências na Hierarquia	Valor Justo em 31/12/2025	Total de Ganhos ou Perdas (Não Realizado)
		Resultado	Outros Resultados Abrangentes					
Ativos Financeiros	378	18	3	66	(37)	(19)	409	(143)
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	218	46	3	8	(22)	-	253	(1)
Títulos Privados	218	46	1	8	(22)	-	251	(2)
Debêntures	218	46	1	2	(16)	-	251	(2)
Letras Financeiras	-	-	-	6	(6)	-	-	-
Ações	-	-	2	-	-	-	2	1
Ao Valor Justo por meio do Resultado	160	(28)	-	58	(15)	(19)	156	(142)
Títulos Privados	55	16	-	15	(15)	(19)	52	14
Certificado de Recebíveis Imobiliários	5	9	-	1	-	(15)	-	-
Debêntures	50	6	-	3	(3)	(6)	50	14
Eurobonds e Assemelhados	-	1	-	11	(12)	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	2	2	-
Ações	105	(44)	-	43	-	-	104	(156)
Derivativos - Ativo	367	(2)	-	453	(185)	(252)	381	(37)
Termo	17	-	-	-	-	-	17	-
Opções	26	(6)	-	108	(109)	-	19	(37)
Swaps	322	4	-	345	(74)	(252)	345	-
Derivativos de Crédito	2	-	-	-	(2)	-	-	-
Derivativos - Passivo	(175)	60	-	(1.954)	584	(97)	(1.582)	(6)
Termo	(15)	-	-	(15)	15	-	(15)	-
Opções	(8)	(18)	-	(71)	74	1	(22)	(6)
Swaps	(152)	78	-	(1.868)	495	(98)	(1.545)	-

Análise de Sensibilidade de Operações Nível 3

O valor justo dos instrumentos financeiros classificados como Nível 3 é mensurado utilizando técnicas baseadas em correlações com produtos associados e negociados em mercados ativos, estimativas internas e modelos internos.

Os dados não observáveis materiais usados na mensuração a valor justo dos instrumentos classificados como Nível 3 são: taxas de juros, preços de ativo objeto e volatilidade. Variações materiais em quaisquer desses *inputs* isolados podem resultar em alterações materiais no valor justo.

A tabela a seguir, demonstra a sensibilidade desses valores justos em cenários de alterações nas taxas de juros, nos preços de ativos e em cenários que variam choques nos preços e nas volatilidades para ativos não lineares, considerando:

Taxa de juros: Aplicação de choques de 1, 25 e 50 pontos-base (cenários I, II e III respectivamente) nas curvas de juros, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Commodities, Índices e Ações: Aplicação de choques de 5 e 10 pontos percentuais (cenários I e II respectivamente) nos preços de ativos, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Não lineares:

Cenário I: Aplicação de choques de 5 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais no nível de volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Cenário II: Aplicação de choques de 10 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais no nível de volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Sensibilidade - Operações Nível 3		31/12/2025	
Grupos de Fatores de Risco de Mercado	Cenários	Impactos	
		Resultado	Patrimônio
Taxa de Juros	I	(5,6)	(0,1)
	II	(142,1)	(3,2)
	III	(284,7)	(6,4)
Commodities, Índices e Ações	I	(5,4)	-
	II	(10,8)	-
Não Lineares	I	(25,5)	-
	II	(40,8)	-

b) Ativos e Passivos Financeiros não Mensurados ao Valor Justo

	31/12/2025	
	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado ⁽¹⁾	2.084.466	2.083.607
Disponibilidades	37.144	37.144
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	340.388	340.388
Títulos e Valores Mobiliários	136.461	135.883
Relações Interfinanceiras e Interdependências	282.008	282.008
Operações com Característica de Concessão de Crédito	1.229.943	1.229.662
Outros Ativos Financeiros	58.522	58.522
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	2.377.184	2.380.433
Depósitos	1.114.482	1.114.530
Captações no Mercado Aberto	456.158	456.158
Instrumentos de Dívida	415.630	419.130
Obrigações por Empréstimos e Repasses	147.164	146.865
Outros Passivos Financeiros	133.789	133.789
Relações Interfinanceiras e Interdependências	109.961	109.961

1) Montantes apresentados líquidos da provisão para perda de crédito esperada.

Os métodos utilizados para estimar o valor justo dos instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo são:

- **Aplicações Interfinanceiras de Liquidez** - O valor contábil das Aplicações no Mercado Aberto se aproxima de seu valor justo e o valor justo das Aplicações em Depósitos Interfinanceiros é calculado descontando os fluxos de caixa estimados por taxas de juros de mercado.

- **Títulos e Valores Mobiliários** - Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos desses instrumentos financeiros. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, são precificados por modelos convencionais ou internos, com insumos capturados diretamente, construídos a partir de observações de mercados ativos ou, ainda, gerados por modelos estatísticos e matemáticos.

- **Operações com Característica de Concessão de Crédito** - O valor justo das operações de crédito é estimado por grupos de empréstimos com características financeiras e de risco similares utilizando modelos de valorização. O valor justo dos empréstimos de taxa fixa é determinado pelo desconto dos fluxos de caixa estimados com a utilização de taxas de juros correntes de empréstimos similares. Para a maior parte dos empréstimos à taxa variável, o valor contábil é considerado como próximo de seu valor justo. O valor justo das operações de crédito e arrendamentos de curso normal é calculado pelo desconto dos pagamentos previstos de principal e de juros até o vencimento. O valor justo das operações de crédito e arrendamentos de curso anormal é baseado no desconto dos fluxos de caixa previstos, com a utilização de uma taxa proporcional ao risco associado aos fluxos de caixa estimados, ou no valor da garantia subjacente. As premissas relacionadas aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com a utilização de informações disponíveis no mercado e de informações específicas do tomador. Para os títulos e valores mobiliários com característica de concessão de crédito, sob condições normais, são utilizados os preços cotados de mercado e para os que não possuem liquidez ou cotação, são precificados por modelos convencionais ou internos.

- **Depósitos, Instrumentos de Dívida e Obrigações por Empréstimos e Repasses** - São calculados descontando-se os fluxos de caixa estimados por taxas de juros de mercado.

- **Captações no Mercado Aberto** - O valor contábil desses instrumentos se aproxima de seu valor justo.

- **Outros Ativos / Passivos Financeiros** - Basicamente compostos por recebíveis de emissores de cartão de crédito, depósitos em garantia de contingências e negociação e intermediação de valores mobiliários. Os valores contábeis desses ativos/passivos aproximam-se significativamente de seus valores justos, uma vez que representam valores a serem recebidos no curto prazo de titulares de cartões de crédito e a serem pagos a emissores de cartões de créditos, depósitos exigidos judicialmente (indexado a taxas de mercado) feitos ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO como garantia de ações judiciais ou recebíveis no curto prazo (geralmente com vencimento de aproximadamente 5 (cinco) dias úteis). Todos esses itens representam ativos/passivos sem riscos materiais de mercado, de crédito e de liquidez.

Nota 18 - Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em reunião realizada em 05 de fevereiro de 2025, o Conselho de Administração aprovou o aumento do capital social subscrito e integralizado no montante de R\$ 33.334, mediante a capitalização de valores registrados nas Reservas de Lucros – Reserva Estatutária, com bonificação de 10% em ações. As ações bonificadas foram emitidas e passaram a ser negociadas a partir de 20 de março de 2025. Em consequência, o capital social foi elevado em 980.413.535 ações.

Em reunião realizada em 27 de novembro de 2025, o Conselho de Administração aprovou o cancelamento de 78.850.638 ações preferenciais de emissão própria e mantidas em tesouraria, sem alteração do capital social, mediante a capitalização de valores registrados nas Reservas de lucros - Reservas Estatutárias.

Em reunião realizada em 18 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração aprovou o aumento do capital social subscrito e integralizado no montante de R\$ 12.847, mediante a capitalização de valores registrados nas Reservas de Lucros – Reserva Estatutária, com bonificação de 3% em ações. As ações bonificadas foram emitidas e passaram a ser negociadas a partir de 30 de dezembro de 2025. Em consequência, o capital social foi elevado em 321.170.947 ações.

O capital social está representado por 11.026.869.192 ações escriturais sem valor nominal, sendo 5.617.742.977 ações ordinárias e 5.409.126.215 ações preferenciais sem direito a voto, mas com direito de serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, em eventual alienação de controle, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.

A composição e a movimentação das classes das ações do capital integralizado no início e no fim do período são demonstradas abaixo:

		31/12/2025			Valor
		Quantidade			
		Ordinárias	Preferenciais	Total	
Residentes no País	01/01/2025	4.918.480.340	1.325.492.746	6.243.973.086	57.783
Residentes no Exterior	01/01/2025	39.810.019	3.520.352.243	3.560.162.262	32.946
Ações Representativas do Capital Social	01/01/2025	4.958.290.359	4.845.844.989	9.804.135.348	90.729
Bonificação de Ações - Em Circulação a partir de 20/03/2025		495.829.036	484.584.499	980.413.535	
(-) Cancelamento de Ações - RCA de 27/11/2025		-	(78.850.638)	(78.850.638)	
Bonificação de Ações - Em Circulação a partir de 30/12/2025		163.623.582	157.547.365	321.170.947	
Ações Representativas do Capital Social	31/12/2025	5.617.742.977	5.409.126.215	11.026.869.192	136.910
Residentes no País	31/12/2025	5.567.132.399	1.333.956.149	6.901.088.548	85.684
Residentes no Exterior	31/12/2025	50.610.578	4.075.170.066	4.125.780.644	51.226
Ações em Tesouraria ⁽¹⁾	01/01/2025	-	28.030.833	28.030.833	(909)
Aquisição de Ações em Tesouraria		-	81.312.040	81.312.040	(3.085)
(-) Cancelamento de Ações - RCA de 27/11/2025		-	(78.850.638)	(78.850.638)	3.000
Resultado da Entrega de Ações em Tesouraria		-	(30.244.329)	(30.244.329)	981
Bonificação de Ações - Em Tesouraria a partir de 20/03/2025		-	86.718	86.718	
Bonificação de Ações - Em Tesouraria a partir de 30/12/2025		-	10.038	10.038	
Ações em Tesouraria ⁽¹⁾	31/12/2025	-	344.662	344.662	(13)
Número total de Ações no final do período ⁽²⁾	31/12/2025	5.617.742.977	5.408.781.553	11.026.524.530	

1) Ações de própria emissão adquiridas, com base em autorizações do Conselho de Administração para manutenção em Tesouraria, posterior cancelamento ou recolocação no mercado.

2) Ações representativas do capital social líquidas das ações em tesouraria.

Abaixo, são discriminados o custo das ações adquiridas no período, bem como o custo médio das ações em tesouraria e o seu valor de mercado em 31/12/2025:

31/12/2025		
Custo / Valor de Mercado	Ordinárias	Preferenciais
Mínimo	-	32,81
Médio ponderado	-	37,91
Máximo	-	41,36
Ações em Tesouraria		
Custo médio	-	36,94
Valor de Mercado no último dia útil da data base	36,35	39,23

b) Dividendos

Aos acionistas, são assegurados dividendos mínimos obrigatórios em cada exercício, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado, conforme disposto no Estatuto Social. As ações ordinárias e preferenciais participam dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ações ordinárias, dividendo igual ao prioritário mínimo anual a ser pago às ações preferenciais (R\$ 0,022 por ação não cumulativo).

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING antecipa mensalmente o dividendo mínimo obrigatório, utilizando a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês seguinte no valor de R\$ 0,015 por ação.

I - Demonstrativo dos Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

	31/12/2025
Lucro Líquido Individual Estatutário	45.659
Ajustes:	
(-) Reserva Legal - 5%	(2.283)
Base de Cálculo do Dividendo	43.376
Dividendo Mínimo Obrigatório - 25%	10.844
Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio Pagos / Provisionados / Destacados	31.647

II - Remuneração aos Acionistas

	Valor por Ação (R\$)	Valor	IRF	Líquido
Pagos / Antecipados		29.556	(1.434)	28.122
Juros sobre o Capital Próprio - 11 parcelas mensais pagas de fevereiro a dezembro de 2025	0,0150	2.038	(307)	1.731
Juros sobre o Capital Próprio - pagos em 29/08/2025	0,5929	7.518	(1.127)	6.391
Dividendos - pagos em 19/12/2025	1,8682	20.000	-	20.000
Provisionados (Registrados em Outros Passivos - Sociais e Estatutárias)		4.148	(623)	3.525
Juros sobre o Capital Próprio - 1 parcela mensal paga em 02/01/2026	0,0150	190	(29)	161
Juros sobre o Capital Próprio - creditados em 27/11/2025 a serem pagos até 30/04/2026	0,3143	3.958	(594)	3.364
Total - 01/01 a 31/12/2025		33.704	(2.057)	31.647

c) Reservas de Capital e de Lucros - ITAÚ UNIBANCO HOLDING

	31/12/2025
Reservas de Capital	2.873
Ágio na Subscrição de Ações	284
Pagamento Baseado em Ações	2.588
Reservas Decorrentes de Incentivos Fiscais, Atualização de Títulos Patrimoniais e Outras	1
Reservas de Lucros ⁽¹⁾	57.107
Legal ⁽²⁾	20.429
Estatutárias ⁽³⁾	36.678

1) Eventual excesso de Reservas de Lucros em relação ao Capital Social será distribuído ou capitalizado conforme determinação da próxima Assembleia Geral Ordinária/Assembleia Geral Extraordinária.

2) Tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, compensar prejuízo ou aumentar capital.

3) Tem por finalidade principal assegurar o fluxo de remuneração aos acionistas.

d) Conciliação do Lucro Líquido e do Patrimônio Líquido (Nota 2c I)

	Lucro Líquido 01/01 a 31/12/2025	Patrimônio Líquido 31/12/2025
ITAÚ UNIBANCO HOLDING	45.659	195.980
Amortização de Ágios	(3)	1
Hedge de Operações no Exterior	570	(835)
Outros	(555)	1.000
ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO	45.671	196.146

e) Participação de Acionistas Não Controladores

	Patrimônio Líquido 31/12/2025	Resultado 01/01 a 31/12/2025
Banco Itaú Chile	7.314	(562)
Itaú Colombia S.A.	22	-
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	692	(216)
Luizacred S.A. Soc. de Crédito, Financiamento e Investimento	1.062	(257)
Outras	394	(94)
Total	9.484	(1.129)

f) Pagamento Baseado em Ações

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas possuem planos de Pagamentos Baseados em Ações para seus colaboradores e administradores, visando engajá-los ao processo de desenvolvimento da instituição a médio e longo prazo.

As outorgas desses benefícios ocorrem somente em exercícios em que os lucros são suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório, limitando a diluição até 0,5% da totalidade das ações possuídas pelos acionistas majoritários e minoritários na data do encerramento do exercício. A liquidação desses planos é feita mediante entrega de ações ITUB4 mantidas em tesouraria.

As despesas com os planos de pagamento baseado em ações são demonstradas no quadro abaixo:

	01/01 a 31/12/2025
Programas de Sócios	(499)
Plano de Remuneração Variável	(608)
Total	(1.107)

I - Programa de Sócios

Este programa permite que colaboradores e administradores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING invistam um percentual de seu bônus na aquisição de ações e instrumentos baseados em tais ações que deverão ser mantidos pelos beneficiários pelos prazos de 3 a 5 anos, a contar do investimento inicial, sujeitando-os à variação da cotação de mercado. Após satisfeitas as condições suspensivas determinadas pelo programa, os beneficiários terão direito a receber uma contrapartida em ações, conforme as quantidades estipuladas no regimento interno do programa.

O preço de aquisição das ações e dos instrumentos baseados em tais ações é fixado semestralmente e equivale à média da cotação das ações nos 30 dias anteriores à apuração, que é realizada no 7º dia útil anterior à data da outorgada remuneração.

O valor justo da contrapartida em ações é o preço de mercado cotado na data de outorga, descontado da expectativa de dividendos.

Movimentação do Programa de Sócios

	01/01 a 31/12/2025
	Quantidade
Saldo Inicial	84.186.167
Novos	33.444.044
Entregues	(14.551.588)
Cancelados	(1.058.266)
Saldo Final	102.020.357
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	2,11
Valor de Mercado Médio Ponderado (R\$)	21,24

II - Remuneração Variável

Neste plano, parte da remuneração variável dos administradores é paga em dinheiro e parte em ações pelo prazo de 3 anos. A entrega das ações é feita de forma diferida, sendo um terço por ano, mediante o cumprimento das condições previstas em regulamento interno. As parcelas diferidas e não pagas poderão ser revertidas proporcionalmente à redução significativa do lucro recorrente realizado ou resultado negativo do período.

Os administradores tornam-se elegíveis ao recebimento desses benefícios conforme seu desempenho individual, do negócio ou ambos. O montante do benefício é definido de acordo com as atividades de cada administrador, que deve atender, no mínimo, os requisitos de desempenho e conduta.

O valor justo das ações é o preço de mercado cotado na data de sua outorga, descontado da expectativa de dividendos.

Movimentação da Remuneração Variável em Ações

	01/01 a 31/12/2025
	Quantidade
Saldo inicial	47.813.732
Novos	26.766.853
Entregues	(24.312.818)
Cancelados	(466.053)
Saldo Final	49.801.714
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	0,92
Valor de Mercado Médio Ponderado (R\$)	24,98

Nota 19 - Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações entre as empresas e fundos de investimentos, incluídas na consolidação (Nota 2c I), foram eliminadas, e não representam efeitos nas demonstrações consolidadas.

As principais partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- Controladoras: IUPAR, a E. JOHNSTON e a ITAÚSA.
- Coligadas e Controladas em Conjunto: Dos quais destacam-se: Avenue Holding Cayman Ltd.; Biomas Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.; BSF Holding S.A.; Conectcar Instituição de Pagamento e Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.; Kinea Private Equity Investimentos S.A.; Olímpia Promoção e Serviços S.A.; Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.; Pravalier S.A. e Tecnologia Bancária S.A.
- Outras Partes Relacionadas:
 - Participações diretas e indiretas da ITAÚSA, destacando-se: Aegea Saneamento e Participações S.A.; Águas do Rio 1 SPE S.A., Águas do Rio 4 SPE S.A.; Alpargatas S.A.; Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A.; Concessionária Rota Sorocabana S.A.; Copa Energia Distribuidora de Gás S.A. e Dexco S.A.
 - Previdências, destacando-se: Fundação Itaú Unibanco – Previdência Complementar e FUNBEP – Fundo de Pensão Multipatrocinado, entidades fechadas de previdência complementar, que administram planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, criados exclusivamente para seus colaboradores.
 - Associações, destacando-se: Associação Cubo Coworking Itaú e Associação Itaú Viver Mais.

- Fundações e Institutos, destacando-se: Fundação Saúde Itaú; Instituto Itaú Ciência, Tecnologia e Inovação e Instituto Unibanco.

a) Transações com Partes Relacionadas

ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO	31/12/2025			
	Controladoras	Coligadas e Controladas em Conjunto	Outras Partes Relacionadas	Total
Ativo				
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	1.328	-	1.328
Operações de Crédito	-	232	408	640
Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos (Posição Ativa e Passiva) ⁽¹⁾	-	795	3.380	4.175
Outros Ativos	-	406	301	707
Total do Ativo	-	2.761	4.089	6.850
Passivo				
Depósitos	(47)	(80)	(1.159)	(1.286)
Captações no Mercado Aberto	-	(287)	(793)	(1.080)
Instrumentos de Dívida	-	(84)	(213)	(297)
Relações Interfinanceiras e Interdependências (Posição Ativa e Passiva)	-	(290)	-	(290)
Outros Passivos	-	(200)	(4.263)	(4.463)
Total do Passivo	(47)	(941)	(6.428)	(7.416)
Demonstração do Resultado				
Receitas da Intermediação Financeira	41	263	14	318
Despesas da Intermediação Financeira	(5)	(29)	(230)	(264)
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	7	(261)	(481)	(735)
Resultado	43	(27)	(697)	(681)

1) Contempla Títulos e Valores Mobiliários com Característica de Concessão de Crédito.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2025				
	Controladoras	Controladas ⁽¹⁾	Coligadas e Controladas em Conjunto	Outras Partes Relacionadas	Total
Ativo					
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	31.305	-	-	31.305
Operações de Crédito	-	11	1	2	14
Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos (Posição Ativa e Passiva)	-	35.105	-	12	35.117
Outros Ativos	-	116	-	-	116
Total do Ativo	-	66.537	1	14	66.552
Passivo					
Depósitos	-	(99.318)	-	-	(99.318)
Instrumentos de Dívida	-	(81)	-	-	(81)
Relações Interfinanceiras e Interdependências (Posição Ativa e Passiva)	-	(923)	(290)	-	(1.213)
Outros Passivos	-	(39.449)	-	(130)	(39.579)
Total do Passivo	-	(139.771)	(290)	(130)	(140.191)
Demonstração do Resultado					
Receitas da Intermediação Financeira	-	9.713	-	-	9.713
Despesas da Intermediação Financeira	-	(13.151)	-	-	(13.151)
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	-	(4.142)	-	(2)	(4.144)
Resultado	-	(7.580)	-	(2)	(7.582)

1) Empresas relacionadas na Nota 2c I.

As operações com o Pessoal-Chave da Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO apresentam Ativos de R\$ 213, Passivos de R\$ (11.290) e Resultado de R\$ (44).

b) Remunerações e Benefícios do Pessoal-Chave da Administração

As remunerações e benefícios atribuídos aos Administradores, membros do Comitê de Auditoria e do Conselho de Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO no período correspondem a:

	01/01 a 31/12/2025
Honorários	(851)
Participações no Lucro	(548)
Benefícios Pós-Emprego	(10)
Plano de Pagamento Baseado em Ações	(357)
Total	(1.766)

Os valores totais referentes a despesas de pessoal, planos de pagamento baseado em ações e benefícios pós-emprego, encontram-se detalhados nas Notas 26, 18f e 22, respectivamente.

Nota 20 - Tributos

A política contábil sobre imposto de renda e contribuição social está apresentada na Nota 2c XIII.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e cada uma de suas controladas apuram separadamente, em cada exercício, o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Os tributos são calculados pelas alíquotas abaixo demonstradas e consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda	15,00%	PIS ⁽²⁾	0,65%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%	COFINS ⁽²⁾	4,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ⁽¹⁾	20,00%	ISS até	5,00%

1) Para as controladas de seguro, de capitalização e demais financeiras a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido é de 15% e para as não financeiras é de 9%.

2) Para as controladas não financeiras que se enquadram no regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS é de 1,65% e da COFINS é de 7,60%.

a) Despesas com Impostos e Contribuições

I - Demonstração do cálculo com Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Devidos sobre Operações do Período	01/01 a 31/12/2025
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	55.144
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas Vigentes	(24.816)
Acréscimos / Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:	
Participações em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto	1.808
Juros sobre o Capital Próprio	7.626
Outras Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis ⁽¹⁾	2.290
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(13.092)
Referentes a Diferenças Temporárias	
Constituição / (Reversão) do Período	5.224
(Despesas) / Receitas de Tributos Diferidos	5.224
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(7.868)

1) Contempla (inclusões) e exclusões temporárias.

II - Despesas Tributárias

	01/01 a 31/12/2025
PIS e COFINS	(8.474)
ISS	(1.700)
Outros	(865)
Total	(11.039)

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING, as Despesas Tributárias totalizam R\$ (2.179) e são compostas basicamente por PIS, COFINS e ISS.

III - Efeitos Fiscais sobre a Administração Cambial dos Investimentos no Exterior

De forma a minimizar os efeitos no resultado referentes à exposição da variação cambial dos investimentos no exterior, líquida dos respectivos efeitos fiscais, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO realiza operações de derivativos em moeda estrangeira (*hedge*), conforme observado na Nota 28b.

O resultado dessas operações é computado na apuração das bases de impostos, de acordo com a sua natureza e a legislação fiscal vigente, assim como a variação cambial da parcela dos investimentos no exterior com cobertura de risco (*hedge*), conforme regras estabelecidas pela Lei nº 14.031, de 28 de julho de 2020.

b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Ativos Fiscais Diferidos e sua movimentação, segregado em função das origens e desembolsos, estão representados por:

	Ativos Fiscais Diferidos			
	01/01/2025	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2025
Refletido no Resultado	65.388	(18.875)	24.683	71.196
Provisão para Perda de Crédito Esperada	45.144	(5.664)	13.575	53.055
Relativos a Prejuízos Fiscais e Base Negativa	2.029	(1.956)	22	95
Provisão para Participação nos Lucros	3.258	(3.258)	3.623	3.623
Ajustes ao Valor Justo de Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado e Derivativos	337	(337)	226	226
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	883	(883)	-	-
Ágio na Aquisição do Investimento	74	(63)	4	15
Provisões	<u>6.277</u>	<u>(3.406)</u>	<u>2.993</u>	<u>5.864</u>
Ações Cíveis	1.239	(665)	641	1.215
Ações Trabalhistas	3.174	(1.386)	1.755	3.543
Fiscais e Previdenciárias	1.864	(1.355)	597	1.106
Obrigações Legais	375	(135)	140	380
Provisão Relativa à Operação de Seguro Saúde	390	(49)	85	426
Outras Provisões Indedutíveis	6.621	(3.124)	4.015	7.512
Refletido no Patrimônio Líquido	3.347	(311)	93	3.129
Ajustes ao Valor Justo de Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	2.003	(299)	87	1.791
Hedge de Fluxo de Caixa	434	(12)	-	422
Benefícios Pós-Emprego	910	-	6	916
Total ^(1,2)	68.735	(19.186)	24.776	74.325

1) Os Ativos Fiscais Diferidos são classificados em sua totalidade como Não Circulante.

2) O saldo dos ativos fiscais diferidos contempla os efeitos ocasionados pela Lei Complementar nº 224/25 (Nota 28e), que majorou a alíquota da CSLL de algumas empresas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO. Esta lei produzirá seus efeitos no tributo corrente a partir de 1º de abril de 2026.

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING, os Ativos Fiscais Diferidos totalizam R\$ 18.928 e estão representados basicamente por Prejuízo Fiscal e Base Negativa de R\$ 17, Provisão para Perda de Crédito Esperada de R\$ 16.660, Provisões Administrativas de R\$ 203, Provisões relativas a Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias de R\$ 434, cuja expectativa de realização depende da evolução processual do litígio, Ajustes ao Valor Justo de Títulos Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes de R\$ 2, e Provisão para Programa de Recompensa de R\$ 741.

II - O saldo das Obrigações Fiscais Diferidas e sua movimentação estão representados por:

	01/01/2025	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2025
Refletido no Resultado	5.427	(2.772)	5.702	8.357
Superveniência de Depreciação de Arrendamento Financeiro	107	(9)	-	98
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Provisões	1.763	(722)	657	1.698
Benefícios Pós-Emprego	260	(37)	34	257
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	-	-	194	194
Ajustes ao Valor Justo de Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	1.697	(1.697)	4.180	4.180
Outros	1.600	(307)	637	1.930
Refletido no Patrimônio Líquido	3.306	(3.067)	18	257
Ajustes ao Valor Justo de Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	3.302	(3.067)	15	250
Benefícios Pós-Emprego	4	-	3	7
Total ⁽¹⁾	8.733	(5.839)	5.720	8.614

1) O saldo das obrigações fiscais diferidas contempla os efeitos ocasionados pela Lei Complementar n° 224/25 (Nota 28e), que majorou a alíquota da CSLL de algumas empresas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO. Esta lei produzirá seus efeitos no tributo corrente a partir de 1° de abril de 2026.

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING, as Obrigações Fiscais Diferidas totalizam R\$ 918 e estão representadas basicamente por Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Provisões de R\$ 393, Ajustes ao Valor Justo de Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes de R\$ 111, Superveniência de Depreciação de Arrendamento de R\$ 95, e Ajustes Temporais sobre Diferenças entre Práticas Contábeis em Participação no Exterior de R\$ 176.

III - A estimativa de realização e o valor presente dos Ativos Fiscais Diferidos e das Obrigações Fiscais Diferidas são:

Ano de Realização	Ativos Fiscais Diferidos						Obrigações Fiscais Diferidas	%	Tributos Diferidos Líquidos	%
	Diferenças Temporárias	%	Prejuízo Fiscal e Base Negativa	%	Total	%				
2026	17.889	24,1%	89	93,7%	17.978	24,2%	(1.197)	13,9%	16.781	25,5%
2027	10.894	14,7%	-	-	10.894	14,7%	(471)	5,5%	10.423	15,9%
2028	7.635	10,3%	1	1,1%	7.636	10,3%	(513)	6,0%	7.123	10,8%
2029	6.004	8,1%	1	1,1%	6.005	8,1%	(672)	7,8%	5.333	8,1%
2030	5.697	7,7%	2	2,1%	5.699	7,7%	(427)	5,0%	5.272	8,0%
Acima de 2030	26.111	35,1%	2	2,0%	26.113	35,0%	(5.334)	61,8%	20.779	31,7%
Total	74.230	100,0%	95	100,0%	74.325	100,0%	(8.614)	100,0%	65.711	100,0%
Valor Presente ⁽¹⁾	59.835		88		59.923		(6.354)		53.569	

1) Para o ajuste a valor presente foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e contribuição social em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, é recomendável que a evolução da realização dos ativos fiscais diferidos apresentada acima não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

IV - Ativos Fiscais diferidos não contabilizados

Em 31/12/2025, os ativos fiscais diferidos não contabilizados correspondem a R\$ 586 e decorrem da avaliação da Administração sobre suas perspectivas de realização no longo prazo.

c) Obrigações Fiscais Correntes

	Nota	31/12/2025
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar		9.228
Demais Impostos e Contribuições a Pagar		4.157
Obrigações Legais	11b II	1.942
Total		15.327
Circulante		12.521
Não Circulante		2.806

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING, as Obrigações Fiscais Correntes totalizam R\$ 999 e estão representadas por Obrigações Legais de R\$ 296 e Impostos e Contribuições sobre Lucros e Demais Impostos e Contribuições a Pagar de R\$ 703.

Nota 21 - Lucro por Ação

a) Lucro por Ação Básico

O lucro líquido atribuível aos acionistas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO é dividido pelo número médio de ações em circulação no período, excluindo-se as ações em tesouraria.

	01/01 a 31/12/2025
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	45.671
Dividendo Mínimo não Cumulativo sobre as Ações Preferenciais	(120)
Lucro Acumulado a ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias em um valor por Ação igual ao Dividendo Mínimo Pagável aos Acionistas Preferenciais	(124)
Lucro Acumulado a ser Distribuído, em bases proporcionais aos Detentores de Ações:	45.427
Ordinárias	23.037
Preferenciais	22.390
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações:	
Ordinárias	23.161
Preferenciais	22.510
Média ponderada das Ações em Circulação	
Ordinárias	5.617.742.977
Preferenciais	5.459.926.630
Lucro por Ação Básico - R\$	
Ordinárias	4,12
Preferenciais	4,12

b) Lucro por Ação Diluído

Calculado de forma similar ao lucro por ação básico, no entanto, inclui a conversão de todas as ações preferenciais potencialmente diluíveis no denominador.

	01/01 a 31/12/2025
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	22.510
Dividendo sobre as Ações Preferenciais após efeitos da Diluição	231
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais após efeitos da Diluição	22.741
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	23.161
Dividendo sobre as Ações Preferenciais após efeitos da Diluição	(231)
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias após efeitos da Diluição	22.930
Média Ponderada Ajustada de Ações	
Ordinárias	5.617.742.977
Preferenciais	5.571.684.620
Preferenciais	5.459.926.630
Incrementais conforme Planos de Pagamento Baseado em Ações	111.757.990
Lucro por Ação Diluído - R\$	
Ordinárias	4,08
Preferenciais	4,08

Não houve efeito potencialmente antidilutivos das ações dos Planos de Pagamento Baseado em Ações.

Nota 22 - Benefícios Pós-Emprego

A política contábil sobre benefícios pós-emprego está apresentada na Nota 2c XIV.

Os planos de aposentadoria são administrados por Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) e encontram-se fechados à novas adesões. As entidades possuem estrutura independente e administram os planos conforme as características de seus regulamentos.

Existem três modalidades de planos de aposentadoria:

- **Planos de Benefício Definido (BD):** são planos cujos benefícios programados têm seu valor previamente estabelecido, baseados nos salários e/ou tempo de serviço dos colaboradores, sendo o custeio determinado atuarialmente. Os planos classificados nessa categoria são: Plano de Aposentadoria Complementar; Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia; Plano de Benefício Franprev; Plano de Benefício 002; Plano de Benefícios Prebeg; Plano BD UBB PREV; Plano de Benefícios II; Plano Básico Itaulam; Plano BD Itaucard; Plano de Aposentadoria Principal Itaú Unibanco administrados pela Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar (FIU); e Plano de Benefícios I, administrado pelo Fundo de Pensão Multipatrocinado (FUNBEP).

- **Planos de Contribuição Definida (CD):** são aqueles cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo dos investimentos, mantido em favor do participante, inclusive na fase de concessão de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos. Os planos de aposentadoria na modalidade Contribuição Definida possuem fundos previdenciários compostos pela parcela das contribuições das patrocinadoras não incluídas no saldo de conta dos participantes por perda da elegibilidade ao benefício, bem como por recursos oriundos dos processos de migração de planos de aposentadoria na modalidade benefício definido. Os fundos são utilizados para aportes e contribuições futuras às contas individuais dos participantes de acordo com as regras do regulamento do respectivo plano de benefícios. Os planos classificados nessa categoria são: Plano Itaubanco CD; Plano de Aposentadoria Itaubank; Plano de Previdência REDECARD administrados pela FIU.

- **Planos de Contribuição Variável (CV):** nesta modalidade, os benefícios programados apresentam a conjugação das características das modalidades de contribuição definida e benefício definido, sendo o benefício determinado atuarialmente com base no saldo dos investimentos acumulados pelo participante na data da aposentadoria. Os planos classificados nessa categoria são: Plano de Previdência Unibanco Futuro Inteligente; Plano Suplementar Itaulam; Plano CV Itaucard; Plano de Aposentadoria Suplementar Itaú Unibanco administrados pela FIU e Plano de Benefícios II administrado pelo FUNBEP.

a) Principais Premissas Atuariais

A tabela abaixo demonstra as premissas atuariais de natureza demográficas e financeiras utilizadas para o cálculo da obrigação do benefício definido:

Tipo	Premissa	31/12/2025
Demográfica	Tábua de Mortalidade ⁽¹⁾	AT-2000
Financeira	Taxa Nominal de Desconto ⁽²⁾	11,70% a.a.
Financeira	Inflação ⁽³⁾	4,00% a.a.

1) Correspondem àquelas divulgadas pela SOA - *Society of Actuaries*, aplicando-se, em geral, um aumento de 10% de acordo com a aderência à população do plano, nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas.

2) Considera as taxas de juros de Títulos do Tesouro Nacional (NTN-B) com prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações, compatível com o cenário econômico observado na data-base do encerramento do balanço, conforme volatilidade dos mercados de juros e os modelos utilizados.

3) Inflação de longo prazo projetada.

Os planos de aposentadoria patrocinados por controladas no exterior - Banco Itaú (Suisse) S.A., Itaú Colombia S.A. e PROSERV - Promociones y Servicios S.A. de C.V. - são estruturados na modalidade Benefício Definido e adotam premissas atuariais adequadas às massas de participantes e ao cenário econômico de cada país.

b) Gerenciamento de Riscos

As EFPCs patrocinadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) e pela PREVIC, dispõem de Diretoria Executiva, Conselhos Deliberativo e Fiscal.

Os benefícios oferecidos possuem características de longa duração e os principais fatores envolvidos no gerenciamento e mensuração de seus riscos são risco financeiro, risco de inflação e risco biométrico.

- **Risco Financeiro** - o passivo atuarial do plano é calculado adotando uma taxa de desconto, que pode diferir das taxas auferidas nos investimentos. Se o rendimento real dos investimentos dos planos for inferior ao rendimento esperado, isso poderá acarretar um déficit. Para mitigar esse risco e assegurar a capacidade de pagar os benefícios no longo prazo, os planos detêm uma percentagem significativa de títulos de renda fixa atrelados aos compromissos dos planos, visando minimizar volatilidade e risco de descasamento entre ativos e passivos. Adicionalmente, são realizados testes de aderência nas premissas financeiras para assegurar sua adequação às obrigações dos respectivos planos.

- **Risco de Inflação** - grande parte das obrigações estão vinculadas a índices de inflação, tornando o passivo atuarial sensível à alta dos índices. Para mitigar esse risco, são utilizadas as mesmas estratégias de mitigação dos riscos financeiros.

- **Risco Biométrico** - planos que possuem alguma obrigação avaliada atuarialmente estão expostos ao risco biométrico. Caso as tábuas de mortalidade utilizadas não se mostrem aderentes à massa de participantes dos planos, é possível o surgimento de déficit ou superávit na avaliação atuarial. Para mitigar esse risco, são realizados testes de aderência das premissas biométricas para assegurar sua adequação às obrigações dos respectivos planos.

Para efeito de registro no balanço das EFPCs que os administram, o passivo atuarial dos planos utiliza taxa de desconto aderente às suas carteiras de ativos e fluxos de receitas e despesas, conforme estudo elaborado por consultoria atuarial independente. O método atuarial utilizado é o método agregado, pelo qual o custeio do plano é definido pela diferença entre o seu patrimônio de cobertura e o valor atual de suas obrigações futuras, observando a metodologia estabelecida na respectiva nota técnica atuarial.

Quando verifica-se déficit no período de concessão acima dos limites definidos legalmente, são realizados contratos de dívida com a patrocinadora conforme políticas de custeamento, os quais afetam as contribuições futuras do plano, sendo definido um plano de equacionamento para tal déficit, respeitando as garantias estipuladas pela legislação vigente. Os planos que se encontram nesta situação são equacionados através de contribuições extraordinárias que sensibilizam os valores de contribuição futura do plano.

c) Gestão dos Ativos

A gestão dos recursos tem como objetivo o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações com pagamento de benefícios, por meio da superação das metas atuariais (taxa de desconto mais índice de reajuste dos benefícios, definido nos regulamentos dos planos).

A seguir quadro com a alocação dos ativos por categoria, segmentado em Cotado em Mercado Ativo e Não Cotado em Mercado Ativo:

Categorias	Valor Justo	% de Alocação
	31/12/2025	31/12/2025
Títulos de Renda Fixa	22.144	96,5%
Cotado em Mercado Ativo	21.481	93,6%
Não Cotado em Mercado Ativo	663	2,9%
Títulos de Renda Variável	2	-
Cotado em Mercado Ativo	2	-
Investimentos Estruturados	125	0,5%
Não Cotado em Mercado Ativo	125	0,5%
Imóveis	575	2,6%
Empréstimos a Participantes	91	0,4%
Total	22.937	100,0%

Os ativos dos planos de benefícios definidos incluem ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, de sua principal controladora (ITAÚSA) e de controladas desta, com um valor justo de R\$ 2, e imóveis alugados a empresas do conglomerado, com um valor justo de R\$ 508.

d) Outros Benefícios Pós-Emprego

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO não possui obrigações adicionais referentes a benefícios pós-emprego, exceto nos casos decorrentes de compromissos de manutenção assumidos em contratos de aquisições ocorridas ao longo dos anos, bem como aqueles benefícios originados por decisão judicial nos prazos e condições estabelecidos, em que há o patrocínio total ou parcial dos planos de saúde para massa específica de ex-colaboradores e seus beneficiários. Seu custeio é determinado atuarialmente de forma a assegurar a manutenção da cobertura. Estes planos estão fechados a novas adesões.

As premissas para a taxa de desconto, inflação, tábuas de mortalidade e método atuarial são as mesmas utilizadas para os planos de aposentadoria. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO utilizou o percentual de 4% a.a. para a inflação médica, considerando adicionalmente, também inflação de 4% a.a.

Particularmente nos outros benefícios pós-emprego, há o risco de inflação médica associado ao crescimento dos custos médicos acima do esperado. Para mitigar esse risco, são utilizadas as mesmas estratégias de mitigação dos riscos financeiros.

e) Evolução do Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

O montante líquido reconhecido no Balanço Patrimonial é limitado pela restrição do ativo e é apurado com base nas contribuições futuras estimadas a serem realizadas pela patrocinadora, de forma que representa o valor máximo de redução nas contribuições a serem efetuadas.

31/12/2025									
	Planos BD e CV				Planos CD			Outros Benefícios Pós-Emprego	Total
	Nota	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	Fundo Previdencial	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	Passivo
Valor Início do Período		21.490	(19.035)	(4.237)	(1.782)	365	(81)	284	(562)
Valores Reconhecidos no Resultado (1+2+3+4)		2.393	(2.108)	(493)	(208)	(16)	(10)	(26)	(61)
1 - Custo Serviço Corrente		-	(24)	-	(24)	-	-	-	-
2 - Custo Serviço Passado		-	-	-	-	-	-	-	-
3 - Juros Líquidos		2.393	(2.084)	(493)	(184)	50	(10)	40	(61)
4 - Outras Receitas e Despesas ⁽¹⁾		-	-	-	-	(66)	-	(66)	-
Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido - Outros Resultados Abrangentes (5+6+7)		749	(445)	(300)	4	(10)	(5)	(15)	14
5 - Efeito na Restrição do Ativo		-	-	(300)	(300)	-	(5)	(5)	-
6 - Remensurações		762	(451)	-	311	(10)	-	(10)	14
Alterações de premissas demográficas		-	151	-	151	-	-	-	-
Alterações de premissas financeiras		-	(384)	-	(384)	-	-	-	4
Experiência do plano ⁽²⁾		762	(218)	-	544	(10)	-	(10)	10
7 - Variação Cambial		(13)	6	-	(7)	-	-	-	-
Outros (8+9+10)		(1.695)	1.947	-	252	-	-	-	83
8 - Recebimento por Destinação de Recursos		-	-	-	-	-	-	-	-
9 - Benefícios Pagos		(1.947)	1.947	-	-	-	-	-	83
10 - Contribuições e Aportes da Patrocinadora		252	-	-	252	-	-	-	-
Valor Final do Período		22.937	(19.641)	(5.030)	(1.734)	339	(96)	243	(526)
Valor Reconhecido no Ativo	9a				13			243	-
Valor Reconhecido no Passivo	9b				(1.747)			-	(526)

1) Corresponde aos valores de utilização de ativos alocados em fundos previdenciais dos planos CD.

2) Corresponde aos rendimentos obtidos acima/abaixo do retorno esperado e contemplam as contribuições realizadas pelos participantes.

Os Juros Líquidos correspondem ao valor calculado em 01/01/2025 com base no valor inicial (Ativo Líquido, Passivos Atuariais e Restrição do Ativo), descontando-se o valor projetado dos pagamentos/recebimentos de benefícios/contribuições, multiplicado pela taxa de desconto de 11,59% a.a.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING patrocina um Plano BD. O montante reconhecido no passivo é de R\$ 47, em Outros Resultados Abrangentes é de R\$ 15 e em receita/(despesa) de R\$ (6).

f) Contribuições de Benefício Definido

	Contribuições Estimadas	Contribuições Efetuadas
	2026	01/01 a 31/12/2025
Planos de Aposentadoria - FIU	21	69
Planos de Aposentadoria - FUNBEP	129	147
Total ⁽¹⁾	150	216

1) Incluem contribuições extraordinárias acordadas nos planos de equacionamento de déficit.

g) Perfil de Vencimento das Obrigações de Benefício Definido

	<i>Duration</i> ⁽¹⁾	2026	2027	2028	2029	2030	2031 a	2035
Planos de Aposentadoria - FIU	7,95	1.219	1.263	1.305	1.345	1.383		7.381
Planos de Aposentadoria - FUNBEP	7,38	740	757	774	789	803		4.169
Outros Benefícios Pós-Emprego	7,42	91	72	45	47	49		265
Total		2.050	2.092	2.124	2.181	2.235		11.815

1) *Duration* média do passivo atuarial dos planos.

h) Análise de Sensibilidade

Para mensurar o efeito de mudanças nas principais premissas, anualmente são realizados testes de sensibilidade nas obrigações atuariais. A análise de sensibilidade considera uma visão dos impactos de como a alteração de premissas poderia afetar o resultado do exercício e o patrimônio líquido na data do balanço. Este tipo de análise comumente se dá na condição *ceteris paribus*, onde se mede a sensibilidade de um sistema quando alterando apenas uma variável de interesse e mantendo inalteradas todas as outras. Os resultados encontrados estão evidenciados no quadro a seguir:

Principais Premissas	Planos BD e CV			Outros Benefícios Pós-Emprego		
	Valor Presente da Obrigação	Resultado	Patrimônio Líquido (Outros Resultados Abrangentes) ⁽¹⁾	Valor Presente da Obrigação	Resultado	Patrimônio Líquido (Outros Resultados Abrangentes) ⁽¹⁾
Taxa de Desconto						
Acréscimo de 0,5 p.p.	(669)	-	236	(17)	-	17
Decréscimo de 0,5 p.p.	716	-	(252)	19	-	(19)
Tábua de Mortalidade						
Acréscimo de 5%	(234)	-	79	(9)	-	9
Decréscimo de 5%	245	-	(82)	10	-	(10)
Inflação Médica						
Acréscimo de 1 p.p.	-	-	-	40	-	(40)
Decréscimo de 1 p.p.	-	-	-	(35)	-	35

1) Efeito líquido da restrição do ativo.

Nota 23 - Informações de Controladas no Exterior

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO possui controladas no exterior, subdivididas em:

Agências no exterior: Itaú Unibanco S.A., Miami Branch; Itaú Unibanco S.A., Nassau Branch; Itaú Unibanco Holding S.A., Grand Cayman Branch e Itaú Chile New York Branch.

Consolidado América Latina: composta basicamente pelas controladas Banco Itaú Uruguay S.A., Banco Itaú Paraguay S.A., Banco Itaú Chile e Itaú Colombia S.A.

Demais empresas no exterior: composta basicamente pelas controladas Itaú Bank Ltd., ITB Holding Ltd. e Itaú BBA International Plc.

Mais informações de resultado das unidades externas encontram-se no relatório Análise Gerencial da Operação.

	Lucro Líquido / (Prejuízo)
	01/01 a 31/12/2025
Agências no Exterior	92
Consolidado América Latina	3.605
Demais Empresas no Exterior	1.313
Consolidado no Exterior	5.535

Nota 24 - Receitas e Despesas da Intermediação Financeira e Resultado de Perda de Crédito Esperada

	01/01 a 31/12/2025			
	Receitas da Intermediação Financeira	Despesas da Intermediação Financeira	Resultado da Perda de Crédito Esperada	Resultado Bruto da Intermediação Financeira
CA	240.316	(192.569)	(29.749)	17.998
VJORA	12.484	-	75	12.559
VJR	95.909	(26)	17	95.900
Outros	2.070	(48.800)	1.026	(45.704)
Total	350.779	(241.395)	(28.631)	80.753

Nota 25 - Receitas de Prestação de Serviço e Tarifas Bancárias

A política contábil sobre receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias está apresentada na Nota 2c XV.

Os principais serviços prestados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO são:

- **Cartões de Crédito e Débito:** referem-se, principalmente, às taxas cobradas pelos emissores de cartão e às anuidades cobradas pela disponibilização e administração do cartão de crédito.
- **Serviços de Conta Corrente:** estão substancialmente compostos por tarifas de manutenção de contas correntes, conforme cada pacote de serviço concedido ao cliente, saques de conta depósito à vista e ordem de pagamento.
- **Administração de Recursos:** referem-se às taxas cobradas pela administração e desempenho de fundos de investimento e administração de consórcios.
- **Pagamentos e Recebimentos:** referem-se, principalmente, às taxas cobradas pelos adquirentes pelo processamento das operações realizadas com cartões, ao aluguel de máquinas da Rede e às transferências realizadas por meio do PIX em pacotes de pessoa jurídica.
- **Assessoria Econômica, Financeira e Corretagem:** referem-se, principalmente, aos serviços de estruturação de operações financeiras, colocação de títulos e valores mobiliários e intermediação de operações em bolsas.

	01/01 a 31/12/2025
Cartões de Crédito e Débito	16.743
Serviços de Conta Corrente	3.427
Administração de Recursos	8.900
Fundos	6.982
Consórcios	1.918
Operações de Crédito e Garantias Financeiras	2.604
Operações de Crédito	855
Garantias Financeiras	1.749
Pagamentos e Recebimentos	6.774
Assessoria Econômica, Financeira e Corretagem	5.160
Serviços de Custódia	914
Outras	4.451
Total	48.973

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING, as Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias são representadas, basicamente, por Cartões de Crédito e Débito no montante de R\$ 11.467.

Nota 26 - Despesas Operacionais

	01/01 a 31/12/2025
Remuneração, Encargos, Benefícios Sociais, Desligamentos e Treinamento	(25.242)
Participação dos Empregados nos Lucros e Pagamento Baseado em Ações	(8.702)
Serviços de Terceiros, Sistema Financeiro, Segurança, Transportes e Viagens	(8.605)
Processamento de Dados e Telecomunicações	(5.921)
Instalações e Materiais	(3.381)
Depreciação e Amortização	(5.986)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(1.741)
Comercialização - Cartões de Crédito	(5.610)
Amortização de Ágios	(393)
Perdas com Sinistros	(517)
Outras	(5.751)
Total	(71.849)

Nota 27 - Gerenciamento de Riscos, Capital e Limites de Imobilização

a) Governança Corporativa

Assumir e gerenciar riscos é uma das atividades do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO e, para isso, a instituição deve ter bem estabelecidos os objetivos para a gestão de riscos. Nesse contexto, o Apetite de Risco articula o conjunto de diretrizes do Conselho de Administração (CA) sobre estratégia e assunção de riscos, definindo a natureza e o nível dos riscos aceitáveis para a instituição, e a cultura de riscos orienta as atitudes necessárias para gerenciá-los. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO investe em processos robustos de gerenciamento de riscos e capital que permeiam toda a instituição e que são a base das decisões estratégicas para assegurar a sustentabilidade dos negócios e para maximizar a criação de valor para o acionista.

Dentre os processos para o adequado gerenciamento de riscos e capital, destacam-se a implementação de uma estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos, do arcabouço de Apetite de Risco, que é composto pela Declaração de Apetite por Riscos (RAS, do inglês *Risk Appetite Statement*) do CA, pela política de Apetite de Risco e pelo conjunto de métricas para monitoramento dos principais riscos conforme os limites definidos, do programa de teste de estresse, a constituição de Comitê de Riscos e a indicação, perante o BACEN, do diretor para gerenciamento de riscos (CRO, do inglês *Chief Risk Officer*), com atribuição de papéis, responsabilidades e requisitos de independência.

Estes processos estão alinhados às diretrizes do Conselho de Administração e dos Executivos que, por meio de órgãos colegiados, definem os objetivos globais, expressos em metas e limites para as unidades de negócio gestoras de risco. As unidades de controle e gerenciamento de capital, por sua vez, apoiam a administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO por meio dos processos de monitoramento e análise de risco e capital.

Os princípios que ditam os fundamentos do gerenciamento de riscos, do Apetite de Riscos e as diretrizes para a forma de atuação dos colaboradores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO no dia a dia para a tomada de decisão são:

- **Sustentabilidade e satisfação de clientes:** a visão do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO é ser o banco líder em performance sustentável e em satisfação dos clientes, por isso preocupa-se em gerar valor compartilhado para colaboradores, clientes, acionistas e sociedade, garantindo a perenidade do negócio. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO preocupa-se em fazer negócios que sejam bons para o cliente e para a instituição.
- **Cultura de risco:** a cultura de risco da instituição vai além de políticas, procedimentos e processos, e busca fortalecer a responsabilidade individual e coletiva de todos os colaboradores, para que façam a coisa certa, no momento certo e de maneira correta, respeitando a forma ética de fazer negócios. Está pautada em quatro princípios (a tomada consciente de riscos, a discussão e a ação sobre os riscos da instituição e responsabilidade de todos pela gestão de risco), os quais incentivam que o risco seja entendido e discutido abertamente, mantendo-se dentro dos níveis determinados pelo Apetite de Risco, e para que cada colaborador, independentemente de sua posição, área ou função, também assuma a responsabilidade pela gestão dos riscos do seu negócio.
- **Apreçamento do risco:** o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO atua e assume riscos em negócios conhecidos e entendidos, evitando riscos sobre os quais não se tem conhecimento ou nos quais não há vantagem competitiva, avaliando cuidadosamente a relação de risco e retorno.
- **Diversificação:** a instituição tem baixo apetite por volatilidade nos resultados e por isso atua em uma base diversificada de clientes, produtos e negócios, buscando a diferenciação dos riscos, além de priorizar negócios de menos arriscados.
- **Excelência operacional:** o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO quer ser um banco ágil, com infraestrutura robusta e estável, para oferecer serviços de alta qualidade.
- **Ética e respeito à regulação:** para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO ética é inegociável, por isso a instituição promove um ambiente institucional íntegro, orientando todos os colaboradores a cultivar a ética nos relacionamentos e nos negócios e o respeito às normas, zelando pela reputação da instituição.

O Conselho de Administração é o órgão máximo responsável por estabelecer as diretrizes, políticas e alçadas para a gestão de riscos e capital. Por sua vez, o Comitê de Gestão de Risco e Capital (CGRC) é responsável por apoiar o CA no desempenho de suas atribuições relacionadas à gestão de riscos e de capital. Já no nível executivo, são estabelecidos órgãos colegiados presididos pelo *Chief Executive Officer* (CEO) do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, que são responsáveis pela gestão de riscos e capital exercendo responsabilidades delegadas nestes temas e cujas decisões são acompanhadas no âmbito do CGRC.

Para dar suporte a essa estrutura, a Área de Riscos possui diretorias especializadas que tem o objetivo de assegurar, de forma independente e centralizada, que os riscos e o capital da instituição sejam administrados de acordo com as políticas e procedimentos estabelecidos.

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO está em conformidade com as regulamentações vigentes no Brasil e no exterior. Localmente, o Banco segue as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (Bacen), com destaque para a Resolução CMN nº 4.557/17, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital das instituições financeiras, pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), dentre outros reguladores e normas aplicáveis. No âmbito internacional, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO segue os padrões definidos pelo Comitê de Basileia para Supervisão Bancária, pela *Securities and Exchange Commission* (SEC) dos Estados

Unidos e pelas regulamentações locais dos países onde está presente. Adicionalmente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO adere a diretrizes como a *Foreign Account Tax Compliance Act (FATCA)*, aos *Principles for Responsible Banking (PRB)* da *United Nations Environment Programme - Finance Initiative* e às Diretrizes para Empresas Multinacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), destacando alguns exemplos representativos. O Banco também adota práticas alinhadas às normas da *International Financial Reporting Standards (IFRS)* e às melhores práticas de governança corporativa reconhecidas globalmente.

Além disso, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO também conta com governança de identificação e monitoramento de riscos emergentes, que são aqueles recém identificados com impacto, a médio e longo prazo, potencialmente material sobre os negócios, mas para os quais ainda não há elementos suficientes para sua completa avaliação, devido à quantidade de fatores e impactos ainda não totalmente conhecidos, uma vez que não possuem precedentes e, por isso, nunca foram tratados no passado.

As responsabilidades sobre o gerenciamento de risco no ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO estão estruturadas de acordo com o conceito de três linhas de governança, a saber:

- 1ª linha de governança: áreas de negócios e áreas corporativas de suporte são responsáveis diretos por identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos por elas originados.
- 2ª linha de governança: área de riscos, tem como objetivo assegurar, de forma independente e centralizada, que os riscos da instituição sejam administrados de acordo com as políticas e procedimentos estabelecidos, definindo parâmetros para o processo de gestão de riscos e para sua supervisão. Tal controle provê ao CA e aos executivos uma visão global das exposições do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas.
- 3ª linha de governança: auditoria interna, que está ligada ao Conselho de Administração e promove a avaliação independente das atividades desenvolvidas na instituição, permitindo à alta administração aferir a adequação dos controles, a efetividade do gerenciamento dos riscos e o cumprimento das normas internas e requisitos regulamentares.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO utiliza sistemas automatizados e robustos para atendimento aos regulamentos de capital, bem como para mensuração de riscos, seguindo as determinações e modelos regulatórios vigentes. Também coordena as ações para verificação da aderência aos requisitos qualitativos e quantitativos estabelecidos pelos reguladores para observação do capital mínimo exigido e monitoramento dos riscos.

Visando fortalecer os valores e alinhar o comportamento dos colaboradores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO com as diretrizes estabelecidas para gestão de risco, a instituição adota diversas iniciativas para disseminar e fortalecer uma cultura de risco baseada em quatro princípios: a tomada consciente de riscos, a discussão e a ação sobre os riscos da instituição e a responsabilidade de todos pela gestão de risco. Esses princípios articulam as diretrizes do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO auxiliando os colaboradores a entender, identificar, mensurar, gerenciar e mitigar os riscos de maneira consciente.

Outras informações sobre gerenciamento de Riscos e Capital podem ser visualizadas no site www.itaui.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Resultados e relatórios, Documentos regulatórios, Pilar 3.

b) Gerenciamento de Riscos

Apetite de Risco

O Apetite de Risco articula o conjunto de diretrizes do Conselho de Administração (CA) sobre estratégia e assunção de riscos, definindo a natureza e o nível dos riscos aceitáveis para a organização e considerando a capacidade de gerenciamento de forma efetiva e prudente, os objetivos estratégicos, as condições de competitividade e o ambiente regulatório.

O arcabouço de Apetite de Risco é composto pela Declaração de Apetite de Riscos (RAS - *Risk Appetite Statement*) do CA, pela política de Apetite de Risco e pelo conjunto de métricas para monitoramento dos principais riscos conforme os limites definidos.

Considerando as diretrizes estratégicas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, o Apetite de Risco e suas dimensões são fundamentados na seguinte Declaração:

“Somos um banco universal, operando predominantemente na América Latina. Apoiados em nossa cultura de riscos, atuamos com rigoroso padrão ético e de cumprimento regulatório, buscando resultados elevados e crescentes, com baixa volatilidade, mediante o relacionamento duradouro com o cliente, apreçamento correto dos riscos, captação pulverizada de recursos e adequada utilização do capital.”

De forma a tangibilizar a RAS, o Apetite de Risco foi segmentado em seis dimensões, cada umas delas composta por um conjunto de métricas associadas aos principais riscos envolvidos, combinando formas complementares de mensuração, para obter uma visão abrangente das nossas exposições sobre os tipos e níveis de risco aceitáveis:

- **Capitalização:** reflete o nível de proteção do Banco contra perdas significativas que poderiam levar ao descumprimento regulatório ou insolvência. Estabelece que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO deve ter capital suficiente para se proteger de uma grave recessão ou de um evento de estresse sem necessidade de adequação da estrutura de capital em circunstâncias desfavoráveis. É monitorada por meio do acompanhamento dos Índices de capital do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, em situação normal e em estresse, e dos *ratings* de emissão de dívidas da instituição.

- **Liquidez:** reflete o nível de proteção do Banco contra um período prolongado de estresse de *funding* que poderia levar à falta de liquidez e eventual falência. Estabelece que a liquidez do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO deverá suportar longos períodos de estresse. É monitorada através do acompanhamento dos indicadores de liquidez.

- **Composição dos resultados:** tem por objetivo garantir a estabilidade e sustentabilidade dos resultados, restringindo a volatilidade excessiva e evitando concentrações em portfólios e desvios significativos na precificação e nas provisões. Define que os negócios serão focados principalmente na América Latina, onde o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO terá uma gama diversificada de clientes e produtos, com baixo apetite por volatilidade de resultados e por risco elevado. Para tanto, monitora indicadores de risco de Crédito, incluindo dimensões sociais, ambientais e climáticas, de Mercado e IRRBB, de Subscrição e de Negócios & Rentabilidade. As métricas monitoradas buscam garantir, por meio de limites de concentração de exposição como, por exemplo, setores de indústria, qualidade das contrapartes, países e regiões geográficas e fatores de riscos, adequada composição das nossas carteiras, visando à baixa volatilidade dos resultados e à sustentabilidade dos negócios.

- **Risco operacional:** aborda os riscos operacionais que possam comprometer os negócios e a operação do Banco, focando no controle de eventos que possam impactar negativamente a estratégia de negócio e operação.

- **Reputação:** aborda riscos que possam impactar o valor da nossa marca e da reputação da instituição junto a clientes, funcionários, reguladores, investidores e público geral. O monitoramento dos riscos nesta dimensão é feito por meio de comportamento ético e observância conservadora das normas regulatórias.

- **Clientes:** aborda riscos que possam impactar a satisfação e experiência dos clientes, sendo monitorada por meio do acompanhamento da satisfação dos clientes, eventos com impactos diretos em clientes e indicadores de *suitability*.

As métricas traduzem a RAS e as dimensões em indicadores monitoráveis, que capturam os principais riscos incorridos pela instituição. Elas são monitoradas periodicamente e reportadas ao nível executivo, ao Comitê de Gestão de Risco e Capital (CGRC) e ao CA, que orientam a tomada de medidas preventivas de forma a garantir que as exposições estejam dentro dos limites estabelecidos e alinhados à nossa estratégia.

O Conselho de Administração é o responsável pelo estabelecimento e aprovação das diretrizes e limites do apetite de risco, desempenhando suas responsabilidades com o apoio do CGRC e do *Chief Risk Officer* (CRO). A governança do Apetite de Risco está registrada em política interna, estabelecida, revisada e aprovada também pelo CA.

I - Risco de Crédito

Risco de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contrato de crédito em consequência da deterioração na classificação de risco do tomador, do emissor ou da contraparte, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas em renegociações posteriores e dos custos de recuperação.

Há uma estrutura de gestão e controle do risco de crédito, centralizada e independente das unidades de negócio, que estabelece limites e mecanismos de mitigação de risco, além de estabelecer processos e instrumentos para medir, monitorar e controlar o risco de crédito inerente a todos os produtos, as concentrações de carteira e os impactos de potenciais mudanças no ambiente econômico.

A política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO baseia-se em critérios internos como: classificação de clientes, desempenho e evolução da carteira, níveis de inadimplência, taxas de retorno e capital econômico alocado, entre outros, considerando também fatores externos como taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, inflação, variação do consumo, entre outros.

Para pessoas físicas, pequenas e médias empresas, público considerado como varejo, a classificação de crédito é atribuída com base em modelos estatísticos de *application* (nos estágios iniciais da relação com o cliente) e *behaviour score* (usado para os clientes com os quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO já tem uma relação).

Para público de atacado e agro, a classificação baseia-se em informações tais como a situação econômico-financeira da contraparte, sua capacidade de geração de caixa, o grupo econômico a que pertence, a situação atual e as perspectivas do setor de atividade econômica em que atua, incluindo a avaliação do risco socioambiental, de acordo com as diretrizes da Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental (PRSA) e de manuais e procedimentos específicos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO. As propostas de crédito são analisadas caso a caso, utilizando um mecanismo de alçadas. O monitoramento contínuo do grau de concentração das carteiras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, avaliando os setores de atividade econômica e os maiores devedores, possibilita a tomada de medidas preventivas, de modo a evitar que os limites estabelecidos sejam violados.

Os modelos de *rating* para grandes empresas incorporam o Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (GRSAC) por meio de um questionário, que considera:

- Social: eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos ao interesse comum, como condições de trabalho inadequadas e impactos negativos em comunidades locais. A gestão prioriza a proteção dos direitos humanos e a promoção do bem-estar social.
- Ambiental: eventos relacionados à degradação do meio ambiente, biodiversidade e uso excessivo de recursos naturais, como desmatamento, poluição e esgotamento de recursos hídricos. A abordagem busca a conservação ambiental, uso sustentável dos recursos e promoção de práticas ecológicas.
- Climática: engloba (i) a transição para uma economia de baixo carbono, visando à redução ou compensação das emissões de gases de efeito estufa e à preservação de mecanismos naturais de captura desses gases, e (ii) a adaptação a eventos climáticos extremos e alterações ambientais de longo prazo, como tempestades severas, secas prolongadas e elevação do nível do mar.

Com base nessas definições, os clientes são classificados em uma escala de risco socioambiental que varia de Baixo a Muito Alto. Essa classificação é utilizada para eventuais penalizações no *rating*.

Essas informações atuam como suporte ao processo de *rating*, não impactando diretamente o cálculo, exceto nos casos de penalização.

Atendendo a Resolução CMN nº 4.557/17, o documento “Relatório de Acesso Público - Política de Gestão e Controle de Risco de Crédito”, que expressa as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de crédito, pode ser visualizado no site www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Itaú Unibanco, Governança corporativa, Políticas, Relatórios.

I.I - Garantias e Política de Mitigação do Risco de Crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO utiliza garantias para aumentar sua capacidade de recuperação em operações expostas ao risco de crédito. As garantias utilizadas podem ser fidejussórias, reais, estruturas jurídicas com poder de mitigação e acordos de compensação.

Gerencialmente, para que as garantias sejam consideradas como instrumentos mitigadores do risco de crédito, é necessário que cumpram as exigências e as determinações das normas que as regulam, sejam internas ou externas, e que sejam juridicamente exercíveis (eficazes), exequíveis e regularmente avaliadas.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO utiliza ainda derivativos de crédito, tais como CDS único-nome (*single name*), para mitigar o risco de crédito de suas carteiras de títulos. Estes instrumentos são apreçados com base em modelos que utilizam o preço justo de variáveis de mercado, tais como *spreads* de crédito, taxas de recuperação, correlações e taxas de juros.

Em complemento à política de mitigação do risco de crédito, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO realiza, nas operações garantidas por imóveis rurais e urbanos, análises específicas quanto aos requisitos ESG (sigla em inglês para Ambiental, Social e Governança) para cada tipo de garantia.

Para garantias rurais, são considerados laudos com critérios socioambientais detalhados, incluindo a verificação de conformidade do imóvel com legislações ambientais, *status* do Cadastro Ambiental Rural, existência de passivos ambientais, sobreposições com áreas protegidas, territórios indígenas, quilombolas, assentamentos, sítios arqueológicos, áreas de mineração, além da análise do uso do solo e histórico ambiental. O laudo contempla ainda informações sobre georreferenciamento, regularidade fundiária e indicadores de risco climático, reforçando o compromisso com práticas sustentáveis e a mitigação de riscos socioambientais.

Para garantias urbanas, o laudo de avaliação inclui vistoria técnica e levantamento de indícios de contaminação, análise do entorno quanto à existência de atividades potencialmente poluidoras (indústrias, postos de combustíveis, oficinas, depósitos de resíduos, entre outros), além da consulta a listas públicas oficiais de áreas contaminadas. O laudo ambiental urbano considera ainda o uso atual e pretérito do imóvel, infraestrutura disponível, e diagnóstico de mercado, assegurando que o imóvel não apresenta riscos ambientais relevantes e está em conformidade com as normas urbanísticas e ambientais vigentes.

Esse processo reforça o compromisso do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO com a adoção de práticas responsáveis e alinhadas aos princípios ESG, contribuindo para a sustentabilidade das operações e para a mitigação dos riscos de crédito.

I.II - Governança e mensuração da perda de crédito esperada

A área de risco de crédito e a área de finanças são responsáveis por definir as metodologias utilizadas para mensurar a perda de crédito esperada e avaliar recorrentemente a evolução dos montantes de provisão.

Estas áreas monitoram as tendências observadas na provisão para perda de crédito esperada por negócio, além de estabelecerem um entendimento inicial das variáveis que podem desencadear mudanças na provisão, na PD (Probabilidade de descumprimento) ou na LGD (Perda no momento do descumprimento), no qual o descumprimento é o momento em que o contrato se torna um ativo problemático.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO calcula a perda de crédito esperada para as carteiras de negócios do Varejo e do Atacado multiplicando a PD, a LGD e o EAD (Exposição ao descumprimento), considerando as informações macroeconômicas prospectivas na PD e LGD.

I.III - Classificação dos Estágios de Deterioração de Crédito

A política contábil sobre Perda de Crédito Esperada está apresentada na Nota 2c IV.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO considera informações internas de clientes, modelos estatísticos, dias de atraso e análises qualitativas para fins de determinação do risco de crédito dos instrumentos financeiros.

As regras de mudança de estágio consideram, para os segmentos do Varejo e Atacado:

- **Estágio 1 para estágio 2:** atraso ou avaliação dos *triggers* de probabilidade de *default* (PD).

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO migra os contratos com atraso superior a 30 dias para o estágio 2, exceto empréstimos imobiliários (60 dias de atraso), devido ao risco da operação.

Independente do atraso, a migração para o estágio 2 ocorre se a PD da operação ou o *rating* do subgrupo econômico, conforme definido para o Varejo e Atacado, respectivamente, ultrapassar o apetite de risco aprovado pela Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO.

- **Estágio 3:** são considerados indicativos de que o cliente não honrará com as condições contratadas (Ativo problemático), sendo os principais: 90 dias de atraso no pagamento de principal e encargos, reestruturação de dívida, medidas judiciais, dentre outros. O instrumento financeiro, em qualquer estágio, pode migrar para o estágio 3 quando apresentar os indicativos de ativos problemáticos.

Para modelos que não são massificados caso um instrumento financeiro seja alocado no estágio 3, todos os instrumentos financeiros do mesmo subgrupo econômico/da mesma contraparte são classificados para o estágio 3, salvo aqueles que sua natureza e finalidade não indicam que o cliente não honrará com as condições contratadas.

A partir das classificações em estágios, são utilizadas regras de mensuração de perda de crédito esperada determinadas, conforme descrito na Nota 2c IV.

I.IV - Exposição Máxima dos Instrumentos Financeiros ao Risco de Crédito

	31/12/2025
Ativos Financeiros	2.569.058
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	340.388
Aplicações no Mercado Aberto	269.780
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	65.544
Recursos Garantidores das Provisões Técnicas	5.093
(Provisão para Perda de Crédito Esperada)	(29)
Títulos e Valores Mobiliários	925.416
Carteira Própria	355.614
Vinculados	215.242
Recursos Garantidores das Provisões Técnicas	355.296
(Provisão para Perda de Crédito Esperada)	(736)
Derivativos	73.311
Operações com Característica de Concessão de Crédito	1.229.943
Operações de Crédito, Arrendamentos e Outros Créditos	1.084.014
Títulos e Valores Mobiliários	197.424
(Provisão para Perda de Crédito Esperada)	(51.495)
Relações Interfinanceiras e Interdependências	282.008
Outros Ativos Financeiros	61.614
Off Balance	715.869
Garantias Financeiras	134.105
Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar	581.764
Total	3.628.549

Os valores de exposição ao risco de crédito apresentados são baseados em valores contábeis brutos e não consideram qualquer garantia recebida ou outras melhorias de crédito agregadas.

Os valores contratuais de garantias financeiras, compromisso de crédito e créditos a liberar representam o potencial máximo de risco de crédito caso a contraparte não cumpra com os termos do contrato. A grande maioria dos compromissos de crédito (crédito imobiliário, conta garantida e outros limites pré-aprovados) vence sem ser sacada. Consequentemente, o valor contratual não representa nossa real exposição futura ao risco de crédito e nem a necessidade de liquidez proveniente desses compromissos.

I.V - Carteira Homogênea de Risco

O Segmento Varejo inclui os negócios de Banco Pessoa Física, Consignado, Cartões e Financeiras, Veículos Pessoa Física, Imobiliário, Empresas Varejo e Veículos pessoa Jurídica.

No Varejo, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO possui 130 Grupos Homogêneos: 86 no Estágio 1, 29 no Estágio 2 e 15 no Estágio 3. A concentração média de risco das operações de crédito por grupos homogêneos é de 0,8%.

A abertura do valor contábil bruto das Operações com Característica de Concessão de Crédito por vencimento está demonstrada a seguir:

	31/12/2025
Vencidas a partir de 1 dia	24.241
A vencer até 3 meses	279.902
A vencer de 3 a 12 meses	284.732
A vencer acima de um ano	692.563
Total	1.281.438

II - Risco de Mercado

É a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (*commodities*), conforme estabelecido pelo CMN. Os índices de preços também são tratados como um grupo de fator de risco.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de: (i) mensuração e avaliação de risco, (ii) monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas, (iii) aplicação, análise e testes de cenários de estresse, (iv) reporte de risco para os responsáveis individuais dentro das unidades de negócios de acordo com a governança do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, (v) monitoramento de ações necessárias para o reajuste de posições e/ou níveis de risco para fazê-los viáveis, e (vi) apoio ao lançamento de novos produtos financeiros com segurança.

A gestão de risco de mercado segue a segregação das operações em Carteira de Negociação e Carteira Bancária, de acordo com os critérios gerais estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.557/17 e Resolução BCB nº 111/21 e alterações posteriores. A carteira de negociação é composta por todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, realizadas com a intenção de negociação. Já a carteira bancária caracteriza-se preponderantemente pelas operações provenientes do negócio bancário e relacionadas à gestão do balanço da instituição, realizadas sem a intenção de negociação e com horizonte de tempo de médio e longo prazos.

A gestão do risco de mercado é realizada com base nas seguintes métricas:

- **Valor em Risco (VaR - Value at Risk):** medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança.
- **Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse):** técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos).
- **Stop Loss/Max Drawdown:** métrica que tem por objetivo a revisão das posições, caso as perdas acumuladas em um dado período atinjam um determinado valor.
- **Concentração:** exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco, calculada a valor de mercado ("*MtM – Mark to Market*").
- **VaR Estressado:** métrica estatística derivada do cálculo de VaR, que objetiva capturar o maior risco em simulações da carteira de negociação atual, levando em consideração retornos observáveis em cenários históricos de extrema volatilidade.

A gestão do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária IRRBB (Interest Rate Risk in the Banking Book) é realizada com base nas seguintes métricas:

- Δ EVE (*Delta Economic Value of Equity*): diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.
- Δ NII (*Delta Net Interest Income*): diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.

Adicionalmente, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, incluem-se:

- Análise de Descasamentos (GAPS): exposição acumulada dos fluxos de caixa, por fator de risco, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento.
- Sensibilidade (DV01- *Delta Variation*): impacto no valor justo dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador.
- Sensibilidades aos Diversos Fatores de Riscos (GREGAS): derivadas parciais de uma carteira de opções em relação aos preços dos ativos-objetos, às volatilidades implícitas, às taxas de juros e ao tempo.

Buscando o enquadramento das operações nos limites definidos, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO realiza *hedge* de operações de clientes e de posições proprietárias, inclusive de investimentos no exterior. Derivativos são os instrumentos mais utilizados para a execução destas atividades de *hedge*, e podem se caracterizar como *hedge* contábil ou econômico, ambos regidos por normativos institucionais no ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO.

A estrutura de limites e alertas é alinhada com as diretrizes do Conselho de Administração, sendo revisada e aprovada anualmente. Esta estrutura conta com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão dos riscos, bem como evitar sua concentração. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio, a liquidez, a complexidade e as volatilidades dos mercados, bem como o apetite de risco do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO.

O consumo dos limites de risco de mercado é monitorado e divulgado diariamente através de mapas de exposição e sensibilidade. A área de risco de mercado analisa e controla a aderência destas exposições aos limites e alertas e os reporta tempestivamente para as mesas da Tesouraria e demais estruturas previstas na governança.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO utiliza sistemas proprietários para mensurar o risco de mercado consolidado. O processamento desses sistemas ocorre em ambientes com controle de acesso, de alta disponibilidade, com processos de guarda e recuperação de dados e conta com infraestrutura para garantir a continuidade de negócios em situações de contingência (*disaster recovery*).

II.I - VaR - Consolidado ITAÚ UNIBANCO HOLDING

É calculado por Simulação Histórica, isto é, a distribuição esperada para os ganhos e perdas (*P&L's - Profit and loss statement*) de uma carteira ao longo de tempo pode ser estimada a partir do comportamento histórico dos retornos dos fatores de risco de mercado desta carteira. O VaR é calculado com um intervalo de confiança de 99%, período histórico de 4 anos (1.000 dias úteis) e um horizonte de manutenção (*Holding period*) de um dia. Ainda, em uma abordagem conservadora, o VaR é calculado diariamente com e sem ponderação pela volatilidade, sendo o VaR final o valor mais restritivo dentre as duas metodologias.

	VaR Total (Simulação Histórica) ⁽¹⁾			
	31/12/2025			
	Média	Mínimo	Máximo	VaR Total
VaR por Grupo de Fatores de Risco				
Taxas de Juros	1.303	1.028	1.974	1.376
Moedas	40	22	97	51
Ações	45	36	89	46
Commodities	30	10	67	40
Efeito de Diversificação	-	-	-	(385)
Risco Total	1.085	777	1.744	1.128

1) O VaR por Grupo de Fatores de risco considera as informações das unidades externas.

O documento “Relatório de Acesso Público – Política de Gestão e Controle de Risco de Mercado e IRRBB” que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de mercado, que não faz parte das demonstrações contábeis, pode ser visualizado no site www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Itaú Unibanco, Governança corporativa, Políticas, Relatórios.

II.II - Análise de Sensibilidade (Carteira de Negociação e Carteira Bancária)

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO realizou análise de sensibilidade avaliada pelos fatores de risco de mercado considerados relevantes, conforme cenários abaixo:

Cenário I: Acréscimo de 1 ponto-base nas taxas de juros prefixado, cupom de moedas, inflação e índice de taxas de juros, e 1 ponto percentual nos preços de moedas e ações.

Cenário II: Aplicação de choques de 25% nas taxas das curvas de juros prefixado, cupom de moedas, inflação, índices de taxas de juros e nos preços de moedas e ações, tanto de crescimento quanto de queda, considerando as maiores perdas por fator de risco.

Cenário III: Aplicação de choques de 50% nas taxas das curvas de juros prefixado, cupom de moedas, inflação, índices de taxas de juros e nos preços de moedas e ações, tanto de crescimento quanto de queda, considerando as maiores perdas por fator de risco.

As maiores perdas por fator de risco, em cada cenário, foram apresentadas com impacto no resultado, líquidas de efeitos fiscais, fornecendo uma visão da exposição do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO em cenários excepcionais.

As análises de sensibilidade das Carteiras de Negociação e Bancária são estáticas e não consideram a capacidade dinâmica de reação da gestão (tesouraria e áreas de controle) que aciona medidas mitigadoras do risco, sempre que identifica uma situação de perda ou risco elevado, minimizando a possibilidade de perdas materiais. Adicionalmente, o estudo tem fins exclusivos de divulgar a exposição a riscos e as respectivas ações de proteção considerando o valor justo dos instrumentos financeiros, dissociado de quaisquer práticas contábeis adotadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO.

Carteira de Negociação		Exposições		31/12/2025		
Fatores de Risco	Risco de Variação em:	Cenários ⁽¹⁾				
		I	II	III		
Prefixado	Taxas de juros prefixadas em reais	(0,9)	(238,0)	(433,8)		
Cupons Cambiais	Taxas de cupons de moedas estrangeiras	(0,2)	(62,5)	(123,7)		
Moedas Estrangeiras	Taxas de câmbio	(6,0)	(243,4)	(367,2)		
Índices de Preços	Taxas de cupons de inflação	(0,2)	(32,1)	(71,6)		
TR	Taxas de cupom de TR	-	-	-		
Ações	Preços de ações	0,3	187,1	284,4		
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	0,3	(9,6)	18,3		
Total		(6,7)	(398,5)	(693,6)		

1) Valores líquidos dos efeitos fiscais.

Carteira de Negociação e Bancária		Exposições		31/12/2025		
Fatores de Risco	Risco de Variação em:	Cenários ⁽¹⁾				
		I	II	III		
Prefixado	Taxas de juros prefixadas em reais	(16,6)	(5.103,1)	(9.717,4)		
Cupons Cambiais	Taxas de cupons de moedas estrangeiras	(2,7)	(498,1)	(969,5)		
Moedas Estrangeiras	Taxas de câmbio	0,3	(326,0)	(648,7)		
Índices de Preços	Taxas de cupons de inflação	(3,9)	(536,5)	(1.030,4)		
TR	Taxas de cupom de TR	(0,3)	(103,0)	(220,5)		
Ações	Preços de ações	3,8	95,1	89,5		
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	0,2	(12,0)	15,1		
Total		(19,2)	(6.483,6)	(12.481,9)		

1) Valores líquidos dos efeitos fiscais.

III - Risco de Liquidez

É definido como a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculações de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

O controle de risco de liquidez é realizado por área independente das áreas de negócio e responsável por definir a composição da reserva, estimar o fluxo de caixa e a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo e monitorar limites mínimos para absorver perdas em cenários de estresse para cada país onde o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO opera. Todas as atividades são sujeitas à verificação pelas áreas independentes de validação, controles internos e auditoria.

As políticas de gestão de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos e nas definições da alta administração. Estes cenários são revistos periodicamente, por meio da análise das necessidades de caixa, em virtude de situações atípicas de mercado ou decorrentes de decisões estratégicas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO efetua diariamente a gestão e o controle do risco de liquidez através de governança aprovada em comitês superiores, que prevê, entre outras atividades, a adoção de limites

mínimos de liquidez, suficientes para absorver possíveis perdas de caixa em cenários de estresse, mensurados através de metodologias internas e, também, por metodologia regulatória.

Dentre os principais indicadores regulatórios de liquidez destacam-se:

Indicador de liquidez de curto prazo (LCR): pode ser definido como um índice de suficiência no horizonte de 30 dias, medindo o montante disponível de ativos disponíveis para honrar potenciais saídas líquidas em um cenário de estresse.

Indicador de liquidez de longo prazo (NSFR): pode ser definido como uma análise de *funding* disponível para financiamento dos ativos de longo prazo.

Ambas as métricas são geridas pela área de risco de liquidez e possuem limites aprovados em comitês superiores, bem como governança de planos de ação em eventuais cenários de estresse de liquidez.

Sob a métrica do LCR o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO possui Ativos de Alta Liquidez (HQLA), compostos principalmente por títulos soberanos, reservas em bancos centrais e dinheiro em espécie. Já as saídas líquidas de caixa são compostas principalmente por captações, requerimentos adicionais, obrigações contratuais e contingentes, compensadas por entradas de caixa por empréstimos e outras entradas de caixa previstas.

Quando o LCR do período é acima do limite de 100% significa que possui recursos estáveis disponíveis suficientes para suportar as perdas no cenário de estresse padronizado para o LCR.

Já sob a ótica do NSFR o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO possui Recursos Estáveis Disponíveis (ASF) compostos principalmente por capital, captações. Já os Recursos Estáveis Requeridos (RSF) são compostos principalmente pelos empréstimos e financiamentos concedidos a clientes.

Assim como para o LCR, quando o NSFR é acima do limite de 100%, os recursos estáveis disponíveis são suficientes para suportar os recursos estáveis requeridos no longo prazo.

As Captações de Recursos de acordo com os vencimentos são apresentados abaixo:

	31/12/2025	
	Circulante	Não Circulante
Outros Instrumentos de Dívida	108.419	307.211
Recursos de Emissões	96.925	168.561
Letras Financeiras	28.359	32.802
Letras de Crédito Imobiliário	30.005	41.116
Letras de Crédito do Agronegócio	29.641	35.003
Letras Imobiliárias Garantidas	8.920	55.518
Debêntures	-	4.122
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	8.736	67.684
<i>Brazil Risk Note Programme</i>	423	12.748
<i>Structure Note Issued</i>	2.789	7.630
<i>Bonds</i>	5.067	35.215
<i>Fixed Rate Notes</i>	-	9.300
<i>Eurobonds</i>	56	23
Outros	401	2.768
Certificados de Operações Estruturadas	2.758	22.819
Instrumentos de Dívida com Cláusulas de Subordinação	-	48.147
Letras Financeiras	-	37.900
<i>Euronotes</i>	-	2.755
<i>Bonds</i>	-	7.492
Obrigações por Empréstimos e Repasses	118.637	28.527
Empréstimos	104.328	12.168
Repasses - do País - Instituições Oficiais	14.309	16.359
Total	227.056	335.738

No período, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO detém R\$ 167.275 em Depósitos no Banco Central do Brasil compreendido na rubrica Relações Interfinanceiras e Interdependências do Balanço Patrimonial.

O “Pilar 3” que detalha os Indicadores de Liquidez, pode ser visualizado no site www.italu.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Resultados e relatórios, Documentos regulatórios, Pilar 3.

O documento “Relatório de Acesso Público – Gestão e Controle de Risco de Liquidez”, que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de liquidez, e não faz parte das demonstrações contábeis, pode ser visualizado no site www.italu.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Itaú Unibanco, Governança corporativa, Políticas, Relatórios.

IV - Risco Operacional

É definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem na realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Os gestores das áreas executivas utilizam-se de metodologias corporativas construídas e disponibilizadas pela área de *Compliance* e Risco Operacional.

Dentro da governança do processo de gerenciamento de riscos, periodicamente, são apresentados os reportes consolidados do monitoramento de riscos, controles, planos de ação e perdas operacionais aos executivos das áreas de negócio.

Em linha com os princípios da Resolução CMN nº 4.557/17, o documento “Relatório de Acesso Público – Política de Gerenciamento Integrado de Risco Operacional e Controles Internos”, versão resumida do normativo institucional de gerenciamento de risco operacional, pode ser acessado no site www.italu.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Itaú Unibanco, Governança corporativa, Políticas, Relatórios.

V - Riscos de Seguros, Previdência Privada e Capitalização

Além dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros relacionados às carteiras de Seguros, Previdência Privada e Capitalização, as operações realizadas no ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO ocasionam exposição ao risco de subscrição.

O risco de subscrição é o risco de desvios significativos nas metodologias e/ou premissas utilizadas para precificação ou provisão dos produtos, as quais podem se materializar de formas diferentes, contrariando as expectativas do produto ofertado:

- (i) Seguro: resultante da alteração no comportamento do risco em relação ao aumento na frequência e/ou severidade dos sinistros ocorridos, contrariando as estimativas da precificação.
- (ii) Previdência Privada: é observado no aumento na expectativa de vida ou no desvio das premissas utilizadas nas reservas técnicas.
- (iii) Capitalização: o pagamento de prêmios de títulos sorteados em séries não integralizadas e/ou despesas administrativas maiores do que as esperadas podem materializar este risco.

A mensuração da exposição ao risco de subscrição se baseia na análise das premissas atuariais utilizadas na constituição dos passivos e na precificação dos produtos por meio de: i) monitoramento da evolução do patrimônio necessário para mitigar o risco de insolvência ou liquidez; ii) acompanhamento das carteiras, produtos e coberturas, sob as óticas de resultado, aderências às taxas esperadas e ao comportamento esperado da sinistralidade.

A exposição ao risco de subscrição é gerenciada e monitorada de acordo com os níveis de apetite ao risco aprovados pela Administração e é controlada por meio de indicadores que permitam a criação de cenários e simulações de estresse da carteira.

VI - Riscos Emergentes

São aqueles recém identificados e com impacto, a médio e longo prazo, potencialmente material sobre os negócios, mas para os quais ainda não há elementos suficientes para sua completa avaliação, devido à quantidade de fatores e impactos ainda não totalmente conhecidos, uma vez que não possuem precedentes e, por isso, nunca foram

tratados no passado. Suas causas podem ser originadas por eventos externos e resultarem no surgimento de novos riscos ou na intensificação de riscos já acompanhados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO.

Uma vez identificados tais riscos passam a ser monitorados e reavaliados anualmente ou sob demanda, até o momento em que deixem de representar um risco ou até que possam ser adequadamente mensurados, sendo que neste caso passam então a seguir as demais etapas do gerenciamento de riscos.

Este processo é assegurado pela governança do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, permitindo que estes riscos também sejam incorporados aos procedimentos de gestão de riscos. Podem ser citados como exemplo os riscos Geopolítico, Climático e Cibernético, que tem ou já tiveram aspectos considerados como riscos emergentes.

VII - Riscos Social, Ambiental e Climático

Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos são a possibilidade de ocorrência de perdas em função da exposição a eventos de origem social, ambiental e/ou climático relacionados às atividades desenvolvidas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO.

Os fatores sociais, ambientais e climáticos são considerados relevantes para os negócios do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, uma vez que podem afetar a criação de valor compartilhado no curto, médio e longo prazos.

A Política de Riscos Social, Ambiental e Climático (Política de Riscos SAC) estabelece as diretrizes e os princípios fundamentais para a gestão dos riscos social, ambiental e climático, abordando os riscos mais relevantes para a operação da instituição por meio de procedimentos específicos.

Para mitigação dos Riscos Social, Ambiental e Climático são efetuadas ações de mapeamentos de processos, riscos e controles, acompanhamento de novas normas relacionadas ao tema e registro das ocorrências em sistemas internos. Além da identificação, as etapas de priorização, resposta ao risco, mitigação, monitoramento e reporte dos riscos avaliados complementam o gerenciamento destes riscos no ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO.

Na gestão dos Riscos Social, Ambiental e Climático as áreas de negócios realizam a gestão do risco em suas atividades diárias, seguindo as diretrizes da Política de Riscos SAC e processos específicos, contando com avaliação especializada de equipes técnicas dedicadas situadas nos times de Crédito, que atende o segmento do Atacado, Risco de Crédito e Modelagem e Jurídico Institucional, que atuam de forma integrada na gestão de todas as dimensões dos Riscos Social, Ambiental e Climático atreladas às atividades do conglomerado. Como exemplo de diretrizes específicas para a gestão destes riscos, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO conta com uma governança específica para concessão e renovação de crédito em alçadas seniores de clientes de determinados setores econômicos, classificados como Setores Sensíveis (Mineração, Metalurgia & Siderurgia, Óleo & Gás, Ind. Têxtil e Varejo Vestuário, Papel & Celulose, Química & Petroquímica, Agro - Frigoríficos, Agro - Defensivos e Fertilizantes, Madeira, Energia, Produtores Rurais e Imobiliário), para os quais há uma análise individualizada dos Riscos Social, Ambiental e Climático. A instituição conta ainda com procedimentos específicos para sua própria operação (patrimônio, infraestrutura de agências, tecnologia e fornecedores), crédito, investimentos e controladas chave. As áreas de Riscos SAC, Controles Internos e *Compliance*, por sua vez, dão suporte e garantem a governança das atividades das áreas de negócios e de crédito que atende o negócio. Já a Auditoria Interna, atua de maneira independente, realizando a avaliação da gestão dos riscos, controles e governança.

A governança conta, ainda, com o Comitê de Riscos Social, Ambiental e Climático, que tem como principal competência avaliar e deliberar sobre assuntos institucionais e estratégicos, bem como deliberar sobre produtos, operações, serviços, entre outros que envolvam o tema de Riscos Social, Ambiental e Climático.

O Risco Climático abrange: (i) riscos físicos, decorrentes de mudanças nos padrões climáticos, como aumento das chuvas, e da temperatura e eventos climáticos extremos, e (ii) riscos de transição, resultantes de mudanças na economia, em consequência de ações climáticas, como precificação do carbono, regulamentação climática, riscos de mercado e riscos de reputação.

Considerando a relevância, o risco climático se tornou uma das principais prioridades para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, que apoia a Força-tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima (Task

Force on Climate-related Financial Disclosures - TCFD) e está comprometido em manter um processo de evolução e melhoria contínua dentro dos pilares recomendados pelo TCFD. Com este objetivo, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO está fortalecendo a governança e estratégia relacionadas ao Risco Climático e desenvolvendo ferramentas e metodologias para avaliar e gerenciar estes riscos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO mensura a sensibilidade do portfólio de crédito aos riscos climáticos aplicando a Régua de Sensibilidade aos Riscos Climáticos, desenvolvida pela Febraban. A ferramenta combina critérios de relevância e proporcionalidade para identificar os setores e clientes dentro do portfólio que apresentam maior sensibilidade aos riscos climáticos, considerando os riscos físicos e de transição. Os setores com maior probabilidade de sofrerem impactos financeiros por mudanças climáticas, seguindo as diretrizes do TCFD, são: energia, transportes, materiais e construção, agricultura, alimentos e produtos florestais.

c) Gerenciamento de Capital

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO está sujeito à regulamentação do BACEN, que determina requerimentos mínimos de capital, procedimentos de apuração das informações para avaliação da importância sistêmica global de instituições financeiras, limites para ativos fixos, limites de empréstimos, práticas contábeis, e exige que os bancos cumpram a regulamentação baseada no Acordo de Basileia sobre adequação de capital. Além disso, o CNSP e a SUSEP emitem regulamentações sobre exigência de capital, que afetam as operações de seguros, planos de previdência privada e de capitalização.

As notas explicativas de capital foram preparadas de acordo com exigências regulatórias do BACEN, alinhado aos requerimentos mínimos internacionalmente vigentes nos termos do *Bank for International Settlements* (BIS).

I - Composição e Suficiência do Capital

O Conselho de Administração é o órgão responsável por aprovar a política institucional de gerenciamento de capital e as diretrizes acerca do nível de capitalização do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO. O Conselho também é responsável pela aprovação integral do relatório do ICAAP (Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital), que visa a avaliar a adequação do capital do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO.

O resultado do último ICAAP, que engloba os testes de estresse – realizado para data-base dezembro de 2024 - apontou que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO dispõe, além de capital para fazer face a todos os riscos materiais, de significativa folga de capital, garantindo assim a solidez patrimonial da instituição.

Visando a garantir a solidez do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO e a disponibilidade de capital para suportar o crescimento dos negócios, os níveis de PR foram mantidos acima do necessário para fazer frente aos riscos, conforme evidenciado pelos índices de Capital Principal, de Nível I e de Basileia.

	31/12/2025
Capital regulamentar	
Capital Principal	185.595
Nível I	208.161
Patrimônio de Referência (PR)	228.589
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	
RWA total	1.505.475
Capital regulamentar como proporção do RWA	
Índice de Capital Principal (ICP)	12,3%
Índice de Nível I (%)	13,8%
Índice de Basileia	15,2%
Adicional de Capital Principal (ACP) como proporção do RWA	
Adicional de Conservação de Capital Principal - ACP Conservação (%)	2,5%
Adicional Contracíclico de Capital Principal - ACP Contracíclico (%)	0,1%
Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACP Sistêmico (%)	1,0%
ACP total (%)	3,6%

Em 31/12/2025, o montante de dívidas subordinadas perpétuas que compõe o capital de Nível I é de R\$ 21.543 e o montante de dívidas subordinadas que compõe o capital de Nível II é de R\$ 19.034.

O Índice de Basileia atingiu 15,2% em 31/12/2025, redução de 1,3 p.p. em relação ao apurado em 31/12/2024. A variação reflete os efeitos do pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos adicionais, recompra de ações e crescimento de ativos ponderados pelo risco, atenuados pelo impacto positivo do resultado do período.

Além disso, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO possui folga em relação ao Patrimônio de Referência mínimo requerido no montante de R\$ 108.151, superior ao ACP de R\$ 53.686, amplamente coberto pelo capital disponível.

O Índice de Imobilização indica o percentual de comprometimento do PR ajustado com o ativo permanente ajustado. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO está enquadrado no limite máximo de 50% do PR ajustado, fixado pelo BACEN. Em 31/12/2025, o Índice de Imobilização atingiu 19,4% apresentando uma folga de R\$ 69.887.

Mais detalhes sobre Gerenciamento de Riscos e de Capital do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO e os indicadores do Índice de Importância Sistêmica Global, que não fazem parte das demonstrações contábeis, podem ser visualizados no site www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Resultados e relatórios, Documentos regulatórios, Pilar 3 e Índice de Importância Sistêmica Global.

II - Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)

Para o cálculo dos requerimentos mínimos de capital, deve ser apurado o montante de RWA, que é obtido pela soma das seguintes parcelas:

- RWA_{CPAD} = parcela relativa às exposições ao risco de crédito, calculada segundo abordagem padronizada.
- RWA_{CIRB} = parcela relativa às exposições ao risco de crédito, calculada segundo sistemas internos de classificação de risco de crédito (abordagens IRB - *Internal Ratings-Based*), autorizados pelo Banco Central do Brasil.
- RWA_{MPAD} = parcela relativa ao capital requerido para risco de mercado, calculada segundo abordagem padronizada.
- RWA_{MINT} = parcela relativa ao capital requerido para risco de mercado, calculada segundo abordagens do modelo interno, autorizadas pelo Banco Central do Brasil.
- RWA_{OPAD} = parcela relativa ao capital requerido para o risco operacional, calculada segundo abordagem padronizada.

	RWA
	31/12/2025
Risco de crédito em sentido estrito	1.199.103
Do qual: apurado por meio da abordagem padronizada	1.119.760
Do qual: apurado por meio da abordagem IRB básica	-
Do qual: apurado por meio da abordagem IRB avançada	79.343
Risco de crédito de contraparte (CCR)	29.789
Do qual: mediante abordagem padronizada para risco de crédito de contraparte (SA-CCR)	20.340
Do qual: mediante demais abordagens	9.449
Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes identificados	6.433
Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes inferidos conforme regulamento do fundo	-
Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes não identificados	1.109
Exposições de securitização contabilizadas na carteira bancária	12.838
Risco de mercado	50.248
Do qual: requerimento calculado mediante abordagem padronizada (RWA_{MPAD})	61.438
Do qual: requerimento calculado mediante modelo interno (RWA_{MINT})	30.685
Risco operacional	143.006
Risco de pagamentos (RWA_{SP})	NA
Valores referentes às exposições não deduzidas no cálculo do PR	62.949
Total	1.505.475

III - Plano de Recuperação

Em resposta às últimas crises internacionais, o Banco Central publicou a Resolução CMN nº 5.187/24, que requer o desenvolvimento de um Plano de Recuperação e Saída Organizada (PRSO) pelas instituições financeiras enquadradas no Segmento 1, cuja exposição total em relação ao PIB seja superior a 10%. Este plano tem como objetivo restabelecer níveis adequados de capital e liquidez, acima dos limites operacionais regulatórios, diante de choques severos de estresse de natureza sistêmica ou idiossincrática. Desta maneira, cada instituição conseguiria preservar sua viabilidade financeira, ao mesmo tempo em que mitiga o impacto no Sistema Financeiro Nacional.

IV - Teste de Estresse

O teste de estresse é um processo de simulação de condições econômicas e de mercado extremas nos resultados, liquidez e capital do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO. A instituição realiza este teste com o objetivo de avaliar a sua solvência em cenários plausíveis de crise, bem como de identificar áreas mais suscetíveis ao impacto do estresse que possam ser objeto de mitigação de risco.

A estimação das variáveis macroeconômicas para cada cenário de estresse é realizada pela área de pesquisa econômica. A elaboração dos cenários de estresse considera a análise qualitativa da conjuntura brasileira e mundial, elementos históricos e hipotéticos, riscos de curto e de longo prazo entre outros aspectos, conforme definido na Resolução CMN nº 4.557/17.

Neste processo, são avaliados os principais riscos potenciais para a economia com base no julgamento da equipe de economistas do banco, referendados pelo Economista Chefe do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO e com aprovação em Conselho de Administração. As projeções das variáveis macroeconômicas (como por exemplo, PIB, taxa básica de juros, taxas de câmbio e inflação) e do mercado de crédito (como captações, concessões, taxas de inadimplência, spread e tarifas) são geradas a partir de choques exógenos ou através de modelos validados por uma área independente.

Em seguida, os cenários de estresse adotados são utilizados para sensibilizar o resultado e o balanço orçados. Além da metodologia de análise de cenários, também são empregadas análises de sensibilidade e Teste de Estresse Reverso.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO utiliza as simulações para a gestão de riscos de seu portfólio, considerando Brasil (segregado em atacado e varejo) e Unidades Externas, dos quais decorrem os ativos ponderados ao risco e os índices de capital e de liquidez em cada cenário.

O teste de estresse é parte integrante do ICAAP, com o principal objetivo de avaliar se, mesmo em situações severamente adversas, a instituição teria níveis adequados de capital e liquidez, não impactando a sustentabilidade de suas atividades.

As informações geradas permitem a identificação de potenciais ofensores aos negócios, subsidiando decisões estratégicas do Conselho de Administração, os processos orçamentários e de gerenciamento de riscos, além de servirem de insumos para métricas de apetite de risco da instituição.

V - Razão de Alavancagem

A razão de alavancagem é definida como a razão entre Capital de Nível I e Exposição Total, calculada nos termos da Circular BACEN 3.748, cujo requerimento mínimo é 3%. O objetivo da razão é ser uma medida simples de alavancagem não sensível a risco, logo não leva em consideração fatores de ponderação de risco ou mitigações.

Nota 28 - Informações Suplementares

a) Política de Seguros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, apesar de possuir reduzido grau de risco em função da não concentração física de seus ativos, tem como política segurar seus valores e bens a valores considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.

b) Moedas Estrangeiras

Saldos patrimoniais, em reais, vinculados a moedas estrangeiras:

	31/12/2025
Investimentos Permanentes no Exterior	107.907
Saldo Líquido dos Demais Ativos e Passivos Indexados em Moeda Estrangeira, Inclusive Derivativos	(80.861)
Posição Cambial Líquida	27.046

A posição cambial líquida, considerados os efeitos fiscais sobre os resultados do saldo líquido dos demais ativos e passivos indexados em moeda estrangeira, reflete a baixa exposição às flutuações cambiais.

c) Acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional

Foram firmados acordos de compensação no âmbito de convênios de derivativos, bem como acordos para compensação e liquidação de operações ativas e passivas ao amparo da Resolução CMN nº 3.263/05, cujo objetivo é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor.

d) Resultado não Recorrente Regulatório

Apresentação do Resultado não Recorrente Regulatório do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, líquido dos efeitos fiscais, de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 2/2020:

	01/01 a 31/12/2025
Resultado não Recorrente Regulatório	(431)
Reestruturação	(676)
Transações tributárias	550
Impairment softwares desenvolvidos internamente	(317)
Outros	12

e) Lei Complementar nº 224/25

Publicada em 26/12/2025, estabelece a majoração da alíquota da CSLL, produzindo efeitos a partir de 01/04/2026, conforme segue:

- Instituições de Pagamento – majoração de 9% para 12% até 31/12/2027 e para 15% a partir de 01/01/2028.
- Pessoas Jurídicas de Capitalização e Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimentos – majoração de 15% para 17,5% até 31/12/2027 e para 20% a partir de 01/01/2028.

Essa normativa ocasionou efeitos em Tributos Diferidos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO no período findo em 31/12/2025.

f) Financeira Itaú CBD S.A. e Banco Investcred Unibanco S.A.

Em 5 de dezembro de 2025, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING celebrou contrato de compra das participações societárias atualmente detidas, direta ou indiretamente, pela Companhia Brasileira de Distribuição e pelo Grupo Casas Bahia S.A. na controlada Financeira Itaú CBD S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, pelo valor aproximado de R\$ 526.

Após dois anos do fechamento do contrato, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING irá adquirir a participação societária detida indiretamente pela Sendas Distribuidora S.A. na controlada Banco INVESTCRED Unibanco S.A., pelo valor aproximado de R\$ 260, e passará a deter a totalidade do capital social da investida.

As efetivas aquisições e liquidações financeiras ocorrerão após as aprovações regulatórias necessárias.

g) Evento Subsequente

Avenue Holding Cayman Ltd

Em 30 de janeiro de 2026, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua controlada ITB Holding Brasil Participações Ltda., adquiriu 17,2% de participação adicional na Avenue Holding Cayman Ltd e passou a deter o controle com 50,1% de participação no capital social total. A aquisição decorre da segunda etapa do contrato de compra e venda de ações celebrado em julho de 2022.

As efetivas aquisições e liquidações financeiras ocorreram após as aprovações regulatórias necessárias.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

CNPJ. 60.872.504/0001-23

Companhia Aberta

NIRE. 35300010230

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA **DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2025**

Regulamento, atribuições e responsabilidades do Comitê

O Comitê de Auditoria ("Comitê") é um órgão estatutário que reporta ao Conselho de Administração ("Conselho") e atua de acordo com o estabelecido em seu Regulamento (disponível no site de Relações com Investidores). Atualmente, é composto por seis membros efetivos e independentes, sendo um integrante do Conselho, eleitos observados os critérios constantes da regulamentação do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), do Conselho Nacional de Seguros Privados ("CNSP"), da Lei Sarbanes-Oxley ("SOX") e das normas da *New York Stock Exchange* ("NYSE"), nesses dois últimos casos no que for aplicável aos emissores estrangeiros, *Foreign Private Issuers* ("FPIs").

O Comitê é único para as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") e para as sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"), que fazem parte do Conglomerado Financeiro Itaú Unibanco, abrangendo o Itaú Unibanco e suas controladas, diretas ou indiretas ("Conglomerado").

O Comitê na sua atuação segue as exigências aplicáveis das normativas do CMN, CNSP, Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), BACEN e SUSEP, assim como normativa para FPIs e atribuições incluídas nos regulamentos e políticas do Conglomerado, sendo responsável, previamente à divulgação das demonstrações financeiras, pela supervisão dos processos de controles internos e de gestão de riscos, das atividades da Auditoria Interna ("AI") e das empresas de auditoria independente do Conglomerado.

A elaboração das demonstrações contábeis do Conglomerado é de responsabilidade da Administração, cabendo-lhe estabelecer os procedimentos necessários para assegurar a qualidade dos processos dos quais se originam as informações utilizadas na preparação das demonstrações e na geração dos relatórios. A Administração também é responsável pelas atividades de controle e monitoramento de riscos, pela supervisão das atividades corporativas de controles internos e por zelar pela conformidade com as normas legais e regulamentares.

A AI tem como missão aferir a qualidade e a aderência dos sistemas de controles internos, de gerenciamento de riscos e de capital e o cumprimento das políticas e procedimentos definidos, inclusive aqueles adotados na elaboração dos relatórios contábeis e financeiros.

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC") é a responsável pela auditoria independente das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Itaú Unibanco Holding S.A., devendo atestar se elas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada do Conglomerado, e o desempenho individual e consolidado das operações, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), sendo também de sua responsabilidade auditar as demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial. Os mesmos auditores devem, ainda, emitir anualmente opinião sobre a qualidade e a eficácia dos controles internos vinculados aos relatórios financeiros, conforme norma da Securities and Exchange Commission ("SEC").

A Ernst & Young Auditores Independentes ("EY") é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis das empresas de Consórcio do Conglomerado e das empresas supervisionadas pela SUSEP (Seguros, Previdência, Capitalização e Corretoras de Seguros), todas preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil.

No período não houve divergências significativas entre a Administração, Auditoria Independente e o Comitê de Auditoria relacionadas às demonstrações contábeis.

Atividades do Comitê

O planejamento anual de trabalhos do Comitê é realizado ao final do exercício do ano anterior ao vigente, considerando os principais produtos e processos referentes aos negócios e áreas de suporte do Conglomerado, bem como seus possíveis impactos nas demonstrações contábeis e no sistema de controles internos e de administração de riscos, sendo revisado periodicamente à medida da evolução de suas atividades.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

CNPJ. 60.872.504/0001-23

Companhia Aberta

NIRE. 35300010230

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA **DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2025**

O processo de supervisão efetuado pelo Comitê baseia-se nas informações recebidas da Administração, nas apresentações efetuadas pelas diversas diretorias das unidades de negócios no Brasil e Internacionais e das áreas de suporte, na apresentação do resultado dos trabalhos dos auditores independentes, dos auditores internos e dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de capital, pelos controles internos, risco operacional e compliance.

Como parte de suas atribuições, o Comitê aprovou o planejamento dos trabalhos da AI para 2026, e realizou a avaliação relativa ao período de 2025 dos serviços executados pela AI, Diretoria de Compliance & Op Risk ("DCOR"), Diretoria de Prevenção a Lavagem de Dinheiro ("DPLD") e Diretoria de Prevenção a Crimes Financeiros ("DPCF").

Também realizou relatos trimestrais das atividades do Comitê ao Conselho; manteve reuniões periódicas com os Copresidentes do Conselho e com o Diretor Presidente do Itaú Unibanco Holding S.A. para apresentação de suas recomendações sobre os sistemas de controles internos, a política de conformidade (compliance) e as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, e outros temas abrangidos no escopo de sua atuação.

O Comitê manteve ainda reuniões trimestrais com os membros do Conselho Fiscal; revisou determinadas Políticas Corporativas; e efetuou reuniões semestrais com supervisores do Departamento de Supervisão Bancária do Banco Central ("DESUP") e do Departamento de Supervisão de Conduta do Banco Central ("DECON"), quando foram discutidas as preocupações trazidas pelos reguladores e os principais assuntos em acompanhamento pelo Comitê.

O Comitê emitiu recomendações à Administração e à Auditoria Interna envolvendo os principais temas relacionados às suas atividades. As recomendações, após discutidas, foram acatadas e suas implementações acompanhadas pelo Comitê.

O Comitê foi informado, pela Diretoria de Prevenção a Fraudes ("DPF"), que não houve casos de erros e fraudes praticados por membros do Conselho, de comitês estatutários, da diretoria, por funcionários ou por terceiros que sejam enquadráveis no critério de materialidade definido na política interna. O Comitê também não tomou conhecimento sobre a ocorrência de quaisquer fraudes ou de descumprimento de normas legais e regulamentares ou de erros de controles internos, contabilidade e auditoria que pudessem colocar em risco a continuidade do Conglomerado.

Para realização das atividades e dos procedimentos acima descritos, o Comitê reuniu-se 32 dias no período de 18 de agosto de 2025 a 27 de janeiro de 2026, totalizando 133 reuniões, com a participação de auditores independentes, auditoria interna, gestores responsáveis pelos riscos corporativos e Compliance Corporativo e de executivos das áreas administrativas, financeiras, tecnologia da informação e de negócios do Conglomerado.

Nessas reuniões, realizadas principalmente com periodicidade trimestral e semestral, com diversas diretorias e áreas de risco do Conglomerado são discutidos aspectos relevantes relacionados a: qualidade e efetividade dos controles internos, gestão de riscos, gestão dos negócios, risco de capital / mercado / liquidez, monitoramento do apetite de risco, risco operacional, contencioso, risco de crédito, risco de modelos, segurança da informação / cyber, prevenção à fraude, prevenção a lavagem de dinheiro, compliance, atuação da Ouvidoria, riscos socioambientais e climáticos, além de temas regulatórios e tecnológicos. Entre as atividades destacam-se o monitoramento de projetos estratégicos (candidaturas IRB e Programa de Resiliência Organizacional), de iniciativas regulatórias (reforma tributária), do uso de inteligência artificial, e dos trabalhos das auditorias, bem como a participação em fóruns de governança.

No mesmo período, ocorreram 11 reuniões com participação exclusiva dos membros do Comitê, que objetivaram o tratamento de assuntos como: planejamento dos trabalhos, tratamento de temas emergentes, preparação dos relatórios requeridos pelos órgãos reguladores, revisões e aprovações de Políticas Corporativas, discussão de temas relevantes e outras atividades administrativas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

CNPJ. 60.872.504/0001-23

Companhia Aberta

NIRE. 35300010230

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA **DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2025**

Conclusões

Ponderadas devidamente as suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do alcance da sua atuação, e com base nas atividades que desenvolveu no período, o Comitê conclui que durante o ano e semestre findo em 31/12/2025:

- os sistemas de controles internos, a política de conformidade (compliance) e as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital são adequados ao porte e complexidade do Conglomerado e ao apetite de riscos aprovado, tendo sido acompanhado o cumprimento do disposto na regulamentação vigente, com evidenciação das deficiências detectadas e das ações adotadas para sua remediação;
- a cobertura e a qualidade dos trabalhos da AI são satisfatórias, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e regulamentares e dos regulamentos e códigos internos, com evidenciação das deficiências detectadas, e atuando com adequada independência;
- as práticas contábeis relevantes adotadas pelo Conglomerado estão alinhadas com as adotadas no Brasil, incluindo o cumprimento das normas emanadas do CMN e do BACEN, bem como com as normas contábeis internacionais emitidas pelo IASB; e
- as informações fornecidas pela PwC são adequadas, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e regulamentares e dos regulamentos e códigos internos, com evidenciação das deficiências detectadas, nas quais o Comitê apoia sua recomendação sobre as demonstrações contábeis, não sendo identificada qualquer situação que pudesse prejudicar a objetividade e independência do Auditor Independente.

Com base nos trabalhos e avaliações realizadas e considerando o contexto e a limitação de suas atribuições, o Comitê recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração, das demonstrações contábeis consolidadas do Itaú Unibanco Holding S.A., para o semestre e ano findo em 31/12/2025.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2026.

Comitê de Auditoria Itaú Unibanco Holding

Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana - Presidente

Alexandre de Barros

Fernando Barçante Tostes Malta

Luciana Pires Dias

Maria Elena Cardoso Figueira - Especialista Financeira

Rogério Carvalho Braga



Itaú Unibanco Holding S.A.

**Demonstrações contábeis
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Ao Conselho de Administração e Acionistas
Itaú Unibanco Holding S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais do Itaú Unibanco Holding S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas do Itaú Unibanco Holding S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas.

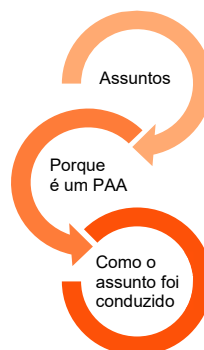
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota 2 (a) às demonstrações contábeis individuais e consolidadas que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Adoção inicial Resolução CMN nº 4.966/21 - provisão para perda de crédito esperada (Notas 2(b)I, 2(c)IV.III e 8) O Itaú Unibanco Holding S.A. adotou em 1º de janeiro de 2025 a Resolução CMN nº 4.966/21 ("Resolução"), que altera os critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, de forma prospectiva. A adoção dessa nova norma contábil trouxe mudanças relevantes para o Banco e suas controladas, sendo a principal, a alteração no critério de reconhecimento e mensuração da provisão para perda de crédito esperada. A provisão para perda de crédito esperada foi definida como área de foco em nossa auditoria, uma vez que a mensuração envolve julgamento da administração para avaliação de informações prospectivas e critérios para determinação de aumento ou redução significativa no risco de crédito, entre outros aspectos.	Realizamos o entendimento do processo desenvolvido pela administração para o reconhecimento e mensuração da provisão para perda de crédito esperada conforme a Resolução CMN nº 4.966/21, bem como realizamos determinados procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas, relacionados a aderência aos requisitos da referida norma. Em relação à metodologia da provisão para perda de crédito esperada, aplicamos determinados procedimentos de auditoria, substancialmente relacionados a: (i) análise das políticas contábeis da administração em comparação com os requisitos da Resolução. (ii) entendimento e testes sobre os controles relacionados à mensuração da provisão, que consideram base de dados, modelos, premissas e julgamentos adotados pela administração. (iii) testes dos modelos, incluindo o seu processo de aprovação e de validação de premissas adotadas para determinação das estimativas de perdas e de recuperação. Adicionalmente, realizamos testes sobre a documentação da administração relacionada às garantias,

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
	renegociações de crédito, avaliação de risco da contraparte, atrasos e outros aspectos que possam resultar em aumento significativo no risco de crédito, bem como a alocação das operações nos seus respectivos estágios conforme requisitos da Resolução. (iv) teste das entradas de dados para os modelos e, quando disponíveis, comparação de determinados dados e premissas com informações de mercado. (v) análise das divulgações realizadas pela administração nas demonstrações contábeis em atendimento aos requisitos da Resolução. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros, conforme divulgado em notas explicativas, são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.
Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros com pouca liquidez e/ou sem mercado ativo (Notas 2(c)IV.III e 17) A mensuração do valor justo de instrumentos financeiros com pouca liquidez e/ou sem mercado ativo é uma área que inclui subjetividade, uma vez que depende de técnicas de avaliação realizadas com base em modelos internos e que envolvem premissas da administração para sua valorização. Adicionalmente, a obtenção de dados de mercado pode ser complexa, especialmente em momentos de alta volatilidade, bem como em situações em que os preços observáveis ou parâmetros de mercado não estão disponíveis. Esses instrumentos financeiros são substancialmente compostos por aplicações em títulos emitidos por empresas e por contratos de derivativos. Essa é uma área que permanece como foco em nossa auditoria, uma vez que o uso de diferentes	Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros: • Teste do desenho e da efetividade dos principais controles estabelecidos para valorização desses instrumentos financeiros, bem como da aprovação dos modelos e divulgações requeridas. • Com o apoio de nossos especialistas, analisamos as principais metodologias de valorização desses instrumentos financeiros e as premissas significativas adotadas pela administração mediante a comparação com metodologias e premissas independentes. Executamos, em base amostral, recálculo da valorização de determinadas operações, bem como comparamos as premissas e metodologias utilizadas pela administração com nosso

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
técnicas de avaliação e premissas poderiam produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes.	conhecimento sobre práticas de valorização usualmente adotadas e analisamos a consistência dessas metodologias com as aplicadas em períodos anteriores. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros são consistentes com as divulgações em notas explicativas.
Ambiente de Tecnologia da Informação	
O Banco e suas controladas são dependentes da sua estrutura de tecnologia para processamento de suas operações e consequente elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. A tecnologia representa aspecto fundamental na evolução dos negócios do Banco e suas controladas e, nos últimos anos, foram feitos investimentos significativos de curto e longo prazos em sistemas e processos de Tecnologia da Informação. A estrutura de tecnologia, portanto, é composta por mais de um ambiente com processos distintos e controles segregados. A não adequação do ambiente de controles gerais de tecnologia e de seus controles dependentes poderia acarretar processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações contábeis, bem como ocasionar riscos relacionados à segurança da informação e cybersecurity. Dessa forma, essa área continuou como foco de nossos trabalhos de auditoria.	Como parte de nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do ambiente de Tecnologia da Informação, incluindo os controles automatizados dos sistemas aplicativos relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Adicionalmente, executamos procedimentos que envolveram a combinação de testes do desenho e da efetividade dos principais controles relevantes, bem como testes relacionados com a segurança da informação, incluindo gestão de acesso, gestão de mudanças sistêmicas e monitoramento da capacidade de operação da infraestrutura de tecnologia. Os procedimentos de auditoria aplicados resultaram em evidências apropriadas que foram consideradas na determinação da natureza, época e extensão dos demais procedimentos de auditoria.
Provisões e passivos contingentes (Notas 2(c)XII e 11)	
O Banco e suas controladas registram e/ou divulgam provisões e passivos contingentes decorrentes, principalmente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos seus negócios, movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos em ações	Confirmamos nosso entendimento e testamos o desenho e efetividade dos principais controles para identificação, avaliação, monitoramento, mensuração, registro e divulgação das provisões dos passivos contingentes, incluindo a totalidade e integridade da base de dados.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal previdenciária. Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente. Além dos aspectos subjetivos na determinação da possibilidade de perda atribuída a cada processo, a evolução da jurisprudência sobre determinadas causas nem sempre é uniforme. Considerando a relevância dos valores e as incertezas e julgamentos envolvidos, como descrito acima, para a determinação e constituição da provisão e divulgações requeridas das provisões e dos passivos contingentes, continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria.	Testamos os modelos utilizados para quantificação dos processos judiciais massificados de natureza cível e trabalhista. Em nossos testes da avaliação do risco dos processos judiciais individualizados, para uma amostra de itens, de natureza tributária, cível e trabalhista, utilizamos o apoio de nossos especialistas nas respectivas áreas, quando aplicável, de acordo com a natureza dos processos. Também, realizamos procedimentos de confirmação, em base de testes, junto aos advogados internos e externos responsáveis pelos processos. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação e constituição da provisão para processos judiciais e administrativos divulgados nas demonstrações contábeis são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Outros assuntos - Informações suplementares de 1º de janeiro de 2025

Como apresentado nas Notas 2(a) e (b) às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, foram incluídas informações suplementares de 1º de janeiro de 2025, não auditadas, no Balanço Patrimonial Consolidado e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido individuais e consolidadas.

Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e a Análise Gerencial da Operação.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e a Análise Gerencial da Operação e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e a Análise Gerencial da Operação, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração e a Análise Gerencial da Operação, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Itaú Unibanco Holding S.A.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.



Itaú Unibanco Holding S.A.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 4 de fevereiro de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev
Contadora CRC 1SP245281/O-6

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

CNPJ 60.872.504/0001-23

Companhia Aberta

NIRE 35300010230

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Concluído o exame das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social de 2025 e considerando o relatório sem ressalvas da *PricewaterhouseCoopers* Auditores Independentes, os membros efetivos do Conselho Fiscal do **ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.** são da opinião de que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela sociedade no período e reúnem condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas.

São Paulo (SP), 04 de fevereiro de 2026.

GILBERTO FRUSSA
Presidente

EDUARDO HIROYUKI MIYAKI
Conselheiro

MARCELO MAIA TAVARES DE ARAUJO
Conselheiro



Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha nº 100,
Parque Jabaquara, CEP 04344-902,
São Paulo/SP - Brasil

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

CNPJ 60.872.504/0001-23

Companhia Aberta

NIRE 35300010230

Carta de Apresentação das Demonstrações Contábeis em BRGAAP relativas a 31/12/2025.

Os Diretores responsáveis pela elaboração das demonstrações contábeis consolidadas e individuais, em conformidade com as disposições do artigo 27, §1º, da Instrução CVM Nº 80/2022 e no artigo 45, §3º, inciso V, da Resolução BCB nº 2/2020, declaram que: a) são responsáveis pelas informações contidas neste arquivo; b) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre essas demonstrações contábeis; c) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Companhia e d) são responsáveis pelo estabelecimento e a manutenção da adequada estrutura de controles internos e avaliação da efetividade dessas estruturas para a elaboração das demonstrações contábeis.

As demonstrações referidas foram divulgadas em 04/02/2026 no sítio eletrônico da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e de Relações com Investidores desta instituição (<https://www.itaú.com.br/relacoes-com-investidores>).

Este arquivo contém:

- . Relatório da Administração;
- . Balanço Patrimonial;
- . Demonstração do Resultado;
- . Demonstração do Resultado Abrangente;
- . Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- . Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- . Demonstração do Valor Adicionado;
- . Notas Explicativas;
- . Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria;
- . Relatório do Auditor Independente;
- . Parecer do Conselho Fiscal.

Milton Maluhy Filho
Diretor Presidente

Gabriel Amado de Moura
Diretor

Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana
Presidente do Comitê de Auditoria

Fabiana Palazzo Barbosa
Contadora



Banco Itaucard S.A.

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas
Banco Itaucard S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Itaucard S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota 2(a) às demonstrações contábeis que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração do Banco é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou

Banco Itaúcard S.A.

como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou



Banco Itaúcard S.A.

incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 4 de fevereiro de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev
Contadora CRC 1SP245281/O-6

Banco Itaucard S.A.

Relatório da Administração

Senhores Acionistas

Apresentamos as Demonstrações Contábeis relativas a 31/12/2025 para contas patrimoniais e ao período de 01/01 a 31/12 de 2025 para resultado, as quais seguem os dispositivos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN).

São Paulo, 04 de fevereiro de 2026.

A Administração

Banco Itaucard S.A.

DIRETORIA

Diretores

Albano Manoel Almeida

Álvaro Felipe Rizzi Rodrigues

Andre Balestrin Cestare

Badi Maani Shaikhzadeh

Carlos Henrique Donegá Aídar

Daniel Nascimento Goretti

Eric André Altafim

Estevão Carcioffi Lazanha

Flavio Ribeiro Iglesias

João Filipe Fernandes da Costa Araújo

Leandro Alves

Lineu Carlos Ferraz de Andrade

Mário Newton Nazareth Miguel

Mayara Arci Rezeck

Rita Rodrigues Ferreira Carvalho

Rodrigo Andre Leiras Carneiro

Rubens Fogli Netto

Tatiana Grecco

Vinicius Santana

Contador

Fabiana Palazzo Barbosa

CRC 1SP251437/O-4

Sede: Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 7º andar (parte), Parque Jabaquara - São Paulo - SP

Banco Itaucard S.A.**Balanço Patrimonial***(Em milhares de reais)*

Ativo	Nota	31/12/2025
Circulante e Não Circulante		55.374
Disponibilidades		148
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2c II	54.539
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		54.539
Outros Ativos		687
Total do Ativo		55.374

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Itaucard S.A.**Balanço Patrimonial***(Em milhares de reais)*

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/12/2025
Circulante e Não Circulante		3.518
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	2c III	2.757
Obrigações Fiscais Correntes		2.757
Obrigações Fiscais Diferidas		-
Outros Passivos		761
Patrimônio Líquido	4	51.856
Capital Social		50.000
Reservas de Lucros		1.856
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		55.374

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Itaucard S.A.
Demonstração do Resultado
(Em milhares de reais)

	Nota	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Receitas da Intermediação Financeira		3.575	6.811
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários e Outros		3.575	6.811
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		3.575	6.811
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais		(577)	(884)
Outras Despesas Administrativas		(158)	(380)
Despesas Tributárias	3a II	(179)	(333)
Outras Receitas Operacionais		-	69
Outras Despesas Operacionais		(240)	(240)
Resultado Operacional		2.998	5.927
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro		2.998	5.927
Imposto de Renda e Contribuição Social	2c III, 3a I	(3.723)	(5.029)
Devidos sobre Operações do Período		(3.723)	(5.029)
Lucro Líquido / (Prejuízo)		(725)	898
Quantidade de Ações	4a	2.544.818.409	2.544.818.409
Lucro / (Prejuízo) por lote de mil Ações - R\$		(0,28)	0,35

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Itaucard S.A.
Demonstração do Resultado Abrangente
(Em milhares de reais)

	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Lucro Líquido / (Prejuízo)	(725)	898
Total de Outros Resultados Abrangentes	-	-
Total do Resultado Abrangente	(725)	898

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Itaucard S.A.**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido***(Em milhares de reais)*

	Nota	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Total
			Legal	Estatutária		
Saldos em 01/07/2025		50.000	139	2.655	-	52.794
Total do Resultado Abrangente		-	-	-	(725)	(725)
Lucro Líquido / (Prejuízo)		-	-	-	(725)	(725)
Destinações:						
Reservas		-	(36)	(902)	938	-
Dividendos		-	-	-	(213)	(213)
Saldos em 31/12/2025	4	50.000	103	1.753	-	51.856
Mutações do Período		-	(36)	(902)	-	(938)
Saldos em 01/01/2025		50.000	58	1.113	-	51.171
Total do Resultado Abrangente		-	-	-	898	898
Lucro Líquido / (Prejuízo)		-	-	-	898	898
Destinações:						
Reservas		-	45	640	(685)	-
Dividendos		-	-	-	(213)	(213)
Saldos em 31/12/2025	4	50.000	103	1.753	-	51.856
Mutações do Período		-	45	640	-	685

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Itaucard S.A.
Demonstração dos Fluxos de Caixa
(Em milhares de reais)

	Nota	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Lucro Líquido / (Prejuízo) Ajustado		(725)	898
Lucro Líquido / (Prejuízo)		(725)	898
Variações de Ativos e Passivos		651	(974)
(Aumento) / Redução em Ativos			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(859)	1.311.781
Outros Ativos		27	(313)
(Redução) / Aumento em Passivos			
Obrigações Fiscais		4.023	5.661
Demais Provisões e Outros Passivos		246	(1.314.320)
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social		(2.786)	(3.783)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais		(74)	(76)
Aumento / (Diminuição) Líquido em Caixa e Equivalentes de Caixa		(74)	(76)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		222	224
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	2c I	148	148
Disponibilidades			148

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Itaucard S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 31/12/2025 para Contas Patrimoniais e de 01/01 a 31/12 de 2025 para Resultado

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Nota 1 - Contexto Operacional

O Banco Itaucard S.A. (ITAUCARD ou empresa) é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem por objeto a atividade bancária, nas modalidades autorizadas para banco múltiplo, com carteiras de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil financeiro, bem como a emissão e administração de cartões de crédito, próprios ou de terceiros, a instituição e gestão de arranjos de pagamento e a administração de carteiras de valores mobiliários.

As operações do ITAUCARD são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos.

Estas Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 04 de fevereiro de 2026.

Nota 2 - Políticas Contábeis Materiais

a) Base de Preparação

As demonstrações contábeis da empresa foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28/12/2007, e Lei nº 11.941, de 27/05/2009 em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). As informações nas demonstrações contábeis e nas correspondentes notas explicativas evidenciam todas as informações relevantes inerentes às demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

A empresa adotou em 1º de janeiro de 2025 a Resolução CMN nº 4.966/21 que altera os critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros e optou pela dispensa da apresentação dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto no artigo 79 desta Resolução. Mais informações sobre os efeitos da transição normativa estão detalhadas na nota 2b I – Novas Normas, Alterações e Interpretações de Normas Existentes.

b) Novas Normas, Alterações e Interpretações de Normas Existentes

I - Aplicáveis para o Período Findo em 31 de dezembro de 2025

Resolução CMN nº 4.966/21 - Instrumentos Financeiros

Estabelece a classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, constituição de provisão para perda esperada associadas ao risco de crédito e designação e reconhecimento contábil da contabilidade de *hedge*. A adoção foi prospectiva, a partir de 1º de janeiro de 2025, com exceção da contabilidade de *hedge* e do ajuste ao valor presente de instrumentos financeiros reestruturados, cuja vigência será em 1º de janeiro de 2027.

A empresa considera que as novas classificações de instrumentos financeiros e alteração do provisionamento de perda esperada associadas ao risco de crédito não produziram efeitos no Patrimônio Líquido.

c) Políticas Contábeis, Estimativas Críticas e Julgamentos Materiais

Esta nota apresenta as principais estimativas críticas e julgamentos utilizados na elaboração e aplicação das políticas contábeis específicas da empresa. Estas estimativas e julgamentos apresentam risco material e podem ter impacto relevante nos valores de ativos e passivos devido às incertezas e ao alto nível de subjetividade envolvido no reconhecimento e mensuração de determinados itens. Desta forma, os resultados reais podem ser diferentes daqueles obtidos pelas estimativas e julgamentos.

I - Caixa e Equivalentes de Caixa

São definidas como caixa e equivalentes de caixa, as contas correntes em bancos e as aplicações financeiras, que são prontamente conversíveis em caixa, ou seja, possuem prazo original igual ou inferior a 90 dias, e estão sujeitas a um risco insignificante de alteração no valor, consideradas no Balanço Patrimonial, quando aplicável, nas rubricas Disponibilidades, Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto (Posição Bancada).

II - Ativos e Passivos Financeiros

a) Classificação de Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados e subsequentemente mensurados nas seguintes categorias:

- **Custo Amortizado (CA):** utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, principalmente Aplicações e Captações.

III - Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social é composta por tributos correntes, os quais são recuperados ou pagos no período aplicável, e diferidos, representado pelos ativos e os passivos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos, no final de cada período.

Nota 3 - Tributos

A política contábil sobre imposto de renda e contribuição social está apresentada na Nota 2c III.

Os tributos são calculados pelas alíquotas abaixo demonstradas e consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda	15,00%	PIS	0,65%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%	COFINS	4,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	20,00%	ISS até	5,00%

a) Despesas com Impostos e Contribuições

I - Demonstração do Cálculo com Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Devidos Sobre Operações do Período	01/01 a 31/12/2025
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro	5.927
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes	(2.667)
Acréscimos / Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:	
Outras Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis ⁽¹⁾	(2.362)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(5.029)

1) Contempla (Inclusões) e Exclusões Temporárias.

II - Despesas Tributárias

Estão representadas basicamente por PIS e COFINS.

Nota 4 - Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Está representado por 2.544.818.409 ações nominativas, sem valor nominal.

b) Dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos obrigatórios em cada exercício, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, conforme disposto no Estatuto Social.

Remuneração aos Acionistas

	01/01 a 31/12/2025		
	Bruto	IRRF	Líquido
Provisionados	213	-	213
Dividendos	213	-	213

Os dividendos provisionados, quando aplicável, são registrados na rubrica Outros Passivos.

Nota 5 - Partes Relacionadas

a) Transações com Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. As principais partes relacionadas são:

- Controladoras - acionista direto: Itaú Unibanco Holding S.A. e sua respectiva agência em Cayman e os indiretos: Itaú Unibanco Participações S.A., Companhia E. Johnston de Participações e Itaúsa S.A.
- Empresas do Grupo - empresas e fundos de investimentos sob controle do Itaú Unibanco Holding S.A.

	31/12/2025		
	Controladoras	Empresas do Grupo	Total
Ativo	-	54.539	54.539
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	54.539	54.539

	01/01 a 31/12/2025		
Demonstração do Resultado	-	7.085	7.085
Receitas da Intermediação Financeira	-	7.085	7.085

Nota 6 - Informações Suplementares

a) Gerenciamento de Riscos e Capital

A gestão de riscos e capital é considerada um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando a obter a melhor relação Risco x Retorno.

Os documentos "Relatório de Acesso Público", que detalham as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco do conglomerado, e não fazem parte das demonstrações contábeis, podem ser visualizados no site www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Itaú Unibanco, Governança Corporativa, Políticas, Relatórios.